

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof^o. Dr^o. João
Henrique Zanelatto

Coorientador: Prof^o. Dr^o. Dimas
de Olivera Estevam

**TRABALHO E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA
SUBORDINADA DE AVICULTORES NO SUL CATARINENSE
(1990-2016)**

GILVANI MAZZUCCO JUNG

APOIO:



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - PPGDS

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
(UNACSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (PPGDS)
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

GILVANI MAZZUCCO JUNG

TRABALHO E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA
SUBORDINADA DE AVICULTORES NO SUL CATARINENSE
(1990-2016)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico
da Universidade do Extremo Sul
Catarinense - UNESC, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em
Desenvolvimento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. João
Henrique Zanelatto
Coorientador: Prof. Dr. Dimas de
Olivera Estevam

CRICIÚMA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

J95t Jung, Gilvani Mazzucco.
 Trabalho e resistência: a experiência subordinada de
 avicultores no sul catarinense (1990-2016) / Gilvani Mazzucco
 Jung. - 2018.
 284 p. : il.; 21 cm.

 Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul
 Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
 Socioeconômico, Criciúma, 2018.
 Orientação: João Henrique Zanelatto.
 Coorientação: Dimas de Olivera Estevam.

 1. Avicultores – Santa Catarina. 2. Experiência social. 3.
 Integração avícola. 4. Economia agrícola. I. Título.

CDD 23. ed. 338.176513

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

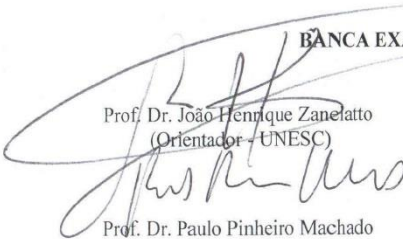
GILVANI MAZZUCCO JUNG

**TRABALHO E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA
SUBORDINADA DE AVICULTORES DO SUL CATARINENSE
(1990-2016)**

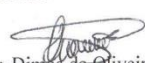
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 28 de Fevereiro de 2018.

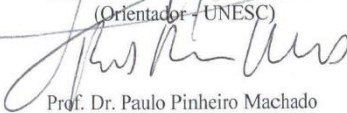
BANCA EXAMINADORA




Prof. Dr. João Henrique Zanetti
(Orientador – UNESC)



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Coorientador - UNESC)



Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado
(Membro – UFSC)



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
(Membro – UNESC)

Prof.ª Dr.ª Melissa Watanabe
(Membro – UNESC)



Gilvani Mazzucco Jung
Mestrando



Prof.ª Dr.ª Melissa Watanabe
Coordenadora do PPGDS – UNESC

À luta dos avicultores e da
AVISUL no Sul Catarinense. E que
as denúncias fortaleçam o
movimento organizado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o PPPGDS por acolher a temática deste trabalho. Menciono o programa de pós-graduação que é formado por professores e alunos, no qual as trocas de experiências, mesmo as indiretas, estão contidas neste trabalho.

O trabalho não seria possível sem o auxílio recebido por intermédio dos membros da Associação dos Avicultores do Sul Catarinense (AVISUL). Agradeço Walmir Fabro e Emir Tezza pelo tempo disponibilizado, e o agradecimento se estende para os avicultores participantes da associação com quem conversamos. Também, agradeço Lúcia Cimolin por disponibilizar a documentação necessária para a construção deste trabalho, pelas informações das ações da associação e pelo auxílio para a compreensão do problema social.

A João Henrique Zanelatto, pelo investimento de confiança neste aluno e paciência com que observou o transcorrer do desenvolvimento do trabalho.

Agradeço os apontamentos na qualificação do professor Alcides Goularti Filho, tanto na construção da problemática quanto na elaboração do conteúdo da dissertação.

Ao professor Paulo Pinheiro Machado, pela leitura e valiosas indicações no projeto de qualificação.

Agradeço ao professor Dimas Estevam por mencionar os caminhos para a realização do trabalho e pelo estímulo para estudar temas do rural.

À professora Giovana Salvaro, por incentivar reflexões sobre a temática abordada.

Agradeço também ao professor Rafael Mueller por demonstrar a vitalidade das reflexões sobre a categoria trabalho.

A Juceli, Fatima e Gian – a família que nos permitimos escolher – pelo incentivo de continuar nos estudos, e nas horas difíceis pela injeção de ânimo e otimismo.

“O que o trabalhador troca com o capital é seu próprio trabalho (na troca, a disponibilidade sobre ele); ele o *aliena*. O que ele recebe como preço é o valor dessa alienação. O trabalhador troca a atividade ponente de valor por um valor predeterminado, independentemente do resultado de sua atividade.”

Karl Marx

RESUMO

Esta dissertação problematiza as relações sociais e de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos na mesorregião do Sul Catarinense (1990-2016). A partir de Thompson (1981), o termo chave é experiência, ou seja, a transformação das relações sociais por intermédio do processo de modernização conservadora da agricultura. A instalação de frigoríficos, granjas de suínos e aves a datar de 1970 no Sul Catarinense é resultado do desdobramento do complexo agroindustrial de suíno/aves catarinense, incentivos estaduais e federais, além da disponibilização, por parte do poder público municipal, de suporte para o desenvolvimento da atividade econômica e outras instituições públicas. Os processos que permitiram a reprodução social dos agricultores na região, como fornecedores de matéria-prima (fumo, aves e suínos), está assentado na subordinação para o capital agroindustrial, que dita a configuração dos estabelecimentos rurais, o ritmo de trabalho, repassa e se apropria dos custos de produção inerentes à organização do trabalho peculiar da produção familiar na agricultura. A unidade produtiva de Forquilha, no qual a AgroEliane instalou o projeto de abate de frangos no ano de 1977, a Agrovêneto, de Nova Veneza, instalada em 1997, e a Tramonto, de Morro Grande, instalada em 2006, monopolizaram a produção de aves na região, determinando a relação de trabalho com os estabelecimentos avícolas. No decorrer da construção das plantas industriais, avicultores se transferiram para os frigoríficos de Nova Veneza e Morro Grande, pois a configuração de três grupos econômicos possibilitou deslocar a condição de subordinação do trabalho. Desse modo, as granjas excluídas da unidade de Forquilha por meio das exigências de investimento ou sob condição de fechamento foram reintegradas com a abertura de novas vagas em Nova Veneza, o mesmo acontecendo com a unidade de Morro Grande. Entretanto, a baixa remuneração e as constantes exigências produziram o efeito de engendrar mobilizações coletivas: a primeira nos anos de 2004/2005 e a segunda em 2008, ambas desarticuladas pelo poder do patronato do frigorífico e pela articulação do capital com cargos eletivos nos municípios da região. A terceira mobilização se constituiu na Associação dos Avicultores do Sul Catarinense (AVISUL), articulada a partir de 2013, momento do controle das três unidades produtivas do Sul Catarinense pela JBS. A transnacional JBS chegou na região no ano de 2012-2013, motivada pela expansão de suas atividades no setor de aves e buscando lucros, por isso, a ação truculenta do capital colocava a caminho a estratégia de cortar direitos dos trabalhadores dos frigoríficos

e impor a redução dos custos agrícolas, reduzindo renda e excluindo granjas. No transcorrer dos fatos, a JBS não acatou as principais reivindicações da AVISUL, como reajuste de valores, revisão dos desligamentos de avicultores, imposição de mecanismos de remuneração e contratos. Assim, a JBS fechou qualquer espaço de diálogo coletivo por meio do cerceamento do movimento organizado, exercendo pressão e exclusão dos membros da associação do quadro de integrados – e ainda deslegitima a luta dos avicultores até a data da escrita deste trabalho.

Palavras-chave: Experiência social. Integração avícola. Associação dos Avicultores do Sul Catarinense (AVISUL).

ABSTRACT

This dissertation problematizes the social and work relations between integrated poultry farmers and slaughter facilities in the southern mesoregion of Santa Catarina (1990-2016). From Thompson (1981), the key term is experience, that is, the transformation of social relations through the process of conservative modernization of agriculture. Pig and poultry farms and slaughterhouses were built since 1970 in the south of Santa Catarina and this is the result of the unfolding of the Santa Catarina's pig / poultry agro-industrial complex, state and federal incentives, as well as the provision by the municipal public authority of support for the development of economic activity and other public institutions. The processes that allowed the social reproduction of the farmers in the region, as suppliers of raw material (tobacco, poultry and pig), is based on the subordination to agroindustrial capital, which dictates the setup of rural establishments and the work rhythm, appropriates the production costs inherent to the organization of peculiar labor of family production in agriculture. The production unit of Forquilha, in which AgroEliane installed a poultry slaughterhouse project in 1977; Agrovêneto, in Nova Veneza, installed in 1997; and Tramonto, in Morro Grande, established in 2006, monopolized the poultry production in the region, determining the working relationship with poultry establishments. During the construction of the industrial plants, poultry farmers got transferred to the slaughterhouses of Nova Veneza and Morro Grande, because the configuration of the three economic groups made it possible to shift the condition of labor subordination. In this way, the excluded farms from the Forquilha's unit because of investment requirements or under closing condition were reintegrated with the opening of new vacancies in Nova Veneza, as well as in the Morro Grande's unit. However, the low remuneration and constant demands lead to collective mobilizations: the first was in 2004/2005 and the second was in 2008, both disarticulated from the company's owners and by the articulation of the capital with elective positions in the municipalities. The third mobilization was created in the Association of Aviculturists of the Southern Santa Catarina after 2013, when the three production units of Southern Santa Catarina were conducted by JBS. The transnational JBS was established in the region in the years 2012-2013, motivated by the expansion of its activities in the poultry sector and in the search of profits, so the truculent action of the capital started a strategy to remove the rights of the workers of the slaughterhouses and to impose the reduction of

agricultural costs, reducing income and closing farms. In the course of the facts, JBS did not comply with the main demands of Association of Aviculturists from Southern Santa Catarinense, such as readjustment of values, review of dismissals of poultry farmers, imposition of compensation mechanisms and contracts. Thus, JBS closed any space of collective dialogue by restricting the organized movement, exerting pressure and exclusion of the members of the association of the board of integrated - and still delegitimizes the cause of the poultry farmers until the date of writing of this work.

Keywords: Social experience. Poultry integration. Association of Aviculturists from Southern Santa Catarinense.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mesorregião Sul Catarinense, dividida por associações de municípios.	54
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura Fundiária na AMESC, na AMREC e na AMUREL (1975-2006).....	59
Tabela 2 - Participação do Sul Catarinense na produção agropecuária de Santa Catarina (1995-2015), em porcentagem %	64
Tabela 3 - Produção agropecuária da AMESC (1995-2015).....	65
Tabela 4 - Produção agropecuária da AMREC (1995-2015)	66
Tabela 5 - Produção agropecuária da AMREL (1995-2015)	67
Tabela 6 - Vínculo de trabalho no abate de aves e outros pequenos animais e preparação de carne (2006-2015).....	82
Tabela 7 - Distribuição dos aviários por região e município (2012)	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPLA	Associação dos Avicultores do Planalto Norte
ABAI	Associação Brasileira de Avicultores Integrados
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACAV	Associação Catarinense de Avicultura
ACRAVE	Associação de Criadores de Aves
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
AMUREL	Associação dos Municípios da Região de Laguna
AVISUL	Associação dos Avicultores do Sul Catarinense
BB	Banco do Brasil
BESC	Banco Estado de Santa Catarina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CADECS	Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração
CAIs	Complexos Agroindustriais
CEAG	Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONSELEITE	Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado de Santa Catarina
CONTAC	Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRB	Confederação Rural Brasileira
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF

DETR	Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAESC	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
FETAEP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAESC	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
FETAG-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FRISULCA	Frigorífico Sul Catarinense
FUCRI	Fundação Educacional de Criciúma
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
FUNRURAL	Fundo de Assistência do Trabalhador Rural
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IPESE/UNESC	Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada da Universidade do Extremo Sul Catarinense
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPE	Ministério Público Estadual
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROCAPE	Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PRODEC	Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVÁRZEAS	Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIF	Sistema Nacional de Inspeção Sanitária
SINCRAVESC	Sindicato Patronal dos Criadores de Aves de Santa Catarina
SINDICARNE	Sindicato das Indústrias da Carne e Derivados no Estado de Santa Catarina
SINDIFUMO	Sindicato da Indústria do Fumo
SINTCRAVE	Sindicato dos Avicultores de Santa Catarina
SINTIACR	Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias da Alimentação de Criciúma e Região
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
SR	Sindicato Rural
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	31
2 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO SUL CATARINENSE: MAS QUAL AGRICULTURA?	53
2.1 ASPECTOS GERAIS E O RURAL DO SUL CATARINENSE: ESTRUTURA FUNDIÁRIA, ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E CARACTERÍSTICAS DA DIVISÃO DO TRABALHO	54
2.2 O DESDOBRAMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE SUÍNO/AVE NO SUL CATARINENSE: O ANTIGO FRISULCA, A AGROELIANE, A AGROVÊNETO, A TRAMONTO E A JBS	70
2.3 A SUBORDINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO RURAL: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E A SUBSUNÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA PELO CONTRATO UNILATERAL E PELO MASCARAMENTO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO.....	88
3 TRABALHO E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA SUBORDINADA DOS INTEGRADOS AVÍCOLAS (1990-2016).....	111
3.1 A TRAJETÓRIA DOS AVICULTORES NO SUL CATARINENSE: A TRANSFORMAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS VINCULADOS AOS FRIGORÍFICOS	112
3.2 O COTIDIANO DAS GRANJAS: INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E A MATEMÁTICA CONTRA O INTEGRADO	136
3.3 O TRABALHO: OS IMPLICANTES E A PRECARIIDADE DO TRABALHO NA INTEGRAÇÃO AVÍCOLA.....	155
4 A AVISUL E OS AVICULTORES NO SUL CATARINENSE: A LUTA SOCIAL POR ESPAÇO E AFIRMAÇÃO NA RELAÇÃO DE TRABALHO SUBORDINADA.....	175
4.1 ASPECTOS DA ESTRUTURA SINDICAL RURAL E CONFLITO AGRÁRIO: DAS LUTAS NO CAMPO ÀS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO (1990-2010).....	176
4.2 ABERTURA DE ESPAÇO À LUTA SOCIAL: OS CAMINHOS DA MOBILIZAÇÃO ORGANIZADA NO SUL CATARINENSE (2010-2013).....	195
4.3 O RELATO DO MOVIMENTO ORGANIZADO: A AVISUL E TRÊS ANOS DE LUTAS, ENFRENTAMENTO E DESAFIOS (2013-2016).	218
5 CONCLUSÃO	243
6 REFERÊNCIAS	253
ANEXOS	277

ANEXO A – POPULAÇÃO AMUREL (1970-2010).....	279
ANEXO B – POPULAÇÃO AMREC (1970-2010).....	281
ANEXO C – POPULAÇÃO AMESC (1970-2010).....	283

1 INTRODUÇÃO

Por temática problematizamos o processo de inserção socioeconômica do estabelecimento agrícola na modernização da agricultura. O objetivo central desta dissertação é analisar as relações sociais e de trabalho entre avicultores integrados no Sul Catarinense e agroindústria-frigoríficos (1990-2016). Assim, trata-se de revelar a experiência social de fornecedores de matéria-prima: por um lado a manifestação da relação de produção capitalista na agricultura, por outro, trabalho, resistência e cultura. Além disso, busca-se verificar de que forma a modernização da agricultura sob regência do capital implica no funcionamento dos estabelecimentos de base familiar no Sul Catarinense. Trata, ainda, das inter-relações, da ruptura e da continuidade e do significado da ruptura e da continuidade.

A delimitação da pesquisa destaca em texto o Sul Catarinense (SC), que acompanha a modernização conservadora da agricultura, resultado da solução técnica para o rural brasileiro. A transformação produtiva, apoiada por políticas agrícolas de viés conservador direcionada para médios e grandes produtores, atinge diretamente os pequenos produtores, levados na esteira, e cristaliza um processo de centralização e concentração da produção (PAULILO; SCHMIDT, 2003). Do mesmo modo, o complexo agroindustrial territorializou interesses urbano-rurais e gerou um contingente de agricultores subsumidos ao processo de acumulação no sistema, conhecido como integração agroindustrial ou integração vertical.

O fato histórico da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs) indica os novos determinantes da dinâmica da agricultura a partir da década de 1970. Segundo Graziano da Silva (1994, p. 225), o termo complexo agroindustrial trata de vislumbrar relações de setores da demanda final, meios de produção e insumos para a agricultura de um tipo específico de produto agropecuário. Assim, o autor, apoiado na teoria da formação do mercado interno em Lênin (1985), intenta abordar a setorização da agricultura. Em suma, novos setores, como na indústria, engendram distintas formas de processamento de matéria-prima, e a agricultura se transforma internamente pela intensificação das relações intersetoriais dos CAIs.

A construção de ramos distintos ganha forma por meio da especialização, haja vista que a agricultura passa a estar interligada com o setor D1 (indústrias de bens de capital e insumos), D2 (meios de produção intermediário) e D3 (bens de consumo não duráveis e duráveis). Por isso, será possível falar em complexo agroindustrial na

medida em que a industrialização consolida novos ramos produtivos construídos dentro e fora da agricultura.

Por intermédio da divisão social do trabalho, a agricultura passa a ser mais um ramo da produção industrial, ao mesmo tempo vende matérias-primas para outros ramos e compra insumos. A agricultura perde sua capacidade de autorregulação e o Estado tem maior participação ao formular políticas específicas para cada complexo agroindustrial, atuando em duas frentes: contrabalancear a rentabilidade dos capitais empregados no campo e atuar mediante contradições, efeito da constituição dos CAIs.

Conforme o entendimento da industrialização da agricultura, procurou-se expressar as novas formas de organizar a produção agropecuária e o trabalho, identificáveis como efeito da transformação da base artesanal para a manufatura no capitalismo. Graziano da Silva (1994) adiciona dois elementos para elucidar a formação dos CAIs: considerar as atividades de serviços e a maneira endógena como são geradas as necessidades dos atores sociais em relação ao Estado e deste com os distintos CAIs.

Para não deixar dúvidas, as áreas de colonização do Sul do Brasil foram ocupadas por milhares de pequenos agricultores independentes, pequenos comerciantes e artesãos. A pequena produção mercantil que aqui se estabeleceu, transplantada do centro do capitalismo industrial, já carregava em si uma significativa divisão social do trabalho. Em outras palavras, a separação campo e cidade, na qual o agricultor dedica parte da sua produção para comprar o que não produz em seu estabelecimento pela geração de excedente comercializável, como tecidos e ferramentas.

Na formação econômica catarinense, a datar da primeira metade do século XX, a base de acumulação é conduzida por setores alimentares, têxteis e madeireiros. Assim, corresponde a pequenos e médios capitais comerciais inseridos nacionalmente. O surgimento de frigoríficos de pequeno porte data de 1930-1940, no Oeste do estado, e resultou do prolongamento das atividades de comercialização de animais com frigoríficos oriundos de São Paulo e da existência da frigorificação no Norte do Rio Grande do Sul e Vale do Itajaí (MAMIGONIAM, 1986).

Goularti Filho (2016) analisa o período transitório de 1945 a 1962 como diversificação e ampliação da base produtiva catarinense. Nesse processo, surgem novos setores industriais, combinando a pequena produção mercantil com o nascimento de capitais industriais de médio e grande porte; a agricultura industrializa-se por intermédio da construção do complexo agroindustrial. A partir de 1962, o padrão de acumulação

altera-se por intermédio da ação do Estado como síntese burguesa, e desse modo cria-se um novo sistema de crédito, são realizados investimento em energia e transporte e consolidam-se novos setores produtivos.

Essa fase é interrompida na década de 1990 pela ascensão do capital financeiro (internacional) no comando do processo de acumulação, o qual imprimiu mudanças estruturais na economia catarinense, como o encolhimento das atividades estatais e, para destacar, a desnacionalização parcial do complexo agroindustrial, indústrias de processamento e de bens de capital. Nessa linha, com a abertura indiscriminada do mercado interno na década de 1990, houve dificuldades de exportação ao setor agroindustrial, queda nos negócios, desativação de unidades e diminuição dos lucros (MAMIGONIAN, 1999).

Na esteira da industrialização brasileira [1950] e da modernização conservadora da agricultura, esses pequenos negócios comerciais se metamorfosearam em grandes capitais: Sadia, Perdigão, Seara, etc.. Nessa fase, os complexos agroindustriais de suíno/ave, soja/óleo e maçã se utilizaram de vantagens da Secretaria da Agricultura do estado e de incentivos federais e estaduais. Ao mesmo tempo, a construção de modernos frigoríficos e a expansão da produção “integrada” para a criação de aves reforçou o aprisionamento de pequenas áreas de terras a gigantescas massas de capital, fato que já ocorria na criação de suínos.

Por conta da crescente especialização e controle da produtividade dos colonos, e do baixo preço pago pela matéria-prima, surgiram áreas rurais subsumidas a indústrias gigantescas, no qual os colonos e suas famílias se tonaram produtores de matéria-prima e fornecedores de trabalho aos frigoríficos (MAMIGONIAM, 1986). Desse modo, o ramo agropecuário de suínos e aves insere a região do Oeste Catarinense na divisão nacional, e logo internacional, do trabalho, e desse modo milhares de integrados absorvem os custos agropecuários dos frigoríficos ao externalizar a criação de aves a propriedades rurais.

A dinâmica agrícola moderna é visível na mesorregião Sul Catarinense na produção de aves, bem como na suinocultura, lavoura de fumo e na rizicultura irrigada. Essas atividades induziram profundas alterações na condição técnica de existência das propriedades rurais, proveniente das antigas áreas de colonização e habitadas por diferentes grupos étnicos. De fato, há um deslocamento das populações rurais para a cidade, acompanhando a formação do mercado de trabalho. Criciúma foi uma das cidades que se destacaram ao longo da segunda metade do século XX por sua atividade mineradora. A cidade incorporava

trabalhadores, entretanto a mineração provocou impactos na agricultura, inviabilizou recurso hídricos e terra. Por outro lado, a urbanização possibilitou a mercantilização do produto agrícola, principalmente na pequena escala ou nos mercados informais, por conta do contingente populacional das áreas urbanas.

No sistema de integração vertical, integração ou fomento da produção agropecuária, o capital agroindustrial subordina o contingente de integrados dedicado à atividade. A agroindústria-frigorífico fornece ração, assistência técnica, pintos de um dia e resgata o animal terminado após o ciclo de 40-50 dias, processa e comercializa a mercadoria por preço de mercado. O produtor disponibiliza a sua propriedade, estrutura física, equipamentos e mão-de-obra. Integrado e agroindústrias compartilham riscos econômicos e ambientais, entretanto a relação não é de compra e venda, apesar da empresa se apresentar como intermediária e o integrado surgir como “autônomo” diante da empresa.

Também conhecida como parceria, a relação social é engendrada pelo contrato que pressupõe sujeitos formais iguais – integradora e integrado. Ainda que verbalizado em certos momentos, o contrato foi instituído nas primeiras integrações como meio de induzir pacotes tecnológicos nos estabelecimentos agrícolas. Conforme Dalla Costa (2008), de 1970 até a data da publicação do artigo o contrato permanece quase o mesmo: aplicado unilateralmente indica que o produtor não tem controle da produção e sobre as cláusulas prescritas, devendo seguir restritamente as orientações técnicas da criação de animais.

A obtenção de matéria-prima sob controle manifesta-se como produção industrial realizada em estabelecimentos agrícolas, por isso subsumida ao capital. O capital dedicado à atividade agropecuária, ao vislumbrar lucros, organiza a produção, distribui os meios de produção de sua propriedade, vigia a produção e o ritmo do trabalho. Nesse processo, o proprietário do estabelecimento aparece como autoempregador ou assalariado de si mesmo, proprietário de parte dos meios de produção, e carrega a impressão de liberdade ao exercer a atividade. De acordo com Goulart Filho (2016) o integrado é um “operário piorado”, pois é afastado da Consolidação dos Direitos Trabalhistas (CLT). Além disso, a relação integrados e frigoríficos passou por um processo de precarização ao longo da década de 1990 em Santa Catarina.

Nessa linha, o produtor integrado é um proprietário fundiário ou “trabalhador por domicílio” que corresponde à incorporação da unidade de produção agrícola pela indústria. Desse modo, a unidade de produção integrada é analisada conforme a categoria “salário por peça”, forma-

salário que controla a qualidade e o ritmo do trabalho exercido para o frigorífico (MARX, 2011). A produção familiar na agricultura busca obter valores monetários com o trabalho de criar animais; o produtor integrado contratante de trabalho vigia os trabalhadores exigindo igual qualidade média dos produtos – animais engordados.

A partir da diferenciação social, o contingente de integrados no Sul Catarinense é formado por agricultor familiar, agricultor, produtor familiar e “empresário”. Nesse sentido, o termo chave desta dissertação é experiência em Thompson (1981), ou seja, a transformação das relações sociais e de trabalho regida pela mercantilização e integração (subordinação) do trabalho rural ao processo de acumulação. A experiência resulta de relações determinadas de produção, mas no sentido fluido do termo torna a práxis humana do fazer e agir exequível. Embora a relação social de trabalho seja subordinada, a experiência social do contingente de integrados não é reduzida ao comando do capital agroindustrial.

Nessa linha, Kautsky (1986) auxilia a formular a questão de que maneira o capital industrial seguido pelo financeiro se apropriou e modificou a agricultura e continua a fazê-lo. Desse modo, o autor problematiza a substituição da propriedade jurídica da terra e das condições técnicas e sociais prévias para a formação do agricultor simples, um produtor de mercadorias com valor econômico. Não sem motivos, trata teoricamente da estrutura técnica do capital aplicado aos estabelecimentos de qualquer porte e os efeitos profundos dos mecanismos estruturais do mercado sobre a maneira de viver e trabalhar na agricultura.

O estabelecimento fornecedor de matéria-prima para a indústria de processamento persiste em função das necessidades da indústria e terá de se adaptar às necessidades da processadora. Nesse caso, há uma dependência técnica na medida em que a indústria passa a fornecer meios de produção e outros insumos sob pretexto de adequação, e de ordem essencialmente econômica, pois a indústria processadora se torna consumidora exclusiva dos produtos agrícolas. Daí, o agricultor é executor das normas do capital, o que leva Kautsky (1986) a caracterizá-lo como extensão ou operário da fábrica.

Por outro lado, o cerne da questão interroga de que maneira, para o capital, é necessário substituir as formas pretéritas de sistemas agrícolas por outras novas no processo de autoexpansão. Conforme Lênin (1985), o desenvolvimento do mercado interno do “país” representa o grau de desenvolvimento do capitalismo, isto é, a formação de um mercado para o capital. O capital aplicado na agricultura impõe

transformações e torna o agricultor dependente da estrutura do mercado, tanto para obter os meios de vida quanto para adquirir ferramentas de trabalho, meios de produção e a terra.

Os meios de subsistência da força de trabalho já não existem isolados, mas são adquiridos no mercado. Por isso, a necessidade crescente da venda de mercadorias, entre elas a própria força de trabalho, o aumento dos gastos financeiros e demais investimentos (GRAZIANO DA SILVA, 1998). A partir disso, Lênin assinala a diferenciação social que acompanha a decomposição do “campe sinato” pela desigualdade econômica. Assim, nem todos têm acesso aos instrumentos de trabalho aperfeiçoados, a modernização ou formação do mercado para o capitalismo leva os estabelecimentos desfavorecidos a buscar trabalho agrícola e não agrícola, estender a jornada de trabalho e “autoexplorar” sua força de trabalho.

No entanto, torna-se pertinente aprofundar algumas questões. Segundo Marx (2010), e não somente, o capital exerce função de produzir no processo real de produção valor excedentário, caso contrário não teria razão de ser. A expressão objetiva da apropriação de trabalho não pago é, por isso, a mais-valia (mais-valor). “O produto do processo de produção capitalista não é nem um mero *produto* (valor de uso), nem uma mera *mercadoria*, quer dizer, um produto que tem valor de troca; o seu produto específico é a *mais-valia*” (MARX, 2010, p. 68, grifo do autor). A grosso modo, ao final do processo o operário conserva o valor dos meios de produção empregados e fornece um valor diferencial além do tempo de trabalho socialmente necessário. Desse modo, a determinação global do processo de produção representa a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização; e o resultado, a mercadoria, existe objetivamente como valor de uso e valor de troca.

Desse ponto de vista, o trabalho assalariado é a mediação da relação capitalista de produção, porém há de destacar o salário por peça ou por produtividade a intermediar capital e trabalho. A questão a sublinhar é o fato de que o operário, e Marx trata como uma relação de classes, “trabalha como *não-proprietário* e que as *condições do seu trabalho* com ele se defrontam como *propriedade de outrem*” (MARX, 2010, p. 69, grifo do autor). A grosso modo, a premissa de Marx é a seguinte: homens e mulheres podem viver na medida em que produzem os meios de subsistência, desde que de posse dos meios de trabalho e das condições objetivas do trabalho. No conjunto, os componentes do trabalho são atividade adequada a um fim, e igualmente objetos do trabalho que se aplica ao trabalho e instrumentos ou meios de trabalho.

Ao contrário, o capital (modo de produção) subverteu a ordem, tanto o dinheiro entendido como meios de produção e de subsistência representados em mercadorias são defrontados ante o trabalhador despojado de toda riqueza material. Além da alienação dos meios e ferramentas do trabalho, as coisas, meios de subsistência, confrontam o homem como trabalhador assalariado. Mesmo que há aparência do intercâmbio de iguais, o conjunto dos capitalistas compradores de capacidade de trabalho defronta-se aos vendedores expropriados, que se veem forçados a venderem a sua capacidade de trabalho como única mercadoria.

As coisas, massas determinadas de trabalho objetivado, formas e metamorfoses do capital, se apresentam requerendo capacidade viva de trabalho, e assim meios de produção empregam o operário no processo de produção, e não o contrário. Os meios de trabalho e de produção são trabalho objetivado passado, propriedade de outrem, do capitalista. A medida que acumula capital ou meios de trabalho para subsumir, se apropriar de mais trabalho, o ciclo fecha sobre si mesmo. Marx (2010), para elucidar a questão, distingue dois processos capitalistas de subordinação do trabalho – subsunção formal e real. A subsunção formal do trabalho no capital é especificada como a primeira forma geral do processo capitalista desenvolvido. Nessa relação, a coerção do capital por dependência pessoal ou de fatores econômicos visa produzir mais-valia absoluta, ao prologar o tempo de trabalho necessário mantendo uma divisão do trabalho pré-existente. Assim, o significado consiste em elevar a jornada de trabalho acima do valor da força de trabalho, e o capital se apropria desse sobretrabalho.

O fato histórico que identifica a subordinação formal e real é a massa de capital sob a qual o mesmo padrão dirige certa quantidade de operários: e a base sociotécnica artesanal, manufatura e indústria. Com a sociedade burguesa afirmada, a agricultura adquiriu identidade de produzir mercadorias e não mais subsistência. O trabalho não é mais de agricultores isolados, mas trabalho social (parcelar, assalariado, temporário) expansivo sob a forma de produtores de mercadorias vinculados à economia de um país.

Na subordinação real do trabalho ou extração da mais-valia relativa, a revolução total persiste e prossegue infinitamente em paralelo à mistificação do capitalismo. A produtividade do trabalho altera profundamente as relações do capitalista e do operário ao revolucionar agrupamentos sociais e os processos técnicos do trabalho. Em outras palavras, o capital vislumbra produzir maior quantidade de produtos feitos com um menor *quantum* de trabalho necessário. Por isso, a mais-

valia absoluta e a mais-valia relativa são formas da produção capitalista, maneiras de subsumir trabalho no capital, onde a primeira substitui a segunda.

O trabalho deixa de ser independente para converte-se em social, exercício coletivo de indivíduos comuns, ou seja, trabalho abstrato. Por isso, na produção real de mercadorias, o meio de produzir mais-valia relativa se converteu na forma geral e socialmente dominante da produção. Isto é, limitar a taxa de trabalho socialmente necessária e dividir em pequena parcela a jornada; repartida por trabalho necessário e mais-trabalho (MARX, 2011). A mais-valia relativa é limitar parte do trabalho socialmente necessário e ampliar o tempo de trabalho não pago, e da mesma forma é mais-valia absoluta, por prolongar a jornada de trabalho socialmente necessária além da existência (medida em salário) do próprio trabalhador.

Nesse sentido, os determinantes anteriores são amplificados e da mesma forma decorre a mistificação implícita das relações sociais correspondentes que se desenvolve entre os diferentes agentes da produção, capitalistas e assalariados. A sedimentação da mais-valia relativa em um setor pode ocorrer na implantação da mais-valia absoluta em outro setor, e sucessivamente. De modo geral, a economia capitalista funciona ao estabelecer uma taxa normal de lucros ao determinar a força de trabalho sob a forma de capital variável combinada com capital constante. As forças produtivas do trabalho, ou o trabalho, apenas é idêntico ao capital, e não se apresenta como força produtiva do operário individual e tão pouco do operário cooperado. Marx, do mesmo modo, identifica a contradição e o significado histórico do capitalismo, “precisamente mercê da transformação do processo imediato de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho.” (MARX, 2010, p. 90). Em suma, a produção contradiz produtores de fato para o qual os produtores não contam; produzir trabalho sem o trabalhador: o lema do patrão!

Ao aplicar a teoria social da sociedade burguesa para os estudos da agricultura, Lênin (1985) observou a formação do mercado interno, que é em si um mercado capitalista de mercadorias, meios de produção e de força de trabalho. O assalariado agrícola e a burguesia rural são os sujeitos a destacar a penetração do capitalismo no campo. Em Kautsky (1986), o processo de expansão do capital evidencia a fragmentação e a formação de uma massa de camponeses parcelar subsumidos ao capital comercial, industrial e financeiro. Em contraste com a grande propriedade da terra e empresa capitalista agrícola, os pequenos estabelecimentos são induzidos pelos mecanismos da sociedade

burguesa ora a tornar-se assalariados ora a permanecer como produtores de mercadorias, porém a duras penas e por meio da autoexploração. Fato que para o autor é a expressão do conservadorismo que disfarça a situação de subordinação.

Em Marx (2017), na afirmação do modo de produção capitalista, a hegemonia burguesa subsume formalmente modalidades pretéritas, transforma e conserva formas híbridas em um processo histórico de transição. O debate por trás das teorias é a ação política, e desse modo, o confronto das ideias torna-se inteligível pela compreensão do movimento real da sociedade.

Segundo Wanderley (2011), no Brasil, o termo tecnificação foi empregado como sinônimo de decomposição para compreender o “produtor tecnificado”, agricultor do Sul do país, e buscava compreender o surgimento de expressivo contingente de pequenos proprietários fundiários estimulados pelo complexo agroindustrial por intermédio do contrato imposto. Daí, surge a diferenciação social entre os produtores: inseridos no mercado, parcialmente inseridos e pouco inseridos. Desse modo, a tese da tecnificação significa que, por mecanismos de crédito, o produtor transformou o processo produtivo, inseriu maquinarias na produção. Assim, o agricultor com certo patrimônio sociocultural é transformado e apresenta-se ora como um burguês e empresário capitalista, ora como proletariado subordinado ao poder da integradora. De fato, representa o relato histórico das formas de viabilizar o seu modo de vida e as estratégias adotadas pelo capital para inviabilizá-la (WANDERLEY, 1985).

A discussão clássica sobre a questão agrária é determinada pela decomposição e, por outro lado, pelas formas de resistência ou melhor especificidades. Aleksandr Chayanov (2014) é reconhecido como um dos teóricos sobre a produção familiar. Podemos resumir brevemente suas ponderações. A renda anual derivada do “trabalho da família” não poderia ser decomposta em termos de custos de produção por não haver as categorias “salários”, “capital”, “juros” e “renda”. Em outras palavras, a relação terra, trabalho e capital é mediada pela intensidade do trabalho, ou autoexploração, única categoria aplicável para o entendimento da estrutura “econômica” não capitalista. Assim, a expansão e diminuição da atividade da unidade de produção consiste no equilíbrio entre duas variáveis: por um lado a satisfação subjetiva das necessidades familiares e por outro lado o dispêndio de trabalho para realizar tal satisfação.

No entanto, quando atinge o fim da atividade econômica, o bem-estar, o “sujeito” abandona as vantagens econômicas decorrentes da

produtividade da força de trabalho. O emprego da tecnologia orienta a estrutura da organização do trabalho a partir do momento que possibilita estabelecer um patamar de bem-estar moral (CHAYNOV, 2014). Em síntese, o aumento e diminuição da intensidade do trabalho por meio da introdução de novas tecnologias (aumento da produtividade do trabalho) está relacionado com a composição do grupo familiar: maior ou menor trabalho é interessante quando a unidade de produção produz maior receita com menor esforço e a intensidade do trabalho mantém a ocupação da força de trabalho.

Nesse sentido, Archetti (2014) tenta aproximar Marx e Chayanov. Conforme o autor, Marx e Chayanov procuraram, no debate teórico, meios de explicar a falta de acumulação de capital na produção familiar. Marx observa que o excedente é transferido na forma de trabalho, sendo negativo o valor do produto em relação aos custos de produção, pois tal lógica não incluiria o trabalho como custo de produção. Para Chayanov, a partir da leitura da reprodução simples marxiana, o trabalho familiar é interrompido quando atinge excedente suficiente para comprar o que o grupo familiar necessita. Em Marx o limite da exploração é a média do salário social, em Chayanov é o limite da autoexploração. Marx vê o excedente gerado como responsável por suprimir necessidades objetivas e subjetivas, porém modificadas constantemente por novas necessidades no mercado.

De acordo com Marx, a lógica camponesa e artesã se desenvolveu sob diferentes modos de produção; já Chayanov define a economia camponesa no mesmo nível do capitalismo. O problema é complementar, mas ao tratar da especificidade ignora-se a subordinação, por buscar outras lógicas se desloca o problema de não compreender o capitalismo (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Há que se considerar que vive-se em capitalismo distintos, do centro à periferia, do capital financeiro ao capital mercantil. E como uma relação de classes, destaca-se que o produto social é apropriado por grupamentos que reproduzem a estrutura social na produção e circulação.

Desse modo, a questão desta dissertação é tratar de como se constituiu o integrado avícola no Sul Catarinense. Teoria, crítica ou polêmica, no sentido atribuído por Thompson (1981), porém metodologia sem uma teoria ou destituída de um conjunto de conhecimento não faz o menor sentido; o contrário igualmente é sólido. Os termos do materialismo histórico servem de auxílio ao argumento do historiador inglês, mas teoria entendida como conhecimento histórico que requer questionamento.

A lógica do processo histórico é indeterminada, ainda permanece sujeita a determinações e pressões, entretanto a reconstituição do evento e da conjuntura apenas poderá ser feita pela análise histórica. Além disso, o evento histórico torna-se relevante por sua significação para o processo social e os critérios de seleção e exclusão. Dito isso, emerge a inteligibilidade intencional do acontecimento compreendido pela apreensão da regularidade do processo por intermédio do argumento do historiador, e de acordo com a interrogação das evidências e diálogo das hipóteses (THOMPSON, 1981, p. 103-107).

De fato, Thompson sustenta a importância dos termos “experiência” e “processo” como prática humana, pois “estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, e em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência.” (THOMPSON, 1981, p. 111). Relações determinadas no sentido fluido enquanto conflito de interesses e valores entre homens, grupos e classes e não de estruturas com qualidade histórica. Por isso, homens e mulheres nasceram ou entraram involuntariamente em relações sociais de produção, resultado da modificação das forças sociais produtivas, e essas experiências exercem pressão em dois modos: no ser social (a experiência concreta dos indivíduos) e na consciência social (em termos da realização cultural). Thompson (1981) tem por pretensão compreender a permanência cultural na dialética entre economia e cultura, e por isso, o fazer-se trabalhador e classe existente em consciência histórica na luta.

Thompson (1981) se utiliza da metáfora para indicar a lógica do processo, a totalidade ou formação social determinada apenas por meio da análise histórica. Embora contraditória e ambígua em sua obra, Thompson escolheu, herdou e aperfeiçoou o marxismo que privilegia as relações sociais de produção sob as forças produtivas (CARDOSO, 2012). Assim, a questão geral é como tal grupo de indivíduos ou mesmo instituição chegou a alcançar o papel social que lhe é atribuído. Marx, no *Grundrisse*, por tempo de esboçar a sua obra, já afirmava que lhe interessava as categorias econômicas determinadas historicamente (MARX, 2011).

Desse modo, Thompson volta para a experiência, o termo médio entre ser e consciência social, porque “dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre as outras atividades.” (THOMPSON, 1981, p. 112). Também retorna para uma categoria clássica, a práxis, desta maneira destaca: é por meio da aprendizagem que a vida social se

mantém, sem ela toda produção social cessaria. Desse modo, Thompson problematiza:

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”: são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “apreendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar na família, no trabalho e na comunidade imediata. (THOMPSON, 1981, p. 194).

Dessa maneira, os indivíduos e grupos vivem seus valores em conflito de interesse concreto, e valores são vividos como sentimentos, inclusive os que lhe são mais caros. O sentido do estudo da cultura para o materialismo histórico busca perceber a permanência cristalizada de normas, regras de reciprocidade, os modos de vida e as relações sociais produtivas e familiares. Ou seja, por meio das suas experiências homens e mulheres retornam como sujeitos, não como indivíduos livres, mas que experimentam situações e relações de produção determinada e tratam essas experiências na sua cultura (THOMPSON, 1981, p. 198).

Nessa linha, conceitos como necessidade e classe significam junção, ao contrário, a experiência é disjunção, é a outra totalidade da “estrutura”, e assim “fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão.” (THOMPSON, 1981, p. 188-189). Em outras palavras, no nível da teoria e da prática, a estrutura social é transmutada em processos, e, portanto, o sujeito é reinserido na história. Para uma melhor delimitação, a questão de partida é como cada “geração” interpreta e manipula suas experiências, efeito de relações determinadas e de qual autoconsciência emergem deste processo histórico, econômico e social.

Para isso, precisamos inserir o sujeito na história. Em 2013 ocorre a organização dos avicultores em torno da Associação dos Avicultores do Sul Catarinense (AVISUL). Em 2014 estivemos conversando com representantes da AVISUL para buscar evidências e localizar a compreensão dos principais problemas da atividade ao nível regional, observamos assembleias e acompanhamos o desenrolar das questões. Assim, foram identificadas diferentes trajetórias de trabalho, aqueles que são agricultores e outros que investiram na atividade, embora tenham proximidade com a agricultura. Em 2014, em torno de 780

estabelecimentos rurais atuaram na cria, recria e engorda de aves. Anos antes, duas tentativas de organização dos avicultores foram desarticuladas pelo patronato dos grupos empresariais.

Ainda que não seja a primeira tentativa de organização, a mobilização é efeito da acentuada crise no setor entre os anos de 2010-2012, que atingiu diretamente dois grupos empresariais situados no Sul Catarinense. Naquele contexto, o encarecimento do milho e a falta do cereal no mercado resultou em problemas financeiros nos frigoríficos que operaram na mesorregião do Sul Catarinense. Um destes frigoríficos foi absorvido a partir de 1997, em Nova Veneza, e o outro, situado no município de Morro Grande, foi absorvido em 2005. No município de Forquilha encontra-se a planta agroindustrial, datada de 1978, que operava sob marca da Seara e controle da *Marfrig*. Hoje as três plantas industriais são dirigidas pela JBS¹ Aves e JBS Foods, e na transferência do controle das unidades produtivas foram relatadas exclusão de produtores por participar da organização e outras formas de repressão, como desligamento por não ser desejado para as atividades da empresa em exercício.

A partir da mobilização, foi relatada opressão, ou seja, abuso de poder econômico, exigências constantes e acúmulo de dívidas contraídas para investimento, aquisição e melhoria da produção. Além do aumento dos custos da produção do lado agrícola e a falta de reajustes no preço recebido por animal terminado, bem como endividamento funcional provocado pela remuneração abaixo do custo de produção. Desse modo, a AVISUL busca estabelecer o diálogo com o patronato industrial, mas encontra a impossibilidade do acatamento de suas reivindicações como preço, transparência das informações e maior segurança no contrato. Desde maio de 2014 a empresa se retirou da negociação coletiva e apenas trata os integrados de maneira individual ou por intermédio da associação dos municípios.

A relação social e de trabalho do produtor vinculado ao capital comercial e agroindustrial produziu um expressivo conjunto de estudos em Santa Catarina e no Sul do país. Um dos primeiros estudos foi realizado pelo Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG/SC), intitulado “Análise do Sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina”, de 1978, e tornou-se uma referência à integração, e, por conta das críticas, nunca chegou a ter uma publicação oficial, sendo quase um material proibido.

¹ As iniciais JBS significam José Batista Sobrinho, pai de Wesley e Joesley, que na década de 1980 já tocavam dois frigoríficos em Goiás com o nome de Friboi.

Tavares dos Santos (1984) abordou sociologicamente o conceito de camponês como forma não especificamente capitalista em seu estudo sobre a região colonial do Norte do Rio Grande do Sul. Em seu trabalho, as relações monetárias estabelecidas com as indústrias vinícolas denotam a exploração do sobretrabalho por meio do rebaixamento do preço das uvas e outros mecanismos, como prolongar o prazo de pagamento. Desse modo, o colono detém a propriedade dos meios de produção, repõe os pressupostos de produção e do trabalho, ainda que via sistema de crédito. Por outro lado, a indústria controlava apenas formalmente o processo de trabalho, ao restringir as áreas plantadas de uvas e etc.

Belato (1985) procurou trabalhar o Oeste Catarinense e Meio-Oeste, território de atuação dos oligopólios Sadia, Perdigão e Seara. A subordinação da produção agropecuária e do produtor integrado de suínos e aves caracteriza-se pela atuação do monopólio-oligopsônio que centraliza poder ao se tornar único comprador e controlador dos mecanismos de funcionamento do mercado. Basicamente, a concentração de capitais impõe a adequação da produção, a seletividade dos fornecedores e estimula a prática da coesão por mecanismos econômicos e extraeconômicos: o integrado é um ameaçado. Dito isso, a integradora explora a mão-de-obra familiar ociosa nos estabelecimentos, induz uso de insumos modernos e tecnologia. Além disso, gera interferência na decisão sobre o andamento da atividade e mesmo do estabelecimento rural como um todo.

Pimenta (1984) destaca que a ação de três monopólios na região do Vale do Rio do Peixe dividiu o território rural do Meio-Oeste pela exclusividade do trabalho integrado exercido para cada empresa. O monopólio é um monopólio de circulação dos produtos, ou seja, apoiada em Marx esta autora trata de problematizar a apropriação da pequena produção mercantil pela indústria com toda sua herança histórica e trabalho de base familiar. Por isso, a autora exemplifica o controle do processo direto do trabalho por associação da mais-valia absoluta (aumento do trabalho e baixa remuneração) e da mais valia-relativa por intermédio das exigências de modernização dos estabelecimentos que transferem um maior *quantum* de trabalho, ou seja, sobretrabalho.

A proposta de Campos (1987) é interessante ao percorrer o caminho inverso na análise: a saber, a exploração da produção integrada decorre em nível social pela vinculação orgânica a capitais agroindústrias. Desse modo, o autor procurou demonstrar quais as rupturas sociais e econômicas foram mais significativas. A gênese da subordinação surge na região do Vale do Rio do Peixe pelo estímulo da

produção e da demanda de suínos e derivados, mas só se torna efetiva durante a década de 1970. Os preços praticados anteriormente por comerciantes, fruto de especulação, progressivamente são fixados por frigoríficos, e assim o processo estabelece uma condição média de produção e patamar determinado por essas relações sociais. A mercantilização de parte das mercadorias colocou os agricultores isolados em relação ao mercado, porém de 1945 a 1964 apenas transcorreu a multiplicação das unidades familiares.

Por isso, o segredo da rápida acumulação do capital agroindustrial na metade da década de 1960 foi dispor de fornecedores de matéria-prima em condições favoráveis para se apropriar do maior excedente possível. A contrapelo, a estratégia da modernização induzida às unidades de produção pela ação do mercado dominado e oligopolizado conformaram dois pressupostos históricos que implicava diretamente na reprodução de novas unidades familiares: o aumento do preço da terra e os mecanismos de remuneração dos componentes do grupo familiar.

A modernização como saída dos produtores para contrapor a baixa remuneração fora estimulada pelo setor de fomento dos frigoríficos, que se tornou beneficiário do aumento da produtividade do trabalho, indireta e diretamente das políticas agrícolas e de crédito rural. Campos (1987) demonstrou que a subordinação não é apenas relação mercantil, e o mercado representa sua manifestação aparente, e por meio da dominação das agroindústrias os preços são manipulados por ação deliberada dos departamentos de fomento agropecuário e incidem sobre a condição média de produção, ou de existência da produção familiar.

O Sul Catarinense é esboçado no trabalho de Paulilo (1987). A partir das noções weberianas de campo de forças, a autora procura subsídios para apreender a relação dos produtores integrados de suínos, aves e fumo e do agricultor não integrado na esteira da modernização da agricultura. A opção teórica torna possível entender a integração não apenas como uma subordinação direta aos determinantes do capital que opera unidades industriais, permitindo problematizar os integrados por meio de entrevistas; assim a pesquisa parte do sujeito, o integrado. Do mesmo modo, aborda a policultura e a organização da produção na divisão do trabalho de homens e mulheres.

Paulilo (1990) indaga o senso comum e trabalhos acadêmicos que caracterizavam a subordinação ao capital agroindustrial e falta de autonomia produtiva, resultante da transferência do processo produtivo como único fator explicativo da integração. Conforme essa autora, a adequação para os avicultores não significou necessariamente obter

ganhos monetários suficientes, porém se deixava em suspenso vantagens secundárias: pequeno espaço de terra necessário, trabalho que ocupa a mão-de-obra disponível, capitalização das propriedades e outras. Em contrapartida, as vantagens secundárias aprisionam os estabelecimentos enquanto o vínculo se mantiver ativo. A própria policultura é o esteio que sustenta o valor baixo pago pela matéria-prima produzida de maneira integrada (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Nessa linha, dos trabalhos de maior fôlego citamos Ferreira (1995), sobre suinocultores no Oeste do Paraná. A autora questiona conveniências teóricas, e utiliza em referência as expectativas profissionais, e do mesmo modo busca ampliar a compreensão da natureza da subordinação. Pergunta como os agricultores articulam elementos tradicionais e modernos no transcorrer da modernização da agricultura. Em complemento, pergunta se o contrato homogeneiza os estabelecimentos e agricultores ou agrega mais um elemento na heterogeneidade social de agricultor, suinocultor e produtor diversificado.

O lastro é tangível na questão do preço do produto, assim a empresa e a cooperativa perseguem lucros. A renda do produtor integrado deriva de uma expectativa, mas que é orientada conforme as estratégias empresariais de concorrência para se adaptar às mudanças de atuação nos seguimentos de mercado que atua (FERREIRA, 1995). Assim, o fator implícito na remuneração conforme a produtividade e mecanismos arbitrários de extração de excedentes indica o esvaziamento da questão do preço, tratado como resultado geral e interno da qualidade do empreendimento integrado. Isso é denominado de meritocracia, uma forma de premiar e punir os produtores unilateralmente sem levar em conta os determinantes externos como fatores técnicos e de insumos.

Ainda segundo Ferreira (1995), a integração convive num espaço sustentado por uma lógica produtivista, mas objetivamente o efeito da estratégia agroindustrial suprime a contabilidade necessária para esse molde, ou seja, a integradora deseja manter a estrutura de dominação. Nos termos da autora, o integrado é uma empresa incompleta ou uma quase apreensão do empreendimento e da atividade integrada subentendida em questões genéricas de vantagens proporcionais. Por outro lado, apesar das supostas modificações na estrutura técnica e relacional da atividade agroindustrial ao longo dos últimos anos, o problema permanece o mesmo.

Por isso, a relação contratual conjura relação de poder, de poder dar ordens e reduzir os agricultores em meros elementos da cadeia alimentar. Ainda que a dinâmica escape à determinação dos agricultores,

a autora pressupõe que estes conseguiram construí-la, seja ao menos para informar ao lado industrial o próprio ritmo tanto no processo de mudança e desenvolvimento quanto na forma tecnológica e organizativa.

Outro estudo interessante é desenvolvido por Tedesco (2001) na região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, marcada pela presença de agroindústrias e produtores de aves e frutas. Nesse trabalho o autor problematiza o vínculo da contratualização e da racionalidade da produção agrícola familiar na externalização da unidade de produção (socialização) e absorção da modernização técnico-produtivista pelo direito formal no vivido.

Nessa direção, a integração com a agroindústria é uma estratégia de sobrevivência, mas que passou por redefinições. Além disso, o convívio familiar e social é subtraído por meio da deformação das noções de tempo e espaço implícito na expectativa orientada pela ação e razão econômica de valorização dos capitais. Assim, o contrato autoriza e complexifica as relações de trabalho, fazendo externalizar a unidade familiar em direção de uma maior interação social, local e comunitária na construção de uma identidade funcional de trabalho agrícola (TESDESCO, 1994, 1998, 2001).

Stropasolas (2006) demonstra pela inserção socioeconômica o contraditório: a desagregação e o esvaziamento comunitário de maneira mais completa. A agroindústria mantém restrito os índices de pagamento e o valor do produto agrícola produzido “industrialmente”. De acordo com Stropasolas (2006), o contrato de integração de produção foi construído a partir da sedimentação do conjunto de relações culturais e econômicas, ao mesmo tempo contraditório e representando duas visões de mundo entrelaçadas.

Como um jogo, os agentes desiguais compartilham interesses e resultados, há projeção do futuro da coisa planejada. A unidade familiar participa desta modernidade, inclusive por questões econômicas. No entanto, a parcela empresarial do círculo socioproductivo move um esforço permanente em dinamizar e estabelecer o ritmo e a lógica imposta pelo mercado. Afirma que essas práticas movidas pela racionalidade da maximização dos lucros do círculo socioproductivo estão esvaziando as referências e sentidos do espaço agrícola: a produção de alimento.

Além dos trabalhos citados acima, encontra-se Dalla Costa (1993, 1997), Espindola (1999, 2002), Mior (1992, 2005), Pizzolatti (1996), Pertile (2008), Nogueira e Jesus (2013), Barinhas (2012), Alves (2008), Bosi (2014), Moreira (2016) e Hartwing (2016). Sob diversos aspectos e

teorias tratam-se de trabalhos em grande maioria resultados de teses e dissertações de diversas áreas do conhecimento sobre os três estados do Sul do país.

Esta dissertação necessita de fontes. Nesse sentido, obteve-se uma parte escrita por intermédio da associação, matérias de jornais, boletins informativos de instituições públicas e privadas, estudos técnicos e estatísticos. De acordo com a proposta do trabalho, será necessário apreender a metodologia da história oral e aprofundar questões da produção do conhecimento.

Amado e Ferreira (1996) classificam a história oral como uma metodologia que ordena e estabelece procedimentos de trabalho. Ou seja, implica determinar os efeitos para a pesquisa dos diferentes tipos de entrevistas e suas particularidades, as formas possíveis de transcrição dos depoimentos e a relação historiador e entrevistado. De acordo com as especificidades, o objeto de estudo da história oral é recuperado por meio do processo de rememoração, ou seja, seleção e esquecimento. O historiador valoriza a narrativa que organiza a construção e organização do discurso. As fontes orais são pontos de vista individuais legitimados como fontes por seu valor informativo e simbólico. Por isso, o testemunho oral visa esclarecer trajetórias individuais, histórias de movimentos sociais e suas lutas cotidianas esquecidas e encobertas (AMADO; FERREIRA, 1996).

A história oral estabelece um ponto de convergência entre teoria e prática. Como toda metodologia é capaz de gerar questões em sua prática, porém não consegue oferecer soluções para as problemáticas que suscita. Em outras palavras, apenas a teoria da história se dedica e têm meios para pensar abstratamente em termos conceituais as relações complexas entre história e memória, “sujeito e objeto de estudo, entre história de vida, biografia e autobiografia, entre diversas apropriações do discurso social.” (AMADO; FERREIRA, 1996, p. 15-16). Em síntese, o conhecimento histórico é produzido pela interdependência entre prática, metodologia e teoria. Mas a teoria é quem anima o trabalho em história e o mesmo é válido para a pesquisa pautada em fontes orais (FERREIRA, 2012, p. 170).

Segundo Amado e Ferreira (1996), sobre a perspectiva temporal da história, o tempo presente é por excelência compatível com a expansão das questões da metodologia da história oral, das problemáticas entre história e memória e da ampliação das temáticas. De maneira geral, a justificativa do tempo presente indica rever e mesmo construir a interação entre presente e passado na perspectiva da

disciplina histórica, e retornar para a história a perspectiva do estudo do contemporâneo.

Conforme Rémond (1996), diferente do instante, a história da proximidade é de duração e tem uma unidade de tempo. Por isso, a reflexão torna-se importante para buscar a delimitação de seus objetos, pressupondo um acelerado processo de deslocamento de problemas e temas que define a história do tempo presente. Em contrapartida, Rémond (1996) se pergunta a respeito do efeito da reinserção do tempo presente na perspectiva do historiador, ou seja, lembra pensar conscientemente as ideias atribuídas a seu ofício e seu papel social. Entretanto, alerta Rémond (1996, p. 208), “cuidemos para não nos apropriarmos da história” como um bem comum pertencente a todos, e cada sujeito tem o direito sobre sua história ou memória.

Conforme Bédarida (1996), a construção social da história é formada por narrativas múltiplas e o conhecimento é uma mistura complexa de objetividade e subjetividade, e assim trata-se de distinguir os níveis de verdade, os mecanismos de legitimação do discurso, a construção do fato e do evento. Entre as questões colocadas ao presente e ao passado é interessante destacar o olhar plural para a experiência social do tempo e a transformação das experiências do tempo (PEREIRA; DA MATA, 2012).

De acordo com Chartier (1996), a história imediata prospera pela quantidade de informações e pela possibilidade do pesquisador formar sua própria base de documentação, se bem que desloca o lugar institucional do arquivo. Além disso, a tradução do significado avança, pois o pesquisador compartilha com seus contemporâneos narrativas históricas, categorias de pensamento e as referências fundamentais da memória coletiva em que está inserido. A questão pertinente é saber reconhecer e historicizar as condições múltiplas de produção e validação do saber histórico, e desse modo a cientificidade consiste em questionar a manipulação da narrativa, da memória coletiva, dos fatos impostos e deformados.

De acordo com Motta (2012), há uma proximidade na constituição do tema e da trajetória intelectual do pesquisador, e o historiador que se reconhece como tal vive e escreve sobre seu tempo. Embora o afastamento temporal, até então elemento da legitimidade científica, seja deslocado para questões de ética, é pertinente manter atenção no trabalho científico por intermédio da vigilância das nossas posições políticas e preconceitos. Por isso a legitimação de reflexão do tempo presente pressupõe desafios ao exigir aprofundar o conhecimento

do passado ou da história e da produção historiográfica ou das representações do passado.

Na oralidade o desconhecimento pode ter como efeito reproduzir depoimentos diretos, “produzidos pelas memórias dos entrevistados e recolhidos acriticamente, reafirmando assim uma memória não coincidente com as evidências empíricas.” (MOTTA, 2012, p. 34). De fato, o básico do aprendizado em história consiste no questionamento de fontes, gerar choques de interpretação sobre uma mesma evidência e fazer incessantemente novas perguntas às fontes aceitas.

As entrevistas foram realizadas nos períodos de janeiro e julho de 2017, e por efeito da atuação da JBS propomos anonimato a todos os relatos desta dissertação. No entanto, em alguns casos obteve-se autorização de identificar entrevistas e em outros acatamos pedidos de omitir informantes. Produzimos 22 entrevistas no total, sendo 16 com avicultores e ex-avicultores no ano de 2017. No transcorrer da pesquisa voltamos até às pessoas com as entrevistas transcritas para obter termo de doação e solicitar outras informações. Por isso, ocorre de omitirmos informantes apesar da disposição em narrar a sucessão dos fatos e truculência do capital. Também, a tarefa de denunciar os atos da empresa está relacionada a referendar relatos por ordem de realização, e não por identificação aos entrevistados. Das entrevistas esperamos revelar a experiência dos avicultores integrados, porém a riqueza dos relatos não se esgota nos objetivos desta dissertação.

O capítulo primeiro trata da relação social e de trabalho subordinada ao capital no Sul Catarinense, e de que maneira a atividade integrada reflete na condição de existência. A questão principal pressupõe a integração e a transformação do trabalho agrícola, ou seja, a própria agricultura modernizada. Nessa linha, busca situar o setor que ganha forma pela integração agroindustrial, e incorpora o contexto regional por meio de estatísticas e trabalhos que dissertam sobre a atividade e seu sujeito. O conhecimento acumulado e as informações impressas nos jornais complementam a narrativa que procura reconstruir os fatos da atividade agroindustrial no Sul Catarinense.

O capítulo seguinte persegue qual experiência social e trajetória de trabalho pode ser encontrada no lado agrícola. De maneira geral, o objetivo das entrevistas, pautadas pela metodologia da história oral, visa acompanhar trajetórias particulares, que orienta apreender como tal empreendimento se materializou e por intermédio de quais fatores e expectativas alimentaram a avicultura no Sul Catarinense. Ademais, busca perceber as formas de resistências, as ingerências, as contraposições e o conteúdo e significado expresso nos termos do

trabalho. Busca-se dar sustentação na narrativa por intermédio da discussão da decomposição e resistência, capitalização e proletarização, ao apresentar a subordinação real dos estabelecimentos.

O último capítulo vislumbra a organização dos produtores da região. O dado será o que os identifica e os diferencia. No primeiro tópico apresentamos aspectos da teoria social que pretende dar conta das formas de organização dos produtores para mapear a estrutura e canais de representação, identificar a divisão dos sindicatos de produtores e de trabalhadores rurais. Introduzimos questões do histórico da constituição das organizações no campo, dos sindicatos dos trabalhadores e produtores rurais patronais. Nessa direção, buscamos situar no tempo presente a constituição da AVISUL como parte de um movimento mais amplo estadual e nacional que busca articular as representações dos trabalhadores do complexo agroindustrial. Assim, a intenção é expor as maneiras de organização mobilizada dos fornecedores de matéria-prima no quadro histórico.

Desse modo, trata-se de mapear regionalmente a disposição dos sindicatos e suas propostas e verificar se a estrutura sindical comporta a demanda destes sujeitos. Por fim, aborda-se os três anos de articulações na luta do movimento organizado. Assim, apresenta-se um apanhado do transcorrer da constituição da AVISUL: direções, desafios e caminhos encontrados pela associação; meios e percalços para promover a organização dos produtores na região; as estratégias empresarias de hoje e outrora. Também apresentamos a formalização das reivindicações dos avicultores para situar o quadro da agricultura regional e as interfaces entre poder público e outras instituições.

2 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO SUL CATARINENSE: MAS QUAL AGRICULTURA?

Com [a] dívida para pagar as pessoas se submetem a trabalhar da forma que eles [frigoríficos] querem. É isso que... e isso se for analisar, eu disse isso, não tenho medo de falar até pra promotora [...]. Eu falei que é um sistema de escravidão. É análogo a escravidão. Isso porque existe um livro de sociologia, acho que tu como um universitário deve saber, que tem a escravidão por endividamento. Tá escrito lá num livro: escravidão por endividamento. Tu é escravo pela tua dívida, te obriga a trabalhar, a trabalhar. Tem produtores aí trabalhando 24 horas por dia, 365 dias por ano, pra ver. (EMIR TEZZA, PRESIDENTE AVISUL, 2016).

A integração de estabelecimentos agrícolas às agroindústrias é uma questão complexa, intrigante e da mesma forma polêmica para pensar as transformações da agricultura em cinco décadas. Homens e mulheres participaram desse processo, e assim o texto, ao procurar realizar o conhecimento histórico, se apresenta como uma contribuição à história regional. Desse modo, enquanto reflexão sobre essas experiências socialmente determinadas, o materialismo histórico é o conhecimento que possibilita uma forma de consciência social (THOMPSON, 1981).

Por isso, os tópicos abaixo têm por pretensão demonstrar os reflexos da atividade capitalista na pequena produção e como a avicultura integrada se impôs sobre outras possibilidades a pequenas propriedades. Em outras palavras, trata de situar no tempo as questões que estiveram em paralelo com a modernização conservadora da agricultura, que impactou direta e indiretamente a pequena produção, a avicultura industrial modificada constantemente por estratégias empresariais de maximização de lucros, os mecanismos agroindustriais de controle e ritmos do trabalho, a impressão de comportamentos aos produtores familiares na agricultura e o modelo de desenvolvimento rural hegemônico que estrutura a viabilidade política, social e cultural da integração.

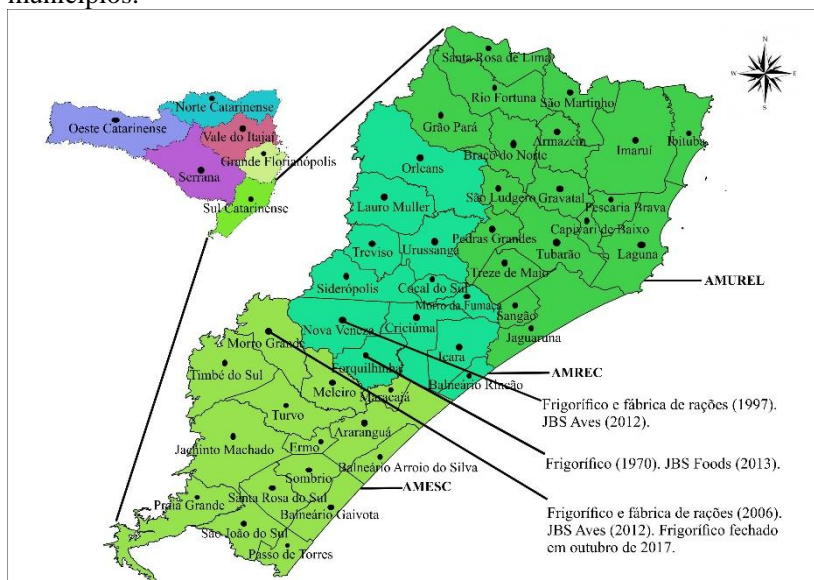
Assim, esta dissertação apresenta a trajetória dos grupos empresariais nas décadas de 1980 a 1990 no contexto regional do Sul

Catarinense e seus efeitos nos produtores rurais e trabalhadores dos frigoríficos. Abordando tempo presente, aprofunda a incorporação das plantas agroindustriais pela JBS Aves e JBS Foods, retratando o período de crise de abastecimento do setor de 2010 a 2012. A contrapelo, revela o dissenso objetivo entre os sujeitos que compõem partes da “cadeia de produção” e “distribuição”, por intermédio do estudo socioeconômico dos estabelecimentos avícolas e dos custos de produção para o Sul Catarinense. Assim, trata da proposta de entendimento para situar e aprofundar a subordinação da produção integrada às agroindústrias.

2.1 ASPECTOS GERAIS E O RURAL DO SUL CATARINENSE: ESTRUTURA FUNDIÁRIA, ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E CARACTERÍSTICAS DA DIVISÃO DO TRABALHO

A mesorregião Sul Catarinense, composta por 46 municípios, integra, com suas particularidades, um relevante papel no contexto socioeconômico da divisão social do trabalho, tanto em nível estadual quanto nacional e internacional.

Figura 1 - Mesorregião Sul Catarinense, dividida por associações de municípios.



Fonte: Elaboração do autor.

Optou-se por enfocar neste trabalho a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) e a Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), para tratar da distribuição dos dados, pois assim aparecem nos movimentos regionais, e não apenas como microrregião de Araranguá, Criciúma e Tubarão. Uma especificidade diz respeito ao município de Orleans, que embora faça parte da associação dos municípios da região carbonífera, está situado na região geográfica de Tubarão.

Torna-se oportuno citar os processos de ocupação do litoral por luso-brasileiros, bem como a constituição, a partir da segunda metade do século XIX, de núcleos coloniais em direção ao interior pelas ondas de imigrantes europeus (sobretudo alemães e italianos). Ao longo do início do século XX transmuta-se uma formação social, econômica e cultural alicerçada no processo histórico iniciado a partir da constituição dos municípios de Laguna (1720) e do desmembramento do território nos municípios de Tubarão (1870) e Araranguá (1880).

Por seu porto, Laguna fazia circular mercadorias e pessoas, dali chegavam e partiam migrantes e imigrantes para os núcleos coloniais públicos e privados. Nas suas vilas e imediações passavam tropeiros e mercadorias vindos da Serra Geral, intermediando manufaturas vindas de São Paulo e Rio de Janeiro, também escoava produtos agrícolas como milho, feijão e farinha de mandioca (ZANELATTO, 2012).

A partir da hegemonia econômica e política exercida pela elite luso-brasileira instalada nos três municípios acima citados, foram inseridos, política e economicamente, os núcleos coloniais, dos quais até a década de 1930 apenas Urussanga (1900), Orleans (1913) – ambos distritos de Tubarão – e Criciúma (1925) – ex-distrito de Araranguá – adquiriram autonomia administrativa na Primeira República.

Zanelatto (2012) pontuou as relações políticas e econômicas que tornaram peculiar a formação dos núcleos coloniais do Sul do estado. Diferente de Urussanga, que se tornou centro comercial de imigrantes italianos, Orleans surgiu da convergência da intenção da exploração do carvão, da criação da Colônia de Grão Pará e da construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. Entretanto, o povoado constitui-se não por italianos e alemães, e sim por uma população nacional de luso-brasileiros e açorianos, sendo que só a partir de 1883 que chegaram imigrantes europeus para ocupar o interior: italianos, alemães, poloneses e letos.

Seja como for, nos núcleos coloniais do Sul Catarinense a agricultura de subsistência alicerçou historicamente a economia regional, e pequenas propriedades vendidas aos colonos (de 25-30 ha) conviveram sob controle das casas comerciais. Ou seja, comerciantes que acumulavam capital e investiam em fábricas de banha de porco, comercializando, além desse produto, carne e couro salgados. No entanto, antes desses novos imigrantes, já se praticava nas áreas de ocupação luso-brasileira o comércio de produtos primários, como mandioca, milho, feijão e cana-de-açúcar.

Na criação dos núcleos coloniais, migrantes e imigrantes inseriram na economia regional produtos agrícolas e derivados para gerar dinheiro e quitar os lotes de terras que haviam adquirido das companhias de colonização. Embora não faltassem reclamações das lideranças de imigrantes europeus no Sul do estado pela inexistência de estradas para escoar a produção, instalou-se nos núcleos engenhos de farinha, serrarias, alambiques e engenhos de açúcar mascavo, olarias, atafonas, etc.. Destes pequenos negócios comerciais e da transformação de produtos, o desenvolvimento socioeconômico do Sul Catarinense é reforçado pela instalação da industrial do carvão na década de 1930, onde convergem interesses do governo federal e de capital privado nacional.

A exploração do carvão produziu tanto riqueza quanto destruição aos municípios que aderiram à atividade carbonífera: Lauro Muller, Urussanga, Tubarão, Criciúma, Orleans, Siderópolis e Içara (CAROLA, 2002). Na produção historiográfica sobre a indústria do carvão é perceptível as características da exploração do mineral: 1) oferta de empregos que deslocou a população regional em direção às minas, e que entre as décadas de 1960-1970 duplicou a população de Criciúma; 2) a dependência e transformação do setor carbonífero em política do governo federal; 3) a importância econômica da indústria carbonífera para a região de Criciúma, e não para o Vale do Araranguá; 4) os resultados econômicos da infraestrutura de transporte, principalmente aos municípios que embarcaram carvão por seus portos e estradas de ferro, e da usina termoeletrica instalada em Tubarão; 5) os impactos sociais e ambientais causados pela indústria do carvão; 6) o fazer-se da classe trabalhadora que incorporou a população regional formada de pequenos agricultores, pescadores, etc..

Nesse sentido, ao sobrepor as camadas de tempo e adentrar os anos, torna-se inteligível as transformações sociais embaladas pelo processo de acumulação de capital. De acordo com Goularti Filho (2005), pelo desdobramento das atividades carboníferas, principal

indutor de renda até 1980, conjugada às iniciativas locais surgiram atividades econômicas que caracterizam a economia Sul Catarinense como diversificada, destacando-se as indústrias de revestimentos cerâmicos, calçados, vestuários, molduras, plásticos, tintas e química. Desse modo, a formação da economia regional, tendo Criciúma como centro, é, segundo Goularti Filho (2005, p. 10), “integrada, comercializando com todo mercado nacional e exportando”, além disso, possui firmas que fornecem aos principais setores peças e equipamentos.

Do outro lado, a questão socioeconômica integra a situação da estrutura do emprego dessas atividades econômicas. Por isso, ao adentrarmos a formação econômica catarinense, torna-se interessante a periodização de Goularti Filho (2016): 1945-1962 - diversificação e ampliação da base produtiva; 1962-1990 - integração e consolidação do capital industrial; pós-1990 - desestruturação política e reestruturação econômica. Setores e empregos desapareceram do mapa, efeito da crise econômica e fiscal que se arrastou nas décadas 1980-1990; o setor carbonífero foi desmontando, outros foram forçados a promover reestruturação produtiva, ou fecharam as portas; o emprego foi afetado.

Ao sintetizar o quadro histórico, sem discutir densamente o processo social, a interrogação perscruta qual lugar da agricultura na formação socioeconômica do Sul Catarinense. A grosso modo, a ruptura é equacionada na transformação da agricultura de subsistência em agricultura moderna, a partir da formação dos complexos agroindústrias, expressão da industrialização da agricultura. Isso posto, o termo “pequena produção” discorre sobre a permanência e resistência na terra de um amplo contingente da população rural, por não haver opção produtiva alternativa em face do processo de industrialização ou desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Graziano da Silva (2003), o rural forneceu mão-de-obra na industrialização brasileira, porém nas particularidades apresentou ao mesmo tempo função de manter a população no campo para manter a estabilidade política. E, desse modo, os impactos sociais da modernização da agricultura terão de ser explicados, a começar pelas condições de disparidade regional, da relação entre produtividade e renda e pelo aumento da jornada de trabalho no campo. Desse modo, quem é o agricultor e quais são suas estratégias de sobrevivência na modernização da agricultura?

A saber, nos clássicos da questão agrária, assentados no contexto social e político particular, Kaustsky sustenta da impossibilidade técnica e econômica da pequena produção permanecer, senão regida por meio da pauperização relativa e absoluta da população rural. Em Lênin

(1985), o desenvolvimento do capitalismo amplia a divisão social do trabalho e conduz à diferenciação social, ou seja, há o processo de transformação dos produtores diretos pela expropriação capitalista dos meios de produção em proletariados rurais. De acordo com Marx (2010), a forma precedente da agricultura, conhecida como camponesa, seria a forma social passageira no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

No entanto, a modernização da agricultura produzida pela industrialização brasileira pós-1955 não apenas transformou o agricultor em tecnificado (que não torna-se capitalista, apenas acumula meios de produção), que pela capitalização de meios produtivos diferenciou-se socialmente, mas, do mesmo modo, gerou empresas familiares capitalistas, proletariado e semiproletariado (GRAZIANO DA SILVA, 2003). Confirmada ou não as teorias sociais, o fato concreto é o da transformação profunda nas relações de trabalho e produção na agricultura, e pode-se falar, no Sul de Santa Catarina, do duplo processo de decomposição e expropriação dos colonos na década de 1960, assim como da sobrevivência e adaptação às formas técnico-produtivas modernas. Portanto, mesmo a “pequena produção” ou “agricultura familiar”, que sobreviveu à modernização conservadora, depara-se constantemente a com questão; do processo de adaptação que a produziu gesta-se sua exclusão.

Ao começar pela estrutura fundiária, algumas questões são pertinentes para entender as diferenças regionais e o objeto deste trabalho. Santa Catarina apresenta particularidades sobre sua atividade agropecuária em relação ao Brasil. Embora tenha 1,12% do território nacional, no ano de 2014 é o maior produtor nacional de cebola e alho, e ocupa a segunda posição na produção de maçã, cultivo de fumo, pêra e arroz. Ainda da produção vegetal, é o quarto maior produtor de banana e terceiro de trigo e pêssego. Na produção animal, ocupa o posto de maior produtor nacional de suínos, segundo de frangos e terceiro em mel de abelha. Também sustenta a 11^a posição na lavoura de soja, 7^a do feijão e batata inglesa, 8^a em milho e 13^a na produção de mandioca (CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, 2015, p. 45-47).

Na versão oficial dos documentos institucionais, retiradas do censo agropecuário de 2006, do total de 193.663 estabelecimentos rurais de Santa Catarina, 88,3% localiza-se até as classes de área de 50 hectares, sendo 82% (468.892 pessoas) do pessoal ocupado em estabelecimentos identificados como agricultura familiar, ao contrário do não familiar. Conforme o censo agropecuário de 2006 e seus termos

estatísticos, o maior número de estabelecimentos rurais, segundo a classificação por área na AMESC, está localizado nas faixas de 5 e menor de 10 hectares, seguido por de 1 e menor de 5 hectares.

Tabela 1 - Estrutura Fundiária na AMESC, na AMREC e na AMUREL (1975-2006)

Associações	Área (ha)	1975	1985	1995	2006
AMESC	1 a menos de 2	310	236	5270	441
	2 a menos de 3	1.725	2.226		475
	3 a menos de 4				644
	4 a menos de 5				639
	5 a menos de 10	2.254	2.450	4346	2.308
	10 a menos de 20	2.305	2.304		1.914
	20 menos de 50	2.176	1.932		1.560
	50 a menos de 100	609	480		401
	100 a menos 200	108	106	99	82
	De 200 a maior	35	31	34	38
AMREC	1 a menos de 2	98	225	2727	280
	2 a menos de 3	695	1264		417
	3 a menos de 4				370
	4 a menos de 5				392
	5 a menos de 10	1.042	1.799	4113	1.728
	10 a menos de 20	1.878	2.338		1.947
	20 a menos de 50	2.506	2.362		1.590
	50 a menos de 100	589	467		339
	100 a menos 200	92	98	56	77
	De 200 a maior	27	28	18	39
AMUREL	1 a menos de 2	1122	1.561	4546	572
	2 a menos de 3	2857	3.089		722
	3 a menos de 4				617
	4 a menos de 5				512
	5 a menos de 10	2490	2.605	5853	1.910
	10 menos de 20	2473	3.153		2.505
	20 menos de 50	2642	2.905		2.464
	50 menos de 100	950	948		617
	100 a menos 200	189	198	139	136
	De 200 a maior	60	68	61	62

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1979, 1983, 1985, 2017). Elaboração do autor.

O Sul Catarinense apresenta a menor concentração fundiária do estado, sendo a estrutura agrária formada por um grande número de propriedades com área menor de 50 hectares. Em suma, a pequena propriedade carrega a funcionalidade de empregar e manter força de trabalho na agricultura, embora a condição de tal determinante implique nas condições do exercício do trabalho e no bloqueio da reprodução social.

Na AMREC, o quadro se mantém próximo da AMESC, com a diferença de que os estratos de 10 até 20 hectares têm maior relevância, seguidos pelas áreas de 5 a menos de 10 hectares e de 20 menor que 50 hectares. A proporção acima de 5 hectares é pouco menor na comparação com a AMESC. Ao comparar os números dos municípios e através da mudança de metodologia do IBGE de 1995, na AMESC a maior quantidade de estabelecimentos é inferior a 10 hectares de área, seguida pelo extrato de 10 a menos de 100. Já na AMREC, a situação é oposta, o maior extrato encontra-se nas áreas de 10 a menos de 100 hectares.

O Censo Agropecuário de 1995 contabiliza para a AMUREL um percentual de faixas de área de 10 a menos de 100 hectares pouco superior à faixa inferior de 10 hectares. Nas três associações de municípios percebe-se pequena alteração das áreas dos estabelecimentos, e o estrato de maior representatividade expandiu-se durante a década de 1980, retrocedendo em 2006. Qual a causa desta pequena mudança? Talvez fatores relacionados às estratégias de sobrevivência da agricultura familiar e o fato concreto da diminuição da população rural dentro da composição da população de cada município.

Perdidos no meio de tantos números, falta objetivamente a experiência social desses agricultores, as suas formas sociais de produção e reprodução, além da história dos processos. Há também outros fatores para caracterizar as áreas rurais ao longo da modernização da agricultura no Sul Catarinense, como a ação de poderosas multinacionais processadoras de fumo. Outrossim, modificou-se padrões técnicos e ambiente físico pela implantação do programa do governo federal na década de 1970 voltado para a produção de arroz irrigado, e a ação dos complexos agroindustriais ao moldar e transformar a pequena produção à sua imagem.

De fato, o problema é definir a ruptura, e Paulilo (1990) dá indicações da ruptura a datar da década de 1970, por meio do acesso a mecanismos financeiros e técnicos. No entanto, a circulação de dinheiro e a difusão de modernas técnicas é apenas um dos fatores, e não elemento determinante para explicar a experiência social desse

contingente de agricultores. Objetivamente, o termo “pequena produção” ou “produção familiar na agricultura” é empregado para evidenciar sujeitos, sendo respectivamente um casal, seus filhos e parentes, que convivem em determinado espaço territorial e conforme os meios socioculturais solidificados no tempo e cristalizados na cultura.

Podemos afirmar, sem embargo, que as relações sociais estabelecidas no seio da “família” agrícola estruturaram a produção da agricultura familiar. Esta é a questão, tanto as colônias pressupõem o trabalho da “família de colonos” quanto esta torna-se contingente de trabalho privilegiado pelo complexo agroindustrial do fumo, dos frigoríficos de integração, do capital comercial, do capital financeiro. No entanto, a organização interna dos estabelecimentos e a lógica particular que orienta os sujeitos foi obrigada a adaptar-se para sobreviver.

E, no capitalismo, o valor se expande pela apropriação do trabalho alheio, ou excedente desses que exercem o trabalho a partir da organização familiar. Em outras palavras, na passagem da agricultura de subsistência para a agricultura modernizada o capital aplicado ao setor agrícola determina a situação dos estabelecimentos agrícolas e o trabalho por intermédio da apropriação do excedente ou sobretrabalho.

Haja vista a estrutura fundiária limitada e sem possibilidade de alteração, soluções socioculturais foram mobilizadas para cultivar esses estabelecimentos. Dentre as estratégias surgem as leis da herança, o padrão da sucessão das propriedades e a introdução de técnicas modernas de trabalho. Por isso, através da leitura dos dados da estrutura fundiária tornam-se previsíveis estratégias como substituir lavouras tradicionais pela cultura do fumo de estufa, que exigia maior força de trabalho e empregava a mão-de-obra familiar. Do mesmo modo, granjas de aves e suínos reduziam a necessidade do trabalho e poderiam complementar rendas das safras de fumo e lavouras de feijão e milho.

A mecanização e utilização de insumos na agricultura trouxe vantagens ao exercício do trabalho e ganhos de produtividade, porém modificou a estrutura de custos dos estabelecimentos, obrigando-os a apertar o cinto em tempos de crise e concentrar esforços em outras atividades. Desse modo, o acesso às ferramentas melhoradas de trabalho significa ser expropriado das pretéritas, por isso, o estabelecimento tem que produzir excedente para adquirir ferramentas e insumos para manter-se produzindo, e assim o acesso ao mercado para vender e comprar eleva o grau de subordinação ao capital. Mas a Tabela 1 permanece em silêncio sobre isso.

De acordo com censo agropecuário de 2006, visto por intermédio do ponto de vista institucional, os estabelecimentos agropecuários da

mesorregião geográfica do Sul Catarinense apresentam números próximos à média de Santa Catarina: 88,38% familiar e 11,62% não familiar (IBGE, 2017). Na totalidade de Santa Catarina, de 168.512 estabelecimentos, 87,01% são classificados como familiar e 12,99% (25.156) de natureza não familiar. Entretanto, segundo o censo agropecuário de 2006, os 24.000 estabelecimentos familiares do Sul Catarinense detêm área de 321.453 hectares e os 3.157 estabelecimentos não familiares detêm 208.789 hectares. Assim, ao relacionar área e estabelecimentos, 86,73% são de proprietários, destacando-se 6,41% de arrendatários, do qual 5,76% se apresentam como agricultores familiares. Ainda sobre a condição dos produtores, há distribuição em 3,16% de ocupantes, de parceiros totaliza 1,29% e agricultor sem área representa 2,0%.

Essa quantidade de estatística afirma a predominância da agricultura familiar, definida conforme os parâmetros de nódulos fiscais, variáveis para cada município em hectares, e das relações de trabalho por parentesco dos componentes da família. Porém, tal agricultura traz consigo diferenciação social, não definida exclusivamente pela concentração da terra, mas sim pela constituição de estratos de agricultores conforme acesso a recursos, mecanismos financeiros e técnicos. Assim, percebe-se no Sul Catarinense diferenciação social entre camadas de agricultores segundo a região geográfica em destaque e não uma agricultura familiar homogênea; porém a questão precisa necessariamente de aprofundamento, ou seja, de pesquisas.

Nesse sentido, outro fator é a progressão do movimento populacional a partir de 1970, e desse modo a população é igual à força de trabalho que se dirigiu para a cidade, ou seja, o trabalhador migrante e também expropriado levado a buscar outra forma de sobrevivência. Conforme o censo demográfico (exposto nos Anexos A, B e C) da população dos municípios da AMESC, apenas Araranguá tem população acima de 60 mil habitantes no ano de 2010, e apenas 10 mil vivem nas áreas rurais. Sombrio apresenta 26.613 habitantes, dos quais 6.975 habitam áreas consideradas rurais, segundo a classificação do IBGE. De fato, percebe-se decréscimo da população rural em detrimento da população qualificada como urbana.

Na microrregião em destaque, a população rural de Araranguá expressa uma característica interessante ao se comparar o censo demográfico de 1970 e vários anos posteriores: a população urbana aumenta, mas a população rural mantém o mesmo patamar. Em sequência, os municípios de Turvo e Jacinto Machado totalizam 10 mil habitantes, entretanto, em Turvo a população total do município cresceu

nas décadas de 1980 e 1990 e voltou ao mesmo número de 1970 em 2010. Por outro lado, o município de Jacinto Machado contabiliza decréscimo na população, assim como Meleiro, Praia Grande, São João do Sul e Timbé do Sul. Além disso, dos municípios emancipados em 1995, Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota tiveram acréscimo populacional expressivo. Nos municípios que obtiveram emancipação em 1992, Ermo e Morro Grande, a população total não chega a 3 mil habitantes.

Na AMREC, e incluído o município de Orleans, a cidade de Criciúma é o maior centro urbano. De 1970 até 2010 a população mais que dobrou, de 81.452 habitantes na década de 1970 chegou a quase 200 mil habitantes em 2010. Do mesmo modo, sua população rural diminuiu de 26 mil para menos de 3 mil entre os anos pesquisados. Içara é o município com a segunda maior população da AMREC, e apresenta crescimento interessante ao longo das décadas. Em 1980 tinha menos de 5 mil domicílios, distribuídos equilibradamente entre rural e urbano, com uma população de 24.493 habitantes. Em 2010, da população total de 58.833 habitantes, há 17.045 domicílios urbanos e 1.483 rurais, do qual totaliza apenas 4.920 habitantes.

Nessa linha, apenas municípios como Urussanga, Forquilha (emancipado de Criciúma em 1989) e Orleans apresentam população pouco superior a 20 mil habitantes. Por outro lado, os municípios de Morro da Fumaça, Lauro Muller, Siderópolis e Cocal do Sul (emancipado de Urussanga em 1991) têm população total menor que 16 mil habitantes. O menor município é Treviso, com 3.527 habitantes, emancipado de Siderópolis em 1995. Além disso, todos os municípios registram crescimento da população, com exceção de Lauro Muller, no comparado das décadas de 1970 e 2010. Em relação à população rural, o maior contingente encontra-se em Urussanga, Orleans, Içara e Nova Veneza.

Na AMUREL, o centro regional é Tubarão. Segundo o Censo Demográfico (Anexos A, B e C), em 2010 encontra-se população de quase 100 mil habitantes, porém percebe-se no quadro histórico o crescimento mais modesto da população. Laguna tem a segunda maior população e também registra crescimento a passos mais lentos, seguido por Imbituba (40.170 habitantes), que registrou crescimento a passos largos. De maior proporção, a cidade de Braço do Norte abriga 29.018 habitantes, seguida por Capivari de Baixo (21.674 habitantes), que se emancipou de Tubarão em 1992. Dos 12 municípios restantes, apenas Jaguaruna tem população superior a 17 mil habitantes.

Já São Ludgero e Sangão (emancipados de Jaguaruna em 1992) registram respectivamente população pouco superior a 10 mil. Desse modo, identificam-se pequenos municípios dos quais a população rural é pouco maior que a urbana, como em Imaruí, Grão Pará, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Martinho e Treze de Maio. De fato, ocorreu redução da população total dos municípios de Grão Pará, Imaruí, Pedras Grandes e São Martinho, e do mesmo modo estagnação e pequeno crescimento, do qual são exemplos Rio Fortuna e Armazém.

A narração de dados estatísticos explica a vida material e social ou reduz os processos históricos ao nível do movimento da lógica dos números? Talvez os dois argumentos, porém a dinâmica estatística dos municípios retrata: 1) movimento de urbanização dos municípios e deslocamento da população rural para as cidades; 2) a participação da agricultura no movimento da economia regional; 3) o deslocamento populacional entre as cidades; e 4) as desigualdades socioeconômicas entre as regiões que compõem o objeto desta dissertação.

Nesse sentido, o padrão de desenvolvimento urbano-industrial gestado a partir da década de 1960 tornou o rural fornecedor de matérias-primas e consumidor de insumos e equipamentos industriais. Além disso, na maioria desses pequenos municípios rurais a agricultura desempenhou nas décadas de 1970-1980-1990 papel importante de empregar a população economicamente ativa do rural. Nesse sentido, trata-se de apresentar considerações sobre a produção agropecuária e traçar uma pequena série histórica da participação da mesorregião do Sul Catarinense na produção agropecuária catarinense.

Tabela 2 - Participação do Sul Catarinense na produção agropecuária de Santa Catarina (1995-2015), em porcentagem %

Produto	1995	2000	2005	2010	2015
Suínos	12,2	12,7	10,4	8,8	18,0
Galináceos	8,8	8,9	10,0	11,5	12,4
Banana (cacho)	19,1	19,3	6,9	13,0	9,6
Leite (litros)	7,6	7,9	6,2	6,8	6,8
Arroz (casca)	54,8	55,0	59,0	59,9	61,1
Feijão	6,9	7,8	13,2	5,9	6,2
Fumo (folhas)	30,5	29,7	26,2	21,5	19,4
Mandioca	35,0	31,8	31,6	33,6	32,6
Milho (grãos)	3,5	3,0	4,5	3,1	3,93

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2017). Elaborado pelo autor.

No geral, o grande Sul Catarinense respondeu de maneira positiva às lavouras temporárias de arroz irrigado e de fumo, principalmente de estufa. Entretanto, a indústria de fumo atravessa redução das atividades e tem como fator a discussão social dos malefícios causados à saúde. Nesse sentido, apesar de perder progressivamente espaço regional, a lavoura do fumo aprisionou e se mantém como atividade econômica relevante para a agricultura dos municípios.

O milho fica retido nas propriedades para alimentar animais e gado leiteiro, a lavoura de feijão declinou na segunda metade da década de 2000 por efeito da queda nos preços. Também, a lavoura permanente da banana é importante, e a redução entre 2005 e 2010 explica-se pelos efeitos do Furação Catarina no ano de 2004, “inverno brabo” e, do mesmo modo, determina áreas de terras disponível a um único produto que necessita de gastos com adubo químico e é sujeito a doenças.

Ao desagregar os dados nas tabelas abaixo (3, 4 e 5), a rizicultura tem relativa importância para a AMESC, de 1995 até 2015 manteve o percentual de 30% da produção em relação a Santa Catarina. Por outro lado, a rizicultura viabilizada pelo Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) gera concentração da produção em mãos de agricultores que conseguem responder à mecanização, e transforma áreas de terras dependente de um mesmo produto agrícola (LINS; COELHO DOS SANTOS, 2017). Outrossim, sendo Turvo pioneiro na implantação do sistema no Brasil, torna-se evidente a degradação ambiental, a dependência tecnológica e o esvaziamento da população rural (ESTEVAM; BIZ; SALVARO, 2016).

Tabela 3 - Produção agropecuária da AMESC (1995-2015)

Prod.	1995	2000	2005	2010	2015
Suínos	105.268	67.335	54.508	17.048	16.245
Galin.	2.649.870	3.959.870	5.420.350	10.715.060	10.103.656
Banana	4.649	3.382	24.015	68.450	45.940
Leite	11.136	11.586	9.394	4.605	17.643
Arroz	230.204	245.204	322.035	333.662	359.721
Feijão	4.648	2.338	1.510	819	860
Fumo	14.369	22.841	35.735	24.542	18.850
Mand.	80.470	58.680	23.640	24.545	42.015
Milho	46.057	28.630	33.147	37.706	41.090

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2017). Elaborado pelo autor.

Nota: Prod. (Produto), Galin. (Galináceos), Mand. (Mandioca).

Sobre os galináceos, aí incluídos galinhas, frangos e pintos, ainda que tenha pequeno crescimento percentual em relação ao estado, os efetivos foram ampliados 3 e 4 vezes em todas as regiões. Dito isso, os 12,4% do Sul Catarinense em 2015 é relacionado ao efetivo de Santa Catarina, ou seja, 145 milhões de aves. O crescimento do contingente de aves na AMESC está relacionado à instalação da unidade da Tramonto em 2006, mas também como necessidade de diversificação da produção agropecuária nos estabelecimentos de base familiar. O decréscimo do número de suínos talvez resultou do fechamento da unidade de abate de Forquilha em 1995, ou então transcorreu deslocamento da produção a outros municípios.

No entanto, há contrastes entre os municípios, e para a atividade avícola nos anos recentes tem que ser contabilizada a crise financeira dos frigoríficos da região entre 2010-2012. A grosso modo, Santa Catarina apresenta déficit de 4 milhões de toneladas de milho, sendo necessário importar o cereal do Centro-Oeste brasileiro e de países vizinhos. No sul do estado, e considerando a operação das três unidades de abate de frangos, o consumo médio de milho e soja é da ordem de 30 toneladas de milho e 10 de soja por dia. Assim, ocorre um processo continuado da seletividade e exclusão de granjas, causada principalmente pela quantidade de exigências deslocada do mercado de frangos pelas integradoras para os produtores integrados. Relatos de associações de produtores e entidades públicas argumentam no sentido da quebra de contrato, assimetria na relação e abuso de poder no mercado exercido pelas integradoras (MIELE; MIRANDA, 2013).

Tabela 4 - Produção agropecuária da AMREC (1995-2015)

Produto	1995	2000	2005	2010	2015
Suínos	142.530	146.273	164.549	97.302	125.208
Galináceos	2.835.724	4.696.049	6.921.682	6.024.711	8.061.848
Banana	2.567	2.906	16.624	16.54	21.069
Leite	19.773	22.443	24.735	35.353	49.594
Arroz	71.625	93.752	149.071	135.156	142.426
Feijão	9.953	10.891	9.125	5.125	4.876
Fumo	14.832	19.280	21.253	16.914	17.818
Mandioca	48.400	22.800	14.985	10.620	6.257
Milho	52.000	41.646	52.118	42.659	51.023

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2017). Elaborado pelo autor.

Ao desagregar a participação do efetivo de aves por municípios, torna-se evidente os impactos da seletividade e exclusão levados adiante pela especialização da produção e os efeitos da integração atenuados nos momentos de crise do setor. Por exemplo, o município de Treviso, na AMREC, acumula perda na quantidade de animais entre 2005 e 2015; entretanto, Urussanga manteve-se apesar da crise de 2012. Do mesmo modo, em Lauro Müller o número de animais passou de mais de 600 mil para 1,2 milhões entre 2010-2015. Além de Lauro Müller, o efetivo de animais acima de 1 milhão de frangos concentra-se em Orleans, Siderópolis e Nova Veneza.

Já na AMUREL, o município de São Ludgero atingiu uma quantidade de animais acima de 1 milhão de cabeças em 2015. Nessa linha, os efetivos acima de 400 mil animais estão nos municípios de Treze de Maio, Sangão, Pedras Grandes e Jaguaruna. Os galináceos na AMESC se concentram no município de Araranguá, que registra desde 1995 número superior a 1 milhão de animais, e quase 3 milhões em 2015. Logo depois, os maiores efetivos aparecem nos municípios de Turvo, Timbé do Sul, Morro Grande e Meleiro. Nesses municípios, mesmo após a crise de 2010-2012 não encontramos qualquer reflexo sobre os dados estatísticos.

Tabela 5 - Produção agropecuária da AMREL (1995-2015)

Produto	1995	2000	2005	2010	2015
Suínos	291.028	437.275	442.610	575.489	1.085.227
Galináceos	1.928.320	2.365.209	3.409.763	3.255.790	4.203.521
Banana	241	1.342	1.378	1.378	1.394
Leite	31.023	45.198	62.346	123.006	142.956
Arroz	86.577	100.549	142.787	155.263	150.041
Feijão	7.339	4.704	4.310	4.039	2.966
Fumo	11.549	12.086	16.540	12.918	13.016
Mandioca	188.890	138.663	148.287	146.887	89.827
Milho	29.866	31.846	37.063	32.894	28.536

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2017). Elaborado pelo autor.

Numa breve comparação dos três agrupamentos de município por produção agropecuária, no caso do feijão trata-se da redução expressiva nas três regiões, embora seja menor a recorrência na região da AMESC. Os valores referentes à produção da mandioca se expandiram na década de 1990, e é mais significativa na região da AMUREL, representando

cerca de 21% da produção estadual em 2015. Na bovinocultura leiteira, é perceptível um salto expressivo da AMUREL entre os anos de 2005 até 2015, acompanhada, e com menor intensidade, pela AMREC. Ou seja, em relação ao estado, as três regiões participaram em 2015 com o percentual de 7% na produção leiteira de Santa Catarina.

Ainda ao distribuir por municípios da AMUREL, Rio Fortuna e Braço do Norte, seguidos por Grão Pará, responderam por mais da metade da produção leiteira. Na AMREC, o crescimento da produção é observado nos municípios de Orleans, Lauro Müller e Urussanga, que dobraram a produção nos anos recentes de 2005 a 2015. Já na AMESC, o município de Turvo reduziu a sua produção, e o crescimento é perceptível em Araranguá, Morro Grande e Santa Rosa do Sul. No entanto, a AMESC responde por uma pequena parcela se comparada ao predomínio dos grandes municípios produtores da AMREC e AMUREL. Só para citar, Braço do Norte participou em 2015 com 1,43% da produção de leite de Santa Catarina, Rio Fortuna 1,09% e Grão Pará 0,74%.

No rebanho de suínos, não há apenas crescimento, mas sim predomínio dos municípios da AMUREL. Se as estatísticas estiverem corretas, os percentuais de 8,8% (em 2010) e 18,86% (no ano de 2015) representam um contingente de animais expressivo, que distribuídos por municípios seguem este padrão para o ano de 2015: Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, São Ludgero e São Martinho. Assim, os rebanhos de suínos de Santa Catarina no intervalo de tempo em questão chegaram a casa dos 20% e 16% na produção nacional, ou seja, de 8 a 6 milhões de cabeças.

Por outro lado, torna-se importante mencionar a existência, em Santa Catarina, de produtores independentes de suínos, ou seja, não integrados a frigoríficos. Contudo, não temos dados precisos sobre os percentuais de abates para o Sul Catarinense, nem sobre o total de suinocultores, para comparar se decorreu redução ou ampliação deste tipo de estabelecimento. O fato concreto é a concentração progressiva dos rebanhos em áreas geográficas e conforme estratos de produtores. Além disso, o problema da suinocultura significa ampliar a escala da poluição dos municípios cuja atividade tem destaque na economia.

Conforme avançou a exploração da atividade econômica avícola integrada às agroindústrias e suinícola parcialmente integrada, produziu-se graves problemas sociais e que estão longe de apresentar soluções concretas às regiões do estado. E certamente não será resolvido, pois assim é a natureza do capital aplicado à produção agropecuária, ao

potencializar interesses do complexo agroindustrial suíno/ave na estrutura sociopolítica do estado.

No quadro histórico, o processo de concentração da produção, além de seletividade/exclusão inaugurada com o desdobramento da atividade avícola e suínica, tem se tornado regra. Dessa forma, fala-se em seletividade adversa, ainda que seja anacronismo falar em “exploração justa” do trabalho, mas já foi diferente. Porque a atual tabela de conversão e outros índices não conseguem transferir ao produtor seu “esforço”, e, assim, fatores produtivos e impactos das decisões estratégicas das agroindústrias pouco são contabilizados na remuneração, resultado do poder concentrado nas mãos das agroindústrias (MIELE; MIRANDA, 2013). Assim como várias pesquisas têm demonstrado o aumento da jornada de trabalho e a dificuldade de permanência da pequena produção ou da agricultura familiar que procura na avicultura uma fonte de renda (PERTILE, 2004, 2008; NOGUEIRA; JESUS, 2013).

Para fechar o tópico, embora em paralelo seja identificado um processo de urbanização da população, predomina em Santa Catarina estruturas de pequenas e médias cidades, onde a dinâmica das relações entre homens e dos homens com a natureza tem na base econômica evidentemente o setor agrícola. Segundo Paulilo e Schmidt (2003), trata-se de estabelecer quais transformações alteraram profundamente a agricultura e o meio rural.

A primeira mudança é produtiva, fruto da modernização conservadora da agricultura, direcionada intencionalmente para médios e grandes produtores, e que de maneira direta atingiu os pequenos, levados na esteira do processo. Ao mesmo tempo, agricultores familiares catarinenses foram excluídos em razão do modelo de desenvolvimento agrícola que privilegia a centralização e a concentração da produção, ou seja, apenas eficiência econômica. Nesse sentido, a hegemonia exercida pelos conglomerados agroindustriais materializou em Santa Catarina os maiores e mais poderosos complexos agroindustriais da América Latina – de carnes e frutas – e é a causa de sérios problemas sociais e ambientais (SCHIMIDT, 2003).

De acordo com Paulilo e Schimidt (2003), o padrão técnico agrícola enunciado moderno passa por questionamentos já na segunda metade da década de 1960, e no decorrer dos últimos 30 anos emergem outras transformações: 1) na estrutura fundiária, com distribuição territorial da população e das atividades e concentração de terras, por

outro, a instalação dos assentamentos da reforma agrária²; 2) sociais, há mobilização de diversos sujeitos sociopolíticos na manutenção de privilégios, e da mesma forma meios de inclusão no processo de desenvolvimento produtivista; 3) culturais, como o esvaziamento do campo, envelhecimento e masculinização da população rural, além de emergir novos canais de organização e participação das mulheres agricultoras e dos trabalhadores sem-terra; 4) institucionais, nesta se abre alternativas de desenvolvimento sustentável, por surgir e haver o fortalecimento das organizações.

2.2 O DESDOBRAMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE SUÍNO/AVE NO SUL CATARINENSE: O ANTIGO FRISULCA, A AGROELIANE, A AGROVÊNETO, A TRAMONTO E A JBS

Ao inquirir a integração agroindustrial no Sul Catarinense e especificamente sobre a avicultura integrada, temos de tratar a maneira como a atividade se desenvolveu nas regiões geográficas de Criciúma, Tubarão e Araranguá. A trajetória da aglomeração agroindustrial no Sul do Brasil abre espaço a uma série de estudos, como os realizados por Dalla Costa (1993, 1997), Espíndola (1999, 2002), Mior (1992, 2005) e Sorj, Pompermayer e Coradini (1982). A grosso modo, lista-se algumas questões que desde 1950 transformaram o Sul do Brasil no maior polo de abates e processamento industrial de carnes da América Latina: 1) a pequena produção mercantil das áreas de colonização desloca para frigoríficos de áreas urbanas as atividades antes rurais; 2) os pequenos negócios empenhados na transformação se obrigaram a concorrer com pequenos e médios frigoríficos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná; 3) os pequenos frigoríficos do Sul do Brasil, por intermédio de uma política agressiva de concorrência, buscaram incorporar novas tecnologias, diversificar a produção, exercer controle sobre o fornecimento de matéria-prima, controlar o mercado regional e nacional e expandir as plantas industriais (ESPÍNDOLA, 2002, p. 73-74).

A reversão produtiva de capital transcorreu pela utilização de recursos do Estado. No caso dos catarinenses: Fundo de

² Se foi ou não uma reforma agrária não convém a digressão, porém em Santa Catarina foram instalados assentamentos. O paraíso das pequenas propriedades tornou-se, pela modernização técnico-produtivista, contraditório à produção familiar na agricultura.

Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), criado em 1963, e Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE), quando o FUNDESC foi extinto em 1975 (RONÇANI; GOULARTI FILHO, 2015). De acordo com Espíndola (2002), a partir do processo de acumulação de aprendizagem do setor de carnes, os grupos empresariais passaram a vislumbrar meios de canalizar recursos para setores de aves, soja e bovinos. Em linhas gerais, o intenso processo de reestruturação técnico-produtivo intensificado nas décadas de 1980 a 1990 visava atender ao mercado externo. E desse modo, a reestruturação produtiva contou com incentivos governamentais identificáveis nas estratégias de fusão, aquisições e parcerias. Assim, ocorreu mudanças nas estratégias das líderes no setor agroindustrial (Sadia, Perdigão, Ceval), que se transformaram nas indústrias processadoras de produto ao consumidor final, ou seja, em indústria alimentar (ESPÍNDOLA, 2002, p. 75).

Nessa linha, com a abertura indiscriminada do mercado interno na década de 1990, as líderes amargaram dificuldades em exportar, queda nos negócios, desativação de unidades e diminuição dos lucros (MAMIGONIAN, 1999). Nesse contexto, ocorreu a desnacionalização da Ceval e da Chapecó, entre outras, além das indústrias produtoras de máquinas e equipamentos para as agroindústrias.

A contrapelo do processo histórico, a reestruturação produtiva significou a exclusão de milhares de suinocultores da atividade e na modernização das granjas de aves em Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2016). Conforme Mior (2005), essa transformação do setor é paralela com a crise da produção rural de base familiar nas décadas de 1980-1990. Desse modo, a partir da atuação coordenada ou de dominação das grandes empresas catarinenses, se manteve como linha mestre refutar um futuro sustentável e normativo à região Oeste Catarinense e ao ramo agrícola. Objetivamente, o exercício da hegemonia agroindustrial enraizada na estrutura institucional e política buscava adaptação ao cenário de abertura dos mercados, de forte competição internacional e integração com o MERCOSUL.

Nessa linha, a estratégia da concentração de capitais agroindustriais visava à redução dos custos produtivos derivada da boa utilização dos recursos. O deslocamento para outros estados do país buscava novos mercados consumidores, redução nos custos de transporte e matéria-prima. Isso é caracterizado por grandes investimentos no Centro-Oeste em grandes plantas agroindustriais e na produção agrícola. Ao mesmo tempo, transcorreu a introdução de novos mecanismos de controle do trabalho e técnicas de gestão da qualidade

etc.. No entanto, apesar do oligopólio, destacaram-se pequenas e médias empresas que conquistaram fatias e nichos do mercado interno fortemente concentrados por intermédio da banalização tecnológica.

Do mesmo modo, para pequenos e médios capitais, as lacunas abertas no mercado pela incorporação técnica consistia na conquista do mercado externo. Também é perceptível o surgimento de cooperativas que conseguem se afirmar no mercado de suínos e aves nas décadas de 1990. O Brasil é o segundo maior produtor de aves e primeiro em exportação, e Santa Catarina respondeu em 2014 por 17,4% da produção nacional, ocupando a segunda posição.

Na suinocultura, Santa Catarina participa na produção nacional com 25%, seguida por Rio Grande do Sul e Paraná. Ainda sobre estatísticas, o Brasil exportou 565 mil toneladas de carne suína em 2014, fato que o qualifica como o quarto maior exportador mundial (CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, 2015). Nesse sentido, como surgiu a atividade de integração no Sul Catarinense?

No estado de Santa Catarina, a expansão da avicultura na década de 1970 é produto de estímulos governamentais por intermédio de crédito rural canalizado pelo Banco do Brasil (BB), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Paulilo (1987) identifica no Sul Catarinense o efeito da política agrícola através da instalação de pequenas granjas de postura de ovos e granjas de corte com abatedouros próprios. Por isso, iniciar na atividade por conta própria é uma expectativa da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980 foram difíceis aos pequenos negócios. Em 1983, a autora acima citada, durante sua pesquisa, encontrou granjas desativadas, cuja explicação alegava dificuldades em sustentar a alta do preço do milho e rações, bem como irregularidade e falta de constância do preço do produto avícola.

Diante disso, conforme Paulilo (1987), houve um processo de substituição de criadores independentes por granjas integradas no Sul Catarinense. Assim, um avicultor independente que alojava um número expressivo de aves (16 mil) acabou por buscar fazer parte do quadro de avicultores integrados do Frigorífico Sul Catarinense (FRISULCA). Logo, o pequeno número de criadores independentes de aves foi reduzido ainda mais ao final da década de 1970 no estado, entretanto, a avicultura integrada respondeu de maneira positiva, e em 1984 Santa Catarina torna-se o maior produtor de frangos do país (CEPA/SC, 1984 apud PAULILO, 1987).

Em contrapartida, Paulilo (1987) trata da existência de pequenos frigoríficos, ainda que a consolidação do Sistema Nacional de Inspeção Sanitária (SIF) tenha retirado esses pequenos negócios de funcionamento. O criador independente correspondeu ao granjeiro que adquire rações e pintos de um dia no mercado e entrega os animais para pequenos abatedouros, ou abatia ele mesmo os animais seus e de outros criadores em pequenos abatedouros nas imediações da casa.

No Sul Catarinense existiu pequenas integradoras (Tubarão e São Ludgero), ou seja, famílias de agricultores bem sucedidos economicamente que atuavam como intermediários. Assim, forneciam ração e pintos de um dia para os criadores e ao final recolhiam animais no período de abate. Os animais e a ração pertenciam ao intermediário, porém a assistência técnica era esporádica e advinha da indústria produtora de ração.

Na década de 1970 já havia a granja Suely, pioneira do estado na produção de pintos de um dia, mas a avicultura do Sul Catarinense era pouco desenvolvida. Desse modo, o envolvimento crescente dos intermediários “corre par e par com os estímulos vindos de outros setores, principalmente governo e empresas produtoras de insumos.” (PAULILO, 1987, p. 199). Além disso, o chefe de uma das pequenas integradoras foi um produtor de suínos relativamente bem estabelecido e presidente do Sindicato Rural (SR) do município de São Ludgero. Nesse sentido, teve oportunidade de viajar para a capital e o Oeste Catarinense, onde a Sadia tinha iniciado a avicultura integrada. O contato facilitava obter informações sobre os incentivos governamentais e novas técnicas.

No sistema da pequena integradora, a construção do aviário e outras instalações ficava por conta do criador, por meio de empréstimos ou recursos próprios. De início a integradora intermediava com criadores sem exigir padronização das granjas, e, ainda que o nível técnico tenha sido aprimorado, não alcançava o patamar da Eliane. A capacidade de abate do frigorífico era de 4 a 5 mil animais por dia, e desse modo a retirada das granjas era feita em parcelas. Nos momentos de crise, a solução consistia em reduzir o número de animais alojados, baratear a ração e diminuir o preço pago por animal aos granjeiros.

Além da Eliane, trabalhava de fato com a integração de aves a Canta Galo, pertencente ao grupo Suely. Entre as principais diferenças estavam a exigência de instalações e a assistência técnica privada e intensiva, pois a integração visa gerir e direcionar a oferta de produtos agrícolas ao mercado, e a agroindústria intermedia produção, transformação e comercialização. A integração aqui é entendida como uma tecnologia de controle da produção agrícola, ou seja, é a divisão do

trabalho. Ao agricultor integrado a subordinação é real já desde a relação com o intermediário, piorando com as atividades da integradora. A coordenação ou dominação do setor agrícola deriva da hipótese da agricultura perder autonomia, e assim, pela industrialização da agricultura, essa passa a ser controlada por setores industriais fabricantes de meios de produção e insumos (a montante), e, a jusante, o típico caso dos frigoríficos em Santa Catarina (ALTMANN, 1997).

De acordo com o mesmo autor, a estrutura dos contratos de produção é definida em quatro tipos: na integração vertical, a agroindústria realiza todas as etapas da produção; na integração, insumos e tecnologias são fornecidos ao produtor, que se responsabiliza por instalações e mão-de-obra; na semi-integração, o produtor fornece parte dos insumos, e do mesmo modo fica responsável por investimentos em instalações, equipamentos e responde pela mão-de-obra; nos contratos de fornecimento, há geralmente um compromisso informal da compra dos animais que não necessariamente implica no fornecimento de insumos (ALTMANN, 1997, p. 16).

A integração é a relação de trabalho definida pela subordinação do estabelecimento agropecuário vinculado organicamente ao capital agroindustrial. Do ponto de vista dos avicultores, Paulilo (1987) lista três fatores da adesão por falta de melhor opção produtiva no Sul Catarinense: os agricultores tinham parentes no Paraná, onde a atividade estava em expansão; as duas integradoras não eram novas, já que a Eliane se dedicava a oito anos com integração de suínos; o relativo “sucesso financeiro”³ conseguido por alguns avicultores. Além disso, com a existência de crédito rural subsidiado até 1980, o aviário poderia ser financiado, e havia expectativa da receita da venda das aves liquidar a dívida por si mesma.

Por outro lado, a resposta de tornar-se integrado por incentivo da subvenção do crédito agrícola explica porque o FRISULCA/Eliane conseguiu 70 avicultores de 1978-1980, e o número fica estacionado em 1983. De fato, pequenos negócios avícolas conviveram com frigoríficos de maior porte nas décadas de 1970 e 1980 e em períodos recentes; entretanto, há tendência do grande capital, por meio da concorrência, retirar o pequeno da atividade. Segundo Mior (2005, p. 126), a Perdígão adquiriu o grupo Suely em 1984, incorporando as fábricas de rações de

³ A questão é contraditória, pois embora a expectativa fosse boa para se iniciar na atividade, os determinantes do mercado implicavam em períodos de valores negativos, ou seja, os avicultores integrados muitas vezes trabalhavam no prejuízo.

Orleans, Içara, Jaguaruna e Taió e a área de aves da Canta Galo, situada no município de Criciúma. Sabe-se da estratégia da Perdígão de suprimir pela aquisição do grupo Suely sua demanda de pintos de um dia, e na década de 1980 quase 65% de animais derivava do Sul Catarinense.

A Eliane, de capital privado, foi construída a partir da antiga Cooperativa Sociedade União Colônia, fundada em Forquilha no início da década de 1930. Apesar dos implicantes do recorte temporal, as décadas de 1930-1960 expressam a descontinuidade da produção da banha de porco e do comércio em grande escala de carne salgada. A Sociedade União Colonial residia no núcleo colonial de Forquilha, que se torna distrito de Criciúma em 1959 e município em 1989. De acordo com Zanelatto e Osório (2015), a materialização da sociedade foi articulada por intermédio do padre alemão Paul Linnartz, que chegou à comunidade de Forquilha no ano de 1932. Além da comunidade não ter um padre, os moradores de descendência alemã viveram os efeitos da crise de 1929, pois vendiam seus produtos para Rio de Janeiro e São Paulo.

Oficializada em 14 de julho de 1935, em menos de seis meses contabilizou lucro, e desse modo a experiência bem-sucedida impactou no desenvolvimento da comunidade entre os descendentes alemães. Dessa maneira, a União Colonial adquiriu patrimônio e atuou na transformação da banha, produção de queijo, beneficiamento de arroz. De fato, funcionou como uma cooperativa, e assim o sócio entregava sua produção e recebia em troca crédito, em produtos ou um vale em papel. Ou seja, além de não interferir no preço do produto agrícola, o sócio, para comprar e vender com outros estabelecimentos, precisava obter autorização do diretor gerente (ZANELATTO; OSÓRIO, 2015).

Por esse motivo, há de se considerar uma ruptura técnica na maneira de criar o porco tipo banha para o suíno de raça (tipo carne), na unidade de produção agrícola. Segundo Paulilo (1990), um de seus entrevistados relatou que em 1960 começou a criar animais de raça com ajuda da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) no entorno de Criciúma. Em seguida, a iniciativa foi adotada por outros criadores de suínos da região.

Nesse momento de ruptura com o padrão sociocultural cristalizado, se identificava na região a necessidade de um frigorífico para abate de suínos, ao mesmo tempo a Sociedade União Colonial fechou as portas, porque enfrentava dificuldades desde o final da década de 1950. Portanto, as instalações da antiga União Colonial foram doadas para a construção da nova cooperativa, transformada em Sociedade

Anônima como forma de juntar capital. Além disso, a construção do frigorífico acompanha o movimento da implantação de cooperativas com o apoio do governo federal no Brasil. O FRISULCA foi fundado em 1963, e conseguiu a adesão de 1.500 associados em 32 dos municípios do Sul Catarinense (PAULILO, 1990).

Segundo Zanelatto e Osório (2015), o empreendimento pretendia industrializar e comercializar derivados de suínos e bovinos, e essa empresa teve a diretoria composta por empresários e lideranças de outros municípios. Devido à soma dos recursos necessários para a construção do empreendimento, estudos de viabilidade econômica foram realizados. O frigorífico iniciou sua atividade em 1966, mas pela falta de capital de giro suas operações foram interrompidas em seguida. Concordamos com Zanelatto e Osório (2015) quando afirmam que trata-se de problematizar a falta de capital de giro, pois isso não é suficiente para compreender a suspensão das atividades. Desse modo, o comprometimento de um grande grupo não se efetivou, e com a ditadura civil-militar instaurada em 1964 o apoio do Banco do Brasil ficou só na esperança.

A Eliane, do grupo Maximiliano Gaidizinski, atuava no segmento de cerâmicos e assumiu o controle do FRISULCA em 1970. Inicialmente, a compra de 51% das ações pressupôs o controle acionário do frigorífico, e no ano de 1983 deteve “cerca de 90% do capital, porque todos os novos investimentos ficaram por sua conta.” (PAULILO, 1990, p. 105). Embora o grupo Eliane não tivesse ligação com atividades agrícolas, a década de 1970 foi favorável ao investimento de capital por grupos urbanos no ramo agropecuário. Juros subsidiados e outros mecanismos, como descontos no imposto de renda, funcionavam como atrativos. Diante disso, o grupo Eliane, em 1970, diversifica os negócios empresariais. Concomitante com a “compra” do frigorífico adquiriu o moinho Vigor, produtor de rações, em 1973, situado no município de Criciúma (DALLA COSTA, 1997, p. 180).

Nessa linha, como resultado da ampliação do FRISULCA, a quantidade de abates de suínos entre 1970 a 1978 aumentou em 443% (PAULILO, 1990). Segundo Dalla Costa (1997), em 1976 a empresa se estabeleceu no mercado após a criação da Eliane Agropecuária Sociedade Anônima, responsável por implantar o sistema de integração na produção avícola e partes da suinocultura. O programa de investimentos dava suporte ao audacioso projeto, a Avícola Eliane, com capacidade para abater 36.000 aves/dia, que entrou em funcionamento em 1977 (DALLA COSTA, 1997, p. 180).

Nessa linha, em 1981 ganha forma a Eliane Avicultura do Sul LTDA, que instalou incubatórios próprios para produção de pintos de um dia e granjas de matrizes poedeiras. Essas atividades foram centralizadas na Agroeliane Sociedade Anônima Indústria de Alimentos em 1989. Logo atrás do movimento dos grandes capitais agroindústrias, a Agroeliane, no início da década e 1990, implantou um sistema de produção integrada de aves em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, com fábrica de rações e frigorífico para 60 mil aves/dia. Em Sidrolândia, considerando sua formação socioeconômica, a Agroeliane integrou grandes proprietários de terra e produtores.

A consolidação da Eliane no mercado de carne suína desvela o impasse na transformação da tradicional região dedicada à criação de suínos para a redução dos estabelecimentos rurais dedicados a essa atividade. Os abates triplicaram entre 1977 e 1984, porém a agroindústria absorveu 77 e 124 suinocultores integrados nas datas descritas, respectivamente. Desse modo, os suinocultores, no início da década de 1990, estavam distribuídos em 35 produtores de ciclo completo, que detinham até 2 mil matrizes cada, por isso, representam o estrato diferenciado de produtores na região. Os produtores de leitões totalizavam 153 estabelecimentos, detendo em média 55 matrizes, e o número de 44 terminadores alojavam em instalações próprias a média de 300 suínos cada.

Do total de abates, 40% advinha da integração, 20% dos produtores de ciclo completo, o restante de instalações próprias e de animais de outras regiões. Segundo Mior (1992), a Eliane chegou a projetar obter 100% da matéria-prima de granjas próprias, porém a mão-de-obra assalariada em comparação aos produtores familiares era considerada pouco produtiva, e como existia um mercado de trabalho formado, a integradora encontrava problemas em contratar mão-de-obra, pois “na região, este trabalhador está sujeito a uma série de comentários depreciativos.” (MIOR, 1992, p. 253-354).

Nessa linha, o FRISULCA estabeleceu um patamar mínimo de 20 matrizes por criador na década de 1980 e 55 na década de 1990; ainda que não cumprido à risca, esse mecanismo significava seleção drástica. Assim, a exigência de número mínimo de matrizes diferenciava os suinocultores do Sul e Oeste do estado, local em que o número de três matrizes permitia a integração ou aprisionamento de pequenas áreas de terra.

Conforme Maria Ignez Paulilo, há de se considerar posições intermediárias entre a preservação sociotécnica e a imposição de novos padrões em uma região tradicional da produção de suínos. Assim, a

autora contrasta essa disparidade nas narrativas dos que tiveram condições de se modernizar, e desse modo “o frigorífico aparece para viabilizá-lo, fornecendo os insumos e garantindo o mercado.” (PAULILO, 1990, p. 108). Em contrapartida, para os que não puderam acompanhar o processo, “o frigorífico, ao exigir instalações modernas, um plantel de raças e uma reputação de capricho e honestidade, fez rigorosa seleção de seus fornecedores.” (PAULILO, 1990, p. 108). De fato, a autora expressa as contradições envolvidas no processo, pois no dissenso surge possibilidades de ruptura.

Segundo Dalla Costa (1997), no ano de 1994 a Agroeliane, então classificada no *ranking* nacional como a décima quinta empresa avícola do país, apresentava capacidade de abater até 108 mil aves/dia em Forquilha e 60 mil aves/dia em Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul. Entretanto, o Grupo Gaidzinski decidiu vender a Agroeliane à Ceval em 1995. Um dos motivos da venda foi recuperar a estrutura de capital do grupo, pois o setor cerâmico vinha acumulando perdas no início da década de 1990. Nesse momento, a Agroeliane empregava 2.850 funcionários, dos quais 2.000 no município de Forquilha.

A aquisição garantiu à Ceval/Hering aumentar “25% sua capacidade de abate de aves e tornou-se a segunda maior empresa nacional do complexo de carnes, passando na frente da Perdigão.” (DALLA COSTA, 1997, p. 180). Em relação à estrutura adquirida, US\$ 60 milhões compraram abatedouros de aves e suínos, incubatórios e fábricas de rações, bem como granjas próprias de suínos e aves nos municípios de Urussanga, Araranguá, Maracajá, Forquilha, Cocal do Sul. Os produtores totalizavam 519 de aves e 261 de suínos no geral, e uma estimativa das granjas de aves de 120 a 250 nos municípios próximos de Forquilha.

A transferência da unidade de Forquilha pode ser observada pelo tensionamento de questões da entidade de representação dos trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Criciúma e Região (SINTIACR). Após a efetivação da compra, a Ceval fechou no município o abate de suínos e 400 funcionários foram demitidos. Ao mesmo tempo, a entidade representativa reivindicava aumento real dos salários, participação nos lucros, justificativas de demissões, proibição de terceirização e requistava que nenhum funcionário poderia ser admitido abaixo do piso salarial da categoria⁴.

⁴ A referência é o Jornal da Manhã. E nas reportagens sobre a transferências surgem outras questões, como o problema do mau cheiro causado em

No entanto, as condições de trabalho no frigorífico já preocupavam o sindicato, principalmente por alta incidência da Lesão por Esforço Repetitivo (LER), e anunciava o total de 400 trabalhadores acometidos pelas condições insalubres de trabalho (SINDICATO..., 1992; TRABALHADORES..., 1996). Conforme Ministério do Trabalho e Emprego (2017), no ano de 1996 o abate de aves e pequenos animais empregava 1.030 homens e 675 mulheres no município de Forquilha. Em 1997, encontra-se 981 homens e 578 mulheres com vínculos ativos, e no ano seguinte 839 homens e 406 mulheres⁵.

O próximo acontecimento trata da inauguração política da Agrovêneta em Nova Veneza, no dia 26 de maio de 1997. Diga-se político porque reuniu naquele momento o governador de Santa Catarina e seus partidários políticos locais, entretanto sem nenhuma novidade, pois o discurso político polido encontra-se definido na Lei nº 10.475 de agosto de 1997, que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), voltado a agroindústrias (SANTA CATARINA, 1997). Na verdade, o PRODEC data de 1988, quando substituiu o PROCAPE, criado em 1975, que por sua vez substituiu o FUNDESC de 1963⁶ (RONÇANI; GOULARTI FILHO, 2015).

A Agrovêneta foi um empreendimento viabilizado pela experiência no ramo dos irmãos Sinésio e Evilásio Volpato, Denizard Ribeiro e Geovane Godoi, ex-membros e diretores da Agroeliane. Do mesmo modo, adicionam-se incentivos fiscais e de infraestrutura do governo municipal, na gestão do prefeito Édio Minatto, do Partido da Frente Liberal (PFL), além de recursos do BRDE e mais incentivos do estado de Santa Catarina por intermédio do PRODEC.

Nesse sentido, a Agrovêneta teve acesso ao mercado externo, assegurado pela Konematsu Corporation, uma *Trading Company* que tinha “participação no capital, e ainda garante a compra de parte da produção” (AGROVÊNETO..., 1997a, p. 15). Dessa forma, iniciou as

Forquilha aos moradores pela insuficiência do tratamento dos dejetos, do qual o jornal apenas menciona após efetivada a transferência para a Ceval (DA ROSA, 1997). Assim, o editorial guarda proximidade com o grupo Eliane em suas páginas, e do mesmo modo é partidário sobre os assuntos que trata sobre essas questões ao patrão.

⁵ Quanto aos anos seguintes e conforme a mesma categoria de trabalho da base do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), encontramos dados apenas para os anos de 2006, que serão apresentados a frente.

⁶ Os autores tratam o período de 1990-2002 como período de lenta recuperação do crédito estadual, apesar da consolidação do PRODEC em 1992 e da reativação do BRDE.

operações abatendo 7.500 frangos por dia, mas na primeira fase visava atingir 27 mil aves/dia, e no prazo de 5 anos alcançar a capacidade total de operações de 104 mil aves/dia. Segundo a documentação informante, os produtos atenderiam mercados do Japão, Hong Kong, Europa e o mercado interno (AGROVÊNETO..., 1997b, p. 10). A empresa buscava se afirmar no mercado de cortes especiais, ainda que o fato omitido exija trabalho intensivo. Por isso, grupos de capital modesto surgem em um mercado controlado por gigantescos oligopólios em Santa Catarina, do qual a explicação razoável é o aumento no consumo da proteína no mercado interno e principalmente o aumento das exportações.

A planta frigorífica e a fábrica de rações foram instaladas em um parque industrial, idealizado na administração de Sérgio Ghislandi, naquele ano de 1997 ex-prefeito de Nova Veneza. Além da área de 12 hectares, e mais incentivos fiscais, a indústria absorveu investimentos e serviços básicos de drenagem e pavimentação, totalizando um repasse de R\$ 700 mil da prefeitura de Nova Veneza. Em suma, o prefeito buscava incentivar a implantação de indústrias para gerar emprego, incrementar a economia do município e aumentar a arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

A instalação do frigorífico impactou na estrutura econômica do município, seja por requisitar uma infraestrutura que Nova Veneza não tinha até o momento, seja por aumentar o número de vagas de trabalhos diretos e indiretos. Do lado da agroindústria, as variáveis para a escolha do município foram: bom relacionamento com o poder público, disponibilidade de mão-de-obra, água de boa qualidade e infraestrutura adequada (AGROVÊNETO, 1997c, p. 6). Trata-se de contabilizar para não deixar dúvidas a localização estratégica e espacial do município. Por isso, apesar de ser justificado como gerador de emprego e renda diante da comunidade, o investimento significa opção política que talvez acabe produzindo onerosidade social, talvez além do desejado. É interessante deixar explícito que investimentos significam objetivamente exploração da força de trabalho e dos recursos naturais.

Na produção agrícola, a Agrovêneto proporcionou a possibilidade dos avicultores de corte se transferirem pela abertura de vagas e, num outro momento, ao abrir vagas, as granjas de postura de ovos e matrizes foram ampliadas em número. Neste período, a Ceval já havia optado por externalizar as granjas de matrizes e de postura aos estabelecimentos avícolas. Não temos informações precisas a respeito do número de vagas, mas por meio dos fatos sobre a inauguração da Agrovêneto nos

jornais de Criciúma é possível contabilizar um total de 130 ao longo dos primeiros cinco anos.

Por outro lado, os incentivos não param por aí, as prefeituras dos municípios promoveram incentivos aos avicultores, fornecendo máquinas para fazer a terraplanagem dos terrenos e também melhoria e abertura de estradas para a circulação de caminhões de rações e animais. Os municípios de Nova Veneza, Treviso (recentemente emancipado), Meleiro, Criciúma, Orleans e Urussanga seguiram o receituário de estimular a construção de granjas.

O número de vagas para a construção de aviários está relacionada à condição de financiar a instalação, ou mesmo de expectativas para iniciar-se na atividade por meio de recursos próprios. Desse modo, é perceptível os efeitos das linhas de crédito formuladas a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Sul Catarinense. Em contrapartida, na desertificação neoliberal os sistemas de crédito rural foram progressivamente desmontados. Assim, entre os anos de 1995-1996 aviários e granjas foram construídas e tratores adquiridos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), intermediado pelo BESC e Banco do Brasil.

A liberação do recurso dependia do aval das integradoras de suínos e aves (Ceval, Warmiling, US) e da prática política de fazer pressão junto aos pares partidários no âmbito estadual para liberar recursos, até aquele momento escasso. Também a liberação do crédito dependia de projetos apresentados aos bancos, elaborados por instituições públicas como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Ou seja, além do financiamento estar atrelado à propriedade fundiária, direciona-se para atividades específicas, construção de granjas de suínos e aves, mecanização da produção etc.. Assim, as instituições públicas canalizavam o recurso para a construção de projetos ligados à produção, pois usar para reformar e construir casas era desaconselhado.

Diante da digressão sobre os frigoríficos, em 1997 a Bunge adquiriu a Ceval do Grupo Hering, que controlava a Seara (PADUAN, 2011). Em 2005, a norte-americana Cargill adquiriu da Bunge a Seara Alimentos. No Brasil, em 2007, a transnacional planejava um amplo programa de investimentos no negócio de aves para o mercado interno e externo. Por outro lado, trabalhadores e sua entidade representativa denunciavam péssimas condições de trabalho no frigorífico de Forquilha. Uma ação judicial, fruto do trabalho em conjunto do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do SINTIACR, determinou as

obrigações da transnacional com seus trabalhadores (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2007). No ano de 2009, a Marfrig compra a Seara Alimentos e o abatedouro de Forquilha passa a ser impresso nas imediações com o símbolo do referido frigorífico (MARFRIG..., 2009).

No transcurso dos acontecimentos, construiu-se a Tramonto Agroindustrial em 2006. Da mesma forma, é resultado do desdobramento e da trajetória de ex-membros e diretores da Agrovêneta. O abatedouro tem capacidade de processar 120 mil aves/dia, fábrica de rações compatível com a demanda máxima de operação, com autorização para direcionar o frango aos principais mercados do exterior (JBS ALUGA..., 2013). A unidade de processamento industrial no município de Morro Grande empregava 800 funcionários. A Tabela 6 expressa o número de vínculos trabalhistas registrados nas três unidades frigoríficas a partir de 2006, destacando o trabalho feminino.

Tabela 6 - Vínculo de trabalho no abate de aves e outros pequenos animais e preparação de carne (2006-2015)

Ano	Distinção Vínculo	Forquilha	Nova Veneza	Morro Grande	Total
2006	Feminino	1.194	798	1	4004
	Masculino	1.018	956	37	
2007	Feminino	1.227	894	206	4468
	Masculino	948	979	214	
2008	Feminino	1177	1552	410	4964
	Masculino	851	1024	350	
2009	Feminino	1035	999	495	4639
	Masculino	809	919	382	
2010	Feminino	1004	822	863	4939
	Masculino	738	818	694	
2011	Feminino	1023	899	1113	5515
	Masculino	780	805	988	
2012	Feminino	1026	773	988	5002
	Masculino	789	642	784	
2013	Feminino	985	1480	816	6201
	Masculino	756	1502	662	
2014	Feminino	934	567	740	4300
	Masculino	750	672	637	
2015	Feminino	944	654	721	4546
	Masculino	879	672	676	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2017). Elaborado pelo autor.

Trabalhar nas linhas de produção exige movimento intenso e repetitivo, sendo assim causa de adoecimento dos trabalhadores. Ou seja, o frigorífico dita ritmos e intensidade do trabalho nas linhas de produção, mesmo contornando os padrões aceitáveis e legislado, e o trabalho social torna-se adoecedor e precário quanto mais valor excedentário o trabalhador produz.

Nessa linha, por efeito da crise entre 2010-2012 que atingiu empresas de médio e pequeno porte em Santa Catarina, a Tramonto passou a ser alugada pela JBS Aves no prazo de cinco anos. E nos perguntamos, se a Tramonto foi alugada, como ficaram os prestadores de serviço da integradora? Os integrados receberam as médias anteriores, entretanto outros prestadores de serviço não, pois a JBS não assumiu as dívidas anteriores.

No ano de 2015 a empresa foi adquirida pela JBS, porém, ao final do ano de 2016, passou a trabalhar com apenas dois turnos e reduziu o efetivo de animais alojados, aumentou o intervalo entre os alojamentos e diminuiu o tempo de permanência dos animais nas granjas. Conforme o transcorrer dos fatos, a unidade funcionou até outubro de 2017, demitindo mais de 500 funcionários, desintegrando 120 avicultores – destes, 90% com alguma dívida ativa – e deixando um buraco nas contas do município de Morro Grande (60% de arrecadação de ICMS).

Na trajetória dos frigoríficos, tratou-se de inferir sobre 2010 a 2014, pois a chegada da JBS no Sul Catarinense é problemática de entendimento. A Friboi, um frigorífico modesto no início da década de 1990, passa a ser JBS em 2007, por meio da abertura do capital do grupo no mercado financeiro. O crescimento e expansão da empresa a partir da segunda metade da década 2000 tornou-se questão polêmica e no centro da discussão está a conclusão de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ajudou a transformar a Friboi na “maior empresa de carnes do mundo.” (DIEGUEZ, 2015, p. 16). Além de fazer empréstimos, o banco federal entrou no negócio para se tornar sócio da empresa.

Segundo Dieguez (2015), nos anos de 2007 a 2009 o banco depositou R\$ 8,3 bilhões de reais em ações, e mais 2 bilhões de reais em empréstimos. Em outras palavras, em 2007, com a nomeação de Luciano Coutinho para presidência do banco, o economista tratou de colocar em prática a estratégia de selecionar e impulsionar alguns setores de carnes, mineração, celulose, petroquímica e petróleo. O então presidente do BNDES esperava estimular o desenvolvimento econômico

e pressupôs escolher setores com capacidade de competir no mercado internacional.

A Friboi, de 1990 a 2005 tornou-se um dos maiores frigoríficos do Brasil, porém até 2006 não constava na lista das maiores empresas do país. Conforme Dieguez (2015), a primeira rota de expansão da empresa ocorreu em meados da década de 1990. O Plano Real derrubou a exportação dos grandes frigoríficos (alguns de capital internacional) e suas finanças, por outro lado a Friboi vendia para o mercado interno e obteve ganhos na explosão do consumo interno de carne bovina. Assim, com dinheiro na mão e crédito político, foram às compras dos frigoríficos: Anglo, Bordon, Swift Armour.

No segundo momento, a JBS, com suporte do BNDES, adquiriu a Swift americana em 2007 e a Smithfield Beef Group em 2008. No ano de 2009, completou o ciclo de expansão com a aquisição da Pilgrim's Pride, a maior produtora de frango fresco e processado do Estados Unidos da América (EUA) (DIEGUEZ, 2015). Em 2013, a JBS adquiriu a Seara da Marfrig, ocupando assim a segunda posição de maior processadora de alimentos no Brasil, atrás apenas da BRF Foods, fusão da Sadia e da Perdigão, em 2009.

Nessa linha, além das críticas direcionadas ao suporte do BNDES, há também o paralelismo com os governos Lula (2003-2010). Conforme analistas e sindicatos ligados aos frigoríficos, a questão principal é de que a interferência do banco público desestruturou a “naturalidade” do crescimento dos frigoríficos brasileiros. Da mesma forma, com o oligopólio do mercado a JBS deteve 60% do mercado do boi gordo no Mato Grosso para si, ou seja, tem condição de definir e ditar preço aos fornecedores (pecuaristas) e determinar formas e condições de pagamento (DIEGUEZ, 2015).

A trajetória da JBS, para esta dissertação, expressa as estratégias de expansão: adquirir frigoríficos ou plantas industriais com problemas financeiros e ter aporte financeiro do BNDES, que chegou a deter 31% da empresa. Em contrapartida, a JBS foi a maior doadora declarada das campanhas eleitorais de 2014, e assim injetou nada mais que R\$ 366,8 milhões nas campanhas eleitorais, ou seja, 30% do lucro no último trimestre daquele ano. Nas planilhas de doações “legais” estão políticos catarinenses, de deputados federais e estaduais ao governador. Porém, como a questão JBS se tornou polêmica e reflete na região?

O primeiro problema afirmava erroneamente que a JBS tinha como sócio “anônimo” o filho do ex-presidente Lula. No Brasil, a política dos “campeões nacionais”, responsável por alavancar a JBS, foi alvo de críticas, e, segundo o principal argumento produzido por

sindicatos de frigoríficos, afirma-se que o patrocínio generoso do Estado acabou produzindo concentração do mercado. Já aqui no Sul Catarinense, para muitos dos entrevistados e pessoas com quem conversamos, confunde-se o problema do abastecimento do milho ao suposto incesto das coalizões políticas: com dinheiro público e amizade com o governo a JBS saiu comprando unidades agroindustriais, sem espaço para os demais.

No entanto, tal argumento deixa de considerar a atuação e a relevância do BNDES como banco forte de fomento público⁷, e a expansão da JBS que abarca produtos de limpeza, indústrias de celulose, carnes e energia. Porém, com a grande transnacional financiada pelo dinheiro público (inclusive com a participação da Caixa Econômica Federal) não existe espaço para discussão aos integrados vinculados à unidade industrial, embora a discussão nunca tenha existido abertamente. Assim, na rota de expansão, a JBS decidiu reforçar e transportar para o ramo de aves os métodos que usou para extrair sobretrabalho do trabalhador dos frigoríficos e da cadeia de fornecedores. Além disso, prevaleceram as práticas costumeiras do movimento de valorização do capital.

Boito Júnior (2012) discorre sobre esta ímpar conjuntura política na história recente brasileira e adota como título de seu trabalho “A nova burguesia no governo Lula”. O autor argumenta que uma fração da burguesia nacional ascende ao poder na coalização das forças políticas dos dois Governos Lula (2003-2010). Isso quer dizer que grupos sem representação política partidária e nem afago da mídia hegemônica brasileira encontraram meios e representação em um partido político nascido do movimento social, o Partido dos Trabalhadores (PT). Em outras palavras, sempre estiveram no poder, mas uma fração ascendeu por essa coalização.

De fato, a aliança construída na instabilidade manteve interesses contraditórios, do empresariado e de movimentos sociais que estiveram próximos ao Estado. Resultam disso concessões generosas para a burguesia e algumas pequenas benesses para a sociedade brasileira organizada em sindicatos e movimentos sociais.

Nesse contexto social e político, e de crise na suinocultura e avicultura, transcorreu a chegada da JBS na região do Sul Catarinense. Na verdade, o fato é que a JBS comprou a Seara, a Agrovêneto e a

⁷ Conforme a resposta de Coutinho às críticas, a JBS recebeu 4% do montante de recursos liberados pelo BNDES, e o banco lucrou quase 5 bilhões de reais com suas operações. Ver detalhes em Dieguez (2017).

Tramonto. A JBS se inaugura no setor de aves no Brasil, a partir de 2012, com a aquisição de 4 unidades de produção, que juntas totalizam o abate de 1,34 milhões de aves/dia. No Rio Grande do Sul arrendou por 10 anos as unidades da Doux Frangosul, desativadas desde fevereiro do mesmo ano.

Ao arrendar por dez anos, a JBS não assumiria as dívidas no valor de R\$ 1,2 bilhões de reais. Daí surgiu a disputa judicial entre a JBS e os fundos Oppenheimer, ING Patners e Aldwych. A questão de divergência expressa que, ao arrendar, a JBS tomou conta das marcas, incorporou funcionários e comercializava com todos os clientes da Frangosul (BARBOSA, 2014).

No início de novembro de 2012 a JBS anunciou oficialmente sua primeira compra no setor de aves do país. A Agrovêneto foi adquirida pelo valor de R\$ 128 milhões, do qual 10 milhões foram transformados em ações destinada aos acionistas e o restante para os credores da empresa. De acordo com Gazzoni (2012), a dívida da empresa possibilitou à JBS fechar o negócio por um valor considerado baixo, pois com a capacidade normal o faturamento seria de R\$ 300 milhões por ano. Posto isso, o resultado negativo tem origens no aumento do custo do milho e na queda do preço do frango.

O plano de expansão da JBS no mercado de aves se complementou na construção da JBS Aves (Agrovêneto e Tramonto), e da subsidiária JBS Foods depois de comprar da Marfrig a Seara, pelo valor de R\$ 5,85 bilhões. O anúncio foi feito em junho de 2013, e a JBS adquiriu a segunda maior empresa produtora de aves e suínos do país, com forte participação no mercado de alimentos processados (SALOMÃO; GAZZONI, 2013). A compra da Seara foi parte importante do plano de expansão, pois o mercado interno consome 40% da produção nacional de aves. A trajetória da Marfrig em relação ao BNDES é próxima da JBS, o banco federal investiu R\$ 2,5 bilhões no ano de 2012.

Nesse sentido, funcionários, integrados e prestadores de serviços das unidades do Sul passaram à regência da JBS Aves e JBS Foods, que visava reestruturar as aquisições e manter as marcas mais conhecidas no mercado. De fato, a JBS anunciou à Santa Catarina investimentos na casa dos R\$ 500 milhões em junho de 2015 (OGEDA, 2015). Um ano antes, Raimundo Colombo e Joesley Mendonça Batista assinaram um protocolo de intenções entre a empresa e o governo do estado.

A intenção da parceria previa, na primeira etapa, R\$ 60 milhões em investimento, e expressava planos de expansão das unidades de abate de suínos e de produtos processados. Do mesmo modo, o estado

proporcionou benefícios fiscais previstos no PRODEC e no Pró-emprego (GOVERNADOR..., 2014). Assim, encerramos esta questão na incerteza, e de fato ninguém tem certeza do que vai acontecer, particularmente em relação aos integrados, pois ainda há desdobramentos de eventos que não se encerraram⁸.

Já no discurso empresarial sobre a crise de 2010-2012, ao considerar a situação emergencial, tratou-se de promover uma agenda agroindustrial para superar a crise no setor, porém sem propor qualquer alteração no funcionamento da “parceria” de integração. Uma reunião transcorreu em 13 de setembro de 2012 com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Câmara de Desenvolvimento da Agroindústria, ligada à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Além do aumento dos custos dos insumos, os empresários destacaram a falta de linhas de crédito adequadas e incentivos às agroindústrias (FIESC..., 2012). Desse modo, o vice-presidente regional da FIESC manteve o mesmo diagnóstico na audiência pública promovida para discutir a crise da avicultura em Santa Catarina, no município de Nova Veneza, no dia 24 de agosto de 2012.

Em contrapartida, em setembro de 2013 a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), por meio da Comissão de Agricultura e Política Rural, trouxe para o debate questões da crise no setor avícola que arrastou produtores catarinenses. A audiência contou com representantes de produtores do Norte e Sul do estado. Entre as principais questões apresentadas estava o baixo preço pago por animal vivo e a dificuldade de negociar com as integradoras, além do endividamento decorrente da baixa renda obtida pela criação de aves (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013). Usamos como marco temporal essa audiência pública por envolver organizações autônomas de avicultores em um momento agudo no setor. Entretanto, os problemas da integração, como a remuneração e a viabilidade econômica, foram debatidos por representantes de instituições fortemente alicerçadas na hegemonia agroindustrial entre 2008-2010.

Para essa hegemonia, problemas estruturais, como a dependência essencialmente econômica e o poder das agroindústrias, são

⁸ Não serão aprofundadas questões como a “Operação Carne Fraca” e o desdobramento das investigações da JBS, pois não há desfecho dos fatos. No entanto, nas entrevistas com os integrados ao longo do ano de 2017 tais preocupações eram suscitadas.

equacionados como problema de falta de sinergias, problemas isolados, explicações a partir das concepções próprias à ideologia do “empreendedor rural”. Também se argumenta que a integração deve ser melhorada e não combatida, embora a relação de trabalho precária e flexibilizada tenha uma história agravante no Sul do Brasil.

De fato, para melhorar alguma coisa é preciso ter diálogo e poder de mobilização. Porém, associações com autonomia e dispostas a reivindicar espaço têm dificuldade de organização entre a heterogeneidade de integrados, que não são empregadores rurais, conforme a definição institucional, e sim produtores familiares na agricultura. Desse modo, conforme questões particulares, aprofundamos o lado obscuro da relação de trabalho, e é possível tratar especificamente do movimento intrínseco à construção da AVISUL por intermédio da luta e do fazer-se avicultor integrado.

2.3 A SUBORDINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO RURAL: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E A SUBSUNÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA PELO CONTRATO UNILATERAL E PELO MASCARAMENTO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

A expansão do abate de aves e o desdobramento do complexo agroindustrial no Sul Catarinense transcorreu pela expansão progressiva do número de estabelecimentos absorvidos pela integração. De 1995 a 2015 o número de aves alojadas cresceu 592%, porém a mudança provocou exclusão e fechamento de granjas. Ao percorrer os municípios é observável galpões abandonados, grandes estruturas em funcionamento, como o aviário *dark house*, e também sistemas convencionais e climatizados em perfeitas condições de operação.

Os granjeiros que se iniciaram na década de 1990 tiveram de modernizar suas instalações nos anos 2000, fazer ampliações e adaptar a propriedade tanto por exigências sanitárias quanto para responder às metas de produção pré-estabelecidas pelas integradoras. Para usar uma expressão conhecida, os estabelecimentos rurais foram assaltados por moinhos satânicos (POLANYI, 2000). Diante da expropriação das ferramentas de trabalho (galpões e equipamentos) e do sufocamento da pequena produção provocado pela baixa remuneração e exigências de investimentos, surge a questão de quais formas de resistência à dominação exercida foram acionadas.

Uma das resistências foi mudar de integradora, conforme a abertura de vagas nas novas plantas industriais. Na estrutura sindical rural oficial não encontramos resistência efetiva ao largo poder dos frigoríficos, mas há duas tentativas de mobilização organizada dos integrados. A primeira, entre os anos de 2004/2005, foi desmobilizada pela pressão do patronato agroindustrial sobre as lideranças. A segunda, como reflexo da primeira, não teve tempo suficiente em se constituir como associação, pois os avicultores à frente do movimento foram excluídos dos quadros da integradora. A AVISUL conseguiu se constituir como associação em 03 de agosto de 2013, passando pelos mesmos problemas de pressão, ou seja, violência e repressão patronal e negação das suas reivindicações.

No datar dos acontecimentos de 2013, ou seja, encontros para se constituir como associação, estudos foram realizados para questionar a realidade dos estabelecimentos rurais. Desse modo, para os arautos da integração os integrados vivem bem e recebem o suficiente: de fato é a truculência do capital em ação. Portanto, o texto abaixo apresenta duas pesquisas formuladas pela AVISUL, os dados tabulados a partir dos cadastros dos seus associados e um estudo abrangente sobre os custos da produção avícola regional.

Esse estudo de viabilidade econômica representa os custos de investimentos se a integradora investisse na produção agrícola, ou seja, se a granja funcionasse por meio de atribuições empresariais. E assim chega-se, por meio da estatística, ao valor por frango para a viabilidade do empreendimento dos três tipos de aviários que operam na região: convencional, climatizado e *dark house* (ou casa escura). A viabilidade econômica é calculada conforme mão-de-obra, investimentos e encargos sociais e trabalhistas, dando a dimensão da manobra da integradora de burlar a legislação trabalhista ao se apropriar da produção familiar na agricultura. A ata da primeira reunião do movimento organizado dos avicultores, em julho de 2013, expressa o problema:

O regime de economia familiar, mascara os custos de produção, uma vez que não são considerados itens do regime de trabalho de um trabalhador urbano, por exemplo. O produtor e sua família atende o recebimento de pintos, de ração, de entrega dos frangos sem ser levado em consideração se é dia ou noite, se é domingo ou feriado. (REUNIÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013).

Essa citação expressa ao mesmo tempo tanto o horizonte de dominação como as possibilidades de ação social: também desvela a subordinação e exploração. Não há atores sociais, agentes sociais e muito menos sujeitos categoriais e sim história concreta de homens e mulheres. E a experiência social é melhor localizada no desenrolar da organização e resistência. Nesse sentido, o fato de ruptura, que unifica experiências heterogêneas, é a chegada de um grupo econômico afirmando que “manda quem tem dinheiro e obedece quem tem juízo”.

No estatuto social da AVISUL consta no artigo primeiro a atribuição de entidade máxima de representação dos “produtores rurais e sua família que atuaram ou atuam na atividade” nos municípios das microrregiões da AMUREL, AMREC e AMESC. As palavras “atuam” e “atuaram”, conforme informação, foram necessárias para garantir a permanência na associação dos avicultores desligados das integradoras por participar do movimento e dos que decidiram abandonar a atividade, desse modo prevenindo futuros desligamentos dos membros da associação, pois aos sujeitos é permitido continuar associado ainda que não exerçam a atividade. Outrossim, a mobilização dos sindicatos dos trabalhadores rurais e de produtores rurais se mostra insuficiente⁹, apesar dos produtores mobilizados receberem apoio de lideranças de alguns municípios do Sul Catarinense.

As finalidades da AVISUL, conforme o artigo três, resumem sua natureza. Busca promover e incentivar a organização “coletiva dos produtores de aves de corte, de recria e de postura de ovos férteis.” (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013, p. 1). Nesse sentido, tem por objetivo coordenar e defender os interesses econômicos, sociais e culturais dos produtores e executar ações para desenvolver e aperfeiçoar a atividade na região. Por intermédio de parcerias com instituições públicas e privadas tem como objetivo efetuar projetos, programas e estudos direta ou indiretamente relacionados com a atividade avícola. Procura, da mesma forma, firmar raízes nos espaços de atuação na esfera municipal, estadual e federal.

Essa linha de atuação visa promover fomento e intercâmbio com outras associações de igual natureza e intercâmbio técnico-científico com entidades ligadas com o meio rural. Outrossim, busca adquirir

⁹ Porém, a luta dos avicultores da região se aproxima mais dos cargos eletivos municipais e das instituições públicas locais, sendo igualmente inelásticas à necessidade de levar adiante o enfretamento do patronato do frigorífico.

serviços, implementos e maquinários e outros bens que possam ter utilização por seus associados. Em contrapartida, a filiação a outras entidades não deve negar o seu poder de decisão e individualidade. No item VIII do terceiro artigo descreve as suas finalidades: “ampliação da renda e da atratividade visando estimular a permanência dos membros da família como sucessores nas propriedades.” (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013, p. 1). Segundo a distribuição dos integrados nos municípios, a tabela abaixo dá conta das informações para o ano de 2012:

Tabela 7 - Distribuição dos aviários por região e município (2012)

AMUREL		AMREC		AMESC	
Armazém	1	Bal. Rincão	0	Araranguá	30
Braço do Norte	7	Cocal do Sul	6	Meleiro	32
Sangão	11	Criciúma	8	Bal. Gaivota	3
Grão Pará	7	Forquilha	31	Ermo	9
Gravatal	0	Içara	22	Turvo	62
Imaruí	0	Lauro Muller	38	Maracajá	8
Imbituba	0	Urussanga	40	Praia Grande	0
Jaguaruna	7	Nova Veneza	77	Sombrio	6
Laguna	0	Orleans	73	Timbé do Sul	53
Pedras Grandes	17	Siderópolis	77	S. João do Sul	2
Pescaria Brava	0	Treviso	48	Morro Grande	43
Rio Fortuna	7	Morro da Fumaça	6	Jacinto	12
Capivari de Baixo	0			Machado	
Santa Rosa de Lima	2			Santa Rosa do Sul	1
São Ludgero	3			Passo de Torres	2
São Martinho	0			Bal. Arroio do Silva	0
Treze de Maio	28				
Tubarão	2				
Total	92		426		263

Fonte: Avicultores Integrados no Sul de Santa Catarina por município (2013).

A partir da proposta desta pesquisa, poderemos aprofundar as concepções da AVISUL para compreender os estabelecimentos avícolas e o transcurso da organização dos produtores. A totalidade de 781

produtores integrados já significa redução; em 2005 estimava-se a existência de 900 avicultores. Ainda assim, a maior quantidade de granjas permanece nos municípios que compõem a AMREC e a AMESC¹⁰.

O relatório do diagnóstico socioeconômico apresentando é fruto do contrato de prestação de serviço entre a AVISUL e a Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), mantenedora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). No contrato ficou sob responsabilidade do Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada (IPESE), vinculado à UNESC, elaborar, tabular e analisar os dados dos cadastros dos membros associados à AVISUL. O relatório final, datado de outubro de 2013, apresenta 312 cadastros de um total de 783 produtores integrados no Sul Catarinense. Os números dos cadastros indicam a mobilização dos produtores integrados, mas também problemas inerentes à empreitada de lutar por espaço. Por isso, relatos dos avicultores denunciam práticas da empresa fazer “terror psicológico” e não sentar para negociar.

Nesse sentido, voltamos aos cadastros dos associados, e trata-se de destacar a relação ou vínculo com as plantas industriais. Do total de cadastros, 42,95% estão vinculados com a unidade de Morro Grande, 26,60% de Forquilha e 23% integrados ao frigorífico de Nova Veneza. A categoria outros (5,13%) foi decomposta e a Avícola Catarinense totaliza 37,50% dos cadastros, sendo que o restante fica distribuído entre Avícola Contamina, Farroupilha, Sombrio e também um supermercado. Segundo o estatuto da associação, a integração não é um requisito para ser associado, e embora minoritária, subsistem outras formas de organizar a criação de aves.

A análise dos dados dividiu o relatório em quatro tópicos: 1) Identificação das propriedades; 2) Atividades desenvolvidas na propriedade; 3) Valores investidos e financiamento; 4) Comparativo aves/capital investido. No primeiro item sobre a produção agrícola praticada nos estabelecimentos avícolas, o documento informa do não preenchimento desse item nos questionários aplicados a 147 cadastrados. Por isso, ressalta a impossibilidade de conhecer se existe ou não outra produção agrícola no estabelecimento. Ao considerar a localização dos empreendimentos avícolas, predominam propriedades

¹⁰ Essa tabela é uma das poucas informações que encontramos sobre o número de integrados, porém sabe-se que a partir de 2010 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem requisitado às integradoras cadastrar essa modalidade.

nos municípios de Treviso, Lauro Muller, Morro Grande, Orleans, Treze de Maio, Siderópolis, Urussanga e Meleiro.

No tópico atividades desenvolvidas na propriedade, “os produtores além do aviário produzem outros produtos seja para sua subsistência ou para completar a renda.” (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2013, p. 18). Entretanto, o diagnóstico pouco aprofunda as categorias que analisa, e torna-se difícil entender renda ou subsistência quando emergem plantações de eucaliptos em 57 das respostas, sendo este um componente da produção agrícola comercializável e fator utilizado nos aviários como fonte energética para aquecimento. Da mesma forma, a cultura do fumo está presente em 43 das respostas, o milho soma 50 marcações, seguido pelo arroz, com 33 dos cadastros. Assim, o produto agrícola como valor de uso ou valor de troca expressa melhor a questão.

Nesse sentido, a pesquisa indica as combinações de atividades, porém é complicado estabelecer com objetividade as relações entre atividades agrícolas e as rendas não agrícolas na composição total da renda da unidade familiar. Em outras palavras, a organização e distribuição do trabalho das atividades na unidade produtiva por distribuição dos indivíduos e as interações entre o grupo doméstico nas estratégias para viabilizar a unidade produtiva. De fato, seguindo o documento, “existem variedades de produtos produzidos nas propriedades dos avicultores.” (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2013, p. 19). No entanto, de que forma as estratégias dos sujeitos absorveram essa atividade altamente tecnificada? Como a constante modificação do setor de aves redimensiona o nível médio de permanência dos produtores e de que forma os sujeitos trataram de manter uma relação estável mesmo sob condições precárias de renda e trabalho?

Segundo Wilkinson (1994), houve uma absorção social dos custos do empreendimento. Desse modo, contesta a interpretação que analisa a integração como uma renda a mais, por outro lado, a interpreta como uma forma de subordinação e expropriação às agroindústrias. Em outros termos, apesar do valor recebido com a venda do produto agrícola (o frango) mal cobrir as prestações assumidas para materializar essa atividade, uma possível compreensão da adesão são as vantagens secundárias, como a possibilidade de renda regular, o emprego da mão-de-obra familiar disponível, o uso da cama dos aviários¹¹ na propriedade

¹¹ A cama do aviário consiste num material usado para recobrir o chão da granja. Após um determinado período dentro das granjas, o material, que pode

servindo de adubo, reduzindo custos e incrementando a produtividade de outras lavouras ou até mesmo gerando renda pela venda do material para outros agricultores.

No diagnóstico de Wilkinson (1994), trata-se de compreender a avicultura moderna como possibilidade da modernização da “pequena produção”. Entretanto, segundo o autor, das propriedades plurais em formas de obtenção de renda contrasta a concentração massiva da produção. Ou seja, a avicultura poderia servir de mecanismo de geração de renda para a população rural, caso fosse alternativa nos seguintes termos: baixa concentração da produção, aproveitamento dos recursos disponíveis na propriedade, emprego da mão-de-obra e minimização dos efeitos dos impactos ambientais.

Se se comparar as reflexões com o diagnóstico é possível evidenciar os caminhos da avicultura desenhados para a maximização da eficiência produtiva, determinantes do capital agroindustrial pela transformação dos estabelecimentos rurais. Conforme os dados, para 82,05% dos cadastros “a avicultura é a principal atividade na propriedade, já para 7,69% é a segunda atividade principal, seguindo de 5,77% que tem a atividade avícola como uma das principais atividades.” (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2013, p. 22). Por sua vez, meio ponto percentual teve a avicultura como principal atividade, mas a granja foi fechada sem arbítrio ou o proprietário optou por sair da atividade. Assim, constata-se a natureza majoritária das granjas direcionadas à avicultura de corte, em 85% das respostas, seguida respectivamente da postura de ovos férteis, recria e postura para o consumo.

Na utilização e distribuição dos fatores produtivos, ou seja, propriedade, capital e trabalho, o tópico é organizado da forma como segue. Do total de 463 aviários, a maioria (64,42%) trabalha apenas com uma granja, seguido de 26,92% que utiliza até duas granjas, sendo que 3,85% dos associados trabalham com três aviários. Dessa maneira, informa uma variação de 1 a 8 granjas, mas a representação é inferior aos percentuais citados (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2013, p. 24). Em relação ao emprego da mão-de-obra, a metade informou que duas pessoas do grupo familiar trabalham no

ser de serragem (cepilho) ou casca de arroz, torna-se um tipo de adubo, sendo utilizado nas propriedades e mesmo comercializado. Embora seja considerado um composto orgânico de boa qualidade, sua aplicação é restrita às normas agronômicas.

aviário. Essa informação é relativa, conforme o número de aviários, variando de 3 pessoas em 17,63% e 4 membros da família em 10,58%.

O trabalho contratado está presente em 23,40% das granjas, sendo que a maioria dos avicultores não contrata trabalho de terceiros, trabalhando casal e filhos menores e mesmo casados. Há também situações conforme o vínculo de parentesco, onde “ajuda” pessoas aposentadas, genros e cunhados que convivem sob igual domicílio. Para os que contratam o trabalho, 34,25% emprega 1 trabalhador, 31,51% até dois funcionários.

Conforme Paulilo (1987), entre os avicultores entrevistados na década de 1980 ocorreram casos em que a avicultura era a atividade secundária na renda geral. Nesse sentido, o chefe da família (homem) poderia se dedicar a outras atividades produtivas de maior peso na renda familiar, distribuindo o trabalho da granja para uma filha mulher, caso solteira, ou para um filho casado como parte da distribuição da herança. Essa questão é importante, pois se trata de estudar homens e mulheres e não as estruturas históricas denominadas somente como “unidade de produção” ou “cadeia produtiva”. Desse modo, interessa entender não só a viabilidade da produção agrícola, mas, sobretudo, a trajetória da unidade de convivência e cultural.

No entanto, apesar da permanência das particularidades da organização do trabalho conforme gênero e geração, as famílias rurais são menores.

Então assim, são coisas que uma pessoa de mais idade já não tem mais condições de fazer. E a principal causa assim que a gente vê que tá ficando difícil é falta de mão-de-obra. Os produtores não têm mais sucessores. Por exemplo, eu tenho dois filhos, mas eu não tenho nenhum interessado em continuar essa atividade. Então assim, o que a gente vê de mais difícil pra atividade da avicultura são sucessores, que não tem mais. E a mão-de-obra pra avicultura é difícil. Quem tem que são donos, são pessoas mais novas que tão continuando. (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017).

Em outras palavras, há ruptura nas formas de sobrevivência e reprodução social, e também existência de projetos não da unidade de produção como um todo, mas de cada indivíduo que compõe a unidade de produção familiar na agricultura. A questão é abrangente e

contraditória, ou seja, a falta de sucessão se refere à faixa etária dos avicultores e avicultoras, ao mesmo tempo os filhos em grande maioria não darão continuidade à propriedade e atividades dos pais. Em outras palavras, aos entrevistados a concreta existência de outros projetos viabilizados aos e pelos filhos causa ruptura de não proporcionar a continuidade das propriedades, das quais muitas pertencem a centenárias “famílias rurais” pela sucessão entre gerações.

Logo, seguindo com a tabulação, a idade do dirigente¹² tem maior recorrência entre 40 a 49 anos, seguida de 50 a 59 anos. Essas duas faixas totalizam a maior parte dos cadastros. Em relação à moradia, mais de 95% dos avicultores reside na propriedade. As características desses estabelecimentos agropecuários em área descrita e que aparece granjas ocorre de 1 a 10 hectares em 42,95% das respostas. Surge em seguida áreas de 11 a 20 hectares, com 28,85% do total, e 13,78% de áreas de 21 a 30 hectares.

Nessa linha, é provável cogitar uma predominância de pequenas áreas direcionadas à avicultura. Em contrapartida, isso autoriza a formular um argumento no qual se pode interpretar certa tendência à especialização produtiva das unidades agrícolas em aves de corte.

Em relação ao tempo de permanência na atividade, as respostas apontam com maior representatividade entre 10 a 20 anos, sendo estes mais da metade dos informantes. Os mais recentes investiram de 5 a 10 anos (25,96%) e os mais novos de 1 a 5 anos (12,22%). Avicultores com mais de 20 anos de trajetória compõem 11,22% dos cadastros.

Também, corremos risco ao generalizar o resultado dos cadastros a todos os integrados avícolas da região. Por isso, ao pensar a integração em pluralidade de situações, contemplamos o sujeito que investe na avicultura como alternativa de renda. Nesse caso, embora reduzida, é de conhecimento a instalação de granjas modernas que incorporam trabalho alheio na figura do caseiro, contratando, de preferência, casais.

Em estatística, no item origem da propriedade, 56,76% a obteve de herança, ainda que não há indícios da transferência das granjas de pai para filho. Outrossim, 42,95% comprou a propriedade, e se destaca o pequeno número de arrendamentos. Segundo a tabulação, as aquisições de terras decorreram de formas múltiplas, e é possível adquirir a propriedade por duas ou mais formas: compra e aquisição por conta da distribuição da herança e compra de terras de parentes e vizinhos etc..

¹² Embora naturalizado na figura do homem, que de fato responde formalmente pela atividade produtiva, na realidade é o “casal” que é considerado na vinculação com as agroindústrias e na tomada de crédito financeiro.

Nesse sentido, uma tabela revela a expectativa da sucessão do patrimônio familiar: metade dos cadastros terá um sucessor na propriedade e a outra não. A pergunta sobre a situação da propriedade revela que 90% são próprias, seguidas por pequena parcela de arrendamentos (6,41%) e apenas 5,13% de sociedade (possivelmente entre familiares). Quanto ao valor monetário do patrimônio, composto por “casas, cercas, aviários, equipamentos agrícolas”, em estimativa 91% têm patrimônio total calculado acima de R\$ 250 mil (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2013, p. 16). Segundo a tabulação, as propriedades com valor de R\$ 100 mil a R\$ 250 mil aparecem em 8,00% dos cadastros e 0,30% indica valores entre R\$ 50 a R\$ 100 mil.

Concluimos, com o ponto fundamental, a natureza do financiamento. O tópico “Valores investidos e financiamento” interessa pela importância atribuída à questão. Desse modo, o item trata “o valor que o produtor investiu para construir, equipar e manter as exigências de seu negócio, do tempo em que atua na avicultura.” (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2013, p. 30). E mais adiante ressalta que toda propriedade tem seu custo para entrar em funcionamento, manutenção e realizar investimento.

Nessa linha, os investimentos de até R\$ 200 mil encontram 52 frequências nos cadastros. De R\$ 201 a R\$ 500 mil 174 avicultores, o maior percentual. Na casa dos R\$ 501 a R\$ 1 milhão, configuram 27 avicultores do total de 312 cadastros. Mas não há informações para o período do investimento na construção, ampliação, melhorias e adequação da estrutura. A respeito do investimento, resultou da exigência normativa da empresa ou do mercado em geral, ou seja, da ampliação da escala de produção. Esses valores são resultados de estimativas, e há ainda de se considerar a correção monetária em valores reais.

Na pergunta sobre a origem dos financiamentos em instituições bancárias e particulares, 82% afirmaram ter algum tipo de financiamento. Desse modo, os valores financiados até R\$ 100 mil respondem por 127 cadastros. Em seguida, 101 questionários indicaram de R\$ 101 a R\$ 200 mil. Essas duas faixas totalizaram a maior quantidade de respostas. Nas casas de R\$ 501 a R\$ 1 milhão encontram-se 24 possíveis indicações, e acima de R\$ 1 milhão de contam apenas 3 ocorrências.

Conforme as tabelas dedicadas à duração das dívidas, dos 257 cadastros, 61,87% têm compromisso de 1 a 5 anos e 21,01% têm dívidas com duração de 6 a 10 anos. Além disso, 5,84% apontam o período de

11 a 15 anos e acima de 15 anos compõem 5,84% dos cadastros. Na pergunta qual a taxa de juros pago ao ano, as respostas estão assim distribuídas: 34% ou 89 frequências paga de 0,1 a 3% ao ano, 11,28% indica juros de 3,1 a 5% por ano e 44,36% dos empréstimos entre 5,1 a 10% de juros ao ano.

No questionário sobre as garantias oferecidas para a efetivação dos financiamentos, 68,59% “ofereceram a sua propriedade onde mora ou tem o aviário.” (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2013, p. 33). A outra parte, 13,14%, ofertaram outras propriedades e 8,01% tiveram outros bens dados como garantia, sendo que 18,59% não responderam.

A respeito do pagamento das parcelas do financiamento, 66,67% estavam em dia naquele período, 19,87% não informaram no questionário e 13,46% destacaram o atraso de parcelas. De modo geral, o valor investido nas granjas de R\$ 65 milhões dos avicultores em atividade no Sul Catarinense, e sem a possibilidade de renegociação, acaba por criar uma bola de neve.

Então, e o grande problema é que na época as empresas, elas te vendiam uma ideia de que aquilo ali era uma coisa estável, e de que ia se manter. E foi feito esse investimento, investimentos grandes, mas logo em seguida quem ficou só com a garantia foi o banco, que o produtor tinha colocado sua terra, seu investimento como garantia. (EMIR TEZZA, 2016).

O estrangulamento da atividade pela exigência e falta de reajuste é perceptível quando trouxermos para o texto números referentes aos últimos 6 anos do valor pago por frango. Portanto, o estudo da realidade das granjas implica em contrapor a noção propagandeada de estabilidade e garantias. Ao desvelar valores investidos nas granjas, e compor objetivamente o montante de investimentos necessários para manter uma granja segundo a noção de viabilidade econômica, observa-se por qual motivo a integradora delega a função de criar animais para a produção familiar na agricultura. Ou seja, à integradora interessa explorar a força de trabalho da família agrícola, propagandeando ideias falsas de estabilidade e manutenção da remuneração.

E para aprofundar a contabilidade do empreendimento, tratamos de apresentar o resultado do estudo com o objetivo de calcular valores reais para a avicultura ser atividade no mínimo rentável, garantindo

viabilidade econômica do empreendimento a longo prazo (dez anos). Esse estudo, realizado ao final de 2014, expressa uma versão da concepção de viabilidade econômica, mas não é a única abordada pela AVISUL¹³. O estudo foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada (IPESE/UNESC), com os associados da AVISUL no período de 2014. A computação dos dados derivou de 222 entrevistas estruturadas. Dessas, 173 questionários foram validados e as 95 perguntas distintas geraram mais de 350 variáveis para análise.

A pesquisa produziu variáveis sobre os custos de produção regional, tendo o mérito de expor a discrepância sobre os valores necessários para determinar o preço razoável (justo) da venda das aves. Haja vista a questão, é sabido que a integradora (já no período da JBS) usa uma planilha de custos, sendo que a AVISUL acompanha os valores utilizando dos mesmos itens, identificando, porém, valores diferentes. De fato, a conclusão por meio das planilhas de custo da AVISUL e dos integrados é de que recebendo o valor estabelecido pela integradora os avicultores não conseguem nem repor os custos de produção necessários a cada ciclo de 60 dias. A respeito da luta do movimento organizado, questiona-se a versão da integradora:

Porque a indústria diz que ela investe 94% do total da cadeia produtiva, e que apenas 6% é feito pelo produtor. Oras, se o produtor representa apenas 6%, pergunto: por que a empresa não faz todas as etapas sozinha? Porque daí a gente sairia da atividade, desta política de semiescravidão para viver de uma outra atividade. Devem haver muitas vantagens para a empresa, nestes ditos 6% que cabe ao produtor rural. Vamos lá: o produtor fica à disposição da atividade vinte e quatro horas, sem que este custo seja levado em conta no cálculo da remuneração a ser recebida. Depois sua terra, os galpões e equipamentos, a energia, a lenha, água tratada, a gestão ambiental da atividade, tudo por conta do produtor. (LÚCIA CIMOLIN, 2014).

Basicamente, a integradora – e a JBS Aves não é a exceção da regra – trata os seus fornecedores de matéria-prima como extensão de

¹³ No entanto, o estudo do IPESE/UNESC não foi acatado pela integradora, e veremos os motivos pelo desenrolar desta dissertação.

suas dependências. Se a relação de dominação e exploração é irrefutável até aqui, torna-se difícil entender de que forma a granja proporciona retornos financeiros, e qual o significado de categorias como investimentos, garantias e etc.. Entretanto, o estudo da AVISUL é complexo para precisar os custos regionalmente, e o estudo do IPESE/UNESC computa as variáveis nos detalhes. Por isso, é mais abrangente que um simples estudo de custos de produção do produto agrícola e explora alguns elementos subestimados. Desse modo, incorporamos as conclusões à narrativa sem nos ater à natureza teórica do estabelecimento.

O relatório final do referido estudo é composto de três versões para os diferentes sistemas de granja: climatizado, convencional e *dark house*. Sendo que nos estabelecimentos avícolas podem conviver os três sistemas técnico-produtivos simultaneamente. Os dados coletados foram agrupados em quatro categorias: investimento realizado; estatísticas de produção; custos de produção ou operacionais; e riscos operacionais que podem comprometer o lote (de epidemia ou o corte do fornecimento de energia elétrica). Nesse quesito, a importância do tratamento estatístico dos dados apresenta-se como ponto central da pesquisa, no entanto, observamos aspectos mais gerais dos resultados.

De acordo com a estrutura do trabalho, a primeira parte executa o levantamento e apresentação dos dados coletados junto aos produtores. Por isso, esses dados indicam a estimativa dos investimentos para a abertura da empresa e agrupa custos com financiamento, construção da estrutura física, compra de máquinas e equipamentos. Além disso, considera investimentos em instalações, obras e reformas, construção civil, mão-de-obra para instalação dos equipamentos. Na conta também são incorporados valor pré-operacional, terreno, licença ambiental e reserva de capital de giro.

O estudo pressupõe que todo recurso necessário é resultado de financiamento. O prazo de pagamento é estimado em 120 meses, com um ano de carência sob o regime de 8% de juros anual, conforme a tabela do Sistema de Amortização Constante (SAC). Também, trata de estimar a projeção de venda dos animais em dez anos, nos três sistemas, e a correlação com a receita bruta da venda dos frangos.

A pesquisa infere sobre indicadores de produção estimada, calculando a conversão alimentar, a média de peso final do frango a ser vendido, a taxa de mortalidade dos ciclos e o alojamento possível de seis lotes anuais, descontando o período de intervalo previsto de vazio sanitário. Nos custos de produção foram incorporados os valores monetários do material usado para forrar o chão do aviário,

considerando a reposição deste material. Outrossim, a quantidade dispendida de lenha, energia elétrica, cal hidratada, cal virgem, cloro para água, sulfato de alumínio, soda e condicionador da cama dos frangos também foram listados. Ou seja, a integradora não fornece nenhum desses insumos, apenas rações e pintos de um dia.

A pesquisa chegou ao resultado de que a demanda de trabalho por mês em uma granja é de 841 horas. De maneira geral, o item custo total de produção incluiu a remuneração do proprietário discriminada em R\$7.000,00 reais, divididos em dois meses, correspondendo a um ciclo de produção. Conforme a estimativa, a média equivale ao salário pago a um administrador de empresas. Assim, destaca a necessidade de emprego de mão-de-obra intensiva e determina que um ciclo consome 59 dias de trabalho, demandando a contratação de quatro empregados.

Conforme a CLT em vigor, será necessário o trabalho de três funcionários no período diurno e um no expediente noturno. Somam-se a isso os encargos sociais e trabalhistas, férias e 13º salário e mais o tributo, caso a empresa seja optante pelo regime de tributação do Simples Nacional. Essa observação do tempo de trabalho é determinada pela necessidade, segundo os dados levantados pela pesquisa, de 24 horas por dia de trabalho.

O próximo tópico analisou a viabilidade econômica do empreendimento. Nos termos expostos, a estimativa da viabilidade deve ser atendida pelo montante de receita calculada, conforme a venda do frango. Por isso, o valor recebido por animal deve permitir ao empreendimento:

- i) ser viável no prazo de nove anos e sete meses;
 - ii) atingir taxa interna de retorno superior à taxa mínima de atratividade;
 - iii) apresentar valor presente líquido positivo;
 - iv) apresentar valor do fluxo de caixa descontado superior ao investimento inicial;
 - e, por fim, v) apresentar lucratividade e rentabilidade no período analisado.
- (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2014a, p. 51).

Ao aprofundar os índices calculados dos três sistemas, a pesquisa trata da diferença da tecnologia empregada, embora o investimento e a aquisição dependam de mecanismos e regras do sistema bancário regido pelo ambiente sociopolítico. Assim, a correspondência entre área de terreno necessária, mão-de-obra e taxa de depreciação é dada para todos os tipos de granjas, mas o nível técnico é bem diferente.

No sistema convencional, em 2013, o resumo dos investimentos orçados atinge o montante de R\$254.491,68. Desse modo, considerando a inflação do ano de 2017, o valor é maior tanto para o climatizado quanto aos demais (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2014b). Em valores monetários, recebendo por frango o valor de R\$1,9439, a receita bruta paga impostos, empregados, custos gerais, depreciação, custos com investimentos e juros sobre o capital de giro de curto prazo. Portanto, o resultado líquido do primeiro ano de exercício dividido em 12 meses resulta no valor R\$3.568,00 mensais. Isto corresponde à taxa mínima de atratividade, que equivale a 8%, igual aos juros financiados para aquisição dos bens de capital adquirido pelo empreendimento. Em suma, o custo médio de produção é de R\$1,1961, “considerando os custos fixos com empregado, os custos fixos gerais e a depreciação estimada.” (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2014b, p. 51). Se entrar na conta o financiamento, o custo de produção atinge R\$1,3296, e desse modo o custo médio de operação é de R\$1,1901 por animal.

Na estimativa do sistema climatizado, o investimento totaliza R\$446.631,00. Se a granja receber valor de R\$1,9403, igual ao sistema convencional, por ave, o empreendimento é viável, e estará em dia com os encargos trabalhistas e tributação. Nessa linha, o custo médio de produção de R\$1,0804 considerou o pagamento de empregados, taxa de depreciação e custos fixos gerais. A necessidade de financiar eleva o valor para R\$1,2923 por ave e só assim viabiliza o empreendimento (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2014a).

E, por fim, as estimativas para o sistema *dark house*, o empreendimento considerado ideal em termos de produtividade por agroindústrias no referido ano de 2013. O total do investimento orçado é de R\$888.838,12, considerando o valor do terreno de R\$75.000,00. Desse modo, só vendendo cada frango por R\$1,4130 a granja paga seus custos fixos e remunera o dono da granja em R\$3.500,00 por mês. Além disso, o custo médio de produção por ave é de R\$0,7289, e, ao considerar o custo do financiamento, o valor de cada unidade é de R\$0,9326 (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2014c).

De acordo com o estudo, a variável subestimada é sem dúvida o trabalho, pois se construísse granjas próprias, a integradora ou o empresário teriam de pagar férias, 13º salário, descanso remunerado, etc.. Além disso, conforme as informações da AVISUL no ano de 2013, os avicultores estavam trabalhando desde 2007 sem reajuste no preço do frango. Antes da crise, em 2009, o valor chegou em alguns casos a

R\$1,05 por animal. Trata-se de expor que, mesmo após a chegada da JBS na região e a resolução do problema da falta da ração, o valor por animal vivo ficava na casa dos R\$0,40 para as três unidades e a maioria dos integrados. Em maio de 2014, os integrados receberam R\$0,51 por animal entregue, e em 2016 o valor recebido chegou a R\$0,68 e R\$0,71.

Hoje nós temos uma remuneração um pouco menor do que nós tínhamos há 5, 6 anos atrás. E assim financeiramente [...] O dinheiro que tu recebe em relação é menor e os custos aumentaram. Então não tem viabilidade econômica nenhuma para o produtor. O produtor que construiu o empreendimento [e] dizer que tem viabilidade ele está mentindo, por que não tem viabilidade nenhuma. O sistema já teve. No começo tinha, hoje não tem mais. (ANDRÉ TARTARE, 2017).

Além dos sistemas em operação, em 2017 a integradora projetava instalar na região o pacote tecnológico conhecido como *semi-dark* ou *BlueHouse*. Ao considerar os investimentos necessários, cada galpão aloja 40 mil animais, e cada unidade totaliza 800 mil reais. De fato, o projeto é pensado para servir a um casal, e se calcular o valor do investimento em relação ao valor pago por animal, a renda da granja equivale a dois salários mínimos por lote.

Isso mesmo: um salário mínimo por mês. E ainda que a empresa pagar 15 centavos a mais nos primeiros quatro anos como forma de incentivo, “quem faz a conta é a empresa, quem paga é a empresa, quem faz a conta são eles. A conta de conversão é tudo com eles, [...] não é que talvez não seja viável, mas não tem aquela confiança.” (ENTREVISTA 10, HOMEM, 2017). Assim, nenhum integrado sabe calcular e fazer estimativas do desempenho do seu lote, pois o trabalho desenvolvido está subordinado à taxa de conversão alimentar e desempenho da granja, ou seja, na base da meritocracia. Um sistema tão obscuro quanto mais se conhece o poder da integradora de definir a relação de trabalho.

Nesse sentido, chega-se propriamente ao contrato de integração, um dos elementos de subsunção dos estabelecimentos ao processo de valorização do capital. Em mãos temos dois contratos: o primeiro regional, datado do ano 2000, e o segundo derivado da JBS, que o redigiu unilateralmente em 2014. No entanto, as novas exigências estabelecidas no contrato foram responsáveis pelo desligamento de 19

avicultores da JBS Aves e da JBS Foods no início das operações da integradora (AVICULTORES..., 2014).

No contrato da JBS consta uma cláusula de confidencialidade – diríamos, assim, que o contrato foi adquirido por meios não oficiais. A respeito da cláusula da confiabilidade, qualquer informação cedida a terceiros sem autorização prévia poderá rescindir o contrato imediatamente pela punição de não alojar mais animais por 5 anos, a qual pode ser estendida mesmo ao possível sucessor (INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE INTEGRAÇÃO PARA FRANGOS DE CORTE, [2014]).

Nessa linha, os integrados de corte de três unidades de produção da JBS Aves e JBS Foods não tiveram acesso ao contrato que foram obrigados a assinar sob pressão de aceitar os termos ou não mais trabalhar para a empresa. Por isso, o contrato se apresenta como um documento que faz uma síntese da atividade e auxilia a compreender como é formulada a remuneração e a relação social. Do ponto de vista das diferenças entre os dois documentos, há poucas: a principal consiste em identificar os sujeitos, produtor 1 e produtor 2 no caso do contrato do ano 2000, integrado e integradora no caso do contrato de 2014. Os dois contratos são de integração para frango de corte ou de terminação, porém aprofundamos o documento da JBS por melhor expressar elementos como a remuneração. Em suma, sobre os contratos:

Na prática, embora possam ter formulações diversas, os contratos de produção, sendo irrelevante se são ou não escritos, indicam sempre na mesma direção: do conjunto das cláusulas e procedimentos básicos, a maioria está na dependência direta do poder do integrador e sobre os quais o produtor integrado não tem qualquer tipo de controle. (DALLA COSTA, 1993, p. 147).

Dentre as atribuições do integrado, fiel depositário dos insumos e normativas, está a responsabilidade por toda remessa a ele enviada. De fato, encontram-se alguns pontos que indicam um possível movimento contábil nas suas cláusulas (ALTMANN, 1997). Assim, a integradora disponibiliza pintos de um dia, ração, desinfetantes, medicamentos e vacinas. Em contrapartida, o integrado autoriza a integradora a acompanhar o processo de desenvolvimento dos animais.

A quantidade de aves remetida às propriedades depende da capacidade técnica da granja, porém a densidade não se restringe a

eventos sanitários e a demanda do mercado de frangos. Desse modo, quando ocorrer um adensamento mínimo, ou seja, abaixo da capacidade de alojamento da granja, a correção da remuneração deve contar com o desempenho histórico do integrado.

Nessa linha, o produtor é responsável por seguir estritamente as orientações técnicas da integradora, inclusive nos itens adquiridos que ficam sob sua responsabilidade: raticida, inseticida, etc.. Ou seja, o integrado tem de seguir os receituários pré-estabelecidos da integradora, sendo proibido o uso de qualquer insumo sem autorização prévia.

Todo lote entregue passa por análise de resíduos dos produtos veterinários. Qualquer resíduo não receitado pela equipe técnica é de inteira responsabilidade do integrado, e desse modo qualquer prejuízo que o integrado cause, a empresa deverá ser compensada¹⁴. O contrato ordena que no caso da sobra da ração a integradora deverá ser informada. Essa é que decide repassar para o próximo lote ou prover o meio de transporte para recolher o insumo.

No contrato, o integrado disponibiliza mão-de-obra própria ou de terceiros; se contratar trabalho deve ficar responsável por encargos trabalhistas, sociais e fiscais. A tarefa do integrado consiste no trato dos animais, desinfecção e limpeza das maquinarias dispostas na granja. Além disso, fica obrigado a repor energia elétrica, manutenção, seguros, licenciamento ambiental, material de substrato para forrar o chão do aviário (ou cama de aviário), lenha, gás e água. Desse modo, o contrato informa que ficará sob responsabilidade do integrado qualquer aditivo necessário para a correção de fatores, como o cloro da água.

A respeito do trabalho ou cuidado no manejo dos animais, receberá orientações técnicas objetivando atingir bons resultados, indicações sobre as instalações, manejo e condições sanitárias que correspondam à produtividade do animal vivo. Em outras palavras, essas questões podem ser deslocadas visando melhorias, ampliação e reforma ou qualquer tipo de investimento. Por isso, tem de zelar pelo “bem-estar animal”, e é imprescindível que as aves não poderão sentir: fome e sede, desconforto, *stress*, angústia e medo; deve, ainda, expressar um comportamento normal.

Na cláusula “despesas” com a criação, no momento da entrega do lote o integrado tem de fornecer informações técnicas para a equipe responsável por executar o serviço de carregamento das aves, evitando lesões e provendo conforto aos animais. Desse modo, fica responsável

¹⁴ Como a integradora define todas as questões da criação de animais, culpa o integrado por tudo que acontece, e eis o poder da integradora.

por fornecer infraestrutura adequada para a equipe da coleta de aves, nos quesitos local para refeições, água potável e sanitários. Entretanto, não fica explícito se o integrado paga ou não pelo serviço da equipe de serviço de recolhimento de aves.

O contrato afirma que a contratação da equipe de carregamento ficará por responsabilidade e critérios da integradora. Em outras palavras, o integrado tem responsabilidade de acompanhar procedimentos de retirada dos animais, observando as documentações necessárias ao transporte das aves, preenchendo as planilhas de controle do carregamento e observando as normas de fiscalização do Ministério da Agricultura. No período de carregamento dos animais, deverá evitar ao máximo a ocorrência de mortandade e contusão dos mesmos, e torna-se legítimo segundo o contrato ressarcir prejuízos causados à integradora por negligência do integrado. Se o contrato foi assinado sob pressão, ao menos não deveria ser nem legítimo.

Quanto à remuneração do integrado, o contrato estipula que o produtor tem participação em uma porcentagem do total de quilos de aves no fechamento de cada lote. Essa maneira expressa a remuneração do integrado ao considerar o peso de abate e o sexo dos animais. Assim, o cálculo de remuneração da integradora pode contabilizar fatores zootécnicos independentes do trabalho do integrado, como peso inicial dos pintinhos, ainda que as linhagens de animais sejam consideradas apenas para minimizar a suposta diminuição da produção, e também funciona explicitamente e minimamente como compensação desses efeitos.

A conversão alimentar de cada lote, base do cálculo do rendimento, será estimada pela integradora, e é possivelmente calculada conforme a média corrente do período de semanas e meses. Na média corrente, trata-se de fazer a estimativa pela sazonalidade e mesmo pelo conhecimento da realidade do campo, ainda que de qual realidade e campo não seja exposto. Por isso, a média e a qualidade das carcaças é definida pela integradora tendo como base os lotes abatidos no mês anterior.

Quanto à participação do integrado na porcentagem do total de aves produzidas, trata-se de inferir sobre a tabela de remuneração ou da conhecida meritocracia. Conforme informações, participam do cálculo as porcentagens estimadas do peso dos animais (lote de macho e fêmea), conversão alimentar determinada pela razão entre consumo de ração e peso do animal vivo, qualidade do lote determinada por índices de condenação de cabeça e calo de pé, podendo ocorrer uma bonificação conforme um *checklist*: notas da estrutura e do manejo dos animais.

A grosso modo, a integradora compra percentual da partilha do integrado multiplicado pelo preço do quilo do frango. Desses itens, o integrado não tem nenhum controle e nem consegue acompanhar o aferimento de balanças e exigir laudos sobre a qualidade da ração.

Nesse sentido, torna-se interessante compreender uma cláusula em específico, designada índices de competitividade. Em outras palavras, todos os fatores calculados deverão ser superiores à taxa média de produtividade aceita, conforme os fatores destacados anteriormente. Mesmo que o integrado tenha cumprido os requisitos e demais obrigações, trata-se de usar a média padrão aplicada à média histórica definida em meses da qual corresponde ao pagamento por lote. Desse modo, a integradora poderá cancelar o contrato se a granja não atingir a média de produtividade que lhe pertence ao considerar a série histórica do período.

Por isso, a integradora toma como certo estar em uma situação de competitividade no setor, e acaso venha a acontecer baixa produtividade conforme os índices gerados pela tabela ou meritocracia, o integrado será desligado sem direito a nenhuma indenização ou recebimento de outros títulos. Em síntese, ao assinar o contrato de integração, integradora e integrado determinam que esse pode ser de prazo indeterminado, mas podendo ser rescindido a qualquer momento, sendo que a única obrigação de ambas as partes é informar à outra parte em um prazo mínimo de 60 dias de antecedência. A respeito da imposição dos contratos e da exclusão de integrados no Sul Catarinense:

A gente vai encontrar uma saída, a partir do momento que precisa, ou seja, quando for desligado. Com a chegada de apenas uma empresa na região, onde antes eram três, você está sempre sob ameaça, não tem pra onde correr. Pessoas que serviram 38 anos, como o caso de uma senhora no município de Meleiro, agora foi desligada. Porque alegaram estar idosa e a mão-de-obra dela não é compatível com o que eles querem. [...] Aí desligam a pessoa da atividade em sessenta dias, ou seja, a empresa avisa que o avicultor só vai produzir mais uma remessa de frangos. Não importa se a pessoa tem financiamento, se está devendo no banco, o aviário é fechado e acabou. (LÚCIA CIMOLIN, 2014).

A comparação do contrato regional revela uma diferença no item da remuneração. Nesse, o cálculo da participação na porcentagem do lote é definido de 5 a 10% dos quilos de frango produzidos. Porém, da mesma forma, considera o desempenho individual calculado nas tabelas de performance e de avaliação dos lotes de frango. Uma das cláusulas aponta que a pesagem do frango vivo será feita em uma balança rodoviária da integradora, e o produtor tem o direito de acompanhar a pesagem: fato que nunca aconteceu. Outra cláusula mais interessante indica que gás, vacinas e medicamentos serão descontados dos valores líquidos que cabem ao integrado. Outra diferença está na apanha ou coleta de frangos, que ficaria por responsabilidade do produtor, e no transporte, como responsabilidade da integradora.

Duas cláusulas merecem atenção no contrato da JBS. A primeira esclarece que, em compromisso às normas de biossegurança e normativas do MAPA, o integrado se compromete, por si e por seus empregados, não ter na propriedade/residência nenhum e qualquer tipo de animal doméstico e silvestre, além da proibição total da presença de aves de pena. A segunda discorre sobre o meio ambiente, e a integradora não se responsabiliza por quaisquer danos causados por seus integrados ao meio ambiente, sendo de total responsabilidade do integrado cumprir as leis e regulamentos pertinentes à proteção ambiental.

Por isso, qualquer sinistro ou dano ambiental causado pelo exercício de sua atividade é de inteira responsabilidade do integrado e de seus representantes. As várias normas citadas indicam que no eventual descumprimento das normas técnicas (como indevida utilização da ração fornecida e deficiência do manejo do plantel de frangos) a integradora pode rescindir o contrato com justificativa e o integrado deve arcar com os prejuízos decorrentes.

Torna-se perceptível articular a modalidade de contrato, do integrado por si mesmo e de seu funcionário, fato que indica provavelmente o trânsito da granja de produção de maior escala, por pressuposto materializado na figura do empresário que contrata trabalho de terceiros. Ao inferir sobre os encargos sociais, a integradora estabelece que o integrado não deve utilizar mão-de-obra infantil e trabalho análogo a escravidão. Por isso, espera imprimir comportamento ao integrado por meio do contrato, e das prescrições assinaladas destaca fazer parte do exercício da atividade futura regulamentação, instrução e outros mecanismos da ordem administrativa veiculados por circulares internas.

Conforme o contrato prescrito por si mesmo, identifica-se quantidade expressiva de normativas, prescrições e de todo tipo de regra

a ser seguida. Em outras palavras, pela complexidade das tabelas e fórmulas presentes no contrato da JBS, o integrado não consegue calcular nem mesmo a taxa de conversão alimentar, e muito menos sua remuneração ao final do lote. Por isso, parece que faltam muitas lacunas no contrato que só podem ser explicadas pela problematização da aplicação do contrato no concreto e real, pois percebe-se que o vínculo para a integradora consiste num conjunto de precauções tomadas em decorrência de uma eventual disputa jurídica (DALLA COSTA, 1997).

Há também outra cláusula que desperta temores deste que escreve, embora já mencionado o ritmo de trabalho e exigências que a atividade legalmente impõe aos estabelecimentos:

O integrador autoriza a integradora a contrair em seu nome, financiamentos bancários e utilizar os recursos para aquisição de insumos necessários à manutenção dos plantéis objetos deste contrato, ficando tais financiamentos sob a responsabilidade única e exclusiva da integradora, até sua liquidação. (INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE INTEGRAÇÃO PARA FRANGOS DE CORTE, [2014]).

A prática de obter financiamento em nome do integrado a juros mais baixos não é nenhuma novidade, e no Oeste Catarinense o Sindicato dos Avicultores de Santa Catarina (SINTCRAVE), de base formada por produtores familiares na agricultura, tentou em vão suspender a assinatura da procuração usada pela integradora no início da década de 1990 (MIOR, 1992, p. 267). Objetivamente e conforme a leitura de tal cláusula, e os contratos são arbitrários e de “adesão livre”, a integradora recebe um cheque em branco para repor os seus fatores produtivos. Sabe aquele 6% de investimento? Na verdade, se considerarmos 80% do preço de custo de produção do frango, como insumos, através do financiamento da produção a integradora adquire recursos por meio do seu integrado com juros mais baixos (por ser agricultura).

Ao acompanhar o raciocínio, a empresa faz o custeio da produção por meio de recursos financeiros obtidos em nome dos próprios integrados? Talvez, ao contrário, por meio da simulação contábil, a integração espolia os estabelecimentos integrados em todas as dimensões: no controle do valor da matéria-prima; no ritmo de trabalho induzido pelas linhas de produção; e na captação de recursos por meio

de um contrato que, além de direcionar os tipos de investimentos à propriedade rural, é responsável por assegurar à integradora a formação de seus ativos agropecuários na forma de animais e insumos.

Em conclusão, por intermédio do ambiente econômico a atividade integrada determina parte da unidade de produção ou estabelecimento, ainda que direcionado apenas para o exercício da atividade contratada. Além de seguir as normativas relacionadas e os procedimentos técnicos da criação de animais estabelecidos, ser integrado é assumir prescrições que modificam e alteram o andamento da propriedade como um todo. Da mesma forma, deixa explícita a suposta dinâmica da estratégia empresarial no ambiente concorrencial e desloca para cima a condição média (escala mínima de permanência) por questões da ordem do mercado. Do comportamento do integrado espera-se que cumpra sua função de produzir, sendo modelado pelo ambiente em que a determinação do lado do processamento tem mais força para ditar as regras.

3 TRABALHO E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA SUBORDINADA DOS INTEGRADOS AVÍCOLAS (1990-2016)

No momento da construção do objeto desta dissertação – relações sociais e de trabalho –, surgiram questões sobre quem é o integrado na estrutura social. Na discussão acadêmica, a oposição decomposição/resistência procurou dar explicação para a situação do produtor (agricultor) tecnificado. Esse, por intermédio do acesso a crédito financeiro, adquire máquinas e estruturas e investe na produção agrícola usando insumos industrializados.

O fator causador da modificação é o contrato imposto pela agroindústria-frigorífico, construído para regular o fornecimento de matéria-prima, controlar os custos de produção agropecuária, ou seja, apropriar-se do sobretrabalho executado pelo agricultor e sua família. Desse modo, o agricultor é compreendido ora como subordinado às agroindústrias, executor das ordens do capital e, desse modo, semiproletariado, ora qualificado como capitalizado¹⁵ e diferenciado socialmente (WANDERLEY, 2011).

Nessa linha, antes de pressupor a separação entre interpretações, ou buscar evidenciar traços característicos e mesmo provar teorias, este trabalho centra esforços na experiência objetiva de trabalho, procurando subsídios para compreender tanto os efeitos e movimentos do capital que operam no setor agroindustrial quanto relatar especificidades do estabelecimento agrícola e evidenciar trajetórias de trabalho.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de janeiro e junho de 2017. Procuramos fazer um recorte dos municípios com maior número registrado de galpões: Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Turvo, Lauro Muller, Criciúma e Urussanga. Também procuramos entrevistar integrados com maior tempo de permanência na atividade, tratando-se de pensar as expectativas de instalar granjas e trabalhar para a empresa, em contrapelo às questões decorrentes do vínculo com a integradora. Alguns trabalharam sempre com a agricultura, outros foram assalariados ou autônomos e observaram na avicultura uma alternativa para trabalhar o terreno, ou mesmo complementar a renda.

Haja vista os municípios de tradição agrícola, há de se considerar o patrimônio sociocultural dos filhos dos colonos transformados em agricultores, que, não sem exceção, materializa-se na expectativa de tocar o próprio estabelecimento rural. Privilegiamos a avicultura de

¹⁵ A distinção de acumulação de meios de produção, diferente da acumulação de capital, é encontrada em Goodmann, Sorj e Wilkinson (1985).

corte, em maior número, e antes de evidenciar cada situação no seu particular tentamos expor situações comuns aos 780 estabelecimentos, mantida a heterogeneidade ou diferenciação de integrados. Do total de entrevistados, a maioria permanece na atividade e pretende continuar na avicultura, outros saíram por opção, alguns integrados planejam parar depois da aposentadoria e outros, ainda, foram desligados recentemente devido a não adequação exigida pela integradora.

Por fim, salientamos que voltamos às propriedades entre maio e dezembro de 2017 para obter a autorização das entrevistas e informações complementares. Parece contraditório, mas apesar da condição e desmandos da empresa, tanto das antigas quanto das novas, trata-se de pensar a subordinação parcialmente desvelada ao integrado, assim como o trabalho se desvela em essência precarizado.

3.1 A TRAJETÓRIA DOS AVICULTORES NO SUL CATARINENSE: A TRANSFORMAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS VINCULADOS AOS FRIGORÍFICOS

Na agricultura, diferentemente da indústria, a produção de fato não ocorre, porque a produção neste setor é um processo que depende sobremaneira de aspectos biológicos e ambientais. Com aplicação da técnica e tecnologia, elementos como clima e logística são parcialmente ordenados, e, desse modo, o homem explora a “natureza”, ao mesmo tempo estando sob o movimento do capital aplicado no setor agrícola. Por isso, o frigorífico engendra subordinação real pela extração de sobretrabalho ao condicionar normas e intensidade do trabalho, ditar fatores como tecnologia e investimento, ou seja, transformar o processo de trabalho no estabelecimento agrícola.

A transformação da criação de aves conforme o ritmo industrial em galpões é inteligível por toda uma matemática complicada que faz parte do cotidiano dos avicultores. No transcorrer da pesquisa, buscamos meios de acompanhar as questões por essa linguagem técnica, supostamente neutra e que coloca integrado e integradora em igual patamar, como se fossem economicamente sujeitos iguais. Ao contrário, decorre a mistificação do capital que engendra relações sociais e de trabalho precarizadas, somadas à natureza do trabalho agrícola, ao esforço físico e à intensidade do trabalho.

Para problematizar o trabalho e os demais implicantes da atividade, iniciamos pelo acordo firmado entre as partes e as

expectativas que orientaram os entrevistados na avicultura. É sabido que no Sul Catarinense e outras regiões do estado a integração avícola ganhou materialidade por meio do acordo verbal, posteriormente transformado em contrato. “E muitas pessoas fizeram o aviário na palavra, na confiança. Depois, a empresa vinha com um contrato já prontinho e diz: ‘Tu e tua esposa assinam aqui!’” (VALTAIR DA SILVA, 2017). De fato, o integrado não participou e não participa da redação do contrato, estando distante de modificar regras que regulamentam a relação social e até de barganhar preços.

Nesse sentido, o contrato permanece inquestionável enquanto a integradora confecciona cláusulas do seu interesse, adicionando-se a isso a prática habitual de assinar sem conhecer seu conteúdo e os eventuais abusos do acordo – por espontaneidade ou obrigação. Em outros termos, o avicultor do vínculo sabe como realizar manejo e suas obrigações, porém fica alheio às intenções do frigorífico, tornando-se perceptível a relação de dependência: de um lado o poder econômico, do outro os integrados, orientados pela necessidade material de trabalhar por sua condição material de existência.

Maria Ignez Paulilo demonstrou, por intermédio da heurística weberina, como “os integrados” se reconhecem como parte dessa relação. Os aspectos do mercado como um campo de força, as formas de dominação e resistência, permitem “admitir a convivência de valores ‘camponeses’, ‘pequeno burgueses’ ou capitalistas num mesmo indivíduo, num dado momento histórico.” (PAULILO, 2016, p. 131). Conforme a autora, a metodologia utilizada em sua pesquisa teve por intenção completar lacunas, dar visibilidade aos sujeitos históricos e não apenas ênfase ao capital, mecanismos de extração de sobretrabalho e controle do processo de trabalho.

Paulilo (1990) destaca, ainda, que não se trata da relação contratual pautada pelas leis da oferta e demanda (mercado) que levaria à melhoria das condições de vida da população rural, mas sim de uma relação de exploração e dominação. Apesar de ser conhecida pela contratualização da produção da matéria-prima, estranhava este que escreve saber que os “integrados” de maneira geral pouco conhecem sobre os aspectos constituintes da relação de trabalho, embora sedimentada desde a década de 1970 em Santa Catarina.

Há uma explicação simples para o problema, a perpetuação da estratégia do frigorífico de reproduzir continuamente uma relação social de trabalho obscura por meio da simulação da conjugação de interesses

mútuos¹⁶. No transcorrer da pesquisa, quando questionávamos o contrato, buscávamos maneiras de compreender essas questões a partir dos relatos, para problematizar o vínculo orgânico ao capital agroindustrial. Em síntese, o contrato foi criado para estabelecer paridade formal e igualitária entre pessoa jurídica e física (construiu ficção de liberdade e autonomia) e remover qualquer vínculo trabalhista, pois a empresa subcontrata a terminação ou engorda de animais na forma de terceirização. A integradora nomeou a subordinação/subsuncção como parceria, e as tratativas geralmente aconteciam deste modo:

Eu me lembro que recebi a visita do técnico da empresa Agroeliane, que atuava na região há 22 anos atrás. Na comunidade já tinha um vizinho que era avicultor. O técnico da empresa apareceu aqui em casa e disse que era viável na época. Trouxe todos os cálculos pra mim, me convenceu que era lucrativo. Ele avaliou o nosso terreno e demarcou a área que devia ser construída. Daí [...] comecei a fazer terraplanagem, cortar eucaliptos e preparar as madeiras. (VALTAIR DA SILVA, 2017).

Nesse sentido, vínculos sociais estabelecidos por meio do contato de técnicos e demais trabalhadores do frigorífico dão suporte objetivo à “palavra”. Assim, o interessado poderia contatar a empresa e o técnico responsável pelo campo dar início às conversações. Noutros termos, a tratativa verbal tem maior peso que o documento escrito, sublinhando que a vinculação ao capital agroindustrial é na verdade uma forma de subordinação do trabalho disfarçada. “O fato de possuir a propriedade cria uma ilusão, no integrado, de ser ele o dono do seu próprio negócio.” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 270). Propriedade, aqui, refere-se a parte das ferramentas de trabalho e meios de produção, como granjas e animais, sob orientação da agroindústria, e não apenas a terra, pois terra é diferente de capital, embora seja trocada como mercadoria (MARTINS, 1986).

A admissão de estabelecimentos, desde a Agroeliane, determinou-se pelo maior número de interessados, fator que possibilitava estabelecer e impor pré-requisitos de instalações e mão-de-

¹⁶ Conforme Paiva (2009), os interesses não são comuns: o lado industrial deseja obter matéria-prima, o integrado receber valores monetários pela engorda dos animais.

obra (MIOR, 1992). Desse modo, a integradora valorizava, sobretudo, a proximidade dos estabelecimentos em relação ao frigorífico e o trabalho de cuidar dos animais exercido pelo dono do aviário e sua família. Além disso, reforçava a subordinação da mão-de-obra a seu favor por valores como dedicação do trabalhador integrado às suas dependências, capricho para com os animais do frigorífico e ética de trabalho.

A avicultura industrial se materializou sob égide das estratégias empresariais da atuação no mercado de produtos avícolas, com mecanismos de controle de entrada e saída de integrados para suprimir suas necessidades de matéria-prima em quantidade e qualidade (SORJ; POMPEMAYER; CORADINI, 1982). Portanto, a seletividade/exclusão funciona de modo a assegurar o investimento deixado aos integrados nas propriedades rurais e estabelecer índices e metas de produtividade do trabalho que deverão retornar para os frigoríficos. Nas entrevistas, a autorreflexão das trajetórias de trabalho comparava que, apesar de melhor em outros tempos, permanecem as marcas da atividade capitalista, ainda que remediadas pela maior proximidade da empresa. O fantasma real do endividamento, a compreensão do “salário” e a desilusão marca a experiência social dos trabalhadores integrados para o capital.

E vão sugando sobre o teu salário meu amigo, cada vez diminui mais. Eles só... tu te enche de dívida. Dívida de investimento que tu não vê retorno pro teu lado. É tudo investimento que tu hoje paga dez mil reais [em] um equipamento, daqui a um ano tu joga fora. Daí tu tem que comprar um de vinte. [...] Entendeu? E assim, eles vêm com uma ilusão pra “ti” colocar aviário, que eles fazem um trabalho que parece que eles te fazem uma lavagem cerebral. Assim, vamos dizer: vamos botar e o cara chega e bota. Depois que tu tá dentro meu amigo, é totalmente diferente. Aí tu é dominado por eles. E assim. Uma vez nós tínhamos um diálogo bom com a empresa, com os técnicos, os veterinários. Era uma família, podia dizer. Hoje, [e] eu te falei primeiro, nós somos tratados pior que escravo meu amigo. (ENTREVISTA 4, HOMEM, 2017).

Não é apenas mascaramento dos custos de produção, é também a promessa de receber renda compatível com investimentos e trabalho. Ao

considerar o Sul Catarinense, a ruptura na maneira de trabalhar na agricultura é evidente, porém se torna necessário aprofundar a situação implícita no relato da experiência social. Esta condição de dependência técnica e econômica é visível na questão da transferência de parte do processo produtivo (animais e insumos), e, por consequência, na falta de autonomia do trabalho, então regida pela intensidade e ritmos de valorização do capital, ou seja, pela exploração do trabalho social. O capital significa massa de valores transformados em meios de produção ou ativos agropecuários de propriedade da integradora. Desse modo, na avicultura integrada animais e ração são da empresa, e o avicultor não tem nenhuma interferência nos fatores de produção, tornando-se um prestador de serviços.

Se aplicarmos na integração a noção de salário por peça e “trabalho domiciliar moderno”, a forma salário capitalista, distinta do assalariamento, esse agricultor integrado, trabalhador para o capital, se caracteriza como trabalhador característico do processo artesanal da divisão do trabalho. “Dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade.” (MARX, 2011, p. 624). Em outras palavras, a forma-salário de valor controla a qualidade e a intensidade do trabalho, dispersando parte da vigilância necessária, pois a remuneração deriva da “dedicação” e do “esforço”, representando uma forma eficiente de exploração e dominação; a jornada de trabalho por mágica desaparece e apenas se quantifica a qualidade dos produtos.

Marx não escreve sobre a integração agroindustrial, porém importa saber que o frigorífico remunera o avicultor e sua família por tabelas de produtividade do trabalho, e não por salário. De fato, há o capital e o trabalho mascarado na vinculação orgânica ao capital, pois do mesmo modo é a relação capital e trabalho, mas com suas particularidades. Nessa linha, ainda que das modificações técnicas, na genética e no controle do ambiente, o capital agroindustrial obtém mais-trabalho constringendo a jornada de trabalho segundo a mesma base técnica ou altera profundamente os pressupostos da organização do trabalho e as características da produção familiar na agricultura? Conforme Abramovay (1998), apesar do desenvolvimento técnico e do aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, não ocorreu na agricultura uma revolução da divisão do trabalho, como na indústria.

Em Marx, cronologicamente o aparecimento do capitalismo se divide em três períodos: artesanato, manufatura e a grande indústria, que surge sob as bases da divisão do trabalho da manufatura e revoluciona o

processo de trabalho para continuar produzindo mais-valia. Diferente do alfinete, o frango não pode ser dividido em processos que produzem proteína em um lugar e derivados nutricionais de vísceras e penas em outro. Em outros termos, a produção ocorre no nível biológico, e o trabalho transferido ao agricultor subsiste em igual base técnica: as características da divisão de trabalho nas áreas de colonização.

A questão deixa aberta a “autonomia” do dono da granja, ou seja, embora não tenha controle sobre os fatores e processos produtivos de propriedade da empresa, o integrado pode definir o período do exercício do seu trabalho independentemente da quantidade de horas consumidas no processo. Assim, apesar da melhoria dos instrumentos de trabalho, o exercício da subordinação real se conserva igual.

Homem: eu tinha semana que eu ficava a semana inteira sem dormir, trabalhava dia e noite. Mulher: nossa, era ruim porque quando era de cuidar o fogo dos pintinhos também. [...] Homem: nos primeiros dias a gente tinha que fazer fogo, daí dormia lá na granja. [...] Aí depois quando foi mecanizado, mais era o cuidado. Mais era o cuidar o aviário. Cuidar se saía água, cama, cloro bem botado. Tudo cuidado. Aí, levantar de noite e ver se tinha alguma falha, assim. [Pergunta: ficar controlando a temperatura?]. Quando vinha os pintinhos [...], o dia que vinha os pintinhos eu dormia 10 dias na granja, dentro da granja. Aí à noite, ficava a noite inteira na granja pra cuidar o fogo e da temperatura, pra não subir, pra não baixar. (ENTREVISTA 16, 2017).

A mais-valia relativa também é mais-valia absoluta, ao limitar parte do trabalho socialmente necessário ao salário e ampliar o tempo de trabalho não pago, e da mesma forma é mais-valia absoluta, por prolongar a jornada de trabalho socialmente necessária e garantir mais-trabalho. Trata-se de lembrar que a reprodução da sociedade capitalista é guiada pela troca de equivalentes, onde a exploração é mediação da relação valor e da forma mercadoria, reguladora da relação social de homens pela transformação dos vínculos sociais em relações de coisa (mercantilizáveis).

A partir dessas considerações, o contrato autoriza o trabalho e promove tratativas da construção do galpão e início do alojamento, momento geralmente atrelado ao sistema bancário de crédito público e

privado. Encontramos relatos da construção de granjas por crédito agrícola subsidiado até 1981, mas após 20 anos o empréstimo de dinheiro a juros subsidiados desapareceu do mercado. Assim, a década de 1990, conhecida pelos avanços das políticas neoliberais, registra restrição de crédito disponível para investir na construção de granjas, estando sujeita às taxas de juros do mercado. Por isso, a integradora buscava selecionar pessoas dispostas a construir granjas e adquirir equipamentos com recursos próprios e que poderiam dispor de trabalho conforme as preposições familiares.

O dinheiro aplicado na construção de granjas surge da poupança e da venda de algum patrimônio, de pedaços de terra, de rendas de outras atividades, etc.. “Naquela época [1990] o crescimento foi muito grande. Só que também financiamento não tinha. Por isso, também a procura era muita, porque não tinha financiamento.” (ENTREVISTA 3, HOMEM, 2017). O tom irônico igualmente evidencia a situação oposta nos últimos 10 anos, momento que linhas de crédito possibilitaram financiar valores na casa de 1 milhão de reais, e o dinheiro a juros moderados fluíram do sistema bancário.

No ano de 1996 surge timidamente a possibilidade de adquirir financiamento para investir na produção agrícola, por intermédio do PRONAF, com juros acessíveis, e o agricultor é considerado institucionalmente igual ao proprietário de um terreno. O recurso com vantagens esteve disciplinado pela elaboração de projetos por instituições públicas (EPAGRI, na região) e outros mecanismos de controle, e foi intermediado pelo Banco do Brasil e pelo BESC. Do mesmo modo, na década de 1990 a falta do dinheiro produziu alternativas, como intermediar diretamente com o sistema bancário a produção de milho para saldar empréstimos feitos para construção de granjas.

O montante de recursos disponíveis do PRONAF em parte não suprimiu a necessidade de financiamento de todos os interessados em construir granjas e adquirir equipamentos necessários, na época. Há situações concretas da impossibilidade de financiamento pela agricultura familiar, onde a empresa de equipamentos do Rio Grande do Sul fornecia crédito e, na entrega do lote, obtinha uma parte da remuneração como pagamento do empréstimo. Para além do sistema oficial de crédito, apesar das diferentes décadas, recursos foram investidos por poupança do agricultor e não agricultor¹⁷, das mães, parentes e de

¹⁷ Usamos o termo “não agricultor” para destacar trajetórias de trabalho que expressam a transformação do trabalhador assalariado e profissional autônomo

pessoas que foram ao exterior trabalhar e retornaram com dinheiro no bolso.

O relato da utilização do PRONAF contrasta pelo fato de que o dinheiro obtido pagava apenas equipamentos e parte dos recursos vinha dos interessados, além da madeira e do trabalho na construção da granja. Noutros casos, a solução para somar dinheiro consistiu em dividir o montante em quantias menores no nome do homem e da mulher, ou de um familiar próximo. Em certos relatos, a integradora garantia ao sistema bancário manter a granja ativa pelo tempo vigente do financiamento; caso de granjas de matrizes e posturas instaladas nas décadas de 2000.

Esse é o alvo dos frigoríficos, uma formação socioeconômica particular derivada do processo de colonização inserida na modernização conservadora da agricultura, e pessoas dispostas a investir e trabalhar com acesso à terra, financiamento e mão-de-obra familiar. Em outras palavras, da agricultura o frigorífico emprega a divisão do trabalho característica das propriedades rurais, relações familiares e de parentesco que estruturam a atividade econômica na unidade de produção ou unidade de convívio. “Eles contratam uma pessoa, ou seja, contam que uma pessoa dá conta do serviço. O contrato vem no meu nome, ou no nome do casal. E ali o casal bota pai, mãe, filho e espírito santo para ajudar nas tarefas necessárias.” (LÚCIA CIMOLIN, 2017). Além do trabalho na granja ocupar mais de um membro da família rural, a integradora se apropria dessa força de trabalho extra, particular das propriedades rurais. Isso por necessidade da vida material da qual a mão-de-obra é questão importante, e é interessante atentarmos para a presença não apenas do agricultor homem, mas do trabalho de esposas e filhos, pessoas idosas, etc..

Nessa linha, ao contabilizar socialmente a atividade econômica a integradora se apropria do regime de agricultura familiar. Essa sendo definida como a forma abstrata e socialmente determinada da atividade econômica em que a família é proprietária dos meios de produção e

em proprietário que trabalha no aviário. A constatação resulta em parte da escolha das entrevistas, maior tempo de atividade e pluralidade de trajetórias. Procura-se demonstrar ao longo do texto que a integração representa uma forma conjuntural de trabalho, porém a insegurança quanto ao preço e a obscuridade da relação com a integradora implica na construção de uma narrativa de trabalho vivido por meio das relações subsumidas e no aprisionamento da pequena propriedade ao sistema de integração.

executora das atividades produtivas¹⁸ (NEVES, 2007). A economia familiar agrícola é funcional à integração ao suportar valores negativos, porém o rendimento negativo da atividade integrada foi/é amortizado nas propriedades por meio da disponibilidade de parte dos meios de subsistência e meios de produção (lenha, água, manutenção de construções e equipamentos), trabalho externo de um dos cônjuges, no caso de casais, rendimento de outras atividades agrícolas e não agrícolas, etc..

Posto isso, quais fatores estimularam agricultores e não agricultores a construir granjas? Em 1994, a Agroeliane abatia suínos e aves exportando parte da produção. Ao fazer circular informações “bem sucedidas” entre amigos e parentes, em âmbito municipal e regional, os integrados do ramo avícola dispersavam gratuitamente a propaganda da empresa, necessária para obter adesão de futuros avicultores. No transcorrer do evento da fundação da Agrovêneto em 1997 e da Tramonto em 2006 foram abertas novas vagas no início de operação dos frigoríficos, sendo aumentadas conforme o crescimento de sua produção. Nesse sentido, se destaca o suporte institucional:

Eram feitas reuniões nos municípios. Os prefeitos incentivavam por ser uma atividade que contribui para o movimento econômico, portanto dá retorno. Os prefeitos ofereciam infraestrutura, ou seja, terraplanagem, abertura de estradas, revestimento com cascalhos, etc.. E o produtor, tinha a expectativa de uma renda que na época não era ruim, mediante os investimentos que ele fosse fazer. Considerava-se que os produtores tinham muitas coisas na propriedade para a construção, por exemplo as madeiras para o pé direito, para as linhas, para as tesouras. Os tratores para puxar essas madeiras do mato e tudo era feito sem se fazer contas. As pessoas tinham estes materiais na propriedade e eram incentivadas a entrar no negócio. E os cálculos demonstrados na época não eram ruins, eram positivos para a atividade. Considerando-se que você poderia estar

¹⁸ Entretanto, a “família rural” não corresponde ao todo coeso perpetrado pela extensão rural e pelas igrejas, e desse modo deve ser analisada objetivamente sob o ciclo familiar, a divisão sexual do trabalho e a desigualdade no acesso e distribuição dos produtos do trabalho mediada pela relação de gênero (NEVES, 1995).

trabalhando no aviário e fazendo alguma outra atividade próximo dele, embora ficasse 24 horas de sobreaviso. *Uma possibilidade de renda na propriedade com venda garantida, e com uma receita prevista, por isso que a gente entrou.* (LÚCIA CIMOLIN, 2017, grifo nosso).

Destacam-se os efeitos estruturais da sociedade urbano-industrial sobre as unidades de produção, tanto no lugar de trabalho quanto no lugar de convívio. De modo que decorreu ruptura e continuidade nos modos de produzir e trabalhar na agricultura. A necessidade de segurança para comercializar os produtos é de fato a questão importante para entender por qual motivo a integradora surge como uma opção menos ruim aos integrados, apesar desses criticarem a integração (PAULILO, 1990).

Na entrevista, o problema da conta velada questionou recursos existentes na propriedade que não entravam/entram na conta relacionados com os custos de produção agrícola. Assim, segurança e renda servem de atrativos, porque outras atividades agrícolas remuneram anualmente, e criar aves pressupõe obtenção de valores a cada dois meses, ainda que sujeito às flutuações de preço do mercado de produtos avícolas. Por isso, galpões foram construídos empregando mão-de-obra disponível nas propriedades e recursos não contabilizados, e até com “garantias” secundárias, entre elas utilizar a cama de aviário na propriedade e comercializar o adubo, condição de rebaixamento da remuneração pelo serviço prestado à integradora.

Os incentivos explicam como o município de Treviso chegou a ter, ao logo da década de 2000, mais de 100 aviários; conforme os dados de 2012 o número de integrados ativos é de 48, menor ainda em 2016. As granjas, inicialmente, tinham estrutura simples e vários galpões foram erguidos pelo trabalho do agricultor interessado e dos membros da família, que em muitos casos contratava apenas mão-de-obra para fazer o trabalho específico de carpintaria e medição da construção.

Nessa linha, os galpões construídos tinham aspecto rústico, empregavam equipamentos simples, como ventiladores para controlar o calor interno, campanas para manter a temperatura dos animais alimentada por botijões de gás, cortinas lateral manual para controlar a temperatura, sem telas e sem forração. O trabalho consistia no fornecimento manual de ração por comedouros tubulares e higienização dos bebedouros pendulares de água. Em comparação:

Porque, vamos supor: a granja era atividade bem melhor que o fumo. Dava mais dinheiro [...] Era dinheiro [em] 60 dias. E facilitava mais pra nós. Como que a família era pequena, aí nos era fácil cuidar da granja, e era mais difícil cuidar do fumo. Porque o fumo dependia de camarada¹⁹ e a granja não. Daí nós cuidávamos, nós da família. (ENTREVISTA 16, HOMEM, 2017).

A granja de aves de corte se tornou adequada ao agricultor para trabalhar e conduzir o estabelecimento rural com pouca mão-de-obra disponível. Em contrapartida, a integração do estabelecimento, embora implicasse atender aos ditames do frigorífico, ancora-se como maneira objetiva de manter e reproduzir o patrimônio familiar. Explicativa é a proposta de Chayanov (2014) de outra lógica econômica gerir ações da unidade de produção sob a base do trabalho familiar, pois a concepção “autoexploração” condiz com equilíbrio da composição e dimensão da família, privilegia a relação dos fatores internos e pressupõe equilíbrio entre trabalho/consumo.

Conforme Chayanov (2014), o produto do trabalho familiar corresponde ao resultado de um ano de exercício deduzidos os custos de reposição dos fatores do trabalho. Esse rendimento, também conhecido como o “monte todo” e produto indivisível, significaria analisar a exploração agrícola coordenada sob trabalho familiar sem imputar categorias salário e renda, porque o rendimento não poderia ser decomposto nas categorias lucro líquido e salários. “Tu consegue juntar mais as tuas despesas e os teus lucros ao mesmo tempo, porque até é um conjunto de coisas.” (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017). Pergunta-se a Chayanov se na referência explícita à estrutura de custos, a teoria da autoexploração tem respaldo na realidade?

De fato, abstraído o contexto social da obra do autor, torna-se difícil fazer generalizações, entretanto, por intermédio da “renda indivisível”, é interessante destacar a lógica sociocultural da unidade familiar, guardando suas peculiaridades. Embora a relação terra, trabalho e capital possa ter ampla gama de significações, retratar a especificidade implica revelar a experiência social transformada dos agricultores na modernização da agricultura. Em contrapelo, mesmo o produto monetário gerado pelo exercício do trabalho e renda da terra

¹⁹ Trabalhador braçal contratado por dia ou por empreitada para auxiliar o dono da plantação em atividades agrícolas específicas e nos períodos de safras.

tem significado diferente da racionalidade capitalista. Enfim, o estabelecimento rural guarda proximidade com o processo histórico da constituição das colônias e da pequena propriedade, não é camponesa e sim historicamente identificável. Ao aprofundar as entrevistas:

Eu, diretamente, faz 35 anos que trabalho com frango. Comecei com a Eliane, depois AgroEliane, depois Ceval, depois Seara, depois Agrovêneto. [Pergunta: como foi a construção, conversão, investimentos?]. Foi assim, a gente é da roça, não teve estudo, e aí família de cinco, seis [irmãos, na época]. Tinha que achar alguma coisa que dava no campo pra a gente não ir para a cidade. Então nós colocamos um [aviário], achamos que estava muito bom. Fui pro outro, colocamos mais um, tava bom. Aí quando fomos pro terceiro já começou [...] O que tu fazia com um já não fazia mais com três de rendimento. Mas daí, como nós já estávamos [enrolado] aqui, pra ficar aqui, pra poder trabalhar. Pra ocupar o tempo, aí fomos botando outros. No último, no quinto, aí começou a aparecer [...] a licença ambiental. Por exemplo, que não pode construir [a] menos de 30 metros de uma nascente de água de um córrego. [...] Foi em 90 e 94 a 95, eu acho, que começaram a exigir a licença ambiental. *E daí foi o seguinte, as empresas tipo Eliane, Seara, a Ceval, eles queriam quantidade.* Só que quando que nós dissemos “assim não, agora nós temos o suficiente pra nós sobreviver aqui”, começaram com equipamento. (ENTREVISTA 4, HOMEM, 2017, grifo nosso).

A expressão de ir para a cidade deve ser relativizada. Muitas vezes as propriedades estão próximas da área urbana e se deslocar para a cidade significa trabalhar de assalariado e exercer uma profissão. A partir de Chayanov (2014), o desenvolvimento do ciclo familiar é vislumbrado na inserção do seu trabalho e dos irmãos no “monte todo”, ou seja, no produto bruto anual da unidade de produção. Desse modo, as atividades exercidas pelo proprietário do estabelecimento são ampliadas com a inserção do trabalho dos filhos nas atividades agrícolas do qual compraram terras e investiram em aviários. De fato, na entrevista aparece o contraste da prática da policultura anterior pelo emprego de

mais mão-de-obra e do tornar-se especializado em um ou mais produtos, como frango e leite.

Por isso, uma pessoa dos seis irmãos poderia trabalhar no aviário o dia todo e os demais trabalhar no cultivo do fumo, plantação de milho e outras atividades. A expressão ocupar o tempo de trabalho significa considerar a natureza da produção agrícola e aproveitar aquele tempo disponível entre os intervalos dos períodos de colheita para gerar novos excedentes para reaplicar em outras atividades agrícolas. Porém, segundo Chayanov (2014), não implicaria em racionalizar e otimizar a atividade econômica, e sim prover ocupação aos membros da unidade familiar, administrando o “bem-estar” familiar.

Nesse sentido, em Chayanov (2014) tal formulação enquadra uma situação social determinada que poderia ser comparada no Brasil às regiões de fronteira agrícola abertas na segunda metade do século XX, o que de fato não é nosso caso (WOORTMANN, 2014). Em outras palavras, o estabelecimento está enraizado em uma estrutura fundiária sem possibilidade de ampliação senão pelo mercado de terras e imerso nos mecanismos de mercado: o nexo da sociabilidade capitalista é ter a necessidade de gerar dinheiro para sobreviver e se manter como agricultor. Assim, ao se tornar integrada a unidade de produção e convívio tem de modificar-se constantemente, fator que implica na impossibilidade do ponto de equilíbrio entre produtividade do trabalho e esforço devido desse trabalho²⁰. Além disso, a integradora aumentou a exigência de trabalho e a policultura foi progressivamente abandonada:

Nós fomos obrigados a parar com outras atividades, porque nós temos que ficar 24 horas em função do aviário. E tu ia fazer outra atividade e talvez tu tava lá, fazendo outra coisa, tu tinha que correr, aqui ou lá. Ou lá ou aqui. [Pergunta: qual eram as outras atividades?] Plantava fumo, milho e gado. Fazia potreiro²¹, pastagem assim pro gado. Só que no fim abandonamos tudo. Aí os outros [aviários] que fecharam, porque eles chegaram assim. Chegavam num aviário [e]

²⁰ Em Chayanov, quando atingir certo ponto de equilíbrio, ou seja, no momento que o excesso de trabalho resultar em desgaste e esforço desnecessário, o estabelecimento suspende suas atividades. Nas entrevistas percebe-se o contrário, mesmo vislumbrando o ponto de equilíbrio a lógica da autodeterminação dos estabelecimentos é tornada disponível à integradora.

²¹ Pastagem formada por cercas que recebe animais, como bois e vacas.

faziam um orçamento. Isso tu vai ter que gastar 80 mil, aquele lá 100, aquele ali 50. Aí é onde eu não vou mais gastar. E aí [os irmãos] começaram a fechar, desistir, fazer outra coisa. Trabalhar de empregado [...]. E aí fiquemos só em dois pra terminar de pagar banco, pagar esses financiamentos. (ENTREVISTA 4, HOMEM, 2017).

Nesse sentido, a família nuclear atinge a maturidade e os filhos adultos são realocados, porém agora os projetos de inserção transitam pela disponibilidade de oportunidades na agricultura e investimento na formação profissional de um dos filhos, como forma de contrapor a distribuição da herança e a pressão sobre a estrutura fundiária. O ciclo se fecha com o matrimônio dos filhos homens, que passam a “trabalhar para si”, ou seja, constroem a própria casa, formando famílias nucleares. Assim, deixam de somar esforços à família monoparental, ainda que o significado da família paterna, como vínculo de parentesco, encontra-se fortemente solidificada nos significados culturais.

O relato da trajetória ilustra a capitalização do agricultor sobrevivente ao processo de modernização da agricultura. “Eu não queria ficar rico. Eu queria me manter e ter saúde e ter um lazer. Ter um sistema de vida. Porque nós somos escravos!” (ENTREVISTA 4, 2017). A avicultura como solução para a pequena propriedade tornou-se algoz do homem e da mulher do rural, o avicultor compromete seu tempo e saúde, deixa de ter noites de sono, trabalha diariamente e nos finais de semana, deixa de participar do convívio familiar e comunitário. Nas entrevistas é perceptível a contradição da modernidade técnico-produtiva e estratégias de sobrevivências, ainda que não sejam assalariados do frigorífico e muito menos capitalistas. Trabalhador para o capital se ajusta melhor aos propósitos de elucidar os mecanismos que constroem o trabalho dos avicultores vinculados ao capital agroindustrial.

A teoria de Chayanov (2014) é construída sobre o “camponês” que transforma apenas o que sobra do produto em dinheiro. Entretanto, se pensarmos a partir dos relatos, os integrados recebem remuneração equivalente à conversão alimentar dos animais, do qual deverão pagar despesas da casa e continuar modificando os processos técnicos, fatores de produção não-renováveis pela integradora e equipamentos para alimentar as linhas de produção do frigorífico. Em outras palavras, é problemático tentar estabelecer um equilíbrio de penosidade do trabalho

e remuneração quando a continuidade da reprodução do ciclo produtivo atinge o nível de sobrepor jornadas extenuantes de trabalho. Contudo, continuamos a insistir na concepção de Chayanov, porém para demonstrar como transcorre e é vivido o conflito simultâneo de viabilidade e precarização do trabalho.

Na formulação das questões aos entrevistados, procurou-se observar uma ruptura, como foi antes e como está hoje em dia, o que mudou no decorrer dos anos. Nas entrevistas, de maneira geral, a impressão é que deu para ganhar dinheiro, no entanto, tocar o aviário foi melhor em outros tempos. Apesar disso, o argumento favorável contrapõe a necessidade dos investimentos, das crises e de outras despesas cobrirem momentos desfavoráveis ou de aperto financeiro. Por outro lado, existe as exigências, os mandos e desmandos da empresa, a prática real de poder da integradora. Logo, se ficarmos de olho na árvore, esquecemos de verificar a floresta, e vice e versa.

Haja vista a contradição estrutural no funcionamento do fomento agropecuário (integração), pode-se apontar que: 1) o pacote tecnológico determina antecipadamente os limites da remuneração do integrado; 2) a empresa exige dos integrados adequação tecnológica e desloca o patamar mínimo de permanência conforme sua estratégia de atuação no mercado; 3) é fato que a empresa seleciona o interessado que melhor responde aos estímulos de investir constantemente; 4) queira o integrado ou não entender, a relação social da qual está participando, como qualquer vínculo que envolve capital e trabalho, produz normas, regras e toda matemática que auxilia o integrado a perceber que a empresa está sempre certa por vias normais (legais) e por pressão ou mesmo violência. De modo geral, é essa a impressão sobre a atividade.

Vamos dizer assim, criar frangos no sistema de integração, sempre foi de sacrifício. Quando a gente começou a fazer os cálculos, depois de 20 anos na atividade, percebemos que não é lucrativo. Estamos sempre tendo que fazer financiamentos para adequar os aviários a novas tecnologias ou para outras melhorias. No passado o que a gente recebia era um pouco mais, comparado com os custos daquela época. Atualmente, a gente trabalha e só troca o dinheiro, não sobra. Olhando para trás, a gente vê que sempre trabalhou abaixo do que deveria receber. Mas a renda era muito melhor que hoje. Que na época o custo de vida era mais fácil, a convivência

com a empresa da época era melhor, a energia elétrica barata. Os insumos eram mais baratos. (VALTAIR DA SILVA, 2017).

Sobre o fato de os resultados módicos e negativos advirem da remuneração do produto produzido de forma integrada e outras atividades saldar custos fixos das propriedades, Paulilo (1990) relatou que o saldo negativo (relato da exploração dos produtores) aparecia como positivo aos mesmos por se apresentar como capitalização e por valorizar a propriedade aos integrados. No entanto, a autora tratou historicamente dos significados particulares das noções de renda, trabalho e integração. Ao contrário, o padrão tecnológico generalizado e em modificação por intermédio da definição econômica da realidade produziu rigidez sobre o processo de trabalho. Também, a convivência com a empresa alterou-se substancialmente, leia-se as estratégias de contornar e amenizar os ditames do capital.

Nessa linha, a integradora espera retorno em produtividade; sem acompanhar as mudanças o integrado será descartado e os recursos investidos na granja serão desperdiçados – quando são de fato o resultado de trabalho de uma vida. A necessidade de investir e fazer melhorias é interessante de ser mencionada. Para os avicultores, ampliar e fazer melhorias na granja não significa necessariamente obter maior remuneração, porém melhoria boa é aquela que poupa trabalho e o torna menos pesado e desgastante. Apesar disso, todo instrumento de trabalho novo tem um custo, muitas vezes incompatível com a remuneração obtida, o que acaba tendo um efeito contrário. Nessa toada, as mudanças e ampliações são em grande parte progressivas.

Fui investindo. Hoje eu alojo 27 mil. Meu galpão era 50 x 12. Hoje ele tá 130 x 16. Eu sempre fui investindo no aviário. É uma corrente. Uma que é exigência deles, um pouco eles pediram [para] investir, pra aumentar. E na verdade todo esse tempo que eu trabalhei quase tudo foi de volta para o aviário. Se botar na ponta do lápis, é, fui trabalhando e botando de volta. A gente tira mais ou menos alguma coisa pro gasto, mas o que me mantinha mesmo foi com outras atividades. O aviário foi só... No fim é quase uma ilusão. Tu trabalha, trabalha e bota de volta. (ENTREVISTA 5, HOMEM, 2017).

As exigências não se traduzem apenas na imposição unilateral do frigorífico. Como destacado na entrevista, decorre interesse mútuo na continuidade do negócio. Entretanto, os avicultores questionam a finalidade de depositar recurso dos quais um longo período é necessário para pagar a melhoria. As modificações são bem vindas quando diminuem esforços físicos, mas também têm efeito de ampliar o tempo de sobreaviso. “O serviço pesado diminuiu bastante, mas o compromisso é o mesmo ou mais ainda. Porque o frango desenvolve mais, pesa mais.” (ENTREVISTA 8, HOMEM, 2017). De fato, acompanhar as modificações do setor é objetivamente proporcionar meios a esse frango da integradora que consome menos ração e pesa mais. Por isso, uma melhoria na granja por necessidade e adesão significa elevar a produtividade do trabalho, e desse modo o resultado da melhoria é apropriado pela integradora.

Se os ativos agropecuários são de propriedade da empresa, qualquer alteração na granja é contabilizada como obrigação para continuar alojando animais! Além disso, insumos e maquinarias representam a condição da realização de lucros das empresas dedicadas a equipamentos voltados à produção agrícola, e transcorre transferência de renda entre setores. Construir e melhorar as instalações igualmente significa recorrer a banco e pagar juros pelo empréstimo. No sistema manual que adentra a década de 2000, e que funcionou enquanto possível, tocar a granja correspondia a:

Trabalhar de montão, porque hoje ainda tá mecanizado, mas na época que nós começamos era manual. Aí tu tinha que estar puxando aqueles carrinhos ali de 300 quilos. Tu puxando ali dentro, ali na munheca, as vezes tu tá sozinho. Tu tem que fazer. No final, ali tu tem que botar 4 mil quilos de ração por dia. Frango come 4 mil quilos de ração por dia. Botar tudo de canequinho em canequinho dentro do [comedor]. (ENTREVISTA 15, HOMEM, 2017).

Ao comparar o trabalho executado nos dois sistemas, o significado do trabalho pesado é atribuído ao sistema manual, já no automatizado o serviço pesado magicamente desaparece e significa cuidados. Entretanto, a base técnica do trabalho permanece igual, apenas os meios de produção aparecem requerendo maior parcela de trabalho vivo para ampliar a relação entre trabalho necessário e trabalho não pago. Pelo tensionar da exploração do trabalho ou trabalho necessário, a

jornada de trabalho aumenta em termos relativos, e quanto maior a taxa de produtividade exigida, maior será o exercício de trabalho não pago. Ou seja, qualquer modificação no *quantum* de trabalho abstrato (trabalho que cria valor) recairá sobre o trabalho concreto de cuidar dos animais, fazer limpeza, higienização, prover ambiências e vigiar os animais.

Trabalhava no sistema manual até duas pessoas durante o dia todo, em contrapartida no sistema automático apenas o serviço físico de carregar a ração para os animais e fazer limpeza dos bebedouros desapareceu dos relatos. Há aparentemente redução no ritmo do trabalho físico, porém não encobre a intensidade e desgaste provocado pelo compromisso de trabalhar 24 horas/dia, 7 dias por semana. Desse modo, manejo e regras determinam como proceder diariamente, recolher os animais mortos, ficar de olho no tempo e não se afastar do aviário quando do alojamento de animais. Nas entrevistas, a necessidade de investir e o compromisso com os animais da empresa destacam-se como elemento de semiescravidão. Por isso, a analogia não é apenas uma figura de linguagem, pelo contrário, expressa situações cotidianas da criação de animais: a extenuante e desgastante jornada de trabalho.

Nessa linha, o manejo atribuído ao trabalhador visa consumir de forma ótima os fatores de produção da empresa. E para atingir a meta ou peso/conversão, o dono da granja eleva a jornada de trabalho necessário sob receio de não atingir produtividade normal, de acordo com índices regulados pela integradora que dita normas, ou seja, as fórmulas da meritocracia. “Tinha que apagar luz. A ração bem controlada, porque tu não pode ter demais, não pode ter de menos, tem que ser o certo pra ti dar uma produção boa. Tudo isso era lucro da granja.” (ENTREVISTA 16, HOMEM, 2017). Ao contrário, qualquer descuido é prejuízo para a granja e quem paga é o integrado. O pacote tecnológico e o controle do processo exercem vigilância cerrada ao trabalho por meio da assistência técnica, índices que regulam taxa de mortalidade e consumo de ração na remuneração por produtividade dos lotes.

Ainda que a experiência real negativasse a integração, conversamos com entusiastas da avicultura. E durante as conversas, comenta-se sobre a avicultura em geral e sobre os vizinhos, colegas de outras localidades e municípios. “Quando eu comecei, eu botei isso e fui na conversa do vizinho. O vizinho ali. Ah é assim, é fácil, é bom. Ai quando eu botei [e] fui à primeira reunião. Eu disse: Amarrei o meu burro no lugar errado!” (ENTREVISTA 5, HOMEM, 2017). Desse modo, fala-se da cooptação própria e dos outros pela empresa, dos fatores que permitiram continuar e acreditar na empresa. No entanto,

botar granja não é tão fácil, por conta da quantidade de exigências para trabalhar, as quais foram progressivamente impostas aos produtores.

Na integração, como a ração é da empresa, a regra é impedir o desperdício do insumo. E produtores serão penalizados caso não obtenham a quantidade de carne por tantos quilos de ração. Daí decorre acusações por parte da empresa do integrado desviar ração para alimentar animais de pena, porcos e vacas de leite. Por outro lado, há as reclamações dos integrados sobre critérios técnicos adotados pela empresa, erros de responsabilidade da integradora, que ignora e desconta do parceiro, como mortalidade, medicamentos e outros insumos. Objetivamente, não há consenso sobre o desempenho técnico da granja, pois a integradora tem a palavra final em todas as questões, além de manipular conscientemente os termos técnicos.

O aumento das exigências e a modernização da atividade foram progressivamente estimulados, e o patamar médio de permanência é alterado e ajudado pela integradora. A razão de conversão carne/ração é elevada para cima, alguns integrados conseguem acompanhar e aumentar o número de animais alojados, fato que condiciona o trabalho de todos. Não sem resistência, a empreitada de romper com o padrão tecnológico contava assim com promessas e ilusões já em meados da década de 1990.

Eu vou te contar uma história. Voltamos atrás quando veio a CEVAL pra cá. Era tudo aviário convencional. Aí surgiu aquele sistema de fazer túnel [de ar]. [A] CEVAL começou a montar, podia alojar mais pintinho. A gente alojava 14 [mil], com sistema túnel dava pra botar até 16 mil pintinho no mesmo galpão; mais frango por metro quadrado. Quando ela começou a fazer os primeiros eles vieram aqui e cismaram. O técnico [...] cismou de fazer um aqui com nós. Aí ele mostrou: “se você fazer assim, você tem um ganho de tanto aqui, a empresa paga tanto em cima do lote a mais”. Aí tinha que botar não sei quantos ventiladores a mais, bicos de nebulização, uma coisa e outra, cortina boa tinha que ter. Assim a gente, pensando na época, fizemos as contas, era viável. Tá, a gente fez em um galpão, fez forração nova e tudo, botou cortina. Daí a gente fez uns par de lote e o rendimento, tu via que tinha um rendimento. Aí, falando com o técnico, eu disse: “eu quero fazer na outra granja

também esse sistema túnel”. Mas isso até ficar pronto levou uma coisa de 1 ano, a gente fez não sei quanto lote no primeiro galpão, que tinha feito o sistema túnel. Daí quando ficou pronto outro galpão que a gente alojou o sistema túnel, a empresa não pagou mais, caiu aquilo ali, não tinha mais aquela bonificação. (ENTREVISTA 9, HOMEM, 2017).

O desfecho de deixar de pagar por melhorias é uma clássica da avicultura integrada: a empresa estabelece vantagens para estimular as adequações e retira em outro momento essa vantagem transformando em desvantagem, senão em punição. A taxa de conversão dos lotes é interessante de aprofundar e se modificou, pois o frigorífico persegue lucro. Comenta-se que na década de 1990 a conversão estava 2 quilos de ração para produção de 1 quilo de carne. Hoje 1,60 quilos de ração produz 1 quilo de carne. “O integrado é feito pela conversão e ali tu não fuge. Tu fez, tu fez. Tu não fez, tu não ganha.” (ENTREVISTA 16, HOMEM, 2017). É incontestável o efeito das melhorias no controle de temperatura, fornecimento de ambiência adequada aos animais e redução do desperdício de ração²².

Em 1993, com 43 dias entregavam frangos pesando 2 quilos em média, hoje, no mesmo período, o frango sai das granjas com média de 3 quilos. De fato, as mudanças aumentaram a produtividade do trabalho, entenda-se produzir a maior quantidade de mercadorias por uma maior parte de trabalho não pago. Ao estimular o investimento, as empresas, na redação do contrato individual, remuneravam melhor por adequações no galpão e na propriedade. Ainda que restrito nas duas décadas anteriores, o valor do lote aumentava por itens do *checklist*: calo de pata, condenação por cabeça²³ e mortalidade. A respeito da instalação dos

²² A genética animal é importada e adaptada às condições brasileiras. Entretanto, a tecnologia empregada deixa o setor brasileiro à mercê de grandes transnacionais.

²³ Como o animal é da empresa, a obrigação do integrado está em retirar da granja os animais “defeituosos” ou fora do padrão. Se a integradora receber carcaças condenadas no frigorífico acima da média permitida, notifica ou aplica uma pequena multa ao integrado, também deixando de compensá-lo. Já o calo de pata refere-se à execução de trabalhos para deixar o chão do aviário livre de placas e cascos, e assim evitar lesões no pé do animal, pois o produto é comercializado nos mercados asiáticos, e o calo despenderia mais trabalho no frigorífico.

galpões e das exigências, pode-se afirmar que os estabelecimentos, subsumidos pelas integradoras, têm trabalhado sob pressão das fórmulas de conversão.

Eu comecei com meia granja, 50 metros naquela época [1999]. E depois, foi com o tempo [que] consegui ampliar de novo. Mas a empresa não exigia tanta coisa assim naquela época quando foi começado. Era melhor. [Pergunta: melhor rendimento?] É, o rendimento é em conversão. Se você fizer conversão boa dá rendimento, se não fizer conversão não vai sobrar praticamente nada. (ENTREVISTA 2, HOMEM, 2017).

Torna-se interessante relativizar o critério de remuneração do trabalho pela integradora. Por isso, somos informados de que o pagamento dos lotes muda bastante ao longo dos seis lotes por ano, porém o trabalho despendido é sempre igual, executado da mesma forma e com a mesma dedicação (ENTREVISTA 03, HOMEM, 2017). No período de início da operação da Agrovêneta, em Nova Veneza, faltava integrados disponíveis para atingir o cronograma de crescimento de abate da empresa. Assim, o frigorífico começou a trabalhar com meia granja, além de outros tamanhos do qual 100 metros de comprimento por 12 de largura representava o tamanho normal. A integração de estabelecimentos rurais começando com menor granja significava conquistar novos produtores, abrir espaço em municípios e comunidades em que a empresa não atuava, ou seja, dizia-se ao integrado para instalar o menor tamanho, mas condicionava-se a ampliação.

Nesse sentido, as três empresas tinham formas diferentes de trabalhar. A unidade de Forquilha, após sua venda, adquiriu o comportamento do grupo ao qual pertencia, e manteve uma relação mais distante aos seus integrados. Ainda assim, na mesma década, sustentava facilidades, como transportar ração que sobrava no final do lote sem custo para o integrado. A agroindústria de Nova Veneza procurava apresentar-se próxima dos trabalhadores e dos integrados. Nos finais de ano realizava festas para os integrados, distribuíam prêmios (carros, motos) e brindes para os melhores produtores²⁴. Quando da existência

²⁴ Ao conversar com integrados do frigorífico especula-se que o critério adotado para a premiação seja arbitrário, e critica-se a integradora por premiar uns e punir outros. Ou seja, espera-se que a integradora remunere o trabalho de forma

de três grupos concorrentes, havia possibilidade estratégica de mudar de “patrão” quando as exigências começaram a ser implementadas.

Transcorreu nesse espaço uma possibilidade de trânsito entre as empresas nos períodos de construção da unidade de Morro Grande (no ano de 2006). Em outras palavras, granjas fechadas da unidade de Forquilha, por motivos de não serem “adequadas”, voltaram a receber animais. Desse modo, a Tramonto praticava a política de bons vizinhos e alguns granjeiros mudaram de integradora por causa do melhor relacionamento com esta integradora. No entanto, a respeito da experiência concreta de mudar de empresas e da forma de trabalhar, importa salientar: “Todas trabalham no mesmo jeito. Tu já viu aquela história [...] que muda o surrador, mas o chicote é o mesmo?” (ENTREVISTA 3, HOMEM, 2017). Portanto, o chicote é a forma de remuneração, a impossibilidade de lutar por melhorias que atendam os integrados e obstáculos que dificultam a organização coletiva.

Nos relatos das trajetórias de agricultores, profissionais autônomos e trabalhadores assalariados, encontra-se o argumento de considerar a granja trabalho livre e para si. Em complemento, a integração é referida por viabilizar projetos de independência e liberdade, reforçado pela cultura. “É, na época, assim, eles davam muita esperança pra gente, entendeu? E estava bom, também. [...] Porque lá em 2000, os lotes, mais ou menos, ele dava entre 2,5 [a] 3 mil reais.” (ENTREVISTA 15, HOMEM, 2017). Esse valor é bruto e correspondia à média de 11 centavos por animal entregue.

Apesar disso, a empresa exigiu novas mudanças sob pressão de suspender o contrato: “Eu investi 40 [mil], daí já veio outro pacote. Mais 70 mil [...] Aí, eu achei melhor parar. Eu ia ficar com uma dívida de centos e poucos mil.” (ENTREVISTA 15, HOMEM, 2017). Dar continuidade significaria se manter dentro da corrente, continuar trabalhando sem remuneração adequada e continuar fazendo melhorias. Por isso, a opção de deixar de alojar animais, ainda que com financiamento, foi a melhor alternativa, embora às vezes ela não seja nem uma opção. Portanto, há casos do produtor trabalhar no vermelho para ao menos não perder o patrimônio que foi dado como garantia no banco.

Outra questão é a relação das atividades agrícolas comerciais e as de consumo próprio, identificadas como “para o gasto”, ou seja, autoconsumo. Nas entrevistas, encontramos relatos da prática de criar o

justa a todos, e não fique estimulando uma suposta competição que é ruim, pois mascara a dependência econômica que subordina o estabelecimento avícola.

porquinho, manter a vaca para o leite e queijo, engordar um boi para carne. Essas atividades complementares são enfatizadas por serem tradicionais, fruto de pastagens e do que a terra produz: abóbora, batata, aipim, milho. Porém a manutenção de animais acaba entrando em conflito com as normas sanitárias, e, em maior medida, com as regras estabelecidas pela integradora. A “roça pro gasto” abrange toda atividade sem fins comerciais, como plantar feijão para o consumo e a horta, que geralmente acompanha as imediações das casas.

A diversificação das atividades agrícolas é também uma estratégia dos agricultores para diminuir os efeitos conjunturais e estruturais do setor agrícola. “Às vezes tem crise no arroz, aí se sobressai melhor no frango. Tem crise no frango, tu tem arroz. Então, tu diversifica.” (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017). Também para complementar a renda, verifica-se a produção de leite para pequenos e médios laticínios da região. Em regiões de cultivo de arroz irrigado, principalmente entre os municípios de Turvo e Meleiro, é comum arrendar terras se o agricultor dispõe de área inferior da necessária, o que gera alto custo. Nesse caso, a criação de aves surge como alternativa de trabalho nas imediações do terreno, sem necessidade de deslocamentos constantes (ENTREVISTA 6, HOMEM, 2017). Dito isso, mesmo diversificando a produção no caso de propriedades “bem estabelecidas”, o problema é a falta de mão-de-obra na produção familiar na agricultura.

Na contramão, a saída dos filhos e a não continuidade na propriedade como agricultor é vista de maneira ambígua: por um lado, visualizam-se os projetos autônomos dos filhos em relação aos trabalhos, por outro, esta saída é vista com pesar, pois torna inviável o processo de sucessão, ou seja, causa ruptura. De fato, embora os terrenos nunca tiveram objetivamente sucessão, a questão é generalizada, pois a produção familiar na agricultura está assentada no padrão sociocultural de trabalho familiar.

Toda vez a gente gasta. E também, por exemplo, assim, o produtor que trabalha ele com os filhos daí é outra coisa. Mas como eu tinha que pagar toda mão-de-obra fora, daí pra mim sai caro. Mas como já o investimento tá feito, tu continua. (ENTREVISTA 7, MULHER, 2017).

Assim, a ausência dos filhos quando adultos na propriedade é compensada contratando trabalho de terceiros, tanto para a cultura do

fumo em outros tempos, como cultivo do arroz e trabalho nas granjas. Nas estratégias de sobrevivência por intermédio da avicultura, empregar máquinas significaria economizar mão-de-obra? Parece que não, pois o serviço permanece praticamente igual e consome ainda mais tempo, e dispor de trabalho é um pré-requisito da integração das unidades de produção. Coloca-se, então, a seguinte questão: ao contratar trabalho, liberando seu tempo para exercer a vigilância dos trabalhadores e do empreendimento, o sujeito transforma-se em capitalista?

Até aqui, escrevemos um texto preocupado na leitura das unidades de produção de base familiar, porém interessa o fazer-se trabalhador e não categorias de qualidades históricas. O sujeito não é passivo à dominação, e nem vivencia a subordinação como exceção, e sim como regra geral. Por isso, reclamações e queixas formam a parte substancial dos relatos. Uma problemática relatada é a resistência necessária para romper o ciclo de melhorias obrigatórias, o que significa questionar a maleta de submissão da empresa.

Me começou a sobrar dinheiro [de uns] quattros anos pra cá. Que aí tá tudo pago, parei de investir. Comecei a contrariar os técnicos porque eles queriam que investiam um monte de coisa e rebaixasse aviário, botasse exaustor e fizesse *semi-dark*. (ENTREVISTA 5, HOMEM, 2017).

A grosso modo, trata-se da imposição de um novo pacote tecnológico com o intuito de substituir o sistema convencional para o climatizado. Há também uma diferença interessante, fazer melhorias não é um problema entre os integrados, reduzir esforço físico torna-se aceitável quando propício, entretanto seguir o receituário conforme ordens da integradora é, em reflexão, inviável ao bolso e exige muito custo da força e da saúde, conforme apontam os relatos.

Graziano da Silva (1982, 1998, 2003) escreveu bastante sobre o processo técnico na agricultura, e dedicou muitas páginas para dar explicação a respeito dos complexos agroindustriais. No processo de modernização da agricultura, a introdução técnica modifica objetivamente a estrutura de custos dos estabelecimentos agrícolas, induz profundas alterações na base técnica da produção agropecuária, apesar da modernização ser um processo irregular e não homogêneo. Os novos sujeitos que daí derivam ou sobrevivem são transformados e subordinados por intermédio de contratos, que inicialmente estabelecem “vantagens”, vantagens que posteriormente são retiradas pela

agroindústria, promovendo assim somente aqueles capazes de responder tecnologicamente às necessidades do processamento.

Assim transcorre a modernização da agricultura, uma modernização dolorosa, que separa e diferencia grupos de produtores vinculados organicamente ao capital agroindustrial. Por isso, a penetração do capitalismo na agricultura introduz necessidades imprescindíveis para a manutenção dos estabelecimentos, do qual destaca-se a garantia de preço e os juros diferenciados, sem o qual não sobrevive e nem se reproduz. Em suma, há necessidade da regulação do setor pelo Estado e do controle das rentabilidades, pois a dependência do mercado se intensifica e determina a continuidade e a permanência dos produtores. E, por fim, o setor é em essência efeito de políticas agrícolas, da construção da indústria para a agricultura, da construção do mercado interno, do padrão urbano-industrial. Desse modo, a modernização conservadora da agricultura reforçou os efeitos da decomposição social, estabeleceu diferenciação social e contribuiu para as desigualdades econômicas e sociais no campo.

3.2 O COTIDIANO DAS GRANJAS: INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E A MATEMÁTICA CONTRA O INTEGRADO

À medida que problematizamos a atividade, o aprisionamento é descrito e destacado nas entrevistas pelo tempo de trabalho necessário, pela responsabilidade para cuidar dos frangos e pela necessidade de investimentos contínuos, sendo esses fatores que condicionam o avicultor a trabalhar conforme os desígnios da empresa. É evidente que pouco ou nada garante segurança aos produtores, seja remuneração estável ao longo dos ciclos para saldar gastos feitos em estrutura e equipamentos, transparência nas informações, como peso das rações e animais, ou explicitação da fórmula do cálculo da remuneração dos lotes.

Nesse sentido, a narrativa deste texto procura discorrer sobre a gramática e a matemática agroindustrial que pretende transformar o estabelecimento rural em extensão de suas dependências. Assim, para ampliar as implicações do trabalho, as modificações no setor e aprofundar os efeitos da crise a partir da chegada da JBS em 2012, cabe antes expor as formas de aprisionamento e o cotidiano dos trabalhadores para o capital durante ciclos de produção: trabalhar apertado nas contas, pagar despesas e ficar no vermelho, e ainda receber ameaças.

Através das entrevistas, procuramos subsídios para a compreensão dos mecanismos de subsunção e apropriação do sobretrabalho, porém dos trabalhadores integrados ouvíamos principalmente questionamentos sobre a viabilidade econômica e a sustentação da produção agropecuária em Santa Catarina. Em outras palavras, questionavam-se os valores negativos e a situação da avicultura, porém se indagava que, contraditoriamente, a produção familiar na agricultura foi a ponta da lança no desenvolvimento do setor agroindustrial, e também dos frigoríficos no Sul Catarinense. Desse modo, é lugar comum a constatação de que os filhos estão a deixar a propriedade agrícola em busca de outras oportunidades de trabalho e os estabelecimentos rurais não terão continuidade.

Estabelecimentos foram capturados pela promessa de crédito e modernização e, de fato, a relação não se caracteriza como compra e venda, e sim prestação de serviço. Daí, afirmar que o integrado seja um operário piorado é razoável, por evidenciar o movimento de subordinação real dos integrados ao capital. O poder do frigorífico é de dar ordens, exercer dominação sobre agricultores integrados, redefinir os estabelecimentos rurais do qual a própria dinâmica lhe escapa ao controle (FERREIRA, 1995). Noutros termos, a integradora desloca o peso dos mercados para o contingente de fornecedores de matéria-prima, ao externalizar custos de mão-de-obra, e continuadas e renovadas normativas redefinem o funcionamento da relação social (STROPASSOLAS, 2006).

Aparece, com efeito, nas entrevistas, uma linguagem técnico-produtivista farta de cálculos e fórmulas que apenas diz respeito aos procedimentos de manejo dos animais, detalhamento do trabalho e expressão do aprendizado cotidiano que corresponde ao trabalho no dia-a-dia. Essa racionalidade contrasta ao comparar a asfixia financeira dos estabelecimentos avícolas e o constrangimento físico do trabalho dos próprios integrados. Em paralelo, apesar do aprendizado, a integradora ainda afirma que a origem dos problemas está na falta de “gestão” dos estabelecimentos. De fato, o que a integradora deseja é manter a granja como uma empresa semi-incompleta, que responda apenas à produtividade projetada (FERREIRA, 1995).

Ao destoar do discurso agroindustrial da integração ser melhorada e não combatida, a realidade concreta expõe o problema estrutural, que muitas vezes é ignorado pelos que têm a pretensão de varrer problemas para baixo do tapete. Nesse sentido, a experiência expressa as dimensões da questão.

Trabalho com a família. Eu, meus pais, um irmão e a esposa dele. Trabalho com avicultura há 6 anos. [Pergunta: como foi a construção e porque trabalhar com avicultura?] A ideia da família trabalhar já é [...] O pai já há muitos anos queria construir, há muito tempo atrás, [...] dez anos atrás. Antes de nós construir, ele já queria construir um galpão, e não conseguiu [...]. [A Agrovêneto] estava fazendo ampliação na região, e aí surgiu a oportunidade, de fazer, e construímos naquela época, 2010. Começamos a produzir em 2011. Na época fizemos o primeiro galpão, que conseguimos financiar na época, daí surgiu o livre financiamento, que não existia [...]. E aí foi construído o primeiro galpão, na propriedade. A família tem dois galpões, um de 14 por 150, o primeiro, e o segundo foi construído um ano depois, 2012, de 28 de largura por 150 de comprimento. O primeiro é um climatizado, o menor, e o maior é um *Dark house*. (ANDRÉ TARTARE, 2017).

Nesse sentido, a família dedicava trabalho à lavoura e ao gado leiteiro e, desse modo, a intenção de trabalhar com aves está inserida na estratégia de substituir a lavoura de fumo, até aquele momento a principal atividade. Desde a instalação dos galpões, se decidiram por concentrar esforços na avicultura e no gado leiteiro. De fato, há uma diferença da avicultura, transformada de atividade secundária em atividade principal. Porém, questiona-se: de acordo com a razão matemática, alojar mais animais reduz o valor por unidade de frango, por outro lado, aumenta a renda relativa da granja? (ALTMANN, 1997). Desse modo, construir granjas desse porte obriga adquirir financiamento na casa dos três dígitos, cerca de 80% do montante. Em suma, é perceptível uma ruptura na construção de galpões em relação aos novos aviários que empregam tecnologia moderna nos equipamentos e instalações. Nesse sentido, transcrevemos abaixo o relato sobre a questão do financiamento deixado aos agricultores:

O dinheiro, ali mobilizado, é muito alto, então tu consegue financiamentos fácil. Tu tem garantia física para isso, aquela construção produzindo vale 500, 600 reais o metro quadrado. Então é muito dinheiro, qualquer produtor pequeno tem 1

ou 2 milhões lá na construção, para fazer um investimento novo, para ter capital imobilizado, físico, garantia física, é muito dinheiro. Então, aí a empresa aproveita disso. E o produtor acaba caindo nessa história e fazendo, construindo mais, construindo mais e fazendo. [Pergunta: então é um movimento que não para?] Que não para, [...] e aí acaba fazendo bola de neve, até um ponto que se forma dívida impagável. (ANDRÉ TARTARE, 2017, grifo nosso).

A expressão “produtor” não diz respeito ao termo difundido por setores classistas do “agronegócio”, intencionalmente redutor da heterogeneidade social do rural na figura do patronato rural (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Ao contrário, a expressão pequena produção, apesar de não o ser, é interessante para demarcar a continuidade e resistência do contingente rural frente à expropriação dos meios de produção e da ampliação da divisão social do trabalho, ou seja, os efeitos do capitalismo. Nessa linha, ao tratar da bola de neve, vão surgindo mecanismos de expropriação do trabalho familiar, subsunção do trabalho e endividamento funcional dos estabelecimentos vinculados ao capital agroindustrial.

O primeiro problema é a diferença das referências de cálculo de custo usada pela integradora. Em valores, segundo a empresa, naquele momento é R\$0,54, porém o custo real de operação dessa granja, sem contar o gasto do investimento, é de R\$0,60. O valor calculado pelos integrados equivale ao custo operacional de energia, lenha e outros insumos, sem contar a remuneração da força de trabalho e os gastos da casa.

Segundo, ao receber menos, a remuneração torna-se incoerente com o financiamento a juros de 6 a 8% ao ano. “Melhor saída é estar trabalhando, mesmo que seja inviável, que seja muito caro manter aquilo trabalhando. Ele tem que estar trabalhando para conseguir manter o banco em dia.” (ANDRÉ TARTARE, 2017). De modo geral, essas granjas, no início das operações, receberam remuneração “interessante”, porém tem-se trabalhado no vermelho, e a situação futura não é das melhores. Contudo o esforço é manter o aviário funcionado sem perder o patrimônio dado como garantia, ou seja, a terra. E o problema está no início das operações da JBS na região?

Trabalhar no vermelho e apertado nas contas é expectativa tanto das grandes granjas quanto das de menores proporções, e conforme variação do mercado de produtos avícolas o integrado recebe melhor ou

pior. E a dívida é aquela que se pode rolar e adiar, mesmo que seja paga por outras atividades. Além disso, entre as modificações existe as tabelas de conversão, que se tornaram impossível de calcular.

Tu faz a tabela aqui de conversão, mas daí tem que ser pelo peso, de repente tu pesa, mas não dá o peso. Então tu faz a conversão, mas nunca dá certo, que daí de repente tu pesa aqui mas não... Assim tu pesa 100, 200 frangos, 300 frangos, mas não fecha. (ENTREVISTA 6, HOMEM, 2017).

Uma das modificações da JBS foi alterar a referência do cálculo dos lotes, não sem receber reclamações. Ou seja, antes da unificação das tabelas das três unidades de produção em 2014, era possível calcular a taxa de conversão alimentar dos lotes dividindo a quantidade de ração pela quantidade de carne produzida. Em que isso muda? Simples, o avicultor conseguia chegar bem próximo do valor de seu “salário”, e faltariam apenas os resultados das bonificações calculadas pela empresa. No entanto, com a JBS, a integradora faz o cálculo e fecha os lotes e debita valores dos lotes na conta, dificultando estimar qual valor será pago.

Na verdade, não há transparência na fórmula da remuneração. No contrato a empresa anexa duas a três folhas com as fórmulas, mas na hora de fechar o lote de frangos entregues, não se consegue acertar o valor que a gente deve receber. São usados índices de desempenho e médias de semanas anteriores, que somente a agroindústria detém e a gente é obrigado a aceitar. (LÚCIA CIMOLIN, 2017).

Ainda que se tente calcular por meio das fórmulas disponíveis, os índices não fecham. Nessa lacuna, a integradora adicionou unilateralmente a variável média de conversão da semana anterior, assim, um lote pode ser entregue com baixa mortalidade e alta conversão alimentar, mas o integrado recebe menos. O problema é maior que a expectativa de remuneração, pois o exercício do trabalho e a dinâmica do estabelecimento avícola são condicionados a metas e índices de produção da integradora. Desse modo, o integrado é obrigado a aumentar a jornada de trabalho para acompanhar o desempenho e

fornecer mais trabalho não pago sob esse mecanismo de exploração do trabalho.

Já a instabilidade da remuneração ao longo do ano e dos períodos de baixa demanda é por demais conhecida entre os integrados, porém seria necessário manter o patamar: “Pra nós talvez tinha sido melhor do que um ano ir lá em cima e o outro lá em baixo.” (ENTREVISTA 08, HOMEM, 2017). Por isso, é o frigorífico que controla os valores pagos pelo serviço, independente da conjuntura econômica; eis o lema do empreendimento capitalista: cortar custos.

De fato, a justificação para a construção de novas granjas se sustenta sobre o aproveitamento desleal da integradora, porém o assunto patente é cortar custos reduzindo a renda dos integrados. Mas, diga-se de antemão, parece precipitado supor a existência de uma natureza capitalista “idônea”. A Seara (unidade de Forquilha), no ano de 2010, abriu vagas para a construção de *dark house*, a unidade de Nova Veneza compartilhava de igual estratégia, e as duas desligaram integrados. A expansão da produção acompanha o aumento da fome do mercado interno e externo, mesmo com a disponibilidade de recursos para construção e ampliação de novas granjas, apontando, com isso, que a avicultura integrada caminha na direção da concentração da produção.

É sabido que, de atividade que viabilizou estabelecimentos, a avicultura se tornou adequada para espoliar a agricultura sustentada no trabalho familiar. Longe de ser um processo natural, o fechamento de granjas é um processo consciente e com duas finalidades. A primeira consiste em obrigar adequações, mesmo com resultados módicos: “Eles gostam de ver o cara endividado [...] Se tu for fazer tudo o que eles querem, pode fechar, é um absurdo.” (ENTREVISTA 3, HOMEM, 2017). A rejeição da tecnologia não significa, tão ao gosto de Chayanov (2014), um equilíbrio entre penosidade do trabalho e rendimento, mas acima de tudo resistência contra dominação. Outra questão tem como finalidade perpetrar a integração subordinada, como até posta em prática.

Desliga-se avicultores considerados “improdutivos” e “reclamões” e procura-se outra área e novas famílias dispostas a trabalhar sob condições da viabilidade produtiva ser condição do mercado, do qual a empresa exerce controle dos processos e tem poder de decisão sobre o contingente de integrados. Entretanto, e quanto à instalação de granjas *dark house* na região sob regência de capitalistas? Isso já é outra questão... Portanto, se a atividade é contraditória na questão da remuneração, ela pode ser explicada pela falta de melhores opções e pela configuração dos terrenos.

A transferência da terra e do aviário do pai e da mãe por meio da sucessão, apesar de restrita, é possível. Entrevistamos agricultores os quais as propriedades não ultrapassam 10-40 hectares, acontecendo ainda mais fragmentação da terra pela divisão da herança entre os filhos homens do casal. “Quem começou foi o pai. Aí eu sempre ajudei ele. [...] Daí eles procuraram o pai, o pai foi o primeiro. Aí em sequência nós fomos fazendo os nossos.” (ENTREVISTA 1, HOMEM, 2017). Contrastando com a maioria das entrevistas, o relato é de um jovem que inicialmente trabalhou empregado e posteriormente instalou granja moderna no final da década de 2000.

Independentemente de ter iniciado no mercado de trabalho fora da propriedade, voltar e tocar a granja significa dar continuidade à atividade que trabalhava quando mais novo. Por outro lado, a fragmentação da propriedade por intermédio da herança passou de problemática à solução para os frigoríficos, e por isso pequenas áreas de terras com água e acesso ao sistema financeiro são oportunas. Em outras palavras, integra-se pequenas áreas conforme a capacidade de alojamento (financiamento), pois o milho componente da ração não é produzido nas propriedades integradas, como ocorre em outras regiões do estado.

Da mesma forma, aprofundando a vida social no interior dos estabelecimentos, mencionamos o caso da avicultura ser uma atividade secundária e da sociedade formada por irmãos:

O aviário também é sociedade com os irmãos. [...] Nós sempre, desde do falecido pai, a gente continuou. Era ele e o irmão dele, e eles faleceram, e nós continuamos tocando a atividade do mesmo jeito, tudo junto. A gente paga a despesa junto, lucro é dividido, tanto de cada lucro, tudo assim. A gente continua trabalhamos junto até hoje, direto sempre juntos, 4 ou 5 irmãos. (ENTREVISTA 9, HOMEM, 2017).

A prática social de trabalhar pela ligação de parentesco sobrevive, apesar da ideia geral da agricultura moderna indicar propriedade privada sem trabalho que não seja mediada por seu valor de troca. Nesse sentido, encontramos relatos de troca de serviço entre as propriedades, saldada pelo elemento muitas vezes simbólico que reforça o vínculo de amizade e parentesco. Tedesco (1998) transforma em poética as contradições do

histórico socialmente determinado, a “modernidade” e “o histórico” confrontam-se pelo vivido na família e na comunidade.

Ao aprofundar a riqueza dos relatos, se compreende que a iniciativa de construir granja reverbera nas comunidades e localidades rurais, pois a família é historicamente a unidade sociocultural rural imediata, assim como a comunidade e a religião representam a mediação entre áreas agrícolas e cidade. Em outras palavras, a experiência social dá sentido e substância à cultura na qual homens e mulheres procuram meios de passar adiante não apenas seu patrimônio material, mas também a bagagem sociocultural com a qual se identificam.

No transcorrer dos anos, galpões foram modernizados e reformados, novas granjas foram construídas. Perguntamos se compensava botar aviário: “É mais vantagem depois, quando termina de pagar. Até tu pagar, vamos dizer assim, tu tem que trabalhar e segurar meio apertado.” (ENTREVISTA 1, HOMEM, 2017). Assim, trata-se de problematizar a questão e deixar explícito que trabalhar de maneira integrada e com financiamento é “judiar” os membros da família rural, ou seja, se obrigar a trabalhar sob condições insuportável. O investimento pesado da construção e reforma tem nas situações concretas vigência de 5 a 10 anos, porém a construção se desgasta e os equipamentos necessitam de manutenção constante.

Nesse meio termo, é difícil ter dinheiro para pagar por novos equipamentos e nem é desejável retirar dinheiro do próprio bolso. Por isso, recorre-se ao financiamento tanto por linhas de crédito bancário quanto intermediado por empresas dedicadas a comercialização de equipamentos. Se o financiamento da agricultura representa uma forma de modernidade possível, isso não significa que por esse mecanismo a formação social deverá ser sacrificada ao “ente” capitalista conhecido como mercado.

A despeito da existência de grupos empresariais de médio porte atuando no ramo de integração de aves, o mercado é dominado por grandes capitais do setor, e a concentração de capital aumentou a subordinação dos produtores. Antes da crise de abastecimento que abalou as pequenas e médias integradoras e da chegada da JBS em 2012, a integradora remunerava melhor os lotes, abria diálogo para eventuais problemas e tinha uma tabela de conversão compreensível e fixada em duas variáveis: taxa de conversão e peso dos animais.

Além de mudar o sistema, ainda que a impressão é da empresa não pagar bem, a atual transnacional que opera o frigorífico fechou o diálogo aos integrados dispostos a lutar por melhores condições de trabalho. Dos contratos firmados pelas antigas integradoras e acordos

tácitos, muitas vezes sustentados na palavra, a integradora se desfez, e mantém sistema diferente de cálculo, ou seja, instituiu uma meta de conversão calculado pelo resultado médio da conversão dos abates da semana anterior de todos os integrados: desse modo, a conversão da ração em proteína não é mais individual e sim coletiva. Sem dúvida, tal mudança e a maneira como foi implementada gerou protestos, ainda que a empresa ignore as reclamações.

Tenho certeza que é feito uma coisa desigual. E por que eu vou produzir em cima daquilo que quem entregou na semana anterior vai produzir? Eu tenho que torcer para quem entrega antes que eu vá mal. Pra que a meta minha seja um pouquinho mais alta, e eu possa entregar e ganhar. Então fica uma coisa assim meio desumana, até. Eu tenho que trabalhar em cima de que meu vizinho, meu amigo que entregar antes de mim vá mal. Pra ganhar um pouquinho mais. (WALMIR FABRO, 2016).

Em outras palavras, contesta-se a aplicação da nova tabela de conversão, se manifestaram, assim, em favor da fórmula anterior entre peso e conversão. A noção de trabalhar somando esforços junto da empresa na “parceria” expressa a relação entre desiguais. Porém, “uma vez nós tínhamos um diálogo bom com a empresa, com os técnicos, os veterinários.” (ENTREVISTA 4, HOMEM, 2017). Esta proximidade se refere a resoluções de problemas cotidianos, técnicos e problemas financeiros, como eventual prejuízo relacionado com a mortalidade de animais, a incidência de doenças e problemas de ordem técnica. Dificilmente reclamações latentes seriam atendidas, apesar disso, “tu conversava com o gerente, o gerente vinha na tua granja. Hoje não vem ninguém. [...] Se tu reclamar alguma coisa, não tem ninguém pra quem reclamar.” (ENTREVISTA 5, HOMEM, 2017). Outra questão é a respeito dos descontos no acerto dos lotes, ou seja, medicamentos e carregamento dos animais, etc.. O desconto vinha discriminado no acerto final do lote, porém argumenta-se que, embora descontando, a agroindústria garantia a explicação sobre as causas dos problemas, e nestes casos dava uma “ajudinha” ampliando e parcelando os insumos em outros lotes.

Em contrapartida, o suporte de garantias e a justiça moral²⁵ consiste em apelar diante da discrepância de poder ao comprometimento do funcionário, à ligação de confiança com os cargos maiores da hierarquia e mesmo para a “parceria” quando da necessidade de contrariar a empresa. Haja vista a concentração de capitais e a precarização do trabalho integrado possibilitado pela difusão dos meios de comunicação, “hoje é muito telefone, muito *Whatsapp*, muita mensagem.” (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017). Assim, perde-se a referência pessoal em relação às tratativas, aos acertos, à possibilidade de questionar a postura da empresa, as obrigações, etc..

Nesse sentido, em tempos recentes, e com a chegada da JBS, fechou abruptamente a possibilidade de discutir problemas, contrapor argumentação do técnico e da empresa, colocar responsabilidade sobre funcionários e do quadro de suas direções. Por isso, se antes a empresa ajudava quando oportuno a ela, hoje parece impossível. No entanto, torna-se precipitado considerar essa política de boa vizinhança anterior estável e com “proximidade de interesses” sem que um lado da corda seja mais forte:

Não, assim [...], 2005 a 2010, 2012 foi [...] não foi uma época muito boa de trabalhar, não foi [...]. Nós passamos uma época muito difícil, equipamento se tinha que comprar de quem eles queriam, se tinha que fazer o galpão com quem eles queriam. Toda hora eles pediam pra você botar uma coisa só pra ter o lucrinho deles na venda, comissão. Assim tinha... era meio complicado. (ENTREVISTA 8, HOMEM, 2017).

É interessante compreender a obrigatoriedade e a necessidade de contrariar o receituário da empresa, instalando equipamentos segundo outro orçamento, pagando preços em conta, e não aquele que a agroindústria desejava. Ao aprofundar melhor o período de 2005 a 2010, não parece ser uma boa época para trabalhar. A impressão geral é que se ganha em um período, mas em outro se perde, em um momento há quantidade de lotes bons, em outros são imprevisíveis. Contudo, apesar da baixa remuneração, continuavam exigindo melhorias. Dito isso, generalizando o preço pago pelas duas empresas em 2005: “Era bruto, exatamente, 11 centavos bruto. Aí, dali, tu tinha que pagar

²⁵ Em sentido da obrigação da empresa cumprir o acordo feito por intermédio da palavra.

carregamento, tinha que pagar o cepilho.” (ENTREVISTA 15, HOMEM, 2017). E esse valor levou os produtores à primeira tentativa de mobilização, logo em seguida desarticulada por força do patronato do frigorífico.

As integradoras descontavam medicamentos e mortalidade dos animais, pois a ideia é da empresa não perder em nada. Em suma, se ocorresse mortalidade anormal a receita da granja poderia ser nula, e o integrador ficaria no prejuízo. Outra questão é a mudança dos pacotes tecnológicos. Durante os últimos 8 anos o melhor tipo de aviário foi o *Dark House*, sendo porém de altos custos operacionais e investimentos. Quando da imposição do pacote tecnológico, há expropriação das ferramentas de trabalho pretéritas e exclusão produtiva das propriedades.

Nas entrevistas a impressão geral é de ter que sempre fazer mudanças, cortinas tem prazo de validade, telas para impedir a entrada de animais são substituídas conforme exigências sanitárias. O que não se aceita é comprar equipamento de tal fornecedor porque a empresa obriga, trocar se está em boas condições de uso. Por isso, transcorreu e transcorre de fazer como a prescrição ou arriscar assumindo eventuais problemas da integradora não aceitar a mudança feita por conta própria.

Do galpão simples ao moderno há constante manutenção nos equipamentos e na construção física, ou seja, gastos que a integradora não paga nada aos seus integrados. Diga-se de passagem que mesmo modificação quando compensada é bem vista, embora a ideia é de que essa compensação saiu de algum lugar, dos seus bolsos ou de outros produtores. Os relatos trazem evidências dos gastos de maquinarias e com as granjas. Desse modo, tinha “um aviário [simples] e funcionava. Hoje as tecnologias são muito caras por mais simples que seja.” (LÚCIA CIMOLIN, 2017). De acordo com o nível de complexidade dos instrumentos de trabalho, a manutenção dos aviários é/era feita pelo produtor na granja simples. Por outro lado, o conserto dos equipamentos novos exige empresas especializadas e a mão-de-obra tem custo proporcional à complexidade dos instrumentos de trabalho.

Nessa linha, não se busca resumir nos pormenores as questões sobre os lotes e o desenvolvimento dos animais, mas problematizar o trabalho e expor as condições nas quais se manifesta²⁶. Por isso, a

²⁶ O trabalho, conforme Marx (2011), é o metabolismo que medeia a relação homem e natureza, e, desse modo, pelo trabalho o homem produz sua existência material e a si mesmo ao se apropriar da natureza. Ao analisar o trabalho na sociedade capitalista, a alienação é dado da exploração, ou seja, abstratamente o

diferenciação do trabalho pesado (sistema manual) e do trabalho leve (sistema automático) é interessante e dá pistas do significado atribuído por avicultores ao trabalho. Além do mais, emerge uma série de trabalho não remunerado, tempos de sobreaviso e direitos negados.

A grosso modo, a noção de exploração manifesta-se pela apropriação do excedente do trabalho, embora o capital remunere a “força de trabalho” por seu valor correspondente às normas sociais, por justo que seja... Independentemente da questão da remuneração, a reprodução da integração significa produzir trabalho precarizado incapaz de gerar narrativas sustentadas de vida a partir do trabalho. Desse modo, problemas relacionados ao vínculo de subordinação geralmente são questionados e comparados ao trabalho assalariado:

Tem que fazer, tem que fazer e tem que fazer. Já alojei dia de natal já três vezes. Dia de natal, primeiro do ano, eu já perdi a conta. Primeiro do ano não tem. É quase direto. Primeiro do ano tem que alojar, não tem. Então eles programam lá e tu te vira. Férias nem pensar. Eles deviam ter a consideração [...] Nós vamos te dar um mês de férias, parar o aviário, ou vamos te pagar um mês assim. Dar alguma coisa, alguma ajuda, nunca deram nada. Nunca, vinte anos nunca deram um centavo para isso não. E eles não aceitam o cara como que é empregado deles. E o cara, eles tratam [...] pior que o empregado. Bem pior que empregado, porque o empregado tem direito. Tem direito de férias, 13º [salário], reclamação se ficar doente. Se tu ficar doente eles não querem nem saber. Se tu não serve mais pra eles, é tocado o pé na bunda. (ENTREVISTA 5, HOMEM, 2017).

O plano de fundo problematizava mandos e desmandos da empresa, e aqui entra as convenções não escritas, ou seja, como transcorre a criação de animais no quintal da integradora chamada de granja. Assim, diante de problemas de saúde o agricultor integrado não tem onde recorrer, trabalha na enfermidade e sob condições extenuantes.

metabolismo social é composto pela contradição do monopólio dos meios de produção, e de sujeitos que dependem exclusivamente da venda da única mercadoria que lhe resta, a força de trabalho. Entretanto, também em Marx, o trabalho carrega um sentido libertador das potencialidades humanas. Nesta dissertação, pela natureza da integração, o sentido do trabalho é negativo.

Pressionado, tem de trabalhar e fornecer trabalho gratuito ao frigorífico “pelo amor ou na dor”. A negação da mediação por meio da organização dos avicultores integrados deixa explícito que não há espaço para fazer críticas e dialogar com a empresa.

Nesse sentido, a produção de animais deve seguir o curso programado pela empresa, ultrapassando os períodos de descanso e os intervalos socialmente estabelecidos. Por exemplo, há intervalo programado entre os lotes que se modifica segundo a fome do mercado por frangos, saúde financeira da empresa e questões sanitárias. Entretanto, a integradora determina exclusivamente os programas, assim nos períodos de crise a tendência é ampliar o intervalo entre os lotes para reduzir custos.

Ao terceirizar parte do processo industrial, a integradora se livra dos encargos trabalhistas e da responsabilidade social para estes sujeitos. O efeito disso é uma regressão social, embora o discurso empresarial justifique suas condutas diante da sociedade por estar gerando emprego e renda. É válido ao menos questionar: qual emprego e renda? Porque constata-se que sobram contas aos integrados, problemas de saúde e a ideia mesma de que a empresa tem a convicção de que não lhe deve nada. Do mesmo modo, acontece da controladora dos frigoríficos atual diminuir o prazo para dar conta da demanda, embora tenha desligado granjas. Isto é um dos efeitos do início das operações da JBS e de sua forma de trabalhar na região, promotora de alterações que teve efeito de atingir e amedrontar seus quadros integrados. Nesse sentido, relataram-se outras questões:

Não, porque em 35 anos eu só vim pra trás e agora eu não [trabalharei] mais. Eu não acredito mais em investimento do pequeno produtor não, de frango. Tem muitos meios do cara viver sem ficar numa clausura ali trancado por praticamente 365 dias por ano. A gente não tem direito a viver. A gente não tem direito a um esporte, um lazer, a um passeio, a uma viagem. Nada, nada cara. É só aqui, é só aqui e pá. E ainda ouvindo desaforo. Produtor de frango não tem direito. (ENTREVISTA 4, HOMEM, 2017).

As palavras investir, melhorar e ser obrigado são tão recorrentes que explicam sua referência constante. Das melhorias, quando perguntados, parece que a cada vinda do técnico uma exigência nova é sugerida, senão induzida indiretamente, pois encontramos receio do que

viria a acontecer. Se nas décadas de 1980-1990 a cordialidade vinha junto com os insumos e mascarava a exploração, no momento recente o “desaforo” (insolência) faz parte dos insumos transferidos ao produtor.

Nesse sentido, a integradora cobra todo tipo de medidas, no qual algumas são consideradas exagero: limpeza dentro da área restrita da granja, higienização completa da granja quando da retirada dos animais, telha quebrada, cerca danificada, dentre outros, são motivos para o integrado receber uma nota negativa no *checklist* que serve de parâmetro. Trata-se de quantidade expressiva de obrigações, e, conforme a avaliação dos integrados, muitas até são compreensíveis, outras são explicadas como perseguição e mesmo estratégia para continuar a investir. E esse ganho por *checklist* é duvidoso.

O *checklist*, na verdade, ele sempre existiu, mas de uma forma assim. [...] Então assim, dependendo de cada item daquele ali que tu tiver instalado no teu galpão, tu tens tanto por cento de... eles te pagam. Tipo assim, eu tenho o gerador pra gerar energia. Eu tenho tantos por cento em cima do valor do meu lote. Ah, o meu lote deu 20 mil, eles dão, vamos dizer, 4%, porque eu tenho gerador. Em cima do valor de 20 mil. Eu tenho DR no painel do aviário, é tanto por cento, eu tenho caixa d'água com tampa, tantos por cento. A minha compoteira está em dia, tantos por cento. [...] Mas o *checklist* ele é uma coisa assim, meio duvidosa também, porque eles... tanto eles te dão, quanto eles já não te dão mais. (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017).

A questão do *checklist* é outra questão ampla e que levaria páginas e páginas para discutir todos os aspectos. Assim, atingir 100% torna-se impossível, porque entre os itens como a taxa de mortalidade e o ganho de peso há uma relação com a qualidade dos animais da empresa. “Porque o ganho de peso dele varia assim: se tu pega um pintinho bom, e se tu tem uma ração boa.” (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017). Por isto, não há certeza se a ração que vem é de qualidade e os animais são de boa procedência; não há nenhuma transparência na relação de trabalho, é acreditar na empresa e ponto final. Ainda que o integrado faça investimentos em geradores e painéis, deixe granjas em perfeitas condições, a taxa de conversão, a mortalidade e o calo de pé tem que ficar dentro da margem tolerada. Isso exige maior

quantidade de trabalho para vigiar os animais, além de ficar atento ao desperdício de ração, à entrada de água dentro do aviário que deixa a cama úmida, etc..

Segundo relatos, a empresa sabe muito bem que o 100% é impossível, e por isso mesmo cria as tabelas, e o rendimento maior pela tabela é também perder no final das contas. Além disso, “ele tanto te dá mortalidade quanto ele não te dá. Quanto ele tem um ganho de peso, quanto ele não tem.” (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017). Em outras palavras, é perceptível a estratégia da empresa de rebaixar lotes não por condições reais e objetivas, mas pela manipulação dos fatores da remuneração, dos quais o integrado não tem controle: o lote pode ser bom efetivamente, porém a empresa determina como lhe convém.

Viver sob uma rotina de trabalho sustentada no cumprimento das exigências do qual não tem controle faz o integrado ficar de prontidão, conforme a programação de recebimento e da entrega dos animais, não podendo deixar as mediações da granja com animais acomodados, devendo cumprir as obrigações técnicas e tendo que acreditar na empresa. Apesar da crítica, trata-se de lembrar que em outros tempos as “vantagens” da avicultura integrada permitiram direcionar trabalho e dinheiro na construção dos galpões. Ou seja, não é apenas a tomada de todo tempo dos sujeitos sob a alegação de estar trabalhando para si mesmo, mas a geração de continuadas ondas de pressão para sugar mais-trabalho.

Por outro lado, o lado agroindustrial vive ressaltando o investimento pesado a ser feito pelo frigorífico, que na transformação industrial torna ração e animais em mercadorias, o risco assumido pelo frigorífico, e etc.. Tal processo de valorização do capital só é possível com a apropriação de trabalho à mercê do frigorífico e de sua rede de fornecedores: como os integrados, o trabalhador que recolhe os animais e os trabalhadores das empresas terceirizadas.

Nas entrevistas, antes e após, questionavam este pesquisador que escreve se nessas condições relatadas os jovens estariam dispostos a se aventurar na atividade, segundo o patamar das novas granjas e sob as condições problematizadas. A autorresposta dos relatos argumentava sobre a aproximação e a requisição da aposentadoria, gostar do trabalho e permanecer enquanto tivesse forças para trabalhar ou enquanto a empresa continuar mandando animais, pois a granja foi considerada “velha” e improdutiva mesmo não sendo.

Por isso, se recomendava aos jovens trabalhar como empregado, exercer atividade profissional autônoma e estudar. Encontramos compreensão enraizada e reforçada pelas mudanças vivenciadas no

cotidiano de trabalho das hipóteses de extinção dos pequenos, e de que apenas grandes produtores terão condições de permanecer, afinal o “pequeno” não responderia às novas mudanças²⁷. Além disso, perguntamos porquê e até que momento continuar.

Se parar hoje pra nada serve. Nada. Nem o equipamento não serve porque é velho. Perde tudo. Por isso que eu digo que é um investimento mal. Se tu investe numa sala comercial, num terreno, qualquer coisa, valoriza. Quando tu quer, tu vende. E o aviário não tem retorno, não. Parou pode botar fogo ou deixar pras vacas ir embaixo. É onde o pessoal se ilude nisso. Ah, vou investir, depois ele vai trabalhando e vai se pagando e vai [...] e fica ali que é uma renda. Que nada. Nada disso. [Pergunta: não vai se pagando, vai arrochando?]. Foi arrochando. É tá arrochando e é assim. Ah, dá tantos lotes por ano, mas sempre tem um imprevisto e tu perde um lote durante o ano todo. É difícil o ano todo tu fazer todos os lotes. (ENTREVISTA 05, HOMEM, 2017).

Pela avaliação da experiência, o agricultor contraria a lógica que difundiu as granjas. Em outras palavras: garantias de renda e comercialização, de que a remuneração dos lotes quita o investimento realizado. E, desse modo, acrescenta-se um problema pertinente: a responsabilidade dos animais alojados na granja é por conta e risco do integrado, caso surgir problemas e o lote de animais morrer, estes não são cobrados do integrado, porém este nada ganha para repor energia,

²⁷ Entre as referências acadêmicas, a leitura do artigo de Buainain, Silveira e Navarro (2013) corrobora com a impossibilidade estrutural de manutenção dos “agricultores familiares”. De fato, os autores se apropriam das teses de Kautsky da inviabilidade da pequena produção. Na teoria apocalíptica dos autores brasileiros como paralelo da teoria da transformação social marxista há necessidade de investir em um “grupo” capaz de responder às mudanças que aprofundaram a dinâmica da agricultura. Só resta saber quais sujeitos responderão à chamada para se tornar a nova força motriz do desenvolvimento rural forjador do “celeiro do mundo”, ou seja, quem rebaixará o país novamente à condição de colônia. Entre os “escolhidos” está certamente a base social composta por grileiros de terras, latifundiários transvestidos de modernos “empreendedores rurais”, devedores do estado, grandes capitais agroindustriais e agrários, ou então empresas transacionais.

madeira e compensar o trabalho. Nessa linha, perder um lote produz efeito de comprometer as despesas da casa e da granja ao longo do ano. Inclusive, a integradora obrigou seus integrados a pagar um seguro obrigatório, entretanto, em casos concretos relatados, o seguro não cobriu os prejuízos ocorridos na granja.

Ao retomar a palavra investimento, materializam-se múltiplos sentidos, levantando-se a seguinte questão: é capitalização da propriedade construir granjas? De qualquer forma, diferente da compra de tratores, aquisição de terras, a estrutura do galpão e os equipamentos parece não ter essa finalidade. Vender e alugar é difícil, nos termos descritos do trabalho conseguir funcionário para tocar a granja também, embora encontramos relatos do trabalho de terceiros. Por isso, resta ao dono do aviário ver a granja parada servindo de abrigo para animais, desmontar a construção e ainda ter de pagar pelo serviço. É assim um investimento sem serventia.

Tem três parado. Eu tenho um lá que até tô botando uma lenha, trator, máquina, caminhão, tá tudo embaixo, mas tô usando. Mas tu vai fazer o que com um pavilhão daquele lá. Não, não acabou. Aí tu vai alugar para alguma coisa. Veio um cara aí querendo botar uma madeireira, pavilhão bonito desses aí. A firma não aceitou porque ia fazer muito barulho pro frango lá de cima. (ENTREVISTA 4, HOMEM, 2017).

A ambiguidade é não poder fazer o uso de um desses galpões hoje em desuso, pois a empresa proíbe trânsito excessivo dentro da propriedade. A respeito dos desligamentos de produtores, de acordo com a AVISUL, granjas foram fechadas ainda que a estrutura apresentasse boas condições. Os critérios de seleção da empresa agravam a instabilidade, e é dito abertamente por meio dos técnicos que as pessoas são velhas, as instalações inadequadas e esses integrados não servem mais para a atividade. Nas granjas estão objetivados o trabalho e a dedicação de anos, e uma realocação leva tempo. “O que que eu vou fazer se eu não seguir aquilo que a empresa pede [...] Vou perder a minha renda, e vou estar fora do mercado de trabalho.” (VALTAIR DA SILVA, 2017). Desse modo, torna-se perceptível sinais de desgaste e descrença na condução da integradora, da situação mais geral dos agricultores.

Passar fome, pequeno produtor hoje é passar fome, e quando tu consegue montar uma coisinha [aviário] como eu montei aqui... Essa última granja que eu entreguei agora, já faz uma semana. Eu fiz 100 reais por mês de salário, o custo do meu aviário é 14 mil reais. 14 mil o custo do meu aviário, para mim tocar o meu aviário é 14 mil reais por mês. Eu fiz 14 mil e 200 reais, eu trabalhei 60 para ganha 100 reais por mês. (ENTREVISTA 12, HOMEM, 2017).

O termo genérico “produtor” dificilmente explicita diferentes trajetórias nos seus casos particulares, entretanto não deixa dúvidas da situação de subordinação. Em certos relatos, o funcionário que trabalha para o agricultor ou granjeiro tem remuneração melhor que o proprietário da granja. Essas constatações, por sua vez, não mascaram a natureza do empreendimento do qual o lucro, na sua compreensão generalizada, ou renda, é uma atividade capitalista constrangedora do trabalho assalariado²⁸. É igual para todos os empreendimentos, o contratante compra trabalho e faz trabalhar pelo tempo que representa o salário.

Nas entrevistas, procuramos perguntar quem trabalha com o aviário. Trabalham homem e mulher; os filhos solteiros, na maioria das entrevistas, trabalham fora da propriedade ou estão estudando, mas mesmo assim auxiliam no trabalho da casa. Nesse sentido, a avicultura é a atividade principal, ou uma delas, quando a mulher pode se dedicar a cuidar do aviário e o homem trabalhar com outra atividade. Também acontece do membro familiar trabalhar em atividades não agrícolas. Decorre casos de contratar mão-de-obra na figura do camarada para cuidar do aviário e o dono (homem) da granja dedicar seu tempo a outras atividades.

Paulilo (1987) já identificava a divisão do trabalho entre homens e mulheres no estabelecimento agrícola: assim, o homem assumia a principal atividade geradora de renda e distribuía o trabalho na granja para os filhos e esposa. Entretanto, hoje o consenso é de que não existe mão-de-obra para trabalhar no aviário, pois implica em trabalhar

²⁸ Aqui, as pesquisas recentes trataram dos trabalhadores rurais submetidos a contratos de parceria, como granjeiros. E o artigo de Moreira (2016), especificamente, dá uma dimensão empírica da disposição dos trabalhadores rurais nas granjas, que no Oeste do Paraná chega de 40 a 55% das granjas.

sábados e feriados, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Além disso, a avicultura foi construída sob a base da mão-de-obra da família agrícola:

Porque um empregado não consegue tocar. Bem poucos que toca. Os caras botam caseiro, mas aí é o cara e a mulher. E dá uma porcentagem. E é bem pouco, é mosca branca. [Pergunta: são poucas pessoas que trabalham com caseiro?]. Eu aqui não conheço ninguém que trabalha com caseiro. (ENTREVISTA 05, HOMEM, 2017).

Além disso, trabalhar na granja não consiste em apenas uma responsabilidade no final de semana, embora seja considerado trabalho “fácil” está implícita a ideia de extenuante. Apesar de pouco mencionado, o caseiro é quem trabalha para o dono do aviário, e recebe por uma parcela no lote ou salário fixo conforme o Estatuto da Terra. Conforme os relatos e estimativas, o número de aviários com caseiros no Sul Catarinense é de 20%, porém é visível nas andanças pelos municípios grandes instalações com casas próximas. Desse modo, contrata-se um casal e a remuneração é paga por porcentagem do lote e salário fixo, porém também diluído do valor do aluguel, água e energia.

Por outro lado, a falta de caseiros que se dispõem a trabalhar com o aviário contrasta com outra ideia de que a empresa deseja integrar o dono do aviário e da prisão em trabalhar 24/7 dias, ou seja, argumenta-se que o proprietário do aviário trabalha obrigado por ter de pagar o banco. Trata-se de lembrar que o integrado ganha por produtividade e convive com antigas e novas práticas, menor conversão alimentar, menor incidência de calo de pata e mortalidade e com o *checklist* da empresa. Em suma, seguir a meta significa cumprir o manejo ideal que pressupõe não abandonar os animais em nenhum momento. Isso é válido para qualquer sistema: convencional, climatizado, *blue house* e *dark house*.

Nesse sentido, porque relata-se da falta da mão-de-obra aos estabelecimentos familiares? Como observou Paulilo (1990), por pressão na estrutura agrária e do mercado de trabalho, naquele momento apenas um filho recebia estudos e instrução como herança, e assim encaminhava-se para exercer profissão na cidade. Hoje, com menor número de filhos, a questão se resolve por si mesma, embora receber estudos seja um termo geral para significar a materialização de outro projeto de vida. Além da sucessão familiar na propriedade, que ocorrerá em apenas 50% das granjas, objetivamente a falta de mão-de-obra sob

esses aspectos torna inviável à família rural continuar com a granja, ou o trabalho recai sob membros da família responsável pelo serviço, seja homem ou mulher. E essa mão-de-obra em regime familiar de trabalho se tornou funcional ao processo de acumulação dos frigoríficos nas complexas manifestações na unidade de produção.

Nesse sentido, torna-se precipitado subestimar a mão-de-obra disponível em torno de áreas agrícolas, mesmo do Sul Catarinense, a mercê para o emprego nas atividades agrícolas. Por isso, algumas perguntas básicas devem ser feitas: como e de que forma se transformou as relações sociais e de trabalho no campo e em quais situações? O camarada recebe por dia, o empregado fixo às vezes recebe apenas o salário sem acesso aos direitos sociais.

No regime de agricultura familiar, que é um conceito institucional, o agricultor conquistou direito à aposentadoria, no entanto, limita-se a poder contratar mão-de-obra por um período temporário. Além disso, ao contratar trabalho fixo, é considerado como empregador rural, perde benefício e deverá assumir os encargos trabalhistas. O emprego temporário tem presença nas culturas de fumo e nos tempos de colheita, aviários e entre outras. Do ponto de vista do contrato de trabalho, coexistem agricultores que empregavam na propriedade força de trabalho da família, em maior quantidade, e “empresários” que empregam mão-de-obra alheia.

3.3 O TRABALHO: OS IMPLICANTES E A PRECARIÉDADE DO TRABALHO NA INTEGRAÇÃO AVÍCOLA

Como problematizado até aqui, por meio do processo de arrocho e sufocamento a continuidade dos estabelecimentos avícolas familiares se torna insustentável, e o ritmo de valorização do capital produz a bola de neve que torna a permanência na atividade sinônimo de dívidas e investimentos. Em outras palavras, não é exagero afirmar que o horizonte de expectativas das granjas é trabalhar para a integradora até não ter mais condições físicas e psicológicas. Assim, a permanência dos estabelecimentos avícolas se mantém sobre as implicações do trabalho de homens e mulheres.

De fato, os avicultores e agricultores integrados trabalham em uma situação obscura e duvidosa em todos os seus aspectos, ou seja, de subsunção. Porém, o que dizer sobre o trabalho exercido durante os dias na sucessão de semanas e meses? Pois como nos informaram, depois da

expressão das questões como remuneração e exigências, “é aí que não temos nenhum direito!”. Ao aprofundar os períodos de trabalho, seis lotes em média por ano produzem a seguinte divisão de trabalho: 1) preparar a granja e vigiar os animais nos primeiros dias de vida; 2) crescimento até desenvolvimento das penas; 3) últimas semanas e entrega dos animais; 4) vazio sanitário, limpeza e desinfecção da granja.

A granja recebe animais de um dia de vida, cabendo à empresa informar data e hora do alojamento. Entretanto, de seis lotes por ano, acontece casos efetivos de 4 a 5 por ano. Como a instalação fica parada, a granja não gera dinheiro, mas as despesas da granja continuam a correr. Em alguns relatos, o avicultor teve de procurar emprego nesse período por não dispor de outra fonte de renda. O descarregamento dos animais de um dia de vida é obrigação do integrado, onde trabalham membros da família e se recorre à ajuda de vizinhos, bem como contrata-se mão-de-obra. Hoje em dia, a falta de mão-de-obra é relatada na guia de inspeção e a partir de certo ponto a granja leva advertência; esse ponto a menos, assim como outros fatores, impacta no *checklist*. Antes de receber os animais, a granja deve estar aquecida, e divide-se a granja em um espaço menor para receber os animais: a pinteira.

Na chegada dos pintinhos, começa a nossa penitência, como eu disse. Porque no nosso caso, os fornos que estão disponíveis no mercado, a autonomia [é] de apenas três horas. Então de três em três horas tu tens que alimentar o fogo, abrindo os fornos e colocando lenha. Assim, recebidos os pintinhos de um dia, independente da hora que chegarem, de manhã, de tarde ou a noite, de três em três horas é preciso abastecer a fornalha com lenha. E no nosso caso, que temos três aviários, eu saio de temperatura de 32 graus para temperaturas muito baixas, no inverno, para ir para o segundo e terceiro aviário, levando um choque térmico. E não é só isto. Nos primeiros três dias os pintinhos precisam ser movimentados, de duas em duas horas, para que andem, se alimentem e procurem beber água. É preciso andar cuidadosamente e fazer eles levantarem, comer e beber. Com isto eles aprendem a procurar a ração nos comedouros e procurar água nos bicos dos bebedouros. Este trabalho tem que ser feito, direto, 24 horas por dia nos primeiros três dias de vida dos pintinhos. Eu pernoito dentro dos aviário,

porque não dá tempo de ir deitar em casa e ter que voltar logo. Depois desse período a gente começa abrir os espaços da granja, para as aves se espalharem porque vão crescendo. (VALTAIR DA SILVA, 2017).

Desde o início do alojamento é responsabilidade do avicultor preencher fichas e tabelas, relatando a quantidade de animais mortos levados da granja para a composteira, temperatura e umidade relativa do ar, quantidade do cloro usado na água, pH da água, etc.. Em tempo anterior do recebimento dos animais, a cama do aviário é aquecida e recoberta com um tipo de papelão. Nos primeiros dias de vida do frango a ração é jogada no papelão e, pelo barulho, os animais começam a identificar a ração como alimento. Também, a ração é ofertada por comedouros manuais quando dos animais pequenos, e boa parte do trabalho consiste em varrer a ração do papel e substituir por nova. Por isso, a noção de penitência e preocupação, pois qualquer fato e fator inesperado influencia no desenvolvimento dos animais, ou seja, castiga o produtor.

As granjas orientam-se pela razão produtivista, mas para receber valores monetários referentes ao trabalho realizado à integradora. O ambiente é controlado aos animais, entretanto, quem trabalha tem de se adaptar à vontade da empresa. Assim, os técnicos da empresa recebem insalubridade que chega a 40% do salário, por efeito do risco à saúde e exposição aos animais, produtos químicos e bactérias. Em outros termos, o ambiente da granja é hermético apenas para os animais, assim, além de não receber pela exposição ao perigo físico e biológico, o integrado assume por conta própria o risco à saúde.

Nos primeiros 21 dias de vida (período de crescimento das penas), os frangos são mantidos em temperatura regular, qualquer alteração gera problema de desenvolvimento e será descontada no acerto final de contas ou fechamento do lote. “Tem que acompanhar. Tu tem que cuidar. Porque se tu botou ali dentro eu sou o responsável deles.” (ENTREVISTA 2, HOMEM, 2017). Daí, a responsabilidade só aumenta. Durante as entrevistas, lembramos bem de expressões faciais de insônia, da reclamação a respeito da quantidade de poeira dentro das granjas, dos odores insuportáveis, dos quais a amônia é um deles²⁹.

²⁹ A amônia é um gás que deriva da fermentação das fezes dos animais na cama ou chão do aviário (recoberto por serragem ou casca de arroz). A exposição cotidiana ao gás pode causar doenças.

A despeito do trabalho até o 30º dia, abastece-se as fornalhas a cada três horas, e dessa forma o responsável ou quem trabalha dorme próximo da granja pelo tempo que for necessário. Dormir aqui sendo somente uma expressão, pois o que acontece de fato são cochilos interrompidos por alarmes instalados para vigiar temperatura e funcionamento correto dos equipamentos. No transcorrer dos anos, a mudança é evidente na comparação com outros períodos:

No início era só [...] aquecido com essas campanas que eles diziam infravermelho a gás. Era com gás. Mas tu aquecia muito mal. Tu aquecia a base de oito dias e tu largava. Porque se tu fosse aquecer o lote, vinte e cinco dias, que nem tu aquece com lenha, com fornalha. Tu quebrava no gás. Aí tu aquecia oito dias e deu. Hoje não, hoje se a temperatura não tiver ideal tu aquece, no inverno aquece até vinte e cinco dias. E isso que eles querem, exigem, até trinta dias. (ENTREVISTA 2, HOMEM, 2017).

Ao exigir controle de temperatura, a integradora obrigou maior tempo de trabalho e, por efeito, aumento de gastos com lenha e energia. No entanto, o integrado tem de cumprir as ordens da integradora e tentar encontrar meios de resistir à imposição da norma. Achar um meio termo que dê para executar o trabalho, sem morrer de tanto trabalhar! Isso é válido para alguns sistemas tecnológicos em operação, no mais moderno torna-se impossível, ou seja, o avicultor tem que cumprir a norma sob qualquer condição.

Nesse sentido, questionados sobre as modificações do trabalho, afirma-se da diminuição relativa e absoluta. Independente da empresa em questão, normas recentes convivem com práticas sedimentadas de outros períodos. O labor deixou de ser braçal e pesado, consiste em cuidar do funcionamento dos equipamentos, regulação e manutenção. Nessa ruptura aparente, a jornada de trabalho é ampliada e totalizada 24 horas diárias; uma pessoa só não dá conta do serviço. Não nos enganemos nesta questão, de fato é 24 horas de sobreaviso, ou seja, de trabalho.

O animal é organismo vivo e exige atenção, equipamentos geram manutenção sem previsão, o clima muda conforme sua sorte. Assim, o crescimento dos animais está sob controle do técnico e do veterinário que acompanha a realização do trabalho exigido pela integradora, além de boas práticas e cuidados estabelecidos pelo mercado. Outrossim,

como consequência do emprego da tecnologia transcorreu aumento da jornada de trabalho e outras modificações no funcionamento e cotidiano das propriedades avícolas. As tabelas de conversão e índices de produtividade são os encarregados que a empresa usa para garantir apropriação de tempo de trabalho não pago.

De acordo com relatos, investimentos foram necessários para substituir fornecimentos de água e ração, instalar telas para bloquear a entrada de animais de pena e trocar cortinas externas. As cortinas têm prazo de validade e precisam ser trocadas a cada período de tempo, entre três anos. Os silos de madeira foram substituídos e atualmente permanecem as granjas que instalaram um segundo silo para não misturar as rações. Ao seguir obrigações e automatizar o sistema de fornecimento de ração, a melhoria tem efeito positivo de evitar desperdício do insumo da integradora.

A cama do aviário tem que ser remexida para não lesionar os pés dos animais, pois o produto é comercializado com mercados externos. Assim, a pá e o serviço manual foram substituídos por uma pequena máquina, porém o trabalho consome tempo e tem que ser exercido com cautela para não agitar os frangos. A serragem ou casca de arroz que cobre o chão do aviário (lugar que os animais pisam e defecam) deve ser mantida seca e macia, livre da formação de cascão surgido por vazamentos de água e entrada de chuva. No controle da temperatura, foram instaladas fornalhas, sistemas de aquecimento e nebulizador de água³⁰ com função de manter a temperatura controlável dentro dos aviários. Questionado sobre o exercício do trabalho:

O trabalho diminuiu 80% [...]. Aí depois quando foi mecanizado, mais era o cuidado, mais era o cuidar o aviário. Cuidar se saía água, cama, cloro bem botado, tudo cuidado. Aí, levantar de noite e ver se tinha alguma falha, assim. [Pergunta: ficar controlando temperatura]. Vê quando vinha os pintinhos [...], o dia que vinha os pintinhos eu dormia 10 dias na granja, dentro da granja. Aí à noite, ficava a noite inteira na granja pra cuidar o fogo e da temperatura. Pra não subir, pra não baixar. Deixar sempre um ambiente de 30 graus, 35 graus. Que é o ideal, quando é pequeninho é 35-36. Daí uma semana vem pra 30 graus. Aí

³⁰ O equipamento que joga água na granja para diminuir a temperatura em dias de calor.

baixa um pouquinho, aí melhora. (ENTREVISTA 16, HOMEM, 2017).

Argumenta-se da diminuição do trabalho físico, mas é discutível se realmente ficou melhor, pois perseguir o ideal é buscar um resultado irreal. Além disso, há os procedimentos de biosseguridade, que implicam aumento dos cuidados para evitar a dispersão de doenças por meio do trânsito de bactérias, e desse modo o produtor deve estar atento. “Se por acaso der um lote que der alguma doença, nós vamos ser responsabilizados também.” (ENTREVISTA 1, HOMEM, 2017). Outrossim, a água do lote tem que manter-se em um patamar uniforme no qual se faz uso de cloro, porém geralmente doenças são sempre atribuídas à qualidade da água e ao descuido do avicultor. Qualquer problema no lote a integradora culpa a falta de cuidado do integrado, porém quanto maior é o poder da integradora menos o integrado tem razão.

Nessa linha, o frango se desenvolve em ambiente de temperatura controlada, de 30 a 36 graus, efeito que implica o trânsito de ambientes de temperaturas diferentes, preservada a temperatura do animal. “Mas o que é ideal para os frangos, na maioria das vezes não é bom para o avicultor que precisa estar lá no aviário trabalhando. Bom pro avicultor é o que menos importa, para o frango é que tem que ser adequada.” (VALTAIR DA SILVA, 2017). Em suma, não é difícil constatar que trabalha-se em ambiente insalubre, porém o integrado não tem acesso às informações sobre os fatores que convive, como, por exemplo, o caso de, às vezes, a mortalidade anormal poder ser resultado de doenças nociva para humanos. Desse modo, a quantidade de poeira, o perigo de trabalhar com energia e outras máquinas e mais o odor insuportável de amônia é observável mesmo sem adentrar nas granjas.

A temperatura e seu controle implica tornar o cuidar das aves (trabalho) e outras requisições da integradora o centro da organização do trabalho familiar. Por isso, mesmo nos períodos das entrevistas interrupções eram frequentes por causa da chegada de ração e do técnico, assim como para ir alimentar as fornhalhas. Se no inverno o problema é aquecimento, no verão é o calor intenso. Desse modo, durante o período que está com animais, chuvas e mudanças no clima obrigam o dono do aviário a permanecer atento.

Tu tem que abaixar uma cortina. Tu tem que levantar. Tu tem que nebulizar. Tu tem que usar ventilador [...]. Vamos dizer que tu vai num banco

no horário do meio dia. Tu tá lá na fila, e tu sabe [que] aqui tá precisando. Tu vem embora e vai arrumar. (ENTREVISTA 4, HOMEM, 2017).

A granja induz a todo instante estar de olho e verificar animais e equipamentos; além do trabalho intensivo, a rotina do estabelecimento avícola é a rotina da granja e dos animais. Assim, caso o técnico aparecer e não tiver ninguém nas imediações o avicultor recebe uma advertência e um “aviso”. Sistemas de aquecimento e resfriamento de aviários generalizaram-se a pouco tempo, e uma melhoria significa investir, criando outras necessidades, como energia e lenha. Por outro lado, a taxa de modificação e sucateamento dos equipamentos representa questão digna de nota, muitas vezes o rebaixamento do equipamento feito pela empresa e seus técnicos é maior que o real desgaste. Quanto a isso, percebe-se resistência, apesar da área de manobra ser reduzida.

A fomalha dentro do galpão, ela funciona bem, só que teve uma época que eles estavam exigindo que colocasse na rua, fora do galpão. Essa fomalha que está dentro não pode ser usada fora. Então tem que fazer o quê? Descartar essa ali, investir mais 25 a 30 mil, e colocar uma fomalha fora. Não porque a tua está ruim, não. Porque a empresa quer que tu coloque pro lado de fora. É um investimento, eu diria, desnecessário. Tu vai ter que investir esse dinheiro ali, vai demorar para retornar. E se tu não investir e continuar com a tua fomalha dentro não vai mudar o teu resultado. Tu vai continuar trabalhando igual. (ENTREVISTA 10, HOMEM, 2017).

No entanto, fomalhas internas produzem fumaça, inalada pelo avicultor dentro da granja. Contestar e negar melhorias tem uma explicação objetiva, pois o investimento obrigará trabalhar e manter-se por tempo indeterminado neste sistema de subordinação para pagar a melhoria. E não, como alega o senso comum, de que o produtor tem resistência a inovações por não conhecer os benefícios. A resistência à mudança dos instrumentos de trabalho também significa sobreviver, pois a granja paga é aquela que produz receita ao integrado, e não exige novos custos de instalação de novo equipamento. A grosso modo, em 2017, data das entrevistas, os relatos informam que a integradora

reduziu um pouco o nível das exigências, e assim é perceptível que a resistência individual e organizada produziu efeitos.

Alterar a propriedade e a granja é uma questão que surge atrelada a problemas relacionados a questões sanitárias. Por consequência da gripe aviária no ano de 2007, passou-se a exigir telas com menor espessura para bloquear a entrada de pássaros no aviário, e animais domésticos de pena foram eliminados das propriedades há cerca de 20 anos. As medidas de biossegurança provêm das instituições públicas de fiscalização, do qual o aviário recebe autorização para operar e licença ambiental. A partir disso, progressivamente a área ao redor do aviário foi cercada, instalou-se arcos para desinfetar caminhões, e é proibido a circulação de pessoas dentro dos aviários: as placas na entrada das granjas deixam a questão bem explícita. Portanto, a atitude será contabilizada se o não autorizado for encontrado dentro do aviário pelo técnico, porém foi exigida a construção de um escritório para essa finalidade.

Para controlar a salmonela, doença que atinge os animais e pessoas, o trânsito de veículos dentro das granjas é evitado. Desse modo, a cama do aviário tem de durar 12 lotes, ou seja, 2 anos. Antes o material de forração do chão das aves, serragem de madeira ou casca de arroz poderia ser trocada a cada 3 lotes. Nas entrevistas relatou-se casos da venda da cama de aviário, como fertilizante, para pagar as despesas da granja na crise de 2010-2012. Hoje o procedimento é lavar todo o aviário a cada lote, passar um produto para matar pequenos animais que vivem na cama, envelopar o chão do aviário com uma lona preta e deixar o composto fermentando por 7 dias. Por isso, passando o tempo necessário “retira-se a lona, úmida, catingando a esterco, cheia de cascudinhos mortos, não há quem aguente o mau cheiro. Isso é uma coisa desumana pra fazer com o avicultor. Isto em nome da sanidade dos frangos.” (LÚCIA CIMOLIN, 2017). De fato, o zelo da mercadoria tem maior importância que a saúde de quem trabalha, independente do avicultor e dos seus familiares.

Ainda que cuidar dos animais seja caracterizado trabalho leve, torna-se perceptível na abstração o trabalho real, regido por jornadas que ultrapassam dias e noites, semanas e meses. Durante cada ciclo de 60 dias, o período crítico é até os 30 dias iniciais no inverno e os últimos dias do verão. No verão, a falta de energia e o calor são o problema. “E faltou energia, no mês de natal, morreu 13 mil frangos. Deu aquele calorão [...]. Deixaram duas horas e meia sem energia, e não tinha como salvar.” (ENTREVISTA 16, HOMEM, 2017). Além disso, os integrados

nada, ou quase nada, receberam pelo valor dos animais que sobreviveram.

A mudança de temperatura é problemática aos lotes de frangos, e, por isso, é obrigatório ficar sempre um membro da família em casa. Conforme o crescimento dos animais, os comedouros e bebedouros têm de ser ajustados para prover água e ração na quantidade programada. Nesse período, o trabalho consiste em mexer a cama do aviário, serviço realizado conforme o clima vigente, e verificar o funcionamento de equipamentos. E quanto à rotina de trabalho?

É uma cadeia. Então a gente trabalha 24 horas, não tem. É porque o caminhão de ração também não tem hora para chegar. Chega 11 horas, chega meia noite, não tem hora pra chegar, também. Aí, quando pega frango também não tem horário. A gente trabalha direto, se sair tem ficar outro, não pode deixar o aviário sozinho. Tem que ter sempre alguém ali, dia e noite, é puxado. [Pergunta: trabalha o senhor?]. Eu, a mulher e o guri. O guri faz faculdade à noite, mas ele ajuda de dia. E ele, à noite, quando chega, também cuida do fogo até umas 3 horas, e depois vai dormir. [Pergunta: e como funciona essa rotina de trabalho quando tem frango dentro do aviário?]. É 24 horas, tem que ter sempre alguém ali olhando [...] os pintinhos, mexendo, cuidando. Se a ração indo corretamente, o comedor. Tu viu eu sair de dentro ali agora, fica alimentando a pinteira. Tem alguns que são pequenos, um pouquinho, um pouquinho e vai indo, até liberar. (ENTREVISTA 6, HOMEM, 2017).

Nesse sentido, se uma pessoa precisa sair de casa por algum motivo, outro deve ficar no lugar. Em contrapartida, apesar de ser um produtor, trabalham mulheres e filhos, etc.. O equipamento automático funciona sozinho, porém problemas acontecem sem previsão, mesmo o fornecimento de ração é interrompido quando a ração endurece e deixa de descer pelo sistema. Durante a realização das entrevistas ficavam sempre atentos a qualquer barulho estranho que informasse sobre falhas de equipamento e no sistema de ração.

Um ventilador para de funcionar, a correia quebra e motores elétricos estragam costumeiramente. Nas granjas foram instalados sistemas de segurança contra falhas elétricas, os mais modernos

controlam temperatura e falta de energia. “Por esse motivo que eu estou te dizendo. O frango é muito sensível. Tu tem que dormir de olho aberto.” (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017). Ao menor sinal da sirene significa sair correndo e ir verificar o que aconteceu, pois mortalidades acontecem em instantes. Além disso, nos galpões tem correntes de energia e máquinas que podem causar acidentes de trabalho.

A entrega da ração acontece durante o dia e adentra a noite. Em 2014-2015 a fábrica de rações da atual empresa funcionava 24 horas por dia. Em 2017, o turno foi reduzido para finalizar às 10 horas da noite, porém o caminhão saía carregado ao final do turno e com percurso programado. “Às vezes tu quer sair, não tem como sair. O caminhão passa do lado da tua casa e carca a buzina. [...]. Quatro horas da manhã parece que eles marcaram pra mim.” (ENTREVISTA 5, HOMEM, 2017). Por isso, às vezes esperar e ficar de prontidão ultrapassa o período fixado, tanto da ração quanto do recebimento dos animais e da entrega.

Ignorar e deixar de receber a ração não é uma opção. Se não receber no momento, o integrado poderá receber um “castiguinho”, e sabe-se lá quando será mandado outro carregamento. A falta de ração por meio dia causa problemas, sendo um transtorno ficar de 2 a 3 dias esperando e com silo vazio. Em outros tempos, a empresa poderia recolher a ração que sobrava ao final do lote, hoje o integrado é obrigado a calcular a quantidade de ração final se não quiser pagar pelo transporte, ou mesmo acumular prejuízo.

E ainda nós que temos que calcular muito bem o consumo da ração no final do lote. A última ração não deve sobrar. Se sobrar é responsabilidade do produtor. Então se sobrar eu tenho que pagar o frete de volta ou ficar com ela, que poderá estragar dentro do silo. Porque a ração final, não pode ser dada aos pintinhos novos quando chegarem. Porque quando pequeninos, eles devem consumir ração inicial e não final. E ficando dentro de um silo até que eles fiquem grandes e possam consumir, poderá estragar. Mas se faltar a responsabilidade é minha. Nos últimos dias tem que fazer muita conta. Se sobrar, eu tenho que mandar essa ração de volta e pagar o frete. (VALTAIR DA SILVA, 2017).

Mesmo no sistema manual de fornecimento de ração, às vezes a ração vinha trocada, e o integrado tinha de retirar toda a ração manualmente e devolver para a empresa, serviço feio à mão, extenuante e cansativo. Assim, trata-se de erros da empresa que afeta o desenrolar da atividade. “Daí teve um caso que veio. O lote de pintinho veio doente. Eles estavam vivos ali, apodreciam de pé e não morriam. Aí alegaram que foi culpa nossa, manejo e não sei o quê.” (ENTREVISTA 9, HOMEM, 2017). Neste caso, inicialmente a culpa pelas mortes dos animais da Marfrig foi despejada sobre a responsabilidade do integrado. Embora trabalhassem desde 1994 a empresa é considerada a pior de se trabalhar até aquele momento.

Depois de muito reclamar, descobriu-se que a mortalidade tinha acontecido em outras granjas, porém não foram remunerados e ficaram com o choque de ver os animais morrer sem ter o que fazer. Em outras palavras, não é apenas a questão do rendimento que causa apreensão, mas sim a maneira de trabalhar por meio da inexistência de garantias e acúmulo de incertezas e decepções. De fato, outro problema foi o problema da falta da ração aos animais em 2012.

De uma forma financeira, eu não fui prejudicada, mas de uma forma psicológica sim. Porque naquela época que faltou ração, o rendimento dos lotes, eles fizeram um acerto lá na empresa e acabaram pagando a média que a gente tinha. Então, assim, eu não saí perdendo nada. Nenhum centavo. Não, quanto a isso não. Mas, assim. A forma como a gente trabalhava ali, sem a ração dentro do galpão, sem saber quando tu iria receber uma carga de ração. Tu ficava apreensivo porque tu via aquele frango ali dentro ficava uma semana, aquele frango sem comida. Tu não podia mais entrar dentro do galpão. Porque eu chorava. Tu chorava se tu via aquilo ali. Tu ver o frango sem comida, porque o frango a partir do momento que tu solta ele ali dentro pra ti criar ele, ele só come e bebe água. A vida dele é curta, porque ele só come e bebe água. O prazo dele de vida é curto. Aí tu via aquele frango aí dentro, assim, um dia, dois dias, três dias, quatro, cinco, seis, sete, sem comida. Aí quando eles traziam, vinha, ah, chegou o caminhão da ração, três mil quilos de ração. Três mil quilos de ração. Tu não conseguia

abastecer os comedores ali dentro. (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017).

Também há uma ruptura significativa no padrão sociocultural. O frango de granja é considerado um animal de laboratório, por isso, difere da galinha criada até então nas propriedades com maior tempo de vida. Ainda que descrevemos procedimentos de trabalho, eles expressam uma parcela dos ciclos de produção, os mandos e desmandos da integradora. Há procedimentos como cálculo da ração estimada: os integrados têm de calcular o peso do animal final, pois equipamentos do frigorífico são regulados pelo peso específico de frango. Também, dos lotes são retirados os animais fora do padrão que precisarão ser eliminados.

Se essa taxa de rejeito for menor que uma taxa pré-estabelecida, assim como errar no cálculo de peso, caso venha acontecer três erros em três lotes, levam um pequeno castigo de aumentar o intervalo de alojamento. Já calo de pata e mortalidade acima da média são descontados. Em meio à matemática complicada, após os primeiros vinte dias o trabalho torna-se menos intenso, apesar dos procedimentos diários, e relata-se que só é possível ficar mais tranquilo e dormir em períodos de clima previsível. Se tudo correr bem, resta ao integrado proceder para o carregamento dos animais.

Quando o frango está pronto, com o peso que a empresa deseja, vem o carregamento. Funciona assim: a empresa informa o dia e a hora que inicia o embarque. E os frangos tem que ficar sem ração no papo e limpar os intestinos. Então oito horas antes eu tenho que tirar a ração e não deixar mais eles comerem. Como tem ração dentro dos canos e dos comedores, tenho que fazer contas. Preciso calcular se com a ração que tenho dentro do silo e dos equipamentos consigo alimentar os frangos até oito horas antes do embarque, sem que falte ou sobre. Nas oito horas que antecede o embarque os frangos só devem beber água e não comer mais. Isto é para que cheguem lá no frigorífico, sem fezes nos intestinos. Se os frangos saírem do aviário às oito da manhã, preciso começar lá pelas dez da noite a fechar o silo, para que a ração que está nos comedores dure até mais ou menos a meia noite, que dará as oito horas necessárias que as aves fiquem sem comer. No caso de sobra de ração nos comedouros, esta não poderá ser

devolvida à empresa, por estar contaminada pelo bico das aves. Esta ração fica com o avicultor. Mas o avicultor não pode ter aves na propriedade, vai fazer o que com estas sobras? Então é cuidar para não errar nas contas. (LÚCIA CIMOLIN, 2017).

De fato, se sobrar ração não tem muito para fazer, porque os animais de pena foram proibidos nos estabelecimentos avícolas e a ração vai fora. Nessas oito horas antes do abate, o avicultor tem que circular entre os animais para fazer beber água e limpar o papo. Se surgir indícios de ração no primeiro caminhão levado ao frigorífico o carregamento é interrompido. O período de carregamento até a entrega leva até 24 horas, podendo ser cancelado, e o integrado tem que pedir novamente ração, instalar todo o equipamento de água e ração, além de refazer o período de intervalo quando da nova programação de abate dos animais: desnecessário dizer que não recebe por isso. Como o ganho deriva da razão tantos quilos de ração igual a x quilos de carne, trata-se de mencionar que tempo perdido influencia no cálculo, e é novamente subtraído.

Especula-se sobre fatores que interferem nos cálculos de remuneração, afinal ninguém sabe calcular. O cálculo e funcionamento dos índices velados são a expressão da característica subordinada e obscura da relação de trabalho. No trânsito dos animais acontece de ocorrer mortalidade por causa do atraso no abate, e em dias de calor, se o caminhão ficar dando voltas para esperar entrar na empresa, essa mortalidade inevitável é descontada do integrado. Em outras palavras, a empresa paga ao integrado o preço de produção médio por animal (60 centavos, na data da entrevista), porém se morrer animais no trajeto será descontado usando o preço de mercado por frango, valor de 2 reais. Transcorrida a entrega, a granja tem de ficar em um período de intervalo, mas nesse momento relata-se que trabalham mais e o serviço é mais pesado.

O intervalo. Tu entregou os frangos, é ali que tu começa a trabalhar. Tem que lavar todo o aviário. Aquelas cortinas, aquelas telas, a forração, equipamento. Às vezes tem que levar pra fora com esterco dentro. Aí tu lava, em dois dias mais ou menos nós em três lavamos tudo. [Pergunta: três pessoas?]. Aí tu tem que botar uma lona em todo o aviário, assim no piso, mil e duzentos

metros, tudo uns rolos de lona. Tem que deixar setes dias ali aquela lona pra expurgar o esterco. Imunizar o esterco. Aí depois tu tirar aquela lona, tu calcula, dobrar tudo de novo. Mil e duzentos metros quadrados de lona. Daí depois fica aquele cascão no lugar mais úmido. Daí tu tem que ir tirando e levando tudo pra fora. Depois tu gasta dois botijões de gás só pra queimar toda a pena que ficou por cima da cama. E depois tu entra dentro com uma tobata³¹, a sorte que eu comprei. Passar uma rotativa e moer todo aquele esterco. Depois passar um cal e aí começar a montar equipamento. Com nós olha, quinze dias, o teu descanso é aquele 7 dias que fica a lona em cima. Senão é pauleado. (ENTREVISTA 4, HOMEM, 2017).

Esse trabalho exaustivo consome dias e tempo, e até três pessoas trabalham para deixar tudo pronto para o próximo alojamento. E acontece da integradora apressar o granjeiro para alojar em menor tempo. Na fermentação, ao exercer trabalho de colocar e remover as lonas, o cheiro de podridão e a exposição a produtos químicos torna a atividade detestável. Desse modo, se o técnico identificar contaminação no galpão ou a higienização não estiver nos conformes, todo o trabalho tem que ser feito novamente. Relata-se que isso às vezes acontece e outras vezes é resultado de perseguição, até fotos da instalação o técnico exige após a lavagem da granja para programar novo lote. Nesse momento de intervalo a empresa abate os animais e faz o acerto, paga pelo serviço de terminação ou engorda dos animais.

Novamente, compara-se com outros períodos: “Tu conseguia ir na empresa, assim reclamar. Aconteceu isso, um imprevisto, alguma coisa ou outra.” (ENTREVISTA 5, HOMEM, 2017). Na data das entrevistas fala-se desse modo: “Tu liga pra lá pra saber acerto: deu peso tal, conversão tal, mortalidade tal, deu tanto. Deu. Cai direto na conta pra nem ver o cara. Eles nem querem que o cara vá lá.” (ENTREVISTA 4, HOMEM, 2017). Também perguntávamos qual o diálogo com a empresa, a resposta se traduz na conversa por telefone. Ainda que não preocupados com procedimentos técnicos da criação de animais, a lista é enorme para tratar item a item. Alguns são compreensíveis, outros

³¹ Veículo agrícola de pequeno porte usado nas atividades da granja.

abusivos, significam mesmo perseguição e ampliação da exploração do trabalho dos estabelecimentos avícolas.

A respeito da exploração, ela se mostra na maneira da empresa manipular o movimento contábil. É um exercício muito interessante observar a partir dos integrados a maneira como a agroindústria absorve e rebaixa o trabalho dos lotes. Por isso, tivemos dificuldade de entender quais itens a empresa fornece, e quais valores são descontados dos integrados. Por exemplo, a empresa entrega pintos, rações e assistência técnica por meio de notas. Esses valores vêm discriminados na nota, a quantidade e valor da ração, dos animais etc.. Ou seja, pode caracterizar-se como uma relação de compra e venda, dá a impressão do integrado comprar da empresa insumos, e desse modo o excedente será extraído pela circulação.

No entanto, não é isso. De fato ocorre prestação de serviço, e a integrada se apropria do sobretrabalho. Além dos resultados negativos: “O preço do milho ano passado, ele aumentou bastante, milho, soja. Então o custo da ração subiu. Aí o que aconteceu, vão tirar da onde?” (ENTREVISTA 10, HOMEM, 2017). A resposta é simples: retirar mais trabalho vivo dos seus trabalhadores. No frigorífico, aumentar a intensidade do abate dos animais em dado período de tempo; dos integrados, exigir maior produtividade e remunerar por intermédio de uma planilha arbitrária. Assim, a taxa de lucro deve obrigatoriamente se manter ao cortar custos.

O baixo valor pago aos lotes sugere que a integradora dispõe de um valor x para remunerar seus integrados, e especula-se que a integradora distribui esse valor pré-fixado entre os integrados sob alguns critérios, como preferência a instalações, cumprimento de *checklist*, amor à empresa e etc.. Em suma, por meio de mecanismos técnicos que não são neutros a integradora puxa a sardinha para seu lado: “Um pouquinho mais pra um, e um pouquinho mais pro outro, foi isso que o próprio gerente deu a entender.” (ENTREVISTA 10, HOMEM, 2017). Uma das reivindicações dos integrados é ter acesso às informações do aferimento das balanças, pois como o integrado não tem acesso, “eles podem alterar a balança, podem fazer várias manobras ali.” (ENTREVISTA 10, HOMEM, 2017). Questionados do diálogo com a empresa, estes acontecem em reuniões, onde se trata dos procedimentos de manejo, recomendações, porém, quando é para pedir alguma coisa ou reclamar de algo fica difícil. Compara-se trabalho realizado e acerto dos lotes:

Não, quando tu achava assim: opa, agora eu fiz um “lotasso”. Quando tu estava com o carregamento ali. Tu estava todo contente. Nossa, frango bonito, quando vinha o teu acerto, dava vontade de morrer. É bem assim. É complicado. Quando eles estavam um pouquinho melhor, eles davam umas migalhinhas, um pouquinho melhor, entendeu? (ENTREVISTA 15, HOMEM, 2017).

Essa decepção nos lotes é bem generalizável e acontece/aconteceu com todos os integrados entrevistados, independente da integradora em questão. Ainda sobre fatores de produção transferidos e comprados, transcorreu uma modificação significativa. Por meio dos relatos, sabe-se que no funcionamento da Agrovêneto, em dado período, medicamentos eram tolerados e aplicados quando necessários, mas o medicamento usado pelo integrado, apesar de fornecido pela empresa, era cobrado.

Hoje, medicação não é tolerada, pois como os mercados externos não aceitam certas substâncias e princípios ativos, até o raticida tem que ser autorizado pela integradora: o descumprimento resulta na “demissão por justa causa”. Do mesmo modo, se for usado medicamentos, o valor do insumo vai ser descontado dos produtores no acerto. Também a empresa deixou de fornecer o cloro para água, veneno para matar os cascudinhos quando da fermentação da cama dos aviários, papelão para fornecer ração aos animais, e, por isso, “eles vão apertando”. Outra questão é do carregamento dos animais, mesmo integrados da Seara (Forquilha) poderiam montar suas equipes, e vizinhos trocavam dias.

A gente só tinha que fazer a nossa parte dentro do galpão. Com o passar dos tempos eles tiraram o caixairo, mandavam um [trabalhador] só, mas ainda continuava a carregar. Daí eles tiraram até aquele caixairo. Daí nós fomos obrigados a carregar o frango em cima do caminhão também. Foi indo, até que eles começaram a montar aquelas equipes. Não deixaram mais nós pegar o frango. Aí começaram a cobrar de nós pra pagar a equipe. Primeiro nós que carregava, nós não recebia nada e quando colocaram a equipe nós tivemos que pagar a equipe. Assim a gente foi batalhando uma coisa e outra ali, através da associação, a gente tirou essa despesa. (ENTREVISTA 09, HOMEM, 2017).

A troca de dias foi uma prática bem difundida de fazer o serviço, lembrando mutirões comunitários, porém reduzido a um grupo pequeno de pessoas. Nesse sentido, as despesas de carregamento poderiam ser economizadas. Quando da impossibilidade, contratavam parte dos trabalhadores para montar a equipe própria, opção para melhorar a remuneração já baixa. Nestas práticas do carregamento, o frigorífico poderia mandar a equipe e descontava no acerto de contas: também aconteceu do avicultor pagar diretamente a equipe designada pela empresa. Assim, a empresa argumenta que a equipe contratada melhora alguns problemas, afinal o animal tem que ser tratado com cuidado para não corromper a mercadoria. Nas entrevistas, perguntamos sobre esses trabalhadores das equipes de carregamento, a respostas é de que estão em uma condição muito pior que os mesmos.

Outra questão latente para entender a dinâmica do estabelecimento avícola é a proibição de animais de pena. O aviário é no máximo um ambiente asséptico, e as galinhas criadas na rua foram proibidas há mais de duas décadas: “Meus filhos ali nunca conheceram uma galinha choca.” (ENTREVISTA 09, HOMEM, 2017). Há também ruptura nessa economia de consumo das propriedades e nas formas de passar aprendizado para as gerações presentes e futuras. De criadores de animais muitos passaram a comprar galinhas para o consumo, já que o frango de curto período de vida não tem carne firme que se preza ao ensopado.

Nesse sentido, permitiu-se ao granjeiro retirar animais para consumo da casa. Porém, esses animais eram retirados e deixados por um período maior de tempo, alimentados geralmente por milho. Hoje o consumo dos animais é ainda permitido aos criadores, entretanto o animal tem que ser abatido antes da chegada dos novos animais, ou seja, a prática tornou-se inviável. Independente da área cercada ao redor do aviário, esta deve ficar limpa e sem a presença de animais de pena; também árvores frutíferas são proibidas em torno da granja. A quantidade de regras constrange o regime da agricultura familiar.

O avicultor não pode ter outras aves na propriedade. Porque estas poderiam contaminar com alguma doença os frangos dos aviários. Também porque a empresa acha que você vai usar ração dos aviários para alimentá-las. A criação de outros animais como vacas de leite, também não é vista com bons olhos pela empresa. Porque eles

acham que você vai usar a ração dos aviários para as vacas. A gente sabe que não pode. Primeiro que ração de frango é de frango, e ração de vaca é de vaca. Que a vaca é ruminante e a ração para ruminante é diferente daquela dos frangos. Eles gostariam que a tua propriedade fosse toda cercada, murada como um condomínio urbano e que ali tivesse só os frangos pra eles. Só isso. Eles não percebem que na economia familiar se você tem um porco que você abate, com isto você evita de ir comprar em mercados, e que isto é renda. Não se pode conceber que um produtor de alimento, no caso frangos, seja proibido de na sua própria propriedade de ter outros animais para seu uso, ou mesmo para venda a terceiros. Ele acaba sendo um comprador de alimentos, sendo que está no meio rural e poderia criar animais. (LÚCIA CIMOLIN, 2017).

Derivada do regime de produção familiar na agricultura, e sob ela amortizada, a integração passou a contradizer a existência do estabelecimento rural assentado em estratégias socioculturais cristalizadas por intermédio da produção da existência material. Ao mesmo tempo, a prática da manutenção de hortas e da criação de animais tem um valor que é referência dessa cultura, ou seja, para perpetuar-se precisa ser realizada no presente.

É sabido que o efeito da modernização da agricultura foi a extinção de conhecimentos e saberes, da negação do saber-fazer pela técnica e saber científico. Desse modo, a perpetração de uma cultura é enfatizada porque tem sentido objetivo de reafirmar uma identidade, e também uma importância material, satisfazendo as necessidades alimentares, produzindo o alimento na própria terra, etc.. Entretanto, o controle do frigorífico é explícito; mesmo sendo locais, parte das propriedades são vigiadas. “Aqui na propriedade, enchi de madeira, garrafas e outras quinquilharias o espaço onde antes eu criava animais. Tudo tenho que comprar: ovos, leite, carne de porco.” (LÚCIA CIMOLIN, 2017). Em outras palavras, cultivar vegetais os estabelecimentos avícolas são até autorizados, mas criar animais não. A avicultura industrial é vista mesmo como diferente da agricultura.

E, por fim, embora a narrativa carrega muitos desses elementos técnicos e toda uma matemática favorável à empresa, não existia outra forma de expor os fatores e a precariedade do trabalho que transformam

o trabalho dos integrados em uma real prisão. Seja por força da contração de dívidas, da relação custo de produção e remuneração, da subordinação ao qual os produtores são dependentes da agroindústria e tem pouco espaço de manobra para resistir à intensificação do capital. Portanto, as lacunas da resistência serão exploradas nas tentativas de organização coletiva e nas resistências individuais.

4 A AVISUL E OS AVICULTORES NO SUL CATARINENSE: A LUTA SOCIAL POR ESPAÇO E AFIRMAÇÃO NA RELAÇÃO DE TRABALHO SUBORDINADA

No aprofundamento da divisão do trabalho e da industrialização do rural emergem estabelecimentos rurais vinculados organicamente ao capital agroindustrial. Trata-se da transferência de parte do processo produtivo por intermédio da externalização dos custos agrícolas sob a falsa promessa de modernização do estabelecimento, de emprego e de renda (PAIVA, 2010). Em Santa Catarina, o sistema de integração data de 1950, e prosperou nas margens da proteção social: benefício é propaganda do patronato agroindustrial e rural para aprisionar a propriedade fundiária. Os momentos de crise fazem emergir práticas cotidianas de poder, assimetria construída pela desigualdade e controle das condições socioeconômicas pela integradora.

Entre “produtor direto” ou “assalariado” do frigorífico, a relação social e de trabalho se expressa melhor na concepção de terceirizado da integradora. E a terceirização flexibiliza e retira direitos, acentua a precarização do trabalho, quando não camufla uma relação trabalhista. Quando falamos da experiência social deste setor vinculado ao capital agroindustrial, imputar categorias teóricas torna-se um trabalho ingrato de induzir sobre a maneira de ser de um e de outro: pequeno produtor, produtor direto, burguês, camponês, colono, agricultor familiar, agricultor, plantador e criador. Nesse sentido, a AVISUL encaminhou o termo avicultor e produtor familiar. Assim, trata-se de entender o fazer avicultor e associação como um processo histórico da afirmação de uma experiência no transcorrer da organização e luta, ou seja, apreender aquilo que os identifica e os diferencia socialmente.

Nesse sentido, o próximo tópico apresenta as mobilizações de integrados no Sul Catarinense (década de 2000), destacando a luta da AVISUL a partir de 2013. Também retoma questões da formação da estrutura sindical rural, as formas de representação dos “trabalhadores rurais” e a atuação do patronato agroindustrial e das entidades patronais sobre os integrados. Aborda as mobilizações organizadas (2004/2005 e 2008) de avicultores e as lutas que foram suprimidas pelo patronato rural no Sul Catarinense. Desse modo, a narrativa histórica pretende apreender a experiência socialmente determinada dos produtores integrados, assim com as formas de resistência. Antes de tratar de categorias sociais, tem intenção de desvelar a história como um processo sociopolítico e sociocultural.

As relações econômicas subcontratadas sob vínculo terceirizado encontram meios de resistência e expressão no cotidiano vivido das relações materiais de existência. A contrapelo, sintetizamos duas formas de resistência: 1) cotidiana e individual, que é portadora de concepções de justiça social contra a exploração e pressão vividas no cotidiano concreto, também incorporando espaços de negociação; 2) no movimento organizado pela expansão dos direitos ao campo por intermédio de articulações dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato Rural (SR), federações e confederações, e outras formas de representação, como associações e mesmo sindicalização dos estabelecimentos rurais vinculados às agroindústrias. Essas diferentes experiências socialmente determinadas, quando articuladas, atuam na forma de lutas sociais por preços e garantias, e, juridicamente, ao procurar a mediação do conflito social.

A forma jurídica é entendida a partir de Thompson (1987), ou seja, a codificação do corpo social que reveste o antagonismo dado nas relações econômicas, políticas e sociais. Por isso, quando mobilizada a esfera jurídica como campo de lutas, o patronato agroindustrial reforça o controle e a exploração sobre os sujeitos, ou seja, amplia a determinação nos estabelecimentos rurais.

4.1 ASPECTOS DA ESTRUTURA SINDICAL RURAL E CONFLITO AGRÁRIO: DAS LUTAS NO CAMPO ÀS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO (1990-2010)

A sistematização dos movimentos de trabalhadores rurais e as particularidades da estrutura sindical rural no Brasil se traduz em dimensões sociais e políticas da modernização conservadora da agricultura. A década de 1950 é marcada por um intenso processo de industrialização, estendido ao campo em 1960. Nesse período, as lutas rurais buscavam meios de contrapor a violência no campo levada adiante pelo patronato rural: acesso definitivo à terra, condições de trabalho e melhores salários. Em paralelo, outro segmento ou contingente reivindicava uma política agrícola oficial para cultivar e comercializar sua produção (NOVAES, 1991). Nas diferentes regiões geográficas do país, as lutas sociais no sul do Brasil adquirem grande força a partir da década de 1980, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por

Barragem, Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) (BRUMER, 2009).

No quadro político, a modernização conservadora significou ditar o novo padrão de acumulação pela ação do Estado autoritário como indutor e regulador do processo e repressor dos conflitos (FAVARETO, 2006, p. 30). Conforme Delgado (2005), por meio do golpe civil-militar de 1964 se instaurou a primeira modernização conservadora, caminhando de encontro às posições e ao peso histórico da articulação da classe latifundiária de restringir a modernização às grandes e médias propriedades. Também significou a derrota da questão agrária e dos movimentos sociais favoráveis. Só a partir dos processos de redemocratização a questão agrária voltava à agenda política dos partidos de esquerda e da Igreja Católica em seus quadros renovados, além da atuação dos novos movimentos sociais.

De acordo com Delgado (2005), a segunda modernização conservadora guarda igualmente referência à primeira, nos termos da exclusão. Assim, problematiza a reconfiguração macroeconômica pela emergência e poder de um novo sujeito, construído a partir dos governos militares por meio de políticas públicas, que se transformou em pleno processo de redemocratização na década de 1980 e afirmou raízes na década de 1990 em diante. Essa força política, conhecida como “agronegócio”, incorpora seguimentos ditos modernos de grandes latifúndios, grandes empresas e negócios agrícolas, agroindústrias financiadas com dinheiro público, burguesia agroindustrial e etc..

Ainda segundo autor, diferente da primeira modernização, comprometida com o crescimento da economia como um todo, a segunda impõe restrição de crescimento aos setores econômicos não encarregados em gerar saldos comerciais positivos. Por isso, a restrição macroeconômica que dá poder ao agronegócio aprofunda problemas de exclusão social e ambiental. Dito isso, as relações sociais que engendram “esse ‘agente’ praticamente prescindem da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores não associados ao agronegócio (três quartos do total).” (DELGADO, 2005, p. 84). Em números, equivale à exclusão de mais de 3 milhões de estabelecimentos rurais do total de 5,2 milhões, também não absorvendo força de trabalho e, quando o faz, é de característica precária.

A esta dissertação, interessa sintetizar a dimensão sócio-política, tendo como fio condutor a constituição do sindicalismo rural. Haja vista o poder histórico do patronato rural ou classe latifundiária, é sabido da dificuldade de abrir direitos trabalhistas ao campo. Apesar da institucionalização da carteira profissional (em 1932), da justiça do

trabalho (em 1941) e da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) aos trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais tiveram de lutar até o ano de 1963 para a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, instituído pela Lei nº 4.214. O estatuto significou a expansão de garantias e direitos da legislação social ao trabalhador rural, favorecendo as bases para a organização sindical, assim reconhecida institucionalmente (SANTOS, 2005). Já o Estatuto da Terra (1964) definia os usos e posses da terra, consagrando formalmente a função social da terra, ainda não posta a serviço dos trabalhadores no rural.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural acabou por abrir espaço para a sindicalização de entidades patronais na agricultura, entre algumas a tradicional Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), do Rio de Janeiro (1897), e a Sociedade Rural Brasileira (1919), paulistana³². No processo de sindicalização, a SNA, com apoio de sua base social, constituiu a Confederação Rural Brasileira (CRB) em 1951. É sabido que a SNA vislumbrava a articulação ao nível nacional, e terminado o processo de sindicalização surgiu a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em fevereiro de 1964 (RAMOS; DE CARVALHO, 2005).

A estrutura do sindicato patronal se baseava nas iguais determinações aplicadas ao meio urbano. No Brasil, o patronato rural e agroindustrial é cindido, e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é conhecida por manobrar a base formada por pequenos e médios produtores para dar apoio a reivindicações dos grandes beneficiários de suas bandeiras, ou seja, o patronato rural (BOSETTI, 2013). Por outro lado, não é bem certo que representa os setores mais poderoso do “Agronegócio”. Às margens da estrutura oficial encontra-se a violenta e truculenta União Democrática Ruralista (1985), que surgiu paralela ao movimento sindical patronal e para concorrer com a estrutura oficializada a partir do Mato Grosso, ao mesmo tempo mobilizando forças contra o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) esboçado no governo Sarney (MENDONÇA, 2005).

Neste sentido, como se organizou e qual a estrutura dos sindicatos de trabalhadores rurais? Conforme Novaes (1991), diferente

³² Entre as diferenças, a primeira enraizou quadros no Ministério da Agricultura na década de 1930, propondo a modernização da indústria para o rural, e representava setores às margens do complexo cafeeiro. A SRB tinha a propensão pela industrialização do rural, representando a poderosa força dos cafeicultores.

da tutela do Estado Novo (1937-1945) sobre os trabalhadores urbanos, a institucionalização dos movimentos ocorreu na disputa de correntes internas pela “Carta Sindical”, ou seja, pelo reconhecimento do Estado. Na ampla base social, tratou-se de cristalizar a oposição sindicato “comunista” e sindicato “de Igreja”. A partir disso, as organizações surgiram no transcorrer da década de 1940 sob direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Conhecidas como Ligas Camponesas, tratavam de ampliar as bases políticas e, desse modo, construir a aliança operária e camponesa contra o latifúndio e o imperialismo (HELLER DA SILVA, 2009). No entanto, em 1947 o PCB é colocado na ilegalidade e, por efeito da repressão das oligarquias latifundiárias em todo o país, a maioria das ligas camponesas e organizações similares desapareceram das cidades brasileiras.

Na semi-ilegalidade, o PCB transformou suas estratégias e construiu associações rurais, buscando meios imediatos da sindicalização por melhores condições de trabalho. Por isso, os movimentos conhecidos no Nordeste brasileiro como Ligas Camponesas, mais especificamente em Pernambuco, apesar de terem militantes de formação nos quadros do partido, já divergiam em 1960 da proposta do PCB (MOTTA, 2005).

Por outro lado, destaca-se o papel da Igreja Católica na fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Na prática sindical, os sindicatos classificados como “de Igreja” não diferenciavam dos ditos “comunistas”. Pergunta-se, portanto: a Igreja Católica começou a organizar sindicatos para conter a “ameaça comunista”? Também! Desse modo, torna-se interessante destacar a formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada como organização de sindicatos rurais em 22 de dezembro de 1963 e tornada reconhecida por decreto presidencial em janeiro de 1964 (DE CARVALHO, 2005). A confederação foi fundada a partir de 26 Federações estaduais, dos quais dez sob orientação do PCB, oito sob a Ação Popular, seis vinculadas a grupos cristãos e duas independentes.

No golpe militar de 1964, a confederação passou por intervenção do Ministério do Trabalho, seus líderes foram exilados e presos, porém em 1968 o movimento sindical retornou à direção da confederação. A respeito da intervenção na CONTAG, a Igreja Católica não pôde ou não quis impedir a intervenção. O mesmo não pode ser dito do sindicalismo e das intervenções localizadas, pois a Igreja indicava interventores dos seus quadros mais moderados, impedindo o fechamento de muitas delas (NOVAES, 1991).

Outra mudança feita pelos militares foi transformar as organizações rurais por meio da unicidade sindical, que vem do período Vargas e permanece até hoje, ou seja, apenas um sindicato de base é permitido por município e uma federação por estado. Assim, o mesmo sindicato rural passou a congregar, sob a denominação genérica “Trabalhador Rural”, uma heterogênea base formada por assalariados rurais, pequenos produtores, parceiros, rendeiros, etc.. Ao operar na legalidade, a CONTAG engendrou uma considerável rede de alianças e STRs,

pela prática de costurar alianças dentro da própria Confederação, que comportava dentro de si, a um só tempo, experiências burocráticas e meramente assistencialistas, experiências de assento e negociação com órgãos dos governos militares e, ainda, experiências de coordenação de atos de resistência à violência patronal e policial contra aqueles que, por este Brasil afora, lutavam pelo acesso à terra e por melhores salários e condições de trabalho. (NOVAES, 1991, p. 174).

Grosso modo, consideram-se as concepções e práticas sindicais da CONTAG mais atentas à manutenção da unicidade sindical, construída na postura legalista da qual brotou (RICCI, 2009, p. 330). Nascida e funcionando na legalidade, a confederação manteve-se independente dos partidos políticos, banidos da esfera política e da Igreja Católica. Diante do Estado, a CONTAG assumiu o fardo previdenciário, abarcou prestação de serviços sociais e, diferente da postura reivindicatória, “na década de 70 foram fundados 46% dos 2732 sindicatos de trabalhadores rurais recenseados em 1989, e é possível relacioná-los com a busca de aposentadoria, pensões, auxílio-funeral, serviços de Saúde.” (NOVAES, 1991, p. 178). Essa concepção sindical legalista, ao operar no limite estreito da lei, foi adiante nos períodos mais duros do regime civil-militar (RICCI, 2009).

Favareto (2006) destaca fatores de continuidade e ruptura, antes e após 1964, na posição da Igreja Católica e seus efeitos sobre o sindicalismo rural. Por isso, o manto institucional da Igreja permitiu preservar as lideranças, e a amplitude das denúncias contra injustiças sociais tinha maior ressonância social. Apesar de apoiar o golpe militar de 1964, decorreu uma virada nas décadas de 1960-1970 nos setores progressistas da Igreja Católica, a datar do Concílio Vaticano II (1965) e

da Conferência Episcopal de Medelim (1968), momento no qual a Igreja assumiu a “opção pelos pobres”.

Nesse sentido, trata-se da atuação da corrente autodenominada Teologia da Libertação, que promoveu engajamento e politização dos agentes eclesiais nas cidades e no campo. A renovação objetivamente se apoia na criação da Comissão Pastoral da Terra (CTP) – 1975. O campo brasileiro contém de fato violência, e além da CPT atuaram outras pastorais nas áreas de situação de conflito social. Ao privilegiar as comunidades, a Igreja fornecia uma linguagem que forjava uma identidade e consciência da realidade social, regida pela participação e mobilização nas comunidades de base.

No processo histórico o choque de concepções sindicais transcorreu em primeiro nível entre sindicatos “pelegos” e de “oposição”. No sindicalismo rural, a contraposição também é de sindicalismo autêntico (CONTAG) e oposição sindical. Essa energia sociopolítica provém da influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que por sua vez refletiram na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Conforme Ricci (2009), o segundo choque de concepções sindicais se deu entre a CUT e a CONTAG, resolvidos em 1995 na filiação da CONTAG à CUT, onde foram desmontados o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) e os Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais (DETR), criados pela CUT entre 1989 e 1990.

Na década de 1980 a polêmica da Central Sindical (CUT) foi organizar ou não os “produtores autônomos” na condição de pequenos proprietários; uma década depois aparecia a dificuldade de atender a demanda dos assalariados rurais (FAVARETO, 2006). Essa mudança equivale à definição, na década de 1990, da agricultura familiar como público-alvo das políticas agrícolas e do projeto da CUT atualizado ao meio rural³³. Nesses projetos “alternativos de desenvolvimento rural”, os termos “camponês” e “trabalhador rural” praticamente desapareceram dos documentos oficiais. Também, há uma mudança expressiva na formação das lideranças sindicais. Como exemplo disso, cita-se a trajetória de um agricultor gaúcho que se consolidou como liderança nacional do sindicalismo rural da CUT, tornando-se posteriormente presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na

³³ A questão também pode ser explicada pela penetração no sindicalismo brasileiro de concepções neoliberais no início da década de 1990, e desse modo agricultura familiar torna-se alternativa ao desemprego estrutural (GALVÃO, 2012).

Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL), tornada confederação nacional em 2016.

A partir da formação social, enumeramos uma divisão que percorre o cenário brasileiro em relação ao modelo de desenvolvimento urbano-rural. Por um lado, a agricultura produtivista destinada para exportação (e mercado interno), que emerge fortemente a datar dos anos de 1980. A prioridade do Estado brasileiro esteve direcionada para este setor da agricultura no transcurso histórico, e é representada atualmente pela bancada do Congresso Nacional intitulada Ruralista. Do outro lado, podemos considerar a agricultura familiar, um conceito que emerge nos desdobramentos do mesmo desenvolvimento rural. Em termos efetivos, ganha força na década de 1990, durante a efetivação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O conceito de agricultura familiar consiste na expansão da reivindicação diferente e comum de três segmentos distintos: agricultores familiares integrados ao modelo produtivista, os menos integrados e trabalhadores assalariados do campo (BOSETTI, 2013).

A respeito da constituição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), sabe-se que nasceu da instalação estadual da delegacia da CONTAG em 1967. De modo que, segundo o movimento sindical, a FETAESC foi fundada oficialmente em 2 de junho de 1968 com um total de 20 sindicatos rurais, constituídos pelos municípios. Conforme Auras (1991, p. 276-277), os sindicatos de trabalhadores rurais criados em 1967 (Caçador, Luiz Alves, Herval d'Oeste, Itapiranga e Chapecó) passaram pela forte pressão do patronato, da prefeitura e do clero; e no seu congresso em 1972, a FETAESC fazia mensagem de apoio sindical ao governo militar, ministérios da previdência e agricultura, e também ao governo estadual conservador.

A federação atualmente tem 201 sindicatos filiados e 26 extensões de base, ou seja, atua em 227 municípios distribuídos por 17 associações microrregionais (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2017). O Sul Catarinense, conforme a disposição, é formado pelas associações do Vale do Araranguá, Vale do Tubarão e associação Carbonífera. A distribuição dos sindicatos filiados acontece da seguinte maneira: AMESC, 11 sindicatos; AMREC, 9 sindicatos; AMUREL, 14 sindicatos.

No Sul Catarinense a maioria dos STRs foi fundada na primeira metade da década de 1970, tendo principalmente atribuições assistencialistas, e desse modo, como em todo o território nacional, o

governo militar equalizava a pressão política que vinha do rural. Outrossim, a posse da diretoria dos STRs significou obter prestígio social nos municípios em questão. A propósito das inter-relações de STRs e sindicatos de trabalhadores urbanos, a história e a historiografia regional deixa lacunas. Na memória do atual presidente do sindicato rural de Içara:

O nosso movimento sindical foi criado lá nos anos e na década de 70. O principal objetivo ao agricultor era o assistencialismo. O agricultor não tinha atendimento médico em hospital [...]. Nós não tínhamos ainda o atendimento pelo SUS, ou você tinha o dinheiro para pagar a sua consulta num médico que era bem distante. Aí começou por dentro dos sindicatos, o governo colocou o assistencialismo, assistência de saúde. Nós tínhamos médicos e serviço odontológico. Esse [era] o atendimento que tinha no sindicato. O nosso sindicato fazia até pequenas cirurgias na época, porque tinha um convênio que o governo arrecadava [na época] os dividendos da agricultura e criou-se na época o FUNRURAL. Então tinha esse convênio, e eles passavam um convênio ao sindicato para ele prestar esse serviço aos agricultores. (HERCILIO JAIR ANTONIO, 2017).

O requisito governamental para receber a assistência foi estar associado ao sindicato rural. A aposentadoria aos 60 anos, pagando um salário mínimo integral, foi outro direito conquistado na constituição de 1988³⁴. Assim, a constituição de 1988 criou o SUS: “criou-se hospital, criou-se os postos de saúde, e com isso o atendimento do sindicato passou a ser diminuído também, porque os convênios passaram a ter menos valor para o sindicato.” (HERCILIO JAIR ANTONIO, 2017). Nesse quadro de transformações, os sindicatos encolheram, deixando de cumprir a razão de ser assistencialista, atribuída ao movimento sindical regional. Por isso, os STRs se adaptaram e passaram a gerir outros serviços, como assessoria jurídica, regulação do imóvel rural, etc.. Assim, o sindicato filiado a FETAESC intermedia financiamento de

³⁴ Também, a constituição unificou as disposições de direitos dos trabalhadores rurais e urbanos nas questões previdenciárias e trabalhistas.

infraestrutura e custeio por intermédio das linhas do PRONAF mais acessíveis ao agricultor familiar, fornecendo a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), entre outros serviços prestados aos associados.

A grosso modo, a estrutura dos STRs do Sul Catarinense comportou previdência e assistencialismo, adaptou pautas como mecanismos de comercialização, financiamento, preço e políticas agrícolas, e, por isso, se difere dos STRs formados para encaminhar demandas trabalhistas. Do mesmo modo, ações conjuntas e desenvolvimento de programas em favor dessas reivindicações são parte integrante de aproximação entre pares institucionais, como STRs, SRs, EPAGRI, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), secretarias de agricultura dos municípios. Por outro lado, o Sul Catarinense recebeu iniciativas do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), na criação da Regional Sul nos municípios de Urussanga (em 1994), Orleans (em 1995) e Treviso (em 2000) (SALVARO, 2010).

Na década de 1980, a concepção de direito a ter direitos, ou seja, a universalização de direitos humanos, animou os movimentos sociais. Paulilo e Boni (2016) retrataram a trajetória de um dos movimentos, o MMA, organizado a partir das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, no início dos anos de 1980, em Chapecó. De início o movimento se pautou no reconhecimento de questões trabalhistas, a exemplo do que ocorria no Rio Grande do Sul com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). A oposição do movimento social aos sindicatos filiados à CONTAG torna possível a comparação entre as regiões Norte e Nordeste do país e os três estados do Sul do Brasil, mais precisamente na região geográfica contínua do Sudoeste do Paraná, Oeste Catarinense e Noroeste do Rio Grande do Sul (PAULILO; BONI, 2016).

Ainda segundo as autoras, a constituição de 1988 abriu a reivindicação de direitos e aos poucos foram sendo regulamentados. O movimento social reivindicava o enquadramento profissional como “trabalhadoras rurais”, ao contrário do costumeiro “do lar”, a aposentadoria aos 55 anos de idade, o salário-maternidade e a assistência contra acidentes de trabalho. Apesar de vetado o salário-maternidade na regulamentação da legislação previdenciária em 1990, por intermédio do movimento de trabalhadoras rurais foi aprovado em 1993 (BRUMER, 2002). Nesse sentido, os movimentos de mulheres agricultoras tiveram de encampar campanhas e lutas pela obtenção de título de eleitor e carteira de identidade, porém a inserção do nome das mulheres nos títulos de terra é uma luta mais complicada.

A respeito da federação patronal, trata-se da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), que nasceu em janeiro de 1968. Assim, está interessada em representar “produtores rurais” ou demais integrantes da categoria econômica. Ainda afirma ter como patrimônio 113 sindicatos rurais e cerca de 98 sindicatos ativos (FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2017). A federação tem 19 sindicatos rurais filiados nos municípios do Sul Catarinense.

Torna-se perceptível que no âmbito estadual a FETAESC e a FAESC convivem em harmonia, apesar das divergências políticas. Por isso, as federações representam públicos diferentes e pode acontecer a polarização em lugares no qual diferentes sindicatos competem pelo mesmo agricultor. A existência de STR e SR em igual município no Sul Catarinense (Orleans, Nova Veneza, Araranguá, etc.) é resultado de articulações e rachas políticos em tais municípios, envolvendo as tensões partidária e o poder local. Desse modo geral, os sindicatos rurais saíram dos STRs, o que, em menor amplitude, expressa a diferenciação social e política da base que representa os agricultores.

A respeito da federação, a FAESC integra o sistema CNA, fato que a qualifica como patronal. De fato, sem necessidade de aprofundamento, o Boletim da FAESC tenciona com pautas “classistas” patronais e procura estabelecer harmonia entre produtores, agroindústrias e governo. As ações pleiteadas estão relacionadas com: infraestrutura, políticas específicas para expansão de empreendimento; preocupações sanitárias e com os mercados interno e externo; sistema de aprendizagem rural; e, mais recentemente, a apropriação e distorção da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável. Se isso só não bastasse, ainda tem o controle dos recursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). De acordo com Sauer e Tubino (2007), o setor patronal agrícola mais ativo representado pela CNA e suas entidades regionais atua com eficácia na combinação simbiótica com a administração do SENAR.

Além de ficar responsável por recursos destinados à aprendizagem rural por intermédio do Sistema “S”, estrategicamente combina diretorias simultâneas. Essa questão se repete no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), simbiótico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Apesar do conselho do SENAR ter representantes externos, a ambiguidade se repete em todas as federações ligadas à CNA no Brasil. Sauer e Tubino (2007) problematizaram os casos de desvio de recursos públicos destinados para treinamento de trabalhadores rurais. Ou seja, as

entidades estaduais ligadas à CNA, ao combinar a administração do SENAR, utilizaram dinheiro público para cobrir despesa, salários de funcionários e até dos presidentes das entidades. Porém, a principal contradição é que pretendem “formar” e “educar” segmentos vulneráveis de trabalhadores da terra da qual nunca tiveram nenhuma proximidade – e provavelmente os desprezam. Também, em Santa Catarina o controle do recurso do SENAR passou pela deliberação, mas não se sabe dos resultados das deliberações e encaminhamentos.

Nesse sentido, o Oeste Catarinense, território das grandes empresas do setor (Sadia, Seara, Perdigão), observa resistência organizada dos produtores integrados nos primeiros anos da década de 1980. Belato (1985) observa a expressão política do descontentamento cotidiano dos integrados a partir da atuação da comunidade eclesiástica de base na criação da Associação de Criadores de Aves (ACRAVE) em Chapecó, no ano de 1979. Entre as requisições dos integrados mobilizados estava melhor remuneração, obstruir desobstrução do diálogo com a empresa e fim da retaliação contra o movimento organizado ao desligar as suas lideranças. Igual a mobilização da AVISUL (2013), que segue nos dois próximos tópicos desta dissertação, a estratégia dos avicultores foi a mobilização rápida para aprovar o Estatuto Social e obter assessoria jurídica, embora os integrados estivessem sujeitos a retaliação e não reconhecimento da empresa.

O próximo desafio foi registrar a associação, pois havia de igual nome a Associação Catarinense de Avicultura (ACAV), que representava frigoríficos e fábrica de rações³⁵. Desse modo, o primeiro movimento das integradoras foi tentar impugnar o registro da ACRAVE, sendo derrotada no Fórum de Chapecó. A segunda estratégia dos frigoríficos e representações foi tentar conciliar as duas associações, ou seja, impor as determinações da base social da ACAV à ACRAVE. Conforme Mior (1992), a constituição de 1988 permitia a possibilidade de constituição de sindicatos por categoria econômica, e só desse modo os agricultores integrados conseguiram atuar no processo transformando a ACRAVE em Sindicato dos Avicultores de Santa Catarina (SINTCRAVE), em 1989.

Na região Oeste Catarinense, o número de avicultores totalizava 4.000 e o SINTCRAVE conseguiu mobilizar cerca de 600, número considerado muito significativo (MIOR, 1992). Na eleição da chapa que iria compor a diretoria e por conta de divergências na discussão do

³⁵ Hoje, o Sindicato das Indústrias da Carne e Derivados no Estado de Santa Catarina (SINDICARNE) e a ACAV são a mesma entidade.

estatuto, parte de integrantes da diretoria abandona o SINTCRAVE e começa a organizar o Sindicato Patronal dos Criadores de Aves de Santa Catarina (SINCRAVESC). As diferenças dos dois sindicatos são marcantes pela pauta de reivindicação e base social. O SINTCRAVE, ligado à CPT e à CUT, das pautas estava interessado nas formas de fechamento e remuneração do trabalho e unificação dos dias de pagamento após a venda dos lotes. Adiante, propunha discutir custos de produção, tabelas de remuneração e, ao aproximar-se dos STRs, estreitava relações com a produção familiar integrada e não integrada.

O SINCRAVESC foi constituído em março de 1990 e tinha 200 associados, assim incorporando parte da diretoria que integrava a ACRAVE. Conforme Mior (1992), foi a primeira entidade a buscar amparo legal para o tipo de contrato estabelecido, e ao encampar a luta jurídica desmascarava o contrato de adesão ou falsa parceria. Nesse sentido, em uma das primeiras reivindicações encaminhadas ao SINDICARNE, o rol de reivindicações “está permeada da idéia de que a atividade agrícola deve remunerar seu empreendedor assim como qualquer outra atividade empresarial.” (MIOR, 1992, p. 271). Assim requisitavam, diante de atribuições capitalistas e empresariais: elevar o percentual de remuneração dos lotes, de 7,5% do percentual de carne recebido para 30%; que o carregamento das aves ficasse a cargo de empresas especializadas; inclusive propunha participar nas ações da integradora. Ou seja, o SINCRAVESC era formado por profissionais liberais urbanos que, de posse de áreas de terras, constroem aviários como forma de obter outra fonte de renda, empregando subparceiros.

Nesse sentido, quais movimentos de produtores integrados e agricultores ocorreram no Sul Catarinense e qual a experiência de organização desta categoria? Conforme as fontes disponíveis, no início da década de 1990 transcorreram assembleias estaduais de produtores de fumo para discutir o reajuste recebido por arroba de fumo. No início de janeiro de 1992, a assembleia microrregional em Içara deliberou não entregar a safra de fumo de 1992 se não fossem acordados reajustes de preços (QUADROS, 1992, p. 05). No outro lado da negociação sentava o Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO)³⁶.

³⁶ O jornal não menciona, porém há tradição de debater preços entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS) e a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA).

Haja vista o problema da mobilização organizada dos plantadores, trata-se de indagar a mediação da AFUBRA, que nasceu em 1963 da antiga associação de plantadores de fumo no Rio Grande do Sul. Neste momento, a AFUBRA tinha escritório em Tubarão e Araranguá, e geralmente está sujeita às críticas de defender a indústria do fumo (VOGT, 1994). Entre as suas atribuições, está a gerência de planos de seguro da safra contra intempéries climáticas, venda de produtos agropecuários e eletrônico etc.. A questão da lavoura de fumo integrada foi analisada tanto em Santa Catarina como no Rio Grande de Sul por Hartwing (2016), Conde (2012), Garcia de Araujo (2010), Lima da Silveira (2007), Carvalho (2006), entre outros.

Negociar preço não foi a principal questão naquele ano, e assim o presidente do STR de Içara, de 1992, denunciava a atuação da fumageira Souza Cruz (com Sede em Araranguá) ao pressionar e forçar os plantadores a vender a safra de fumo exclusivamente para a fumageira (SOUZA CRUZ..., 1992). Outrossim, uma empresa que compra e paga melhor assombrou a Souza Cruz na região. Esse talvez seja o maior dos problemas, e incorre uma observação. Assim, denunciava o presidente do STR de Içara, a multinacional rebaixava por índices técnicos a qualidade do fumo, em valor inferior da qualidade real. Em outras palavras, a integradora desloca arbitrariamente os índices técnicos e rebaixa o valor pago ao produto, no caso fumo em folhas.

No movimento sindical, o STR de Içara é reconhecido por negociar junto a empresas e entidades congêneres. Do outro lado, ao receber menores valores por trabalho, a saída dos plantadores foi vender parte da produção a outras empresas que pagavam melhor. Em outras palavras, o plantador financia a produção (safra) diretamente com a integradora, recebendo via crédito insumos. Já a integradora fornece assistência técnica e investe no beneficiamento e comercialização do produto. Esse é o funcionamento normal da integração, só que a integradora estava cobrando o valor dos insumos antecipadamente e não como nas safras anteriores. Trata-se de deixar explícito efeitos da transferência de custos menores a gigantescas multinacionais, ou seja, a apropriação do sobretrabalho dos estabelecimentos dedicados a lavoura de fumo.

Deixar de vender parte da produção foi uma estratégia de resistência comum aos plantadores de fumo, embora seja uma medida pontual. Assim, considerando a importância da lavoura de fumo aos municípios do Sul Catarinense, transcorreram outros problemas. Se avançarmos para o ano de 1997, o presidente do STR de Orleans alerta que as fumageiras Souza Cruz e Diamond retiveram dinheiro de

agricultores de Orleans (FUMAGEIRAS..., 1997). Aconteceu de a integradora condicionar a venda do fumo por meio de uma cláusula no contrato que dava permissão às fumageiras reter valores se o montante da produção entregue fosse menor do acordado no início da safra com o instrutor da integradora. E a integradora fazia isso descontando o valor da assistência técnica.

O fato expressa a prática corrente das fumageiras no complexo do fumo: obter assinatura de contratos sem os agricultores conhecerem o conteúdo pactuado. É contraditório esperar equidade nas relações de trabalho quando a integradora impõe a assinatura de um contrato que apenas lhe favorece. Desse modo, e o fato denunciado expressa a questão, além de espoliar os fornecedores de matéria-prima, a integradora confeccionava cláusula que obstruía acesso à justiça. Assim, como resposta, obtivera ações sindicais coletivas contra a situação dos valores. Questão problemática foi a transferência da unidade de compra da Souza Cruz de Tubarão para Santa Cruz do Sul (RS) e Blumenau, desse modo dificultando aos plantadores acompanhar a classificação e o pagamento das suas safras, uma maneira de buscar remuneração por seu trabalho.

O município de Içara já foi considerado a capital catarinense do fumo nas décadas anteriores e chegou a produzir 14 milhões de quilos do produto, logo surgindo a questão do encaminhamento do STR diante das fumageiras.

Tem uma determinada situação que elas não consideram muito o trabalho dos representantes dos agricultores, que é o movimento sindical. Muitas vezes a gente trabalha em parceria, faz levantamento de custo de produção, levanta dados para ir lá negociar um preço dessa cadeia produtiva, do produto que o agricultor produz. Muitas vezes a gente não consegue aquele objetivo. (HERCILIO JAIR ANTONIO, 2017).

De fato, há limite na negociação entre representantes de produtores e fumageiras. Além de atritos nas negociações de preços, as fumageiras dificultam o debate, assim representação e produtores enfrentam problemas. No complexo do fumo, ocorre uma negociação virtual, pois a fumageira paga quanto quiser, e na iminência do abandono da negociação a baixa intensidade da resistência dos plantadores e a negação da representação coletiva inviabiliza forçar e retomar o equilíbrio. Quanto a isso, por conta de uma estrutura

pulverizada de produção e dificuldade de estocar produto, os plantadores de fumo não têm meios conjuntos de boicotar a entrega da produção. Outrossim, a venda do fumo se modificou nos últimos 20 anos, havendo mais compradoras e o fim da obrigatoriedade restrita de vender toda a produção a uma única fumageira.

Nesse sentido, para tratar da luta cotidiana e por melhores condições de trabalho, seja contrariando as multinacionais fumageiras ou os frigoríficos como a Ceval/Seara, a fonte informante precisa ser produzida pelos métodos da história oral. Assim, a ação dos sindicatos na região segue estritamente a luta dentro da legalidade, embora movimentos organizados possam operar em escala regional. Ao discorrer sobre o contexto sócio-político torna-se inteligível o discurso patronal dos complexos de fumo e suíno/aves propagando relações sociais e de trabalho que garantem sua reprodução social ou mesmo sua ampliação. Também, o enraizamento do capital nos municípios e na base social mascara expressivamente o controle exercido sobre a força de trabalho pela subordinação real.

Por isso, é pertinente afirmar a experiência subordinada socialmente em todas as esferas ou setores da vida social. Na base da AVISUL, formada em 2013, está presente uma primeira tentativa de mobilização e mais experiência do agricultor, do pequeno produtor, agricultor familiar, profissional autônomo, cargo eletivo, a participação no sindicato dos servidores públicos, etc.. Nesse sentido, quais tentativas foram elaboradas para reivindicar melhorias na condição material de trabalho? No ano de 2003/2004³⁷ um grupo de avicultores do município de Treviso e Siderópolis, diante do arrocho e não reajuste de valor dos lotes, iniciaram reuniões nos municípios.

E foi assim. Foi uma reunião feita no Treviso. Eu não [estou] bem lembrado, mas tinha prefeito na época que ajudou a gente. Prefeito [do Treviso]. Daí, a gente fez umas reuniões e viu que [...]. Porque o Treviso era uma força grande, tinha 120 produtores. Tudo ali dentro do município onde fizemos as reuniões. E a gente sentiu que os produtores [estavam] ansiosos para conseguir alguma coisa. E aí fizemos, e começamos já a associação. (ENTREVISTA 15, HOMEM, 2017).

³⁷ Encontramos uma divergência das datas, fato que não é problema para relatar o transcorrer da associação, e fala-se de 2005 até 2007.

Essa mobilização foi articulada nos municípios com maior presença de galpões, ou seja, Treviso, Nova Veneza e Siderópolis. O grupo de integrados da “Seara” e da “Agrovêneto”, organizado e mobilizado, foi composto por avicultores sob regime de agricultura familiar, em maior proporção, e contratantes de trabalho, em menor medida. A diretoria foi definida por indicações, ficando o presidente responsável por se deslocar aos municípios para conscientizar os avicultores da necessidade de negociar a remuneração paga pelos lotes.

E aí fizemos umas negociações com os empresários. Eles viram [...] que o nosso caso tava problemático mesmo. [...] Aí até conseguimos bastante coisa [...]. Que na época, eu lembro, até dobrou. Por exemplo, assim nós ganhávamos 2 mil, foi pra 4 mil o lote. Então assim, parece que deu uma melhorada. (ENTREVISTA 15, HOMEM, 2017).

A principal proposta da associação se pautava na melhora da remuneração, pois esperavam ganhar melhor e assim resolver os demais problemas. Apesar de obter reajustes de preços, a associação e os participantes aguerridos da causa começaram a perder espaço – na verdade foram vencidos pelo patronato do frigorífico. Além dos desafios de mobilizar os integrados e a distância das granjas, a associação, que obtinha recurso por mensalidades, encontrou-se diante da extensão dos tentáculos da empresa por meio de seu quadro de dirigentes e funcionários. Assim, a associação enfrentou o patronato do frigorífico.

Tu é um associado. Um cara que é ferrenha na associação. Ele chega lá, e começa a te passar conversa. [...] Vão quebrando o teu poder na verdade. [...] Aí o que acontece. Eles começam a te taxar. [...] O teu vazio [sanitário] é de 15 dias por exemplo. Eles te deixam 20 dias. Te deixam 1 mês sem alojar, entendeu? E aí, vão te puxando pelo cabresto. Vão te prejudicando cada vez mais até tu te render. Eles querem mesmo é que tu faça o que eles mandam, entendeu? Que tu faça o que eles mandam, trabalha de morrer. (ENTREVISTA 15, HOMEM, 2017).

Constituída a associação (apesar de não formalizada), os patronatos dos frigoríficos trataram de desarticular a mobilização por meio da repressão aos membros do movimento organizado. Nesse sentido, o presidente da associação relatou na entrevista que ficou 90 dias “taxado”, sem receber animais na sua granja. E como da avicultura advinha a única fonte de renda, e em frente do poder do frigorífico, “fui obrigado a largar” a associação. Do mesmo modo, há de se mencionar questões políticas partidárias que auxiliaram o patronato do frigorífico no decorrer do período, “e houve uma influência muito forte, questões de políticos da nossa região, com interesse em ter apoio das empresas conseguiram desmontar essa associação.” (CÉLIO ELIAS, 2017). Torna-se pertinente considerar a repressão da primeira associação ao atentarmos a pressão dos frigoríficos, apoio adquirido pelo capital dos cargos eletivos e em menor medida a forma ou estrutura da organização.

No entanto, a primeira mobilização já indicava os problemas de organizar esses trabalhadores, pois para se dispor de tempo para ir buscar apoio é preciso deixar a própria granja. Assim, o problema é não dispor de tempo e recursos para defender sua posição e encontrar o poder do patrão. Por outro lado, é sabido da manutenção por quadros dos diretores da unidade de Nova Veneza, e mesmo em outros tempos da AgroEliane, de laços estreitos de amizade com os “parceiros”. Isso resulta do enraizamento do empreendimento no ambiente sociocultural: quando essencialmente maior a dimensão do capital, há uma tendência da supressão dos vínculos extraeconômicos, como amizade e credibilidade. Trata-se de mencionar essa dimensão da subsunção da relação de trabalho, pois o arrocho salarial atingiu a todos.

Ainda no transcorrer da organização, os integrados dissidentes obtiveram apoio do SINTACR: “[...] Eles davam uma força, um apoio para associação [...] Eles ajudavam nas reuniões. Eles davam um bom apoio.” (ENTREVISTA 15, HOMEM, 2017). A proposta do SINTIACR significou estender e fortalecer a solidariedade dos trabalhadores do frigorífico como forma de ampliar a resistência às determinações do capital. Nessa linha, não há articulações nos STRs direcionadas aos produtores integrados? Geralmente a integração de aves é vista como específica aos estabelecimentos vinculados ao frigorífico, e assim o STR às vezes não tem estrutura para encaminhar demandas de contestação direta com a empresa, além de serem pouco ativas as bases sociais.

Nessa linha, qual o desfecho da primeira tentativa de organização? Ainda os relatos destacam uma segunda mobilização em 2008: “Eu fiquei fechado 50 dias. O pessoal da Seara [esteve] aqui. Foram claros. Eles nem disseram. Tu quer ficar criando frango ou tu

quer ficar na associação.” (VALTAIR DA SILVA, 2017). Também, trata-se da primeira mobilização naufragar quando a integradora desligou o aviário de outro membro da diretoria, apesar de acumular dívidas. Na segunda tentativa, feitas as reuniões e já em funcionamento as três unidades nos municípios, os membros que iriam compor a diretoria foram desligados antes mesmo de assumir os cargos.

O avicultor não tem nenhuma proteção social. Quando a empresa decide que não quer mais uma determinada família produtora de frangos, simplesmente informa por um comunicado que não irá mais alojar os pintinhos e que não tem mais interesse em continuar. [...] Não importa se este produtor tem financiamento em bancos, se deve para avalistas, se tem outras despesas, se é a única fonte de renda que possui. O avicultor não tem seguro desemprego, nem qualquer outra ajuda. [...] Nenhuma instituição como sindicato de trabalhadores rurais, FAESC, FETAESC faz nada. (LÚCIA CIMOLIM, 2017).

Essa relação social tanto precarizada como perpetrada inviabiliza qualquer garantia e proteção social. Não é como se existisse uma regularidade em outro momento que foi interrompida, mas sim a continuidade do trabalho sem direitos e sem garantias na instalação das unidades industriais de abate de aves, e que nos momentos de crise expõe suas entranhas: o produtor está descontente, revoltado, a empresa fecha a granja e estabelece contrato noutra lugar!

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com mais uma questão complexa: o trâmite da Lei 13.288, da integração agroindustrial, sancionada em maio de 2016. O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em abril de 1998 sob a designação Pl. 4.378/98. Em junho de 2011 o projeto, contendo alterações, foi publicado no Diário Oficial sob o nome de Pl. 3.030/2011. Aprovado no Senado Federal no mês de setembro de 2013, retorna à Câmara dos Deputados (AMORIN, 2014). No transcurso, o texto original recebeu emendas na Câmara Federal, casa revisória, e tornou-se Pl. 6.459/2013, e desse modo foi boicotado pelo setor agroindustrial em 2013.

O projeto significou produzir código jurídico para a relação integrado e integrador, pois o artigo de regulamentação contido no Estatuto da Terra foi removido em 1996. Durante a construção da Lei da Integração percebe-se a ação do setor agroindustrial em confeccionar

matéria jurídica que apenas removeria qualquer vínculo trabalhista (PAIVA, 2010). Desse modo, o projeto tem méritos, como compartilhar alguns riscos, que podem ser ambientais e econômicos, e trazer mecanismos importantes. O principal problema é a necessidade de associações e sindicatos fortalecidos para questionar a integradora em cada unidade produtiva.

Voltamos ao problema da desproteção social. A integradora nunca cumpriu a porcentagem estabelecida no Estatuto da Terra, ignorando o Novo Código Civil (Lei 10.406/2002), ao qual diz submeter seus contratos, e ainda deixa de lado a legislação de 2016. Em outras palavras, os frigoríficos, onde não encontram resistência mobilizada, seguem os mesmos procedimentos e práticas no aprisionamento dos estabelecimentos rurais.

Haja vista a perpetração da precariedade, há máscaras de ideologia que tornam a desproteção social em vantagens econômicas? Sim! A principal campanha ideológica é bandeira de quem a agroindústria aceita dialogar, a FAESC. Por isso, a discussão sobre a viabilidade do sistema de integração retrata a questão mais profundamente, e vale algum argumento, além da tentativa da implantação do fórum da avicultura.

Nessa linha, a federação e a hegemonia agroindustrial trabalharam para criar em 2007 o comitê paritário da avicultura, que contou com a presença de representantes da indústria, da ACAV e de alguns produtores rurais de Santa Catarina (SINCRAVESC), filiado à FAESC. O fórum legítimo, ou seja, que apenas acate a proposta das entidades mobilizadas, foi espelhado ao que vem ocorrendo entre laticínios e criadores de gado leiteiro, designado Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado de Santa Catarina (CONSELEITE). Ficamos na dúvida, ao lado da ideologia, o que mais o conselho produziu?

Em outubro de 2010, como consequência do avanço do diálogo, fica pronto o estudo de viabilidade da integração avícola. Como seria de se esperar, tornou legítimo a viabilidade do modelo produtivo, índices de remuneração e meritocracia: também deu à estrutura de poder aspectos “modernos”. O trabalho desenvolvido resultou da empreitada do Centro de Pesquisa de Suínos e Aves, uma equipe da EMBRAPA, em Concórdia (ESTUDO..., 2010, p. 8). Se o sistema de integração na avicultura é viável, ao menos temos de questionar para quais estratos de produtores torna-se lucrativo e vantajoso em Santa Catarina.

Na prática, o comitê paritário pouco avançou e será substituído pelas Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação

da Integração (CADECS) de cada unidade produtiva, a datar da Lei 13.288/2016. Assim, torna-se questionável comprar o argumento de “que o sistema de produção avícola integrada é viável, é rentável, é sustentável, influenciando positivamente o relacionamento de pelo menos 10.000 criadores e 20 indústrias avícolas” (ESTUDO..., 2010, p. 08). Portanto, na narrativa exagerada, se o sistema é viável e funciona, as representações envolvidas vão culpar o integrado. Assim, lista-se uma série de problemas técnicos que têm feito produtores perderem eficiência e sofrerem “em razão do envelhecimento de suas instalações ou de mudanças de normas operacionais e técnicas.” (SISTEMA..., 2010). Mas qual produtor as representações veem? Do mesmo modo é válido o desconhecimento da realidade retratada ou do abafamento da requisição dos mais de 10 mil criadores de Santa Catarina, e de não considerar os efeitos estruturais do estrangulamento da produção familiar na agricultura.

E a FETAESC, qual a posição da federação sobre a integração agroindustrial? Também, a FETAESC vislumbra a noção econômica de sustentabilidade da integração, porém destaca de maneira explícita a falta de participação do agricultor nas decisões que o afetam no complexo agroindustrial e as características subordinadas da prestação de serviços. De modo geral, a FETAESC está comprometida em promover políticas agrícolas para a promoção do bem estar e da qualidade de vida do agricultor, ou seja, dos trabalhadores rurais.

Assim, as frações do patronado agroindustrial, agrícola e industrial atuam/atuarão em pares para reforçar e manter os privilégios materializados na estrutura socioeconômica e sociopolítica. A contrapelo, torna-se urgente apreender como a AVISUL iniciou a luta por melhores condições de trabalho e o enfrentamento ao patronato agroindustrial sob a designação *holding* que adquiriu as unidades produtivas.

4.2 ABERTURA DE ESPAÇO À LUTA SOCIAL: OS CAMINHOS DA MOBILIZAÇÃO ORGANIZADA NO SUL CATARINENSE (2010-2013)

Ao inverter o quadro de lugar, a terceira mobilização deu frutos e procurou meios de organizar o “avicultor” e lutar por melhores condições de trabalho e segurança diante da dependência econômica. Desse modo, por fio condutor interessa revelar as contradições do

sistema integrado, entre o período de crise no setor e da chegada da JBS. Nota-se, assim, os percalços de contestar a ordem social no relato do vice-presidente.

Uma associação, o que a gente ia formar. Nem sabia direito como fazer, e a gente foi buscar. E viu essa dificuldade, onde tinha alguma coisa começada, mas ela não andava. Tanto que depois algumas dessas [associações], quando viram que a gente engrenou aqui, eles acabaram engrenando também. Inclusive, lá no Norte do Estado. Lá em Rio Negrinho, Mafra. A gente usou como parâmetro para iniciar, mas que lá também estava meio parado. Depois eles acabaram agilizando. Até pelo que os outros dizem e a gente busca saber. Forte e com organização como a gente fez foi a nossa aqui, AVISUL de Santa Catarina. (WALMIR FABRO, 2016).

Por isso, a ação e a mobilização de 2013 a 2016 expressa caminhos recorridos para tentar reverter a situação desfavorável dos avicultores no Sul Catarinense (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2015). A representação de enfrentamento e luta converge com a rápida mobilização dos avicultores. A primeira reunião foi realizada em 03 de junho de 2013 no município de Lauro Muller, embora tenham ocorrido reuniões em 2012, em menos de dois meses mobilizaram avicultores de 20 municípios, formulando seu Estatuto Social e a pauta de reivindicações.

Em 03 de agosto foi fundada oficialmente a AVISUL, na localidade de Rio Maior, município de Urussanga. “E quebrar com aquela coisa [de] assim: vamos fazer uma associação para brigar com a empresa, para cobrar da empresa.” (WALMIR FABRO, 2016). “Brigar” significa assumir outra postura diante do quadro sociopolítico de relativa paralisação dos avicultores em relação aos problemas que o afetam diariamente.

Nesse sentido, discordamos da leitura que entende a organização como tentáculos e extensão controlada por mecanismos e instituições públicas, como a EPAGRI e a CIDASC. Outra observação trata de considerar a extensão dos Braços Patronais (CNA) por assumidamente enquadrar demandas dos pequenos produtores e canalizar a massa de

interesses e pleitos patronais nas reivindicações junto ao Estado³⁸. No entanto, há uma distância objetiva que inviabiliza retratar o centro gravitacional exercido pela CNA e suas comissões como unilateral a exercer controle político sobre a mobilização organizada. Em outras palavras, o fazer-se em luta ao contrariar as raízes do poder da empresa desvela e expressa o enraizamento do mesmo poder. Ao operar diante dos espaços possíveis, trata-se de apreender, pela luta da AVISUL, ruptura e continuidade, ou seja, as possibilidades de cobrar da empresa e buscar melhorias nas condições de trabalho.

A respeito do enquadramento do movimento e do desenrolar do percurso de luta da associação, talvez nossa posição de observador altere o curso da argumentação. Por exemplo, nos 5 anos de debate sobre a Lei 13.288/2016, da integração agroindustrial, 86 entidades participaram da construção do texto sancionado em maio de 2016. Em Santa Catarina, a FETAESC presidiu a discussão sobre o Projeto de Lei, impactos e mudanças, por intermédio do “I Seminário em defesa da produção integrada”, do qual a resolução das associações participantes foi da rejeição do texto base.

Apesar do referido Projeto de Lei apresentar algumas alterações importantes, como compartilhamento de alguns riscos entre empresa e integrado, no Sul Catarinense a AVISUL protesta contra a construção arbitrária da CADEC pela empresa, o não cumprimento da divulgação de informações pré-contratuais aos interessados em construir granjas (Documento de Informação Pré-Contratual - DIPC) e a impossibilidade de conversar em condição de igualdade com a integradora. A CADEC local foi construída pela JBS 15 dias antes da Lei 13.288/2016 ser posta em vigor, ou seja, não tendo nenhuma legitimidade. Além disso, a nova legislação manteve contratos praticados até a data, pois o veto presidencial retirou o artigo que obrigava a integradora a reformular os contratos em 180 dias após a Lei entrar em vigor.

A respeito da origem dos financiamentos dos associados da AVISUL (60 milhões de reais no total), o Banco do Brasil forneceu a maior parte do crédito, por intermédio do PRONAF, PRONAF Mais Alimentos e Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP). O Santander também intermedia o PRONAF, além do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (MODERAGRO), do Financiamento de Máquinas e Equipamentos Agrícolas (FINAME) e do Programa de Geração de Renda (PROGER). O Bradesco, em menor medida, participou com o

³⁸ A interrelação com a CNA será demonstrado mais à frente.

PROGER, o FINAME e o MODERAGRO³⁹. Contudo, questiona-se: esses valores podem ser postergados e refinanciados?

No percurso à Brasília para tentar renegociar dívidas, os avicultores não obtiveram êxito, e, segundo o presidente da AVISUL, relatava o ministro da agricultura “que o problema é receita, e não [iria] renegociar dívida. Porque se renegociasse, lá na frente vai voltar de novo a mesma situação.” (EMIR TEZZA, 2016). As duas reuniões aconteceram em 17 de dezembro de 2013 e em 03 de junho de 2014, com o então ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Desse modo, a questão é a dificuldade de pagar o financiamento pesado de construção (que chega até a 700 mil reais), por causa da baixa receita gerada na granja. No entanto, há também financiamentos para trocar equipamentos como fornalhas e cortinas, e o avicultor faz a melhoria sob a ameaça de não mais poder alojar animais se a mesma não for realizada. Assim, assume-se valores e riscos, pois acontece da integradora desligar a granja depois de fazer a melhoria. E a integradora se responsabiliza pelo financiamento? Não, além de chamar o integrado de incompetente, alega que a decisão de trabalhar é do integrado, o risco é do integrado, problema do integrado.

De fato, o trato do Estado é diferente para a pluralidade de produtores no Brasil. Nesse caso, procuramos compreender a trajetória e as fraturas do movimento, além de apreender as possibilidades de ação. A empreitada passa objetivamente pela descrição dos processos de luta, tanto nos avanços quanto no cerceamento da história desses homens e mulheres. Na representação política dos produtores.

Um dos maiores problemas também é que como eles são muito grandes, eles [têm] domínio na questão política e na questão sindical. Porque pra ti ter uma ideia, nós já temos esse nosso movimento há muito tempo, há três anos. A FAESC, que é a Federação Catarinense dos produtores médios, que são os produtores. [...] Os empresários, como diz eles. (EMIR TEZZA, 2016).

Na questão política, buscou-se fazer pressão e comprometer os deputados federais e estaduais eleitos na região para levar adiante as reivindicações dos avicultores, porém a empresa financiou “legalmente”

³⁹ Alguns desses programas de financiamento são ofertados por bancos privados por intermédio de recursos do BNDES.

a campanha dos parlamentares catarinenses. Nos documentos distribuídos pela AVISUL em suas reuniões, o que muitos já sabem: a JBS financiou campanhas de deputados e até mesmo do governador do estado em 2014.

A reflexão da questão sindical contesta a delimitação institucional de representação política, e a estrutura sindical inelástica que se formou: confederações nacionais e federações estaduais alinhadas a agroindústrias e frigoríficos. É também aspecto do movimento buscar lugares de representação política e não ter suas reivindicações sequer acatadas. Assim, a AVISUL e as associações congêneres conseguiram do presidente da FAESC ao menos marcar uma reunião, em 17 de março de 2016. “Ele recebeu a empresa. Se trancaram numa sala com a JBS e não nos receberam” (EMIR TEZZA, 2016). O desfecho ilustra a busca por enquadramento institucional e representação política. Afinal, formalmente quem são os produtores associados na AVISUL?

Os avicultores têm nota de produtor rural, por isso, é descontado no fechamento dos lotes 2% de FUNRURAL. Conforme o diagnóstico socioeconômico, a base social é formada por produtores familiares na agricultura capitalizados: as linhas de crédito dizem que são médios produtores, produtores familiares, agricultores autônomos. O FUNRURAL torna-se equivalente para a aposentadoria especial como agricultor, ou agricultor familiar. Do desconto do FUNRURAL, um percentual seria encaminhado para o SENAR/SC investir em treinamento dos trabalhadores rurais e dos produtores diretos. No entanto, relatam não receber a verba do SENAR e nunca tiveram treinamento de “como conduzir a propriedade, como administrar”, pois a FAESC e as agroindústrias instaladas em Santa Catarina relatam que a baixa remuneração resulta da falta de capacidades de gestão dos produtores⁴⁰.

De fato, a federação dos médios produtores está alheia à realidade do rural, deixando de acatar as lutas do amplo contingente de produtores por contrato no estado. A opção teórica “produtor” ilustra a ampla reestruturação do setor agroindustrial na década de 1990, como um fenômeno formado por coisas e não por políticas agrícolas desfavoráveis e encolhimento da participação do Estado como agente econômico na agricultura. Dito isso da federação, um sindicato de produtores rurais

⁴⁰ Optou-se na dissertação em tornar sinônimos termos “pequeno produtor”, agricultor familiar e produtor direto como forma de expressar agricultor capitalizado e inserido como prestador de serviços no complexo agroindustrial suíno/aves.

nos municípios apoiou com entusiasmo as reivindicações da AVISUL, porém a proposta de trazer uma balança para pesar animais e ração permanece embargada nos trâmites da burocracia e da sua federação.

Situação oposta aconteceu na FETAESC, considerada mais receptiva do que a federação patronal. Nesse sentido, percebemos no movimento de constituição da AVISUL aos poucos a constatação da imobilidade dos STRs e SRs de atuar nas esferas municipais e defender suas reivindicações. Isso acontece por efeito do tamanho do grupo econômico, tendo em vista que “ela [a JBS] queria que continuasse da forma que estava sendo antes.” (EMIR TEZZA, 2016). Por isso, o problema do monopólio produzido no Sul Catarinense pela JBS foi denunciado em audiência no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Brasília, um ano após a fundação da AVISUL. Em outros termos, três grupos econômicos operavam plantas industriais até o final de 2012, fato que permitia mudar de integradora conforme a disponibilidade de vagas como uma estratégia de sobrevivência a quem depende da atividade. No início das operações da JBS, trata-se de um verdadeiro monopólio de produção e circulação no território.

A proposta de trazer outra empresa para a região está presente nos relatos e reuniões da AVISUL desde 2013. Além da associação buscar meios de confrontar a integradora, foi mencionada a estratégia de contatar empresas interessadas e registrar preferência às cooperativas para instalar frigoríficos ou adquirir unidades de produção existentes⁴¹. De fato, nos lugares que têm concorrência a integradora paga melhor, e torna-se compreensível destacar a percepção dos avicultores da região que cooperativas remuneram melhor seus associados. No entanto, essa alternativa se defronta ao monopólio de circulação exercido pela JBS. Em suma, o território geográfico é transformado em cercanias do capital, a entrada e saída de concorrentes torna-se exercício de arbitrar sobre o território, ou seja, efetivamente exercer poder por intermédio e no mercado.

Durante a crise 2010-2012, o encarecimento do milho e a falta de ração aos animais afetou integrados da Agrovêneta e da Tramonto, porém não interrompeu o fornecimento a integrados da unidade de Forquilha, apesar da ração chegar nas granjas com menos milho. Embora sem reajustes desde 2007 em todas as unidades, nos dois frigoríficos a crise financeira afetou a renda e os ânimos dos integrados, entretanto as empresas pagaram por um cálculo de média anterior.

⁴¹ Também é um movimento de alguns prefeitos, e no final de 2017 levado adiante pela administração eletiva de Morro Grande.

Quando da unificação das operações da JBS Aves e JBS Foods, em 2014, a integradora tinha a vantagem de dispor de um contingente maior de granjas; diante disso, aconteceu um processo de exclusão pelas exigências de investimento e repressão de integrantes da associação.

Nessa linha, aconteceu um processo continuado de exclusão das granjas, efeito da imposição da integradora, que só em 2016 tirou da atividade 24 integrados – em números a capacidade de alojamento é igual a 445 mil aves. Na data de 23 de março de 2017, a AVISUL, sem canal de comunicação com a JBS desde maio de 2014, data da última negociação intermediada por prefeitos da associação de municípios da AMREC, relata aos mesmos que:

- 1) São 24 famílias que deixaram de ter renda da noite para o dia, comprometendo a alimentação e outras necessidades básicas familiares, como energia, medicamentos, etc.;
- 2) Alguns com filhos menores de 18 anos, trabalharam mais de 15 anos na atividade faltando 5 anos ou menos para aposentadoria. Salienta-se que a vida útil da construção civil de um aviário é de 25 anos e muitos desligados estão entre 08 a 10 anos;
- 3) Todos fizeram adequações, melhorias ou pequenas reformas nos galpões, resultando em recentes investimentos;
- 4) Alguns destes receberam “prêmios” de 2º e 3º melhores lotes do mês e mesmo assim na sequência foram desligados (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2017).

A primeira questão é tratar de como os fatos foram se sucedendo. Entretanto, transcrevemos a denúncia para ilustrar e tornar perceptível as particularidade, pautas e agendas da associação dos avicultores vinculados à agroindústria. Por isso, a denúncia não contesta apenas preço, e sim desligamentos arbitrários, viabilidade econômica da atividade e a natureza do trabalho precário sob jornadas 24/7. Outrossim, a participação dos prefeitos e das secretarias da agricultura dos municípios é requisitada, pois o poder público local foi o maior incentivador da instalação dos galpões em seus municípios.

Conforme as denúncias, enquanto desligava alguns integrados, a integradora abria novas vagas e sondava construção de novas granjas,

segundo a prática habitual “de fazer promessas”. Neste transcurso dos acontecimentos, a associação denuncia desligamento de avicultores com dívidas ativas de 2013 para frente. Em 2016, a estratégia da integradora foi desligar preferencialmente granjas sem dívidas junto a instituições financeiras, porque o avicultor endividado se obriga a serrar os dentes e trabalhar.

A contrapelo, desde 2013 mudanças operaram no sentido de contrapor a “parceria” até então praticada. As modificações decorrem do rearranjo produtivo e organizacional da operação das plantas de abate, modificações no mercado de frangos e derivados. Nessa situação, a AVISUL apagava incêndios, pois suas propostas não foram acatadas, e a empresa não se submete a discutir as questões da integração.

A associação formada e com a pauta de reivindicação e estudos técnicos denunciou as práticas de poder cotidianas, acusando o sistema de parceria de se tornar inviável (ainda mais com o monopólio da JBS), haja vista a vulnerabilidade do produtor isolado frente à integradora. Desse modo, a contestação da imposição da integradora é a resistência promovida pela mobilização coletiva na luta diária de contrapor ordens da empresa, que pretende fazer as propriedades reféns do processo de acumulação. Além da frente de negociação, a AVISUL atuou para conscientizar o público interessado em construir aviários. Em outras palavras, com a cooptação desvelada a taxa de interessados diminuiu, e consequentemente tiveram que se informar.

Técnicos da empresa buscaram pessoas que vieram do exterior para que colocassem novos aviários. Aquelas pessoas que vão trabalhar na Europa e ao voltar desejam investir no Brasil. Estas ligaram para a Associação dos Avicultores para se aconselhar: “Ah, eu vim do exterior, tô com 700 mil reais, boto um aviário ou não boto?”. A gente mostra pra eles o custo de produção e o valor recebido por frango e aí eles desistem da ideia na hora. A gente também pede para eles, checarem pessoalmente, visitando avicultores. Depois de verem a realidade decidam, é o que a gente diz pra eles. (LÚCIA CIMOLIN, 2017).

Mas como alguém faz um investimento desses sem seguir os procedimentos? O fato e o engodo são simples, o aparato político institucional de incentivos direcionados a promoção de atividades “produtivas” torna-se propriedade da integradora, capitais socioculturais

e materiais são mobilizados diante dos significados sociais de “trabalhador para si”, sem patrão. Também é correto da empresa buscar resposta produtiva em termos de volume instalado, porém sabe-se do exercício de desmobilizar associados pela ameaça e exclusão das lideranças. De fato, contra a taxa de obsolescência, avicultores começaram a questionar as variáveis “investimento a longo prazo” e “taxa de depreciação dos galpões”: informava-se da empresa suspender o alojamento caso o equipamento não fosse instalado, em contrapartida na socialização da obrigatoriedade optava-se por fazer o necessário.

Analisar a cronologia das principais atividades da AVISUL desperta interesse do volume de ações e formas de luta encaminhada. No entanto, boa parte do trabalho ainda espera por respostas, das reuniões e encaminhamentos, da articulação de eventos e materialização de propostas, básicas como a construção de um canal de diálogo com a empresa. As relações com outras associações e instituições implicam em perceber a complexidade das lutas encampadas pela AVISUL, também fazer enfrentamento por meio de protestos e paralisações. Como diz um dos cartazes usados em protesto: “SISTEMA CAPITALISTA: TODA ATIVIDADE PRECISA TER LUCRO. POR QUE A GENTE ESTÁ PAGANDO A CONTA SOZINHOS?” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013b).

De novo, este que organiza e escreve a narrativa histórica pede espaço para relatar o impacto de estar em assembleia geral em 2016, e saber pelo presidente do SINTIACR que, em meados de 2013, recebeu uma ligação do presidente da AVISUL, que entre outras questões pedia auxílio para ser “radical”. Este termo, como veremos, tem uma variedade de conotações, porém um dos significados é ampliar as redes de solidariedade e aumentar a capacidade de resistência diante da violência do capital. Nesse sentido, o primeiro enfrentamento foi iniciar as reuniões e formalizar a associação contra a intenção da empresa. Entretanto, a resposta da empresa foi dura:

De não conversar, de não aceitar. E de perseguir os seus líderes. Porque são perseguidos. Os da diretoria da associação são perseguidos pela empresa, direta ou indiretamente. Recebendo castigos, demora de alojamento, exclusão da atividade. Tivemos o tesoureiro excluído, um diretor técnico excluído, um representante municipal excluído. O técnico da empresa disse a este último que o motivo foi porque ele foi depor

no Ministério Público numa ação que está correndo. (LÚCIA CIMOLIM, 2017).

O presidente em exercício eleito naquela crise/compra de empresas foi desligado do quadro de granjas de postura da JBS Aves, depois integrado por outra empresa dedicada à incubação de ovos férteis. Em ato simbólico, entregou o aviário ao banco como maneira de saldar a dívida. Mas o endividamento é uma questão isolada? De certo que não, continuar investir e melhorar a granja é condição de trabalhar e se endividar: às vezes os animais na granja têm água tratada e nas casas dos avicultores não. Não obstante a pressão e a perseguição dos membros à frente da associação, “a gente continuou mantendo, a participação dentro da diretoria, daquilo que a gente tinha assumido. Porque, a gente tinha certeza de que [...] não fez nada de errado.” (WALMIR FABRO, 2016). As perseguições são formas coercitivas econômicas de violência; e perseguição trata-se de palavra branda para desvelar o histórico de violência que acontece por trás da fachada do setor de frangos.

E o relato de abusos de autoridade não atingiu apenas a diretoria, também assombrou produtores não ligados à associação. Várias questões que haviam sido encobertas com pedra em cima vieram à tona e tiveram expressão no transcorrer da mobilização da JBS e também das outras empresas. Porém, trata-se da ruptura da empresa em relação aos seus quadros de integrados. Outrossim, a narração das formas de perseguição é mais ampla do que imaginada: uma reunião de horas com os negociadores treinados da empresa pode ser mais violenta que ficar em longa espera para saber quando receberá novo lote de animais. Desse modo, na venda das empresas ocorreu o processo de nivelamento por baixo dos estratos de produtores integrados. Mesmo contratos com valor jurídico foram suspenso. Entretanto, a JBS da região não inventou nenhuma de suas práticas, apenas piorou a situação ruim dos produtores.

Ler as pautas de reivindicações obtidas em três reuniões de avicultores e da assembleia geral de Urussanga (com diretoria provisória) em 22 de junho de 2013 proporciona apreender o momento. Essas reivindicações foram encaminhadas no dia 08 de julho às três unidades e precisou de protestos para conduzir a integradora à primeira reunião, no final de outubro de 2013. Na parte designada “Contextualização”, o primeiro item expressa a necessidade de abrir canal de negociação por intermédio da entidade de representação dos produtores e da empresa. Além do diálogo nunca ser estabelecido coletivamente e apenas por vias individuais na data de escrita deste

trabalho, é tarefa complicada a ser conquistada, mesmo se se considerar os debates e discussões da implantação da Lei 13.288/2016 da integração agroindustrial.

Nesse sentido, o rol de reivindicações interroga questões sob desproteção social, porém cabe reforçar e expor em uma breve síntese os pontos de debate (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013c). Nas justificativas, os integrados reconhecem que o trabalho realizado por “pequenos” produtores familiares ajudou a consolidar um setor expressivo da economia de Santa Catarina, e movimentou a economia regional. Os custos sociais, as mudanças e alterações na maneira de trabalhar são provenientes de investimentos públicos, e a pequena propriedade serviu para amortizar os custos sociais do setor da agroindústria e de outros blocos de capital aplicados à agricultura.

A leitura acadêmica apropriada do “contexto” pode ser encontrada em Sorj (1980), Wilkinson (1986), Sorj, Pompermayer e Coradini (1982) e Muller (1989). Desse modo, o artigo de Heller da Silva (1998) serviu de subsídios, pois aborda “a organização sindical dos produtores integrados, e a representação dos suinocultores e avicultores do Paraná”⁴². Outrossim, a justificativa deixa explícito que o setor, direcionado à exportação, além da apropriação do trabalho da formação social, deteve vantagens comerciais pelo sistema sanitário aplicado ao controle de doenças e riscos biológicos. Ou seja, por causa da possibilidade de manter granjas de animais distribuídas por pequenas propriedades, em momentos de ocorrência de doenças o risco de perder o volume de produção é menor.

Nesse sentido, trata-se de expor que a consciência da exploração é relatada tanto por agricultores familiares como parentes que trabalharam fora das propriedades. Por que continuar? Simples, o mercado de trabalho não absorve ou cria barreiras ao trabalho dos “produtores diretos” por conta da idade. Assim, nos apropriamos ao longo do período de desenvolvimento deste trabalho da linguagem técnica, das formas e expressões das lutas, das resistências cotidianas. Em outros termos, os documentos escritos e os relatos narrados contêm a objetividade dos fatos e nas entrelinhas traduzem essa conjuntura particular.

⁴² A versão impressa foi cedida junto às atas e outros documentos. O artigo de Heller da Silva, igualmente, faz a pergunta “Agricultor autônomo” ou “trabalhadores assalariados”?

Do rol de 19 reivindicações destaca-se o item “Exclusão da atividade”, sendo proposto planejar e considerar o prazo de readequação à nova atividade agrícola e não agrícola, a relação entre compromisso financeiro e comprometimento da renda ou sobrevivência da família⁴³. Portanto, inicialmente as propostas são endereçadas à avicultura de corte, até porque recria e postura de ovos tiveram de mobilizar-se. Falamos da remuneração e reajustes, entretanto sem rever o contrato pactuado qualquer promessa de modificação cai no vazio. Por dentro e por fora da legislação, tanto faz, as relações de trabalho rural são por natureza desreguladas e precárias. Assim, pleiteia-se:

Que o contrato seja redigido com a participação de ambas as partes, de comum acordo com os avicultores, através de tratativas transparentes e de forma coletiva, sendo imediatamente revogado o atual. (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013c, p. 4-5).

Na verdade, a integradora se aproveitou do momento e na reconfiguração das operações suprimiu o contrato anterior e entregou o novo contrato redigido unilateralmente para recolher assinatura dos integrados. Enquanto a AVISUL procurava legitimidade diante da empresa no final de 2013, esta tratou de fazer as alterações sem consultar os seus integrados, e até o final de 2014 a JBS mudou todos os contratos (AVICULTORES..., 2014). Como o contrato é de adesão (assina se quiser), fica fácil ao representante da JBS afirmar diante do jornal que os avicultores assinaram de livre vontade, isto é a violência e a truculência do capital.

O item quatro da pauta propõe mudar a data de pagamento de 20 dias úteis para 7 dias após a entrega do lote. Os 20 dias representavam receber uma remuneração a cada três meses, ou seja, o prazo de pagamento é postergado, e o integrado tem que se virar em pagar as despesas da granja e da casa. Trata-se de saber que no vermelho e sem previsão de receber complica a vida do integrado. “Tem dificuldade de comprar no mercado a prazo. Porque sabe que não tem receita para pagar. Tem vários produtores no Serasa e [no] SPC.” (WALMIR FABRO, 2016). A respeito dos acertos, requisita-se que a nota contendo

⁴³ O rol é de 36 itens, porém restringimos aos 19 encaminhados à integradora. Nas primeiras reuniões, ao final de 2013, a integradora estabeleceu priorizar reivindicações em itens prioritários, que se tornaram apenas 8.

o acerto chegue em 7 dias após a retirada dos animais. De fato, os períodos de pagamento estendido foram práticas correntes, porém a integradora queria deixar da mesma forma. O que ela ganha com isso? Tempo para jogar e especular com o dinheiro.

Os itens VI, VII e VIII abordam procedimentos técnicos, entretanto também desvelam maneiras de rebaixar o valor e o desempenho dos lotes: o produtor tem que garantir o melhor desempenho possível dos lotes de animais da empresa, e também esperar receber insumos e pintos de um dia de qualidade. Quando da retirada dos animais, pode acontecer da mortalidade de animais no percurso, e desse modo o item contesta descontar do criador a mortalidade anormal no trajeto até o frigorífico. Além disso, o produtor não tem acesso ao horário de abate e informações sobre as condições do transporte dos animais no trajeto. O próximo item indaga a qualidade e especificidades dos pintos de um dia fornecidos. A frequência de animais debilitados, fora do peso e de aspecto sanitário irregular traduz exigências inerentes ao desempenho da criação como linha industrial.

A partir do alojamento, os animais têm de seguir o cronograma de conversão e desenvolvimento; portanto, animais ruins: pior para o criador. Nesses três pontos fica evidente a falta de transparência de informação, porém a proposta não se resume em melhorar o funcionamento encadeado de produtores e prestadores de serviço. A oitava reivindicação fala da necessidade de implantar um sistema que permita ao avicultor acompanhar: 1) peso das aves na chegada do frigorífico, hora de saída do aviário e entrada no frigorífico, início e fim do abate; 2) aferimento das balanças para pesagem de rações por instituições oficiais e o repasse do comprovante de aferimento à representação; 3) repasse à associação dos dados referentes a insumos usados nas contas e acerto de todos os criadores. A necessidade de informações representa a complexidade dos processos, dos quais os avicultores não têm qualquer controle, seja para melhorar ou conhecer.

A cláusula nona fala da necessidade de estabelecer horários fixos para recebimento de pintos de um dia e rações. O item XI trata da implantação de serviço telefônico gratuito (0800), necessário ao comunicado e transferência de informações entre as duas esferas, pois o telefone gera mais um custo e fica à disposição da empresa. A décima reivindicação devolve à integradora o valor de coleta de suas aves, e desse modo contesta a cobrança do pagamento pelo serviço. Desse modo, a integradora dispõe de instalações físicas, trabalho organizado e por conta do estabelecimento, vinculando recursos e energias que extrapolam o trabalho físico e repetitivo.

Na reivindicação sobre intervalo de alojamento (item XII), fala do intervalo dos lotes, não podendo ser inferior a dez e superior a vinte dias. “Este espaço possibilitará ao avicultor, diante da escassez de mão-de-obra familiar, melhor preparo de ambiente, efetuar reparos necessários, abastecer com lenha.” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013c, p. 7). Também, os avicultores requisitam um final de semana livre em cada lote. Além disso, no item XIII contestam rever as tabelas de conversão, penalidade e premiações relacionadas ao desempenho dos lotes. Como os avicultores estão expostos a riscos físicos e biológicos, o item XIV solicita acesso às informações sanitárias e ocorrências tanto para sanar os problemas quanto garantir segurança aos familiares e consumidores.

Nessa linha, o item XVI trata da responsabilidade da empresa de coibir assédio moral ou discriminação contra os avicultores nas hierarquias da empresa (cargos e funções). Outrossim, o item XV reivindica que a empresa fique de avalista por aporte financeiro contraído para adequação da unidade produtiva junto a bancos ou instituições congêneres. O próximo item na lista requisita da empresa o ressarcimento de danos causados aos sistemas de silos e distribuição de ração por ocasião de elementos estranhos encontrados nas rações. Por isso, expande ocasiões a danos causados à construção civil e equipamentos feitos por caminhões terceirizados e equipes contratadas. Sobre a condição de trabalho:

Que a empresa integradora apresente laudos técnicos elaborados por empresas credenciadas na área de saúde, segurança e medicina do trabalho caracterizando a atividade da avicultura frente aos produtores e insumos utilizados e exposição aos mesmos. (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013c, p. 9).

A integradora paga adicional de insalubridade de 40% aos técnicos e funcionários que trabalham em contato com animais, e os avicultores nem conhecem os riscos à saúde a que se submetem. A reivindicação destaca o ambiente de trabalho insalubre pela exposição frequente tanto a insumos (compostos químicos e farmacêuticos) quanto a agentes físicos e biológicos. E, por fim, requisita bonificação às jornadas de trabalho estendidas a sábados, domingos e feriados. Assim, as reivindicações tiradas em assembleia geral formalizam a obscuridade dos processos sob a fachada de modernas relações de trabalho. A

respeito do rol de reivindicações, a proposta foi protocolada nas três unidades em 08 de julho de 2013, e ficou mais de 4 meses sem nenhuma manifestação, apenas a Marfrig/Seara respondeu à proposta. Naquele momento, a JBS anunciou a compra da Seara em 09 de junho, e as mudanças só aconteceram no mês de setembro.

Analisar as atas de reuniões e assembleias da AVISUL permitiu observar, além das formalidades, o período de início das atividades da associação. Em termos jurídicos, organizações coletivas e associações têm amparo na Constituição Federal de 1988 e no Novo Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002): “A AVISUL foi constituída como entidade de direito privado, sem fins lucrativos e sem cunho político partidário.” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013d)⁴⁴. Ainda sobre a mobilização, representantes de 17 municípios estiveram presentes no ato de fundação da AVISUL. Haja vista o momento desfavorável, a iniciativa do grupo de avicultores em 2012 articulou assembleias (junho e julho de 2013) e várias reuniões, produzindo um quadro de referência sobre a conjuntura, junto “a outras instituições congêneres e poder público, do estudo, da legislação em trâmite no congresso nacional e no senado.” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013d). Entretanto, a formalidade requerida nas atas aos poucos vai revelando e acolhendo denúncias vividas pelos integrados.

Naquele momento, transcorria a exclusão de granjas dedicadas a recria de aves, e sete produtores foram desligados somente no município de Treviso (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013e, p. 06-07). No caso relatado na reunião em 04 de setembro de 2013, a empresa pediu investimentos e no mês seguinte desligou o produtor. Em outro dos casos, o avicultor perdeu sua fonte de renda, mesmo tendo filho recém-nascido. Noutro relato, um senhor de 62 anos da localidade de Urussanga fez os investimentos para expandir a capacidade de alojamento das aves de corte, e também foi desligado em seguida (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013e). A respeito das granjas de recria:

Trabalhei 13 anos com a Agrovêneto. O tempo que ela faliu [2012], ela vendeu pra JBS, e nós trabalhamos um lote só para JBS. Como a JBS

⁴⁴ Grosso modo, o estatuto aprovado em assembleia rege atividades da associação, diretoria e representantes municipais ou delegados municipais. As atividades desenvolvidas funcionam por meio das atribuições do estatuto.

tinha muito aviário de recria no Rio Grande do Sul e ela mandou fechar tudo os nossos [...]. Que o negócio foi assim. Eles compraram a empresa, mas também compraram nós junto. (ENTREVISTA 7, MULHER, 2017).

Na data da entrevista em 2017, a granja de recria estava parada novamente. Em suma, após a exclusão efetuada pela JBS, a granja que cria a galinha para botar ovos foi incorporada ao quadro da integradora próxima a Palhoça/SC (Avícola Maciambu) e só mais tarde pela incubadora de ovos de Lauro Muller⁴⁵, e desse modo trabalharam para a integradora seis lotes, até 2016. Segundo o relato acima, no ano de 2016 foram realizados novos investimentos para atender exigências da integradora de Lauro Muller, e mesmo assim a granja não recebeu mais animais: o desligamento foi justificado pelo efeito no mercado de frangos, crise política e econômica no Brasil. Das granjas de corte excluídas a datar de 2013, duas retornaram às atividades por intermédio de outra integradora e alguns foram reintegrados à JBS, porque os aviários tinham financiamento. O restante ficou com dívidas a pagar e sem meios imediatos de mudar de atividade ou obter outra forma de sobrevivência.

Os casos de exclusão se tornaram bem amplos, envolvendo a perda da renda e da profissão. Ou seja, coloca o trabalhador na vulnerabilidade social, pois nesses casos a avicultura é a única fonte de renda disponível à família rural ou então necessária para sua sobrevivência. Há também uma ruptura com o horizonte de possibilidade por meio do trabalho, agravado pela existência de compromissos financeiros e da falta de alternativas imediatas, além da dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. E a granja é excluída da atividade arbitrariamente, sem levar em consideração os problemas que a família agrícola enfrenta, e, por isso, a necessidade de propor alternativas e não apenas desligar o integrado aleatoriamente. Por outro lado, desvela-se a contradição da integração das propriedades rurais, ainda que a avicultura seja substituída pelo “aposento”:

Não sei como é que tá, não liguei mais, até hoje. [Pergunta: e vocês investiram?]. Sim, [14 mil] fora a mão-de-obra. Teve peças lá que nem foi usada uma vez, porque ele [o técnico] mandou

⁴⁵ A Avícola Catarinense de Lauro Muller atuava há 24 anos na produção de ovos férteis e pintos de um dia, e foi adquirida pela Granja Faria em 2013.

comprar, e tá lá porque não precisou naquele lote, e [estão] lá. O prejuízo ali foi grande porque uma granja, uma granja e meia, tudo automática, tudo completa. Quase, não é nova porque era velha, mas eu cuidava do pavilhão. Eu não deixava correr uma tela, que eu era cuidadoso. É, o prejuízo foi mais de 700 mil, para uma granja assim. (ENTREVISTA 16, HOMEM, 2017).

Grosso modo, 700 mil reais equivalem ao trabalho de mais de 25 anos objetivado na granja. Desse modo, famílias rurais que viabilizaram a avicultura se tornaram supérfluas à integradora, ao menos é assim a natureza do capital. Apesar dos protestos contra os desligamentos, sem submeter à integradora a responsabilidade social com o integrado pouco é possível avançar no problema. Há também a noção da integradora exigir muito justamente para o integrado desistir da atividade, mas como tem pavilhão e equipamentos, este vislumbra receber frangos enquanto a empresa continuar a fornecer pintos e rações. O que acontece é da integradora jogar com o poder que acumula, e ao exigir alterações os avicultores buscam meios de deixar a granja em operação, chegando a hora que é definitivamente cortado da atividade. E os relatos de desligamentos durante o período em questão seguem por cima de um contingente de integrados, que contribuíram com seu trabalho e suor na consolidação de um setor importante da atividade agrícola dos municípios.

Nessa linha, as atas comunicam da empreitada árdua de contatar a JBS tanto do Sul Catarinense quanto do Planalto Norte⁴⁶; o secretário da agricultura de Santa Catarina em 2013 ficou responsável por agendar reunião (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013f). As duas associações também foram ouvidas em audiência pública no gabinete da deputada Ana Paula (Partido dos Trabalhadores - PT) em Florianópolis para expor a situação real da avicultura nas duas regiões (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013g). Fala-se da realidade concreta, pois o sindicato patronal dos frigoríficos (ACAV/SINDICARNE) manipula informações, ou seja, falsifica a realidade, e por uma pesquisa de mercado comprova em mais de 90% dos casos a satisfação dos integrados avícolas em Santa Catarina. Desse modo, o conteúdo

⁴⁶ Mais especificamente dos avicultores em torno da Associação dos Avicultores do Planalto Norte (AAPLA). Esses trabalhavam para a norte-americana Tyson do Brasil, adquirida pela JBS em julho de 2013.

formalizado das três primeiras reuniões informa dos procedimentos adotados: solicitar e propor estudos de custos de produção; iniciar diálogo com bancos para renegociar dívidas; encaminhar desligamentos a assessoria jurídica; solicitar à EMBRAPA planilhas de custos dos sistemas de aviário em operação no Sul Catarinense.

A segunda reunião deliberou por solicitar ao Ministério Público do Trabalho de Criciúma, a exemplo do acontecido no Oeste do estado, firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre as duas esferas até a regulamentação da integração no Brasil (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013f). A respeito, o MPT de Criciúma estudava os caminhos para propor os termos da ação trabalhista ou civil (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013). Por isso, e conforme o caminhar do enfrentamento, a 4^a reunião da diretoria tratou de relatar assédio moral, “perseguição aos produtores da parte da empresa.” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013h). De fato, como será exposto no último tópico deste texto, a situação foi levada ao limite, e o termo “terror psicológico” define objetivamente a estratégia da JBS, atrás da fachada de um espaço só “para tratar de negócios”.

Quanto à AVISUL, se mantém de pé por trabalhos não remunerados da diretoria e por taxas mensais pagas pelos associados. Na necessidade de fazer caixa, recorre-se à captação de recursos ao fazer rifas. As taxas cobrem custos de deslocamento, assessoria jurídica e outros gastos. A AVISUL não tem computador próprio, veículo e nem sede, por isso as reuniões da diretoria ocorrem nas casas, câmaras de vereadores, auditórios de cooperativas de eletrificação rural e outros espaços, como associação de moradores. Em paralelo, as idas e vindas entre os municípios e nos municípios são constantes para explanar e convidar a participar integrados de cria, recria e engorda de aves. O trabalho é de formiguinha, passo a passo, desgasta fisicamente e mentalmente os avicultores na linha de frente. Do outro lado, está a estrutura da empresa, seus quadros técnicos e recursos em abundância, ou seja, o montante de capital em várias dimensões.

Nessa linha, até 26 de setembro de 2013 as atas relatam preparação para a Audiência Pública realizada no município de Nova Veneza. A audiência foi promovida pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013). Também, a ALESC, por intermédio de sua TV AL (TV Assembleia), produziu o documentário “A crise na avicultura Catarinense”, sendo exibida na data da audiência com filmagens nos

municípios de Lauro Muller, Treviso, Meleiro e Treze de Maio. Ao mudar a fonte informante, trata-se de sistematizar as questões e efeitos da audiência. Portanto, o ato serve de marco temporal tanto para esta escrita quanto para o aprofundamento da estratégia de resistência da AVISUL.

A leitura do tedioso ato cerimonial traz características importantes a se destacar. Por isso, o relato ressoa diferentes experiências diante da conjuntura de crise e da maneira de debater e enfrentar os problemas. Enquanto avicultores tomam consciência da montanha a ser enfrentada, os quadros políticos da região estão enfatizando a importância da atividade para a economia dos municípios. Assim, incomoda saber da separação do problema, quando se fala em debater e expor a forma de ser do capitalismo, não se atentando ao fato da empresa não estar na região para praticar boa-fé, e sim para lucrar. Desse modo, a audiência fortaleceu e abriu espaço à mobilização dos integrados? Ao invés disso, a empresa e entidades que a representam não compareceram ao “debate” sobre a crise.

A Seara, em carta, informa ter interesse de debater o assunto, mas as chuvas naquele período comprometeram a atividade produtiva, e pediu a postergação em algumas semanas. O SINDICARNE e a ACAV professaram os mesmos termos, dizendo ter interesse em discutir os problemas na avicultura, mas solicitaram adiar a audiência. Conforme a reação do presidente da AVISUL, e certamente de outros presentes no teatro lotado:

É lamentável a desculpa que a agroindústria nos dá neste momento, porque a gente está tentando negociar com eles desde junho, quando entregamos a pauta de reivindicações para eles. Eles não nos atenderam e agora vêm com a desculpa esfarrapada, como se fala, de que não podem se fazer presente por motivo de enchente. Para nós isso é lamentável. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013, p. 7-8).

O capital faltou na audiência pública porque não se presta a dar explicações de suas ações, e faz parte do jogo de poder ignorar a mobilização organizada que lhe requisitava. Ao contrariar a lógica passiva e sem alicerce na realidade, indaga-se do argumento da empresa transnacional tratar de estatísticas e ignorar os sujeitos ali mobilizados: a região corresponde a só 3% do faturamento da JBS. Vísceras e

intestinos foram expostos na audiência pública, dos custos da produção rural (dependência de crédito) às práticas de coerção, como negar ao avicultor direito de se organizar, ou seja, expressão da tutela e domínio exercido pelo grupo econômico ao integrado na estrutura de mercado oligopolizada. No entanto, os avicultores, para usar o termo da constituição da associação, são enquadrados pelo poder em questão excessivamente como “produtor direto”.

Diferente disso, a agroindústria não compra a produção, mas gerencia a cadeia de produção e distribuição. Ou seja, o vínculo é uma forma de prestação de serviço, pois as decisões estão concentradas na agroindústria, que produz rações, realiza o abate e comercializa os animais, etc.. Em outros termos, as implicações vividas naquele momento de crise são efeitos da ligação orgânica ao capital agroindustrial. Apesar do integrado não atuar diretamente no mercado, a integradora se apropria e repassa aos fornecedores de serviços os custos que resultam das suas decisões estratégicas no mercado que atua. Em outras palavras, a integradora paga o que quiser aos fornecedores de matéria-prima e empresas terceirizadas, não se submetendo às instâncias de mediação, mesmo do Estado. Melhor clareza na exposição, impossível!

Mas como a avicultura catarinense vai de vento em popa se há uma crise no setor? Na caracterização da atividade econômica, destaca-se 25% da arrecadação em Forquilha, 35% da receita de Nova Veneza, 60% da arrecadação de Morro Grande. A fábrica de rações de Criciúma, além de causar transtornos à população, há mais de 15 anos dá prejuízo e tem débito com o fisco da prefeitura do município.

Conforme números do movimento econômico, em 2012 a venda de frangos significou para a AMESC 7,55% da economia, seguida por 1,49% da AMUREL e 4,12% da AMREC, ou seja, 13,16% da economia Sul Catarinense. Nos municípios da AMREC, através da nota do produtor, os valores indicam o movimento contábil e a arrecadação de impostos: 19,03% em Lauro Muller; 21,56% em Siderópolis; 13,10% em Treviso; 12,12% em Orleans e 9,93% em Nova Veneza (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA, 2013). Assim, Criciúma representa a maior rubrica, entretanto, computada a economia, tem o percentual de 0,15%.

No transcorrer dos fatos, a contradição “o setor vai bem, mas os produtores estão endividados e asfixiados” fica perceptível, demonstrando ainda o impacto causado pelo setor. “Eu digo sempre assim, que o frango vai muito bem. Obrigado. O que não vai bem é o produtor.” (WALMIR FABRO, 2016). Também os avicultores fizeram

investimentos, e não são raros os casos em que, após o pagamento da instalação da granja, algum galpão fica parado e mesmo o agricultor adoece.

De fato, entre a compressão da renda, aconteceram estratégias de cooptação. Em uma delas a empresa forneceu documentação ao sistema financeiro, assim certificando: “para alojar 60 mil aves, de R\$39 mil por lote – R\$0,65 por cabeça/anual.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013, p. 12). Ao ignorar as garantias, sabe-se que a integradora apenas distribuiu papelada “ao senhor gerente do banco, para dizer que iria produzir isso.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013, p. 12). A bomba relógio, ou melhor, a exploração dos estabelecimentos rurais ainda persiste três anos depois do início da mobilização, porque os interessados em construir e reformar granjas não receberam da integradora garantias necessárias e informações de demonstração da viabilidade das granjas.

E quem paga a conta da pujança do setor exportador? Os produtores deram como garantias as propriedades, casas e outros bens. Trabalhar para não entregar ao banco o patrimônio explica o porquê trabalhar no vermelho e sob ameaça. E a empresa não se responsabiliza por nada, dos financiamentos aos desligamentos, pois a “decisão de entrar na atividade é do avicultor”. O dinheiro do financiamento saiu de algum lugar, tem juros, e não cai do céu, e assim governos estaduais e federais podem refinanciar e as dívidas rolam e vão rolando. As grandes empresas capitalistas e o patronato rural brasileiro (latifundiários) se utilizam a cada quatro anos desse recurso, entretanto os avicultores do Sul Catarinense não têm os mesmos privilégios, embora em outros tempos também foram levados na corrente de perdão de dívidas.

Trata-se de compreender outra forma de adiantar a dívida, como os casos relatados de recuperação judicial das granjas, onde se ampara a superação da crise do empreendimento sob critérios legais, como função social da “empresa-granja”. Até a data de maio de 2014 a JBS tinha analisado individualmente 102 casos de recuperação financeira, sendo que desconhecemos os trâmites dos processos em que 42 integrados aceitaram ou foram obrigados a aceitar a proposta da integradora (ATA DE REUNIÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE COM A EMPRESA JBS AVES COM MEDIAÇÃO DA AMREC E AMESC, 2014).

Nessa linha, qual a responsabilidade dos ocupantes dos cargos públicos eletivos da região? A AVISUL relatava no transcorrer de 2014 que representantes da empresa furavam o bloqueio e conversavam

exclusivamente com prefeitos, sem comunicar a AVISUL. Dito isso, torna-se evidente a intenção da JBS em plantar raízes e ampliar as relações com o poder público municipal, pois desconsidera e ignora a mobilização do integrados.

Retornamos ao movimento organizado dos avicultores e encaminhamentos da audiência da ALESC. Fantasmas e argumentos são levados a assombrar trabalhadores e integrados, como a ameaça da empresa de ir para o Centro-Sul do Brasil. As três unidades representam apenas 3% do faturamento da empresa! Eles podem fechar a fábrica a qualquer hora, como fazem e como fizeram em outras regiões e unidades produtivas. E por aí vai o quadro de especulação, deixando despercebido que a planta de Forquilha é a melhor unidade frigorífica de aves da empresa no país. Se naquele momento a ameaça de abandonar as plantas industriais significava reduzir a mobilização organizada, em outubro de 2017 tornou-se fato consumado a unidade de Morro Grande e não é questão descartada a outra planta industrial: e nesse caso o problema não é só dos avicultores.

A despeito das entidades públicas, apesar de atentarmos a discursos, o quadro também é desolador. Embora localmente, a concepção do rural é contingenciada por meio de índices de produtividade ou Valor de Produção Bruto (VPB). O economicismo dá significado a leituras sobre o rural. Vislumbra-se o rural Sul Catarinense superando metas como 1 milhão de litros de leite, sem considerar os efeitos sociais dessa empreitada: endividamentos, baixos preços, concentração da produção. Percebe-se que a indústria de suínos e a situação de crise da avicultura não servem de autocrítica para a construção de um futuro desejável na agricultura. Assim, o fantasma do êxodo rural assombra os cargos institucionais regionais, mesmo quando se tratam de fantasmas computados por estatísticas, onde outra leitura do real é impossível. Porém, o padrão urbano-industrial levou populações rurais à cidade, quando da oferta de emprego, e a formação do mercado interno é logicamente o aprofundamento da divisão do trabalho. Ou seja, a expropriação dos agricultores da terra, meios de produção e ferramentas de trabalho.

Na data da referida audiência, já aparecia como opção à negativa da empresa aumentar protestos e fazer paralisações. Desse modo, foram sugeridas comissões e encaminhamentos forçando a JBS a ceder; uma delas, composta por avicultores, debateria a pauta de reivindicações diretamente com a empresa. Esse caminho de negociar se mostrará, à frente, limitado, não restando outra opção para conversar. Nesse sentido, de fato o resultado objetivo da audiência foi a formação de comissões.

Uma, de recorte transversal, buscava debater questões como anistia aos desligados, buscando levar o debate para Brasília, tanto para comprometer a empresa como para estabelecer prerrogativas junto ao Estado da prorrogação de empréstimos e sobre a crise na avicultura.

Outra comissão, preferencialmente constituída pela AVISUL, buscaria a Defensoria Pública para titular ação civil em nome da associação e dos avicultores. Também, a empresa seria responsabilizada civilmente, além de tratar das cláusulas abusivas do contrato e rever a onerosidade excessiva que sobrecarrega o avicultor. Do Ministério Público do Trabalho, apesar de instaurado o inquérito civil, o processo estava em fase inicial de coleta de provas e a definir os caminhos a adotar. Por fim, representantes da Câmara Federal e a ALESC se encarregaram de marcar audiência com a empresa, Ministério da Agricultura, CIDASC, EPAGRI, Governo do Estado e demais envolvidos (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013).

A AVISUL, naquela audiência, tinha como associados 33% dos produtores. Portanto, a questão: a associação representava a totalidade dos estratos de produtores? De fato sim, tendo em vista que os problemas relatados abordam a todos os avicultores, em maior ou menor grau, no curto e longo prazo. O lado agrícola é a parte mais fraca da corda, porém quanto maior a dependência em relação à integradora pior os efeitos da crise. Por isso, o argumento que abriu a audiência relatava da imobilidade dos agricultores e por isso os problemas. Haja vista enfrentamentos anteriores, a tomada de consciência posta à luz da repressão destaca a dominação e o poder das integradoras sob seus quadros de integrados, ou seja, a violência do capital que tudo deseja submeter.

Aliás, o ato de protestar contra a empresa foi visto como falcatrua. Se observarmos homens e mulheres, e não categorias econômicas e sociológicas, saberemos que por meio da experiência vivemos as determinações do meio social de produção material. Também é fato que a desconfiança foi alimentada pela empresa e, como efeito, por uma leitura complacente da ordem das coisas: conservadora. Portanto, se o investimento não é considerado gasto, mas aquisição de patrimônio, a expressão relacional da terra, trabalho e patrimônio encontra significado no aprisionamento da terra à agroindústria, que passa a controlar o trabalho da “família” rural.

Observamos no transcorrer do movimento organizado argumentos desfavoráveis as reivindicações dos avicultores integrados: mas a associação contestava muito; Eu estou satisfeito! Indagávamos

poder conquistar mais. Porque quanto mais trabalha mais miserável é o aspecto do trabalho que realiza. Tratar disso, e do conflito entre capital e trabalho, apenas se resolveu ao ir conversar pessoalmente e observar o desvelar e a concretude dos fatos na situação de exploração do trabalho.

4.3 O RELATO DO MOVIMENTO ORGANIZADO: A AVISUL E TRÊS ANOS DE LUTAS, ENFRENTAMENTO E DESAFIOS (2013-2016).

Nestes termos, aprofundamos o tempo recente da luta e mobilização da AVISUL. Até aqui, descrevemos a base social mobilizada e seus comprometimentos, a robustez alcançada em um período de 1 ano, ainda da mobilização dar vazão a problemas abafados continuamente. Por isso, a AVISUL difere em aspectos de movimentos momentâneos de contestação de refinanciamento ou política de preços. Assim, nas palavras de Walmir Fabro: “Se der uma melhorada, que bom, nós já ganhamos! Mas não vamos abrir mão da nossa organização.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013). É de fato um movimento organizado de contestação e luta social: luta por melhores condições de trabalho, pela sobrevivência da produção familiar na agricultura e contra a subordinação às agroindústrias.

A tarefa de apreender o objeto consiste em entender como ocorre e quais caminhos são tencionados neste processo. Trata-se de narrar a cultura de dissidência na forma que se manifesta ao olhar. A situação desfavorável, o descaso da empresa compreende uma complexidade de fatores, porém agora o foco se restringe às reuniões com a JBS e à ruptura por parte da empresa em novembro de 2013.

No dia 16 de outubro de 2013 o Ministério Público do Trabalho de Criciúma convocou o lado agroindustrial para prestar esclarecimento, e coube a este órgão função de intermediar o diálogo (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2013). No relato escrito, ao esclarecer a relação jurídica do Grupo JBS, e confirmada a operação na unidade da Seara, logo foi questionado do conhecimento da pauta de reivindicação. A JBS informou conhecer a pauta de reivindicação, porém questionou validade e competência da Justiça do Trabalho. Ao interrogar a legitimidade do ato, afirma que os “contratos de parceria” se fundamentam como contrato civil, portanto não sendo caracterizados como contrato de trabalho.

Nessa linha, é inteligível a estratégia de retirar o processo civil da Justiça do Trabalho, cuja função tornou-se estender direitos aonde a justiça comum não chega. Haja vista os questionamentos das atribuições, a Justiça do Trabalho se mostra consciente dos impactos sociais causados pela precarização contida no setor, seja do trabalho dos integrados, trabalhadores de plantas industriais e trabalhadores de empresas terceirizadas de recolhimento de animais. Por isso, a insistência da integradora em levar o inquérito civil para o Ministério Público Estadual (MPE), ou seja, alegou disposição em discutir os pontos, porém pretende deixar a relação como sempre foi exercida. A contrapelo, o debate jurídico da competência ou não do Ministério do Trabalho contrasta que o entendimento da matéria é compartilhado pelos dois ramos do Ministério Público.

A respeito do ato, o objetivo é aproximar as partes e chegar num consenso. De fato, a empresa e sua representação (ACAV) foram chamadas para discutir a situação dos integrados, e não a legitimidade ou atribuição jurídica, entretanto a controvérsia é interessante. Retratar o primeiro encontro formal sublinha a situação desfavorável dos avicultores na compreensão da renda e da falta de proteção social. Por outro lado, a empresa não foi à audiência promovida em Nova Veneza, entretanto a ACAV professava em encaminhar a discussão à ALESC por intermédio da Comissão da Agricultura da mesma casa. Desse modo atua a hegemonia do setor, quando precisa dirimir problemas recorre a instituições públicas, mas apenas para remediar e requisitar dos integrados em situação desfavorável políticas públicas que no final das contas são favoráveis às integradoras.

Por outro lado, a estratégia da empresa de controlar a cadeia produtiva coloca em evidência o agenciamento e a dominação exercida. Da ação civil pouco se sabe do desfecho e direções, em 2017, e também na data de 16 de outubro de 2013 aconteceram protestos de avicultores no local da audiência. O caminho assumido pela Justiça do Trabalho foi requisitar da integradora vínculo trabalhista para com o avicultor integrado e uma ação coletiva por danos morais, que ainda está em trâmite. O enquadramento da relação de trabalho como trabalhista modificaria o setor como um todo, e o setor tem consciência da dimensão e poder que ocupa. Ações individuais na justiça contra a integradora também estão em trâmite.

Por intermédio da ação do MPT e acesso à justiça, sabe-se do processo legal de chamar avicultores para contar seus relatos, obtenção de outras provas e novas audiências a partir de 2014. Em contrapartida, aconteceram retaliações e desligamentos justificados pelo fato de ir dar

depoimento e acionar a justiça; e a empresa alega não se responsabilizar por seus técnicos e funcionários, ou seja, mostra seus dentes e expressa o capitalismo que o homem é lobo do homem. De fato, a questão é do exercício da violência, e essa é a natureza do capital, pois o integrado é um ameaçado ou está sob mordidas. Assim, a relação subordinada de trabalho desvela a exploração exercida e areja a condição concreta dos “produtores” do Sul Catarinense.

Não houve nem uma iniciativa positiva por conta da empresa. E isso culminou com a geração de alguns protestos e na busca do Ministério Público do Trabalho em Criciúma para denunciar esses descasos, relacionados aos 36 itens do rol de reivindicações. E por conta disso, a empresa foi chamada no Ministério Público do Trabalho [...] Depois disto, o relacionamento entre as duas partes foi ficando mais agressivo. (LÚCIA CIMOLIN, 2014).

Abre-se um parêntese a respeito da agressão, pois os avicultores exerceram seu direito de protestar. Se alguém foi agressivo, de fato foi a empresa, e desse modo os avicultores tiveram de optar pelo recurso de fazer protestos, e a AVISUL encaminhou no ano de 2014 uma paralisação votada e aprovada em assembleia geral. Outra questão é a disparidade entre as esferas, e nas negociações a integradora lançou mão de quadros treinados nas práticas de negociar. Ao contabilizar o descaso da empresa em relação à associação, a imposição de contratos unilaterais e bloqueio de diálogo, os desligamentos de integrados desvelam as várias faces da exploração a que os mesmos estão submetidos.

Protestos e denúncias foram adotados de maneira a conscientizar a população regional da situação vivida pelos produtores de frango. Nos cartazes do ato dos avicultores e sua associação em Criciúma, podia-se ler: “O CONTRATO É UNILATERAL, LEONINO⁴⁷. TUDO A EMPRESA PODE, NÓS NADA PODEMOS”. As denúncias ganhavam maior peso quanto mais se conhecia as maneiras de impor contratos, requisitos e exigências técnicas sob a falsa aparência de troca igual de agentes econômicos. Essa condição foi verbalizada também no documento “Porque Estamos Protestando????”. A conduta da empresa é

⁴⁷ Abusivo, que beneficia apenas uma das partes.

denunciada, assim como a postura que reflete a inflexão política. Apesar do movimento constituir-se apartidário, a luta social significa politizar a sua atividade econômica.

Nossa remuneração depende de quanto frango come e quanta carne produz. Diante deste método cruel de avaliação, que não depende de nós, frequentemente temos que desembolsar de outras atividades para cobrir as despesas dos aviários, e por isto somos chamados de “incompetentes”. (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014).

Por isso, enquanto os avicultores fornecem trabalho gratuito, a empresa enche os bolsos de dinheiro. Do item não “poder fazer nada”, uma das questões é modificar a forma de remuneração, o que se reflete nas várias tentativas da AVISUL de redigir novo contrato e definir outras formas de pagamento. No entanto, em final de 2013 a principal bandeira da associação foi obter da empresa reajustes que não aconteciam desde 2007. Lembremos do BNDES fomentando oligopólios no setor: está aí um dos resultados diretos aos integrados, como funciona na região um monopólio, a empresa paga o preço que quiser aos integrados ou produtores por contratos. E os integrados não podem nem ‘abrir o bico’ para protestar.

A mobilização dos avicultores do estado foi ganhando reforço e destaque na imprensa após passeata e protestos no centro de Florianópolis, dia 04 de novembro de 2013. No entanto, “muitos meios de comunicação da região já fizeram contatos com a empresa. Os avicultores não têm condições de bancar um programa de rádio.” (LÚCIA CIMOLIN, 2014). Do mesmo modo, protestava-se contra a JBS com os dizeres: “deixa de fazer propaganda publicitária e remunere com justiça seus integrados”. Ao consultar os jornais, as mobilizações da AVISUL até aparecem, mas também trata das alegações da empresa, que diz que a associação não tem nenhuma legitimidade e não representa todos os produtores⁴⁸. Assim, em boa parte das notícias nos jornais locais a questão principal é a remuneração e o refinanciamento de dívidas. Talvez porque é problema emergencial, porém a AVISUL

⁴⁸ A alegação mais “cara de pau” é dada por um dos dirigentes da empresa no final de 2014.

reivindica com urgência rever todos os aspectos da relação social e de trabalho.

Ao ler a fonte de informação nos documentos produzidos pela AVISUL, uma contestação específica é a problemática do risco biológico. Em outras palavras, da assimetria de informações; o criador não tem acesso às informações sobre óbitos de aves na sua propriedade. A proposta passaria despercebida se não fosse por descaso da empresa e implicações sociais mais amplas. Nas entrevistas relata-se de uma mortalidade excessiva, por falta de informações transparentes e confiáveis suspeita-se que seja uma variante da *influenza* aviária. E o risco à saúde dos avicultores que trabalham dia-a-dia? O setor necessita garantir exportação de carnes, ou seja, mercadorias vêm em primeiro lugar...

As várias frentes de trabalho também parecem avançar, feito que vai dando legitimidade à luta dos avicultores. Por exemplo, reuniões com Bancos e propostas de renegociação das dívidas, audiência com a Comissão de Agricultura da ALESC, interação com outras associações do estado (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013m). EPAGRI e CIDASC regionais se colocaram à disposição, e foi imputado à segunda a responsabilidade de fazer os projetos de refinanciamento⁴⁹. Desse modo, em 31 de outubro de 2013 aconteceu a primeira rodada de negociações entre JBS e AVISUL, em lugar neutro, Criciúma. E qual o resultado do primeiro debate? Sabe-se da negociação seguir ao mesmo momento de protestos nas imediações.

Na queda de braços, a JBS indicou representantes para cada unidade, pois não tinham sido centralizadas as operações em um único sistema de informática e de pagamento. Ou seja, os integrados das três unidades recebiam valores diferentes dos demais integrados, e por isso funcionava três tabelas de rendimento (ATA, 2013). O termo de apresentação faz uma diferenciação importante, assuntos referentes a frangos de corte, granjas de postura de ovos férteis e de recria “devem ser” abordados separadamente. Assim, a negociação direta foi optada, porém informa a ata da reunião que está sujeita ao andar e evolução do quadro. A outra opção deixada em segundo plano é fazer a reivindicação por audiência pública e conforme os procedimentos observáveis; por isso, solicitar a justiça trata-se de uma das vias.

⁴⁹ Quando da captação de recursos para financiamento da agricultura em programas como o PRONAF (1990), as duas instituições públicas na região ficaram responsáveis por encaminhar projetos às instituições bancárias.

Na ata da reunião foram propostos temas, observações e encaminhamentos. Uma das lutas da AVISUL, inclusive presente na audiência pública de 23 de setembro, foi o comprometimento de fazer a integradora retornar à atividade avicultores desligados, que já chegava ao número de 12 granjas. Desse modo, o tema “desligamento de produtores” parece avançar, pois deverá ser feita a análise de cada caso, antes de chegar às vias de fato e depois de esgotar todas as possibilidades. O caso do desligamento está relacionado a não atingir os 60% de produtividade, índice que apenas a integradora tem controle, e por isso, esgotar as possibilidades também significa analisar os casos de obrigatoriedade de investimento para continuar alojando animais, a existência de financiamento e o tempo de vida útil dos equipamentos e estruturas.

Nesse sentido, a deliberação ressalta que a empresa ficaria responsável de fazer notificações da quebra de contrato. Em contrapartida, a associação ficaria responsável de buscar soluções em cada caso, além de procurar soluções aos produtores com resultados considerados ruins e ao problema de relacionamento entre integradora e integrado (ATA, 2013). Os demais temas são tratados da mesma forma, apesar da empresa deixar sem resposta a demora para conversar, quase 5 meses. Dito isso, os itens tratados pela agroindústria são genéricos e evasivos o bastante para deixar explícita a falta de maior comprometimento. Em outros termos, a empresa desvia-se de empenhar qualquer centavo que lhe comprometeria o lucro, entretanto, deseja imputar que o Estado compartilhe os custos com produtores.

Os temas debatidos dispõem sobre temáticas e preenchem lacunas até então deixadas de lado por qualquer integradora da região. Diante dos pontos de divergência, os avicultores não conseguem avanços e estabeleceram levar a proposta para assembleia geral. Portanto, sem simplificar o conteúdo das propostas, basta comunicar que a EMBRAPA foi designada para dar prosseguimento ao debate, ou seja, formular a base de cálculo de custo de produção e valor de referência. A EMBRAPA foi considerada nesse momento neutra, ainda que os avicultores desconfiassem da aceitação sem ressalvas da JBS de submeter os custos de produção segundo parâmetros da empresa pública de pesquisa agropecuária.

De fato, técnicos da EMPRABA fizeram levantamento dos custos de produção agrícola, até visitaram avicultores entre os dias 20 e 22 de novembro para apreender a realidade regional. Sobre a participação da EMBRAPA em assembleia extraordinária, relatou-se que no dia 22 de novembro, “se não assinassem o custo de produção conforme

metodologia da EMBRAPA, o representante da JBS, ameaçou que não haveria a rodada de negociação no dia seguinte.” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013r). Diante das ameaças e dificuldades de negociar, deu-se a segunda rodada de negociações levada à assembleia no dia 23 de novembro, e que produziu uma contraproposta.

A respeito da participação da EMBRAPA, dizem que os técnicos foram muito bem recebidos, a associação pagou viagem e hotel. Entretanto, “eles vieram aqui e deixaram nós se digladiando com a empresa. E eles não queriam saber o que estava acontecendo.” (WALMIR FABRO, 2016). Ainda dos valores pagos e da média de remuneração, a média geral ficava em torno de 40 a 50 centavos. Desse modo, a AVISUL calculava R\$0,80, a empresa R\$0,35 e a EMBRAPA R\$0,50 centavos por ave. Essa média é regida por índices de produtividade, punições e bonificações: alguns produtores receberam R\$ 0,20 centavos por animal. Nesse sentido, os técnicos e a EMBRAPA foram identificados como alinhados aos interesses da JBS.

Porque o custo de produção que foi calculado pelo IPESE/UNESC não foi reconhecido pela empresa, e a empresa quer adotar o que é calculado pela EMBRAPA, com o qual os avicultores não concordam. (LÚCIA CIMOLIN, 2014).

O cálculo e a metodologia aplicados no estudo da UNESC ao longo do ano de 2014 desmascarava os valores induzidos aos integrados. Entretanto, no final de 2013 a empresa se apropria da legitimidade da EMBRAPA e tem como usar o custo “justo” (com a exploração inerente) que melhor lhe agrade. Desse modo, nos estudos posteriores de acompanhamento da AVISUL são usadas as mesmas variáveis da integradora e da EMBRAPA, a diferença principal está no item força-de-trabalho, sem considerar outras questões reivindicadas, como disponibilidade do dono da granja à empresa por período de 24/7, além da massa de valor objetivada nas granjas.

Neste quesito, é pertinente ressaltar a viabilidade como requisição dos avicultores e da associação. A proposta no geral torna-se ampla à medida que incorpora outras convenções. A primeira defendida nas reuniões com a JBS foi o pagamento de garantia monetária para cobrir os custos de produção: energia, lenha e manutenção. Outra medida fala sobre o mascaramento dos custos de produção pela cooptação, e assim a proposta requisita construir mecanismos que permitam assegurar o

retorno do valor investido. O fato é mais comum do que o esperado, e nas entrevistas fomos informados de que vários avicultores caíram na proposta falada e formalizada, continuando a construir aviário por meio de promessas de remuneração⁵⁰.

Na leitura dos fatos fica evidente o motivo que levou a empresa a sentar e conversar em outubro: vários protestos. Um dos protestos reuniu avicultores e SINTIACR, em 08 de novembro de 2013. A ação em conjunto visava estreitar os laços de solidariedade e conscientizar sobre a campanha salarial e a imposição da redução dos custos de produção aos criadores de aves. Os cartazes continham palavras como “Somos pisados” e alertava a participação do BNDES, banco público, nas operações da JBS: dinheiro público para gerar monopolização do setor, particularmente na região (AVICULTORES..., 2013). Do mesmo modo, os trabalhadores do frigorífico de Nova Veneza sob bandeira da JBS paralisaram por 2 horas o abate em 28 de agosto de 2013 contra o corte dos atestados médicos (SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE CRICIÚMA E REGIÃO, 2013).

É sabido que a ação da AVISUL pautou-se no rol de 19 reivindicações, sendo importante manter as referências do debate a partir dessa proposta. Conforme o rol de reivindicações, foi construída a noção de viabilidade econômica, acompanhamento e custo de produção regional. Por isso, a viabilidade da granja não se funda nos requisitos formulados no posterior estudo encomendado ao IPESE/UNESC, mas na organização das variáveis. Grosso modo, viável significa pagar os custos produtivos segundo a rentabilidade dos lotes e a geração de caixa ao longo do ano. O custo de produção agrícola tem de repor energia, lenha, insumo e financiamento, e desse modo produzir resultados positivos para compensar o investimento e a jornada de trabalho. Portanto, considerando que a integradora dispõe, por contratos, da estrutura em termos do patrimônio material e sociocultural, pergunta-se quanto custaria à integradora comprar terras, construir, instalar equipamentos e contratar mão-de-obra?

Nas planilhas de custos em destaque, a questão mais latente é o valor da força de trabalho e, em menor grau, a manutenção. A primeira trata da consciência ampla da falta da força de trabalho nas

⁵⁰ Em 2016, a integradora procurava liberar vagas apenas para produtores em exercício. Apesar de prometer remuneração, a granja seria submetida às tabelas de conversão. E sabe-se que se a remuneração hoje está baixa, portanto, não é construindo aviário melhor que melhora.

propriedades, ou seja, as famílias rurais não são mais compostas por mais de 4 filhos, e os filhos de agricultores optam por não continuar na agricultura. De fato, falta a força de trabalho dos filhos nas propriedades, resultado de uma mudança cultural e da possibilidade de emprego em outros setores; diante dos problemas da agricultura, a permanência não é estimulada entre os filhos de agricultores, havendo, porém, exceções. Na base das planilhas de custo da EMBRAPA e da integradora consta respectivamente o valor de um salário mínimo! Eis a segunda divergência: a proposta dos avicultores é elevar o gasto das planilhas com manutenção para 1 ponto percentual.

Nesse sentido, vale uma característica do fazer AVISUL, pois se contesta a aplicação da noção institucional de “trabalho familiar rural”⁵¹. Quer dizer, a integradora dispõe da organização sociocultural do trabalho do homem, da mulher e dos filhos menores e mesmo os casados. E terra, capital e poupanças são mobilizadas em favor de um projeto que consome anos e recursos, além da saúde das pessoas. Por isso, ocorre da rejeição do termo “Agricultura Familiar”, pois nas relações rurais a junção de palavras figura nas planilhas de remuneração da integradora, animada pela caracterização das entidades pública de pesquisa e extensão rural. Entretanto, há uma rejeição genérica entre a população rural das políticas públicas por intermédio da adesão simplista ao argumento no qual “política pública é coisa de pobre”, que desconhece a função de direcionar esforços na agricultura familiar e não em grandes empresas e grandes negócios (ABRAMOVAY, 1998).

Nesse sentido, na análise da proposta e da contraproposta vale sublinhar os prováveis avanços. Por que a assembleia geral rejeitou as propostas da reunião? “O principal ponto de divergência continua sendo que caso não sejam atingidos os índices técnicos, a Empresa não garante sequer o pagamento dos custos de produção.” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013n). Em outros termos, a JBS pretendia elaborar novas tabelas unilateralmente, incertas quanto da aplicabilidade, enquanto os avicultores requisitavam correção financeira dos valores praticados. Outrossim, o contrato e as mudanças relatadas no segundo capítulo dão conta das alterações feitas arbitrariamente pela integradora. Desse modo, trata-se de fazer a leitura da proposta debatida na reunião de 22 de novembro de 2013 e tentar tirar os principais pontos, mas sem cair na leitura economicista de

⁵¹ A extensão rural pública e a iniciativa privada usam do trabalho da família na terra para apresentar a possibilidade de empregar os componentes da família para o capital.

encarar que os produtores tentavam manipular as tabelas por intermédio do direito para obter vantagens. De fato, quem fez isso foi a empresa.

A respeito do contrato, ficou estabelecido a elaboração em conjunto até março de 2014, conforme o Projeto de Lei 6.459/2013, em trâmite no Senado Federal (ATA REUNIÃO ASSOCIAÇÃO SUL CATARINENSE, 2013). Por isso, a associação ficaria responsável por elaborar propostas e sinalizar quando pronto o contrato, para discutir e, em caso de consenso, implantá-lo, substituindo os anteriores. E a associação, nesse período, trabalhou nas propostas.

Por isso que a gente sempre insistiu. Queríamos um contrato por capacidade instalada e por tipo de aviário. O aviário convencional, um valor de remuneração, o climatizado, outro, e o tipo *dark house*, outro. E um preço de mão-de-obra para cada um dos tipos. Porque conforme a tecnologia do aviário, a demanda de mão-de-obra é diferente. Ou que a empresa pagasse pelas horas de sobreaviso, ou seja, aquelas que o avicultor, mesmo não estando dentro do aviário, tem que estar por perto para supervisionar e entrar em ação imediatamente, caso necessário. Mas quanto a isto nada, nunca teve esse acordo. (LÚCIA CIMOLIN, 2017).

Essa mudança estava prevista na legislação da integração em trâmite: elaborar o contrato conjuntamente e substituir os antigos. Desse modo, o estudo do trâmite da legislação mencionava que o canal de negociação permanente seria aberto com a implantação da CADEC. Assim, a contraproposta da AVISUL falava em manter o diálogo AVISUL e empresa, e só na implantação da CADEC as negociações necessariamente passariam por integradora, AVISUL e CADEC. Quanto a produtores desligados, além de intermediar caso a caso e acompanhar novas situações, a proposta da assembleia notificava as rescisões já feitas: pagamento de custos decorrentes do desligamento; não acarretar novo investimento para mudar de área produtiva.

Nos itens acatados pela integradora esteve em negociação o serviço de carregar os animais, e desse modo o valor ficaria fora da planilha do integrado, feita a contratação da prestadora de serviço o integrador não pagaria por esse serviço. A agroindústria estudava o caso, e alegava que a mudança do serviço aumentaria os custos da apanha, pois a empresa prestadora de serviço passaria a ter de cumprir normas

legais e obrigações. Ou seja, a questão ilustra a precariedade com a qual o serviço vinha/vem sendo desenvolvido pelo trabalhador chamado de gato (REPÓRTER BRASIL, 2016). Logo, após uma longa negociação, a partir de 2014 o valor foi retirado dos encargos do integrado, que pagava para devolver os animais da empresa.

A contraposta mostra a riqueza e os limites do debate, porém a integradora não abre mão de 1 centavo. A linha de 0800 pouco prosperou, e o horário da entrega da ração e intervalo de alojamento não tiveram propostas. No entanto, a integradora faz questão de observar desvio de ração e frangos, ou melhor, acusar, do qual os avicultores acataram trabalhar em conjunto para monitorar o “desvio”. Também, a empresa corre para avistar que ração é desviada para alimentar outros animais, apesar de objetivamente causar problema se ingerida por outros animais. A despeito dos debates, fica em relevo o dissenso, empresa e associação não chegaram a construir consenso, pois o acordo estivera limitado à permanência da empresa no diálogo, e ela não recebe mais a AVISUL para conversar.

A questão da premiação e do *checklist* já se mostra complicada. Trata-se de bonificar instalações e manejo, e a empresa não abre mão disso. Por isso, a integradora definia rever as metas quando necessárias e apenas notificar a associação sobre as mudanças, ou seja, faz a imposição abertamente. Essa definição é questionada, pois

Os avicultores alegam que determinados índices não são possíveis de serem atingidos em função de fatores que não lhes compete (Exemplo: Calosidade nos pés dos frangos com índices diferente em camas de mesma idade, mesma qualidade, de mesmo manejo, de mesmo proprietário e integrante de mesmo núcleo, na mesma raça de aves). (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013n, p. 4-5).

Nessa linha, se na questão técnica o índice é difícil de medir, também significa uma questão subjetiva, definida apenas pela integradora e sem o contraditório. A despeito disso, compreende-se a articulação das bonificações e o *checklist* como um engodo. “Tu ganha uma coisa falsa.” (ENTREVISTA 11, MULHER, 2017)⁵². Na avaliação

⁵² Há relatos de ótimas taxas de conversão que são na verdade esquecimento de registrar no sistema computacional uma carga a mais de ração que foi entregue.

dos produtores, o lote pode ser perfeito, mas aparece no fechamento como ruim. Se, em outros tempos, a bonificação do calo de pé compensava trabalhar e deixar a forração do aviário livre de blocos e macia, em 2016 “eles te descontam 1.500 a 1.800 reais [...] Mas não te paga se não dar. Ou tu faz por amor ou faz na dor. Eles disseram.” (ENTREVISTA 5, HOMEM, 2017). Esse é apenas um dos efeitos do programa de redução de custos da empresa capitalista, porém é também cortar renda dos trabalhadores integrados ou terceirizados.

A data do pagamento dos lotes foi outra reivindicação alterada. A empresa encaminhou proposta de manutenção de 20 a 21 dias corridos após a entrega dos lotes. Na contraproposta, os avicultores exigiam a volta dos 7 dias úteis, pois foi prática anterior da crise, diferindo pouco de empresa para empresa. O pagamento de 20 dias aumentou a obtenção de dinheiro de dois meses para quase três meses. Ainda que a integradora tenha se retirado do debate, o prazo foi fixado em 15 dias. Nessa linha de contraproposta, a requisição de agilizar a entrega do acerto torna-se pertinente. Diz a proposta que os valores computados serão disponibilizados até três dias após o abate do lote, e será passado por e-mail.

Por isso, a nota oficial chegaria ao produtor na primeira visita técnica, entre a primeira e a segunda semana do abate das aves. O procedimento seria tornado operacional a partir de 22 de novembro de 2014. A contraproposta aceitou a modificação, entretanto, “avicultores requerem condições de acompanhamento do peso das aves, de forma individual ou através de pessoa indicada pela Associação.” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013n, p. 4-5). Na prática, alguns contratos anteriores à JBS falavam do acesso livre à pesagem dos lotes ao chegar nas imediações do frigorífico. Formalmente permitido, nunca foi realizado. A AVISUL propunha obtenção de atestados de calibração das balanças por órgãos oficialmente competentes e acompanhamento da pesagem.

Nesse sentido, não foram atendidas as requisições de transparência de informações básicas como peso de aves, horário de chegada, início e fim de abate, etc.. Pouco avançando nas negociações, qual o desenrolar dos protestos e assembleias? A contraproposta foi prontamente protocolada nas três unidades da JBS (Forquilha, Nova Veneza e Morro Grande) em 27 de janeiro de 2014. De fato, até a data limite de 11 de abril nenhuma resposta foi recebida. Assim, as duas atas de reuniões com integradora e AVISUL contêm assinaturas de representantes da empresa, daí por diante o frigorífico negou qualquer comprometimento.

Sem meios de debater e reivindicar, a alternativa foi ampliar protestos como forma de fazer pressão. Distante de chegar no consenso, por meio de assembleia geral os avicultores deliberaram por paralisar a entrega de frangos de corte nas três unidades da JBS no Sul Catarinense em 25 e 26 de abril de 2014.

Que a gente primeiro fez as primeiras reuniões no início de 2013. E quando a gente foi fazer a nossa paralisação foi em abril de 2014. Nesse ano, que a gente praticamente... um ano inteiro que a gente teve. A gente fez uma lista de reivindicações, colocou aquele pessoal que tinha sido desligado por um motivo ou outro para tentar ver na empresa. Levou esse rol de reivindicações, protocolou nas unidades – que eram três na época, e acabou ficando só a JBS. Nesse período e tudo o que tinha, foi no governo do estado, foi na assembleia legislativa, tivemos no Ministério da Agricultura. Tudo isso [...] antes, no Ministério Público, fizemos audiência pública em Nova Veneza, em setembro de 2013. Tudo isso pra depois de a gente chegar até o ponto [de] fazer um movimento na frente da empresa. Quando se esgotou tudo o que tinha, que a gente podia fazer, a gente acabou [por] ir lá. (WALMIR FABRO, 2016).

Ao aprofundar os acontecimentos ocorridos no início de 2014, duas manifestações foram convocadas diante da unidade de Forquilha, solicitando nova rodada de negociações, a primeira em 26 de fevereiro e a segunda em 24 de março. “A primeira mobilizou 100 avicultores e a segunda 150.” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014c). O primeiro protesto aconteceu depois de a empresa marcar reunião em 12 de fevereiro de 2014 em Urussanga e cancelar uma hora antes. Com efeito, o representante da integradora não compareceu à reunião e deixou os avicultores a verem navios. A mobilização de 26 de fevereiro paralisou a entrada e saída de carga por 20 minutos na unidade de Forquilha, e travesseiros foram rasgados e suas penas jogadas na frente da JBS (AVICULTORES..., 2014). A mobilização de 24 de março, em conjunto com o SINTACR, paralisou por 30 minutos a entrada de aves em Forquilha,

acontecendo também em Nova Veneza e Morro Grande (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – SC, 2014).

No ato de 24 de março foram distribuídos 130 quilos de asa de frango, além de fixação de bonecos e cartazes. Os cartazes portavam dizeres como: “Socorro: Os Avicultores de Santa Catarina Pedem Socorro”; “(JBS) menos propaganda na televisão e remuneração justa aos parceiros Avicultores”. Da mesma forma, o conteúdo da faixa questionava “celebridades” da televisão, promotores da campanha publicitária das marcas da JBS. Outrossim, o manifesto protestou contra os R\$0,40 pagos de remuneração na média que chegou a R\$0,20 por ave. Essa última, objetivamente forma de punir integrados ditos improdutivos e “incompetentes”. O efeito direto do segundo protesto foi abrir no dia 26 de março uma reunião em Forquilha a respeito de itens prioritários.

Segundo o cronograma de atividades, a reunião foi mais uma decepção, nada foi resolvido ou encaminhado. Ou seja, a JBS não aceitou reivindicações e propostas, citando “que não há perspectiva de aumento ou qualquer reajuste para a categoria.” (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014c, p. 17). De fato, a integradora verbalizou a matemática unilateral e a particularidade da exploração do trabalho no Sul de Santa Catarina: custo da produção agrícola da empresa + falta de capacidade de manejo = preço baixo ao produtor. Dito isso, a relação contraditória calcula que, mantendo preço baixo, a empresa encheu os bolsos de grana⁵³ da *Holding* controladora das unidades produtivas.

Desse modo, falta olhar as deliberações para fazer paralisações ou continuar as atividades programáticas, que aparecem desde novembro de 2013 nas atas da AVISUL (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013r). Já em novembro de 2013, por intermédio de votação, ganhara a opção de encaminhar contraproposta, e não da rejeição total da contraproposta da JBS, e paralisação das atividades com data e hora marcadas para os próximos dias. Assim, diante de várias portas fechadas, descaso e não disponibilidade de negociar, foi deliberado e convocada, conforme o Estatuto Social, a “1º Greve da Categoria no Sul Catarinense”, no mês de abril de 2014 (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014c, p. 18).

⁵³ Demais questões se encontram na ata da reunião, entre elas a proposta de unificar remuneração e tabelas aos integrados das três unidades.

A primeira chamada da assembleia extraordinária aconteceu para os avicultores da região da AMREC e da AMUREL, em Cocal do Sul, e a segunda ocorreu em Morro Grande para os associados da AMESC. Entre os fatores para essa divisão estão a distância e a dificuldade de deslocamento dos associados. Em paralelo, a empresa tinha iniciado o procedimento de chamar avicultores em particular, e assim prosseguia fazendo acertos individuais sem informar ou cogitar a presença da associação. De fato, pagar por fora não apresenta nenhuma novidade, ainda mais como foi relatado, apenas “centavinhos”. Aprovada por unanimidade, a paralisação da entrega de frangos para o abate foi apoiada por alguns prefeitos, SINTIACR e recebeu a benção da Igreja Católica no consentimento de um dos seus padres (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014d).

No centro da legitimidade da comunidade está o reconhecimento do pertinente trabalho feito com suor e lágrimas. Do outro lado, o da empresa, trata-se de não atender a itens prioritários, não dialogar e não resolver situações pontuais, deixando a relação de trabalho como sempre foi: precarizada. Porém, não cabe o julgamento, e vamos aos fatos. A paralisação começou às 16 horas do dia 25 e às 19 horas foi abatido o último frango na plataforma de abate. O bloqueio paralisou as atividades da unidade da JBS/Seara até as 10 horas da manhã de 26 de abril (SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO DE CRICIÚMA E REGIÃO, 2014a). Equipes de avicultores ficaram nos locais onde os animais seriam recolhidos, outros na empresa, usando o próprio corpo como bloqueio dos caminhões (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014e). Não se conhece relatos de nenhum animal ferido, pois foram seguidos os protocolos de bem estar animal. Demais caminhões contendo aves para exportação e outros veículos tiveram livre acesso.

Aí estavam os avicultores tudo revoltado. Tudo revoltado e decidiram fechar, fazer uma greve. Aí então, eu fui lá, fiquei sentado a noite toda. No fim chamaram a polícia, [estavam] lá com os cassinetes na mão já. Nós já tínhamos parado uns caminhão. Não deixamos entrar, deitamos tudo na frente lá. Já ia juntar o pau em nós. Aí foi feito um acordo com a empresa. “Ah não, vamos fazer isso, aquilo, vamos conversar.” [...] Mas que nada. Só pra nós sair da frente pra liberar os caminhões. Noutro dia, o que eles fizeram? Gancho em nós tudo. Pra mim deram 80 dias de gancho sem

alojar. Pra outro deram 90. Pra outro deram 70. E mais uns dois cortaram. E o pau pegou no couro nosso e ninguém ganhou nada. Nada! Ainda o técnico vinha aqui e dizia assim: não vão mais lá. (ENTREVISTA 5, HOMEM, 2017).

Nesse sentido, a resposta da empresa aconteceu com repressão da polícia e tudo. E a polícia é sempre a mesma! Assim, a polícia, como de *práxis*, aderiu à ideia da empresa de que “meia dúzia de avicultores” tumultuavam a ordem nas imediações da empresa. Pelo contrário, a paralisação foi levada à assembleia, e a votação obteve quórum suficiente. Ao adentrar a noite, a empresa acabou por ceder e a ata que agendava a próxima rodada de negociação foi lavrada na presença da polícia militar. E qual o resultado dessa vez? A JBS/Seara se prontificou a conversar e abrir as exigências prioritárias, porém encontrou meios de deslegitimar a AVISUL. No transcurso da mobilização, em 07 de maio, aconteceu nova reunião com a JBS, dessa vez intermediada por prefeitos das associações de municípios AMREC e AMESC.

No entanto, a rodada de negociações somente aconteceu, por mediação dos prefeitos da AMREC e AMESC, uma vez que a Empresa JBS Aves/JBS Foods afirma que não fará mais nenhuma agenda com a Associação dos Avicultores neste ano. (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014e).

De fato, a integradora alegava que atendeu a reunião por convocação dos prefeitos, e não por intermédio da paralisação e dos protestos realizados no transcurso do movimento organizado. Assim, desconsiderou a ata lavrada na madrugada de 26 de abril de 2014 (ATA..., 2014). Em outras palavras, a empresa só aceitou dialogar através da mediação dos prefeitos, e retirar a luta social da associação significa reproduzir sua conduta despótica.

Nesse sentido, foram adiantadas questões numa primeira reunião da AVISUL com prefeitos da AMREC em Cocal do Sul, dia 05 de maio, e por contato via telefone aos prefeitos da AMESC. A reunião do dia 07 de maio na sede da AMREC foi realizada com a composição de três prefeitos das associações de municípios e mais dois membros, três representantes da AVISUL e três da JBS. A JBS, que controla as unidades de produção, só se prontificou a analisar, dos itens prioritários

do pleito dos avicultores, a observância quanto a intervalo de lotes, capacidade instalada e idade de abate. Das tabelas de pagamento, propunha unificação nas três unidades até o mês de outubro, inclusive permitia à AVISUL enviar propostas para avaliação: mas apenas via online.

Relembramos, não interessava à associação mudar tabelas, e sim ter garantias de remuneração. Os prazos de pagamentos foram fixados em 15 dias úteis, mas a empresa ainda não assumiria as despesas com coleta de frangos para abate. Sobre rupturas de contrato, alegou que não aceitava tratar com a associação, e desse modo apenas com cada integrado em particular. Em suma, a empresa não atendeu às reivindicações de reajuste de valores, fazia acertos individuais e progressivamente tratou de impor um novo contrato ao longo do ano, apesar dos esforços da AVISUL em participar da redação do novo contrato justificada no texto em trâmite da legislação da integração, então Pl. 6.459/2013. Na reunião diante dos prefeitos, em 07 de maio, a AVISUL entregou para a empresa uma primeira proposta de redação do contrato.

Nessa linha, apesar da negação da fala e da vez a associação conseguiu firmar raízes em 2014. A posição dos prefeitos da região é também contraditória, uns apoiaram o movimento com entusiasmo, outros nem tanto: no transcurso histórico os pares dos avicultores integrados são de fato os ocupantes dos assentos nas prefeituras e dos cargos eletivos. A assembleia geral ocorrida em 24 de maio do mesmo ano trata dos encaminhamentos tirados da reunião com a JBS (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014f). Em outros termos, a assembleia aprova a proposta em avaliar acertos de dois lotes e, ao final de agosto, contrapor e comparar os resultados na reunião diante da JBS e da associação dos municípios. De fato, a reunião não aconteceu em agosto, mas em fevereiro de 2015, e somente com a AVISUL e os prefeitos da AMREC. Esse período entre os meses de maio e agosto de 2014 ficou conhecido como período de trégua com a integradora, pois os avicultores e a AVISUL deliberaram aguardar e suspender os protestos.

Observamos que os ocupantes dos cargos e funções da JBS alegavam que era preciso melhorar os índices produtivos da parte que cabe aos avicultores para poder melhorar a remuneração dos mesmos. Por isso, quanto mais o frigorífico exercer controle do processo de trabalho maior valor produz a empresa e tanto menos o integrador se apropriaria das melhorias. Escondida atrás da proximidade de interesses, a integradora, apoiada no exercício de mandos e desmandos, subordina o

trabalho dos integrados, também exercendo controle nas esferas políticas e ao cercar as direções do movimento organizado. Portanto, o controle da relação de trabalho está nas mãos da empresa, lugar que a maior geração de lucros ao frigorífico está relacionada à precarização da relação de trabalho.

Das vísceras e intestinos do setor, outra questão foi a intenção de reprimir a participação dos avicultores em assembleias e reuniões da AVISUL. Além de punir e excluir associados, a empresa informava por meio de seus técnicos que se associar à AVISUL significaria exclusão da atividade. Nas assembleias gerais abertas ao público a JBS mandava observadores (técnicos agrícolas) para verificar quem estava presente, ou seja, ao intimidar a participação dificultava ainda mais a mobilização de sujeitos subtraídos do exercício democrático, que possibilita justiça social. Mesmo fotos de registro das assembleias eram feitas a distância para não ser possível identificar os participantes porque seriam notificados pela empresa no dia seguinte.

Naquele momento os trabalhadores dos frigoríficos e o SINTIACR também estavam diante do rolo compressor chamado JBS/Aves e JBS Foods. Nos relatos e notícias fala-se dos protestos, alguns juntos com a AVISUL, que começaram em 2013 e foram adentrando 2014. Nas palavras do presidente do sindicato:

Nesse momento nós fizemos um bloco de resistência muito forte com a JBS, no ano de 2014. Eles tentaram mexer no nosso plano de saúde que nós tínhamos aqui na região que foi conquistado com algumas greves que nós fizemos. Nós fizemos 4 greves somente aqui na unidade de Forquilha. E no ano de 2014 nós fizemos a maior greve do setor quando nós resolvemos enfrentar a JBS. Nós ficamos 7 dias e 8 noites em greve, onde o nosso foco principal era não deixar a empresa retirar o plano de saúde da unidade de Forquilha, que a gente sabe que se eles conseguissem aquilo nós não iríamos perder somente o plano de saúde, seria abrir a porteira pra gente estar perdendo outros direitos. E os trabalhadores entenderam isso. Nós paramos em torno de 60% a unidade de Forquilha durante esses 7 dias e 8 noites, e Nova Veneza nós também paramos em torno de 70%. (CÉLIO ELIAS, 2017).

Objetivamente a greve é uma das formas e expressão de lutas dos trabalhadores entre 15 a 22 de dezembro de 2014. No transcorrer dos fatos, a JBS resolveu enfrentar a greve e animais foram enviados para abate em unidades a uma distância de 700 a 800 km. A estratégia da JBS é simples de entender: cortar custos, entre os quais planos de saúde, significa ampliar a dimensão da exploração do trabalho (lucros). Desse modo, o abate e a industrialização de aves no Brasil é a atividade que mais adoce trabalhadores no país. Ao sintetizar a mobilização, ocorreu da categoria voltar às atividades mesmo sem acordo, entretanto o sindicato e a Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (CONTAC/CUT⁵⁴) continuaram os protestos contra a JBS pela exposição da imagem da empresa. Também começaram a denunciar o financiamento de campanha eleitoral promovido pela JBS na eleição de 2014 e a participação do BNDES nas operações de expansão do grupo.

O resultado da greve foi ganhar amplitude nacional, quando o presidente da JBS (Wesley Batista) e a CONTAC assinaram um acordo específico aos trabalhadores das unidades de frango no país. Para o presidente do SINTIACR o momento representa um marco histórico de ruptura, pois a JBS substituiu a truculência, pela qual é conhecida Brasil afora, pelo diálogo. Além disso, o sindicato, ao nível nacional, foi o único que implicou o presidente nacional da JBS na resolução do impasse da retirada dos planos de saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, sabe-se da construção da solidariedade entre trabalhadores dos frigoríficos e avicultores por intermédio da aproximação das entidades representativas. Também, nos dois protestos que avicultores e trabalhadores do frigorífico fizeram juntos em 2014, aconteceu de membros da AVISUL receberem punição, ou seja, de ficar um tempo sem alojar animais por ir no local dos protestos (ENTREVISTA 10, HOMEM, 2017).

Essa aproximação do SINTIACR e da AVISUL configura-se em estratégia de resistência ao poderio da JBS na região frente à subtração de direitos conquistados⁵⁵ dos trabalhadores nos frigoríficos e efeitos

⁵⁴ A CONTAC não é a confederação oficializada, a oficial é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação e Afins (CNTA).

⁵⁵ Entre as conquistas da categoria ao nível nacional, está a Norma Regulatória 36 ou NR 36 do Ministério do Trabalho de 2013, que regula a condição de trabalho nos frigoríficos, ou seja, questões ergonômicas e ritmos de trabalho, etc..

negativos ao quadro de integrados e demais trabalhadores. Na entrevista com o presidente do SINTIACR em meados de 2017, relata-se da necessidade de projeto urgente de organizar todos os trabalhadores que estão ligados ao setor, considerando também a exploração dos trabalhadores no chão da fábrica. “Mas a dificuldade maior ainda é no que nos antecede, nessa corrente que é o avicultor, o apanhador, e [trabalhador] do transporte.” (CÉLIO ELIAS, 2017). Auxiliar e compartilhar a experiência da organização sindical na constituição da AVISUL significava dar continuidade ao projeto anterior do SINTIACR, resistindo às dificuldades impostas pela JBS nas relações de trabalho.

A respeito da mobilização dos avicultores e sua associação, a leitura dos fatos coloca no centro a questão do alcance e repercussão social da AVISUL: visto que se a JBS finge ignorar, na realidade dos fatos não poderia fazer. Tornam-se perceptíveis mudanças de táticas da AVISUL, deliberação das direções a assumir, sendo acompanhadas estatísticas de remuneração e firmando-se contrato entre AVISUL e IPESE/UNESC em agosto de 2014.

Nos dias 27 e 28 de agosto de 2014 a AVISUL participou e contribuiu ao lançamento oficial da Associação Brasileira de Avicultores Integrados (ABAI). A associação é formada por empresários e produtores familiares de aves (pequenos e médios), tendo como membro do conselho regional de Santa Catarina o nome de Lúcia Cimolin (sendo suplente Emir Tezza) e Lisa Netipanyj, do norte do estado, na secretaria geral (SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO DE CRICIÚMA E REGIÃO, 2014b). A associação brasileira está próxima da CNA, e a trajetória do atual presidente elucida a questão: empresário e vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE/DF). Grosso modo, a ABAI busca equilibrar a relação contratual, tornando-a mais justa e equânime, contando com articulação dos estados do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Haja vista o conflito social, no bom sentido, não existe receita pronta e sim luta e resistência. Em 15 de novembro de 2014 foram apresentados os resultados parciais do trabalho realizado pelo IPESE/UNESC, em Nova Veneza (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014g). Outrossim, a assembleia tratou de expor o acompanhamento da remuneração dos lotes, ainda na casa dos 55 a 65 centavos por ave de corte na média, aquém do custo de produção. Na produção de ovos, valores negativos, e

na recria, diminuição do número de aves alojadas, maior trabalho e menor remuneração. E a luta da AVISUL melhorou a remuneração dos avicultores na região? Certamente, pois a empresa queria continuar a pagar os R\$0,40 do início de suas operações.

Naquela assembleia, tratou-se de definir a deliberação de primeiro dialogar com prefeitos, e só depois buscar nova rodada de negociações com a empresa, conforme custo de produção calculado pelo IPESE/UNESC. Desse modo, abriu-se no período maior interação com entidades congêneres, entre as quais a Associação dos Avicultores do Planalto Norte (AAPLA) - Rio Negrinho. A discussão seguinte se ateve à proposta do Projeto de Lei 13.288/2016, seus impactos e esfera de lutas. A respeito do contrato, a análise do contrato JBS padrão apontou o seguinte:

Diante da unilateralidade da redação do Novo contrato e fórmulas de remuneração, a assembleia decidiu pela emissão de uma nota de repúdio à JBS, a ser veiculada nos meios de comunicação regional. (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014g).

A nota de repúdio denuncia a imposição do novo contrato, que retrocedeu o anterior e tornou mais severas as punições, além da costumeira falta de transparência (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2014g). Desse modo, a mudança dos contratos foi processual e a empresa dizia atuar segundo acordo firmado com a CNA, de um único contrato para o país inteiro e em observância à legislação em trâmite (a BRF seguia igual comportamento). O contrato assinado, por bem ou por mal, na região catarinense não contém nenhuma referência à Lei aprovada, a não ser no atualizar do vocabulário jurídico e para dizer que o integrado não tem nenhum direito, apenas obrigações técnicas, devendo ressarcir a integradora em caso de sinistros. Por isso, a CNA, por intermédio de sua Comissão Nacional de Aves e Suínos, denunciava a conduta das integradoras e manobras de ignorar a aplicação da legislação.

Em outras palavras, os mutirões de análises dos contratos em parceria com as federações estaduais informam que nenhum dos contratos das principais empresas integradoras do país foram adequados ao art. 4º da Lei 13.288/2016, que estabelece conteúdos mínimos aos contratos. Conforme a mesma comissão, os contratos, após 16 de maio, ainda ferem princípios de boa-fé, isonomia e autonomia da vontade,

presente no Novo Código Civil (Lei 10.406/2002)⁵⁶. Ignorar o último princípio é evidente na imposição do contrato aos avicultores do Sul Catarinense. A respeito das CADECs, muitas não vêm executando as atribuições previstas em lei, sendo mais um espaço de reuniões para tratar temas técnicos da integradora, ao contrário do local estabelecido por lei para ocorrer negociações coletivas e debater a relação contratual (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL, 2017).

Diante da falta de poder político para socorrer a AVISUL, seja nas peregrinações até a capital do estado ou Brasília para buscar soluções à situação complicada vivida pelos avicultores, em 2017, no decorrer dos trâmites envolvendo a JBS no Brasil, a CNA mobilizou a AVISUL como parte da renegociação do acordo de leniência da JBS firmado com o Ministério Público Federal. Ou seja, dos avicultores desligados pela JBS com dívidas ativas solicita-se manifestação para que, no acordo de leniência, a JBS assumas as dívidas que os avicultores excluídos têm junto às instituições financeiras⁵⁷. Desse modo, a interação entre a associação e a confederação tornou os avicultores do Sul Catarinense parte ou fração da classe patronal? De certo que não, mas é o que se tem a fazer diante da concentração do mercado, do monopólio exercido na região pela JBS e dos limites de atuação do poder público local e regional, conforme a dependência econômica que submete avicultores e sua associação.

Nesse sentido, o cronograma de atividades da AVISUL até 2016 contém aprofundamento da luta por espaço, mesmo sem a empresa sentar para conversar e atender às reivindicações prioritárias. Por isso, a AVISUL e integrados não deixaram de denunciar a JBS, além das determinações a que estão submetidos: continuidade dos desligamentos enquanto a integradora abria novas vagas; remuneração incompatível à produção familiar na agricultura; questionamento da imposição pela integradora de seguro no aviário que não cobriu o que prometia; não devolução dos contratos que foram obrigados a assinar; pressão patronal que desmobiliza a participação nas bases; desligamento de avicultores por buscar seus direitos na justiça e na mobilização organizada.

Em 08 de agosto de 2015, a assembleia informa do andamento das negociações com a JBS via prefeitos e associação dos municípios.

⁵⁶ Trata-se do código jurídico que rege o direito privado, também é considerado por essência conservador nas suas atribuições.

⁵⁷ A ligação direta e a convocação da confederação nacional são a contragosto das disposições da federação dos “médios produtores” catarinenses.

Em suma, produziu efeitos de reajustes de 9% para aves de corte, só que o reajuste pouco ajudava, pois estava submetido às tabelas de conversão modificadas pela JBS (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2015b). Nesse sentido, outro caminho de luta foi encaminhar aos bancos dossiês sobre a condição concreta dos avicultores, por isso, transcorreu redução da oferta de crédito, diminuindo a quantidade de interessados em se tornar subservientes da integradora. Também na assembleia aconteceu o convite do presidente da CONTAC/CUT, que se tornou fato concreto mês depois, ao ato contra a JBS na avenida paulista, São Paulo, em 13 de outubro de 2015 (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2015).

Ainda do cronograma de atividades, aconteceram visitas a avicultores nos municípios, acompanhamento jurídico e participação de membros da diretoria no acompanhamento do trâmite da lei da integração em Brasília. Também se propôs imputação de responsabilidades à classe política local e divulgação das questões à comunidade regional por meio de entrevistas aos meios de comunicação. Contudo, o principal problema relatado foi mobilizar a base, apesar de a AVISUL contar em 2016 com mais de 521 associados (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2016). No entanto, a respeito da JBS e região de abrangência em que atua, a integradora segue fazendo o que quiser, e de 07 de maio de 2014 em diante nunca mais a empresa sentou para dialogar com a Associação dos Avicultores, ignorando a sua existência.

Os produtores têm medo de fazer algum protesto, alguma greve. Medo de mais desligamentos. Então é terrível a situação de mordaca a que a própria associação está submetida. Porque pra fazer um movimento precisa de aprovação em assembleia geral. As assembleias começaram a esvaziar e quando os produtores comparecem nas assembleias, não querem ir participar de protestos. Não querem ir pra manifestação, não querem mais. Porque têm medo de serem excluídos. Então a associação não pode fazer muito. (LÚCIA CIMOLIN, 2017).

Nesse sentido, o trabalho silencioso exercido por integrados na região se torna ainda mais desconhecido e sob truculência. A respeito do esvaziamento das assembleias, avicultores à frente da associação também sentiram diretamente a repressão da JBS, seja nos períodos que

ficaram sem alojar animais ou no decorrer dos fatos que a exposição produz. Já quem esteve fora do movimento alega que a associação não teria força para brigar com o tamanho da empresa, argumento que esvazia a trajetória de luta do movimento organizado. Essa falta de reação em questão acontece diante da exclusão progressiva da atividade (130 a 160 avicultores no final de 2017), e mesmo integrados em situação desfavorável dão “graças a deus” ou não têm como protestar, pois há uma noção bem difundida de que existe outras opções sem estarem submetidos aos mandos e desmandos da integradora.

Acompanhamos parte da mobilização e a impressão de que ninguém consegue fazer nada inviabiliza correr riscos de ir enfrentar a integradora. O problema não é ir enfrentar a integradora, ou mesmo a repressão policial, mas sim fazer isso enquanto a integradora anuncia fechar novos aviários. A AVISUL obteve avanços ao mobilizar e produzir manifestação e protestos contra a integradora, porém a estratégia tornou-se uma opção distante. Por isso, a observância ao funcionamento do movimento organizado reforça ainda mais a legitimidade dos protestos e reivindicações da AVISUL. Haja vista a conquista de espaço e terreno, existe a possibilidade de transformar a associação em sindicato, porém alega-se da dificuldade em conseguir cartas sindicais no momento político e econômico do país. Nesse sentido, a associação se articula como lhe é possível.

A associação faz o que está ao seu alcance: visita, atualiza os custos de produção, faz palestras e contatos com outras associações do Brasil. No ano passado [2016] foi realizado o I Seminário Nacional dos Avicultores Integrados, que trouxe para Nova Veneza mais de 270 avicultores de sete estados do país. Neste seminário foram discutidos os problemas do setor e foi escrita a Carta de Nova Veneza, que foi amplamente divulgada e enviada para diversas instituições. O mais complicado é que só tem uma empresa grande dominando a região, a JBS. Em Grão Pará, tem uma empresa pequena, a Pinheiros, que recentemente assumiu dois produtores desligados da JBS. Esses dois que eu falei que são líderes da associação, foram integrados pela Pinheiros. (LÚCIA CIMOLIN, 2017).

Nessa linha, é sabido que a presença da JBS na região e a crise de 2010-2012 foram fatores que aprofundaram os problemas da integração. A reivindicação de reintegrar avicultores excluídos foi atendida pela operação de outro grupo econômico. Assim, se existirem grupos de empresários na região, embora dos problemas da integração avícola, é possível trabalhar mais um tempo até as “coisas” se ajustar. O evento em retrato é o I Seminário Nacional dos Avicultores integrados, em 16 de junho de 2016. E a empresa não participou do seminário, mas enviou observadores. O documento produzido no seminário é assinado por 13 associações, entre as quais a ABAI, recém formada, e sindicatos, sendo enviado a mais de 16 órgãos públicos e privados. Na lista de destinatários, federações nacionais e estaduais (patronais e de trabalhadores), ministérios, secretarias, etc.. A AVISUL espera ainda muitas respostas há mais de três anos...

Em conclusão, a agroindústria trabalhou para negar o movimento organizado. Ao mesmo tempo a *holding* que controla os três frigoríficos não abre canal de negociação com a AVISUL, fato que acaba perpetrando a continuidade da relação social que é uma bomba-relógio, pois controla o sobretrabalho do avicultor sem deixar centavos para remunerar os estabelecimentos avícolas. A massa de capital aplicado à produção agrícola só tem uma razão de ser: continuar o processo de “reprodução ampliada” ao colocar mordanças nos seus integrados. Desse modo, a integradora separa as partes e engole o todo por meio da repressão social e dependência econômica, ou seja, da atuação do oligopólio que aprisiona homens e mulheres na terra.

E de que maneira resistir ao oligopólio?

Nesses termos, há uma resposta simples, aprofundar a mobilização das bases e ampliar a luta socioeconômica. Tarefa complicada no bloqueio exercido pelas integradoras, mas a montanha precisa ser conquistada de qualquer forma. Por isso, é necessário que o avicultor integrado encontre forças e vitalidade em protestar e que se aproprie do efeito contrário, ou seja, da integradora retroceder e acatar reivindicações prioritárias e as necessárias. E não temos nenhuma dúvida de afirmar que a JBS, a *holding*, tomou a realidade para si, e tentou reduzir a luta dos avicultores e da AVISUL a argumentos desprovidos dos fatos.

5 CONCLUSÃO

Abrimos por meio deste texto várias frentes de trabalho, faltando apresentar o resultado sintético das questões aqui levantadas. Nos apropriamos da leitura de Wanderley (2014) para compreender o setor agrícola modernizado, ou seja, a produção familiar na agricultura. Por isso, pagamos o tributo, e como problema teórico a citada autora atualiza as questões de Chayanov (2014): relação trabalho/consumo; a natureza indivisível da remuneração familiar; a possibilidade da avaliação da “autoexploração” da força de trabalho. Desse modo, o recorte tradicional/moderno redefine a compreensão da transformação na estrutura familiar rural, os parâmetros de trabalho na atividade agrícola, a vinculação aos mecanismos de mercado e a imposição de comportamentos socioeconômicos à família rural.

Nesse sentido, a paisagem rural do Sul Catarinense incorpora esses fatores na conformação do padrão urbano-industrial, ou seja, no conflito vivido entre o tradicional e o moderno. Assim, a descrição do vínculo dos estabelecimentos avícolas a frigoríficos teve como fio condutor os mecanismos de crédito, a absorção tecnológica e o funcionamento do processo produtivo dito integração agroindustrial ou “parceria”. A formação do complexo agroindustrial suíno/aves e os desdobramentos no Sul Catarinense expressam os efeitos do padrão de acumulação, as relações do setor com o Estado e desse para os conflitos de interesse instaurados no setor agrícola. Poderíamos discutir os processos de decomposição social, ou seja, da formação de proletariado, setores médios e uma fração de agricultores capitalistas, porém o objetivo central desta dissertação foi a trajetória dos avicultores integrados.

Usamos o termo “pequena produção” como sinônimo de agricultor capitalizado e inserido na agricultura modernizada, e referendamos esse agricultor como prestador de serviços para o frigorífico. Em outros termos, vinculado à integradora, o contrato induz pacotes tecnológicos à produção agrícola e controla o exercício de trabalho realizado pelo produtor integrado. Daí, deriva a dependência essencialmente econômica dos integrados e a subordinação real do trabalho pela “expoliação” da família rural em todas as dimensões: 1) mascaramento dos custos de produção, pois a integradora define unilateralmente índices e parâmetros de remuneração; 2) aumento da exploração do trabalho pela arbitrariedade da seletividade/exclusão das granjas, que modifica progressivamente a condição média de

permanência dos estabelecimentos integrados; 3) apropriação da capacidade de financiamento junto às instituições financeiras da propriedade fundiária, pois os agricultores se tornaram funcionais ao capital por intermédio da condição de financiar equipamentos, construções e produção. Há ainda a apropriação do sobretrabalho (produtividade do trabalho) pela intensificação dos ritmos de trabalho, ampliação das jornadas de labor, precarização do trabalho e da relação social.

Mas sempre foi assim? Objetivamente a subordinação é inerente à instalação das granjas integradas no Sul Catarinense, considerando os efeitos perversos da atividade capitalista: enquanto o capital dispõe de integrados orientados pela necessidade material de produzir sua existência, maior a possibilidade de empregar a organização do trabalho derivada das áreas de colonização e inserida no processo de industrialização do rural. Dessa formação social, as granjas foram viabilizadas por meio da força de trabalho e recursos, como materiais para construção dos galpões, poupança para comprar equipamentos e a disponibilidade de crédito agrícola. No final da década de 1970 houve crédito agrícola subsidiado para construção de granjas, e nas décadas de 1990, apesar da extinção do crédito agrícola, surgiram timidamente programas como o PRONAF. A partir da metade da década de 2000 se percebe a retomada de crédito agrícola para a agricultura familiar. No Sul Catarinense, esses valores foram disciplinados institucionalmente a atividades produtivas, instalação de granjas de aves/suínos etc..

A organização e divisão do trabalho nos estabelecimentos rurais forneceu para o frigorífico mais-trabalho gratuito, como outras atividades suprimiram valores negativos nos períodos de arrocho salarial e crise no setor. A policultura, característica das áreas de colonização, possibilitou construir granjas, e valores monetários oriundos da comercialização de aves foram investidos em diferentes atividades agrícolas ou na ampliação e melhoria das granjas. Da policultura os estabelecimentos avícolas mantêm referência a valores de usos, como as roças para o gasto e criação de animais para o próprio consumo. No vínculo com a integradora, esta desloca do mercado as exigências sanitárias e normativas, e o funcionamento da granja implica modificações nos estabelecimentos rurais, sendo condição para a granja continuar recebendo animais. Desse modo, a avicultura industrial entra em conflito com essas práticas socioeconômicas no momento em que aves foram proibidas nas propriedades, além de ficar de sobreaviso para a granja, ou seja, trabalhar 24 horas para vigiar os animais.

Nesse sentido, o crescimento do alojamento de aves de corte no Sul Catarinense convive com a exclusão dos estabelecimentos integrados. Além das exigências técnicas e de investimentos, a condição do fechamento das granjas representa a dinâmica industrial que explora o integrado, subtraindo direitos e burlando a legislação trabalhista. As mudanças na produção e os efeitos no trabalho concreto foram progressivos, e na segunda metade da década de 1990 a maior integradora (CEVAL) estabelecia aumento da quantidade de animais alojados, por isso, as alterações nos sistemas de climatização das granjas, fornecimento de água etc.. Na década de 2000, os galpões começaram a empregar sistemas automáticos de fornecimento de ração e as instalações foram ampliadas para aumentar a capacidade de animais alojados. A respeito de questões sanitárias, os avicultores modificaram as granjas para bloquear a entrada de animais de pena, e a propriedade passou a ser adequada às determinações da integradora, do mercado de frangos e da observância à legislação.

E qual o resultado no trabalho? Toda essa alteração significou investir e adquirir ferramentas de trabalho melhoradas. O custo do equipamento contrasta com a modesta remuneração do serviço prestado à integradora. Desse modo, conforme a arbitrariedade da integradora na aplicação das melhorias, esta estende a todos sua norma e reforça o controle sobre o processo produtivo. Se o frigorífico joga com a necessidade do investimento, abusa de mecanismos de compensação unilateral no qual acaba aumentado sobremaneira a produtividade do trabalho. Em outras palavras, a responsabilidade e o investimento na granja são atributos do integrado: se não fizer mudança deixa de receber animais, perde o investimento e a fonte de renda, fica mesmo com o financiamento a pagar. No entanto, a melhoria é apropriada pela integradora, e como a integradora não compartilha riscos, ainda mais precarizada se torna a relação de trabalho. Por isso, quando mencionamos exploração do trabalho, destacamos os efeitos da ampliação da jornada de trabalho real para atingir metas, índices e qualquer outra norma tencionada pelo frigorífico.

O método cruel de pagar considerando fatores internos do estabelecimento rural fica mais evidente quando da chegada da JBS na região. Entretanto, nos períodos anteriores os problemas do trabalho são os mesmos: 1) os meios de produção e pacotes tecnológicos definem antecipadamente a remuneração do integrado; 2) a qualidade dos insumos fornecidos pela integradora interfere no desempenho do trabalho; 3) a subordinação ou exploração do estabelecimento rural é resultado da dependência essencialmente econômica frente à

integradora, mas acrescentada com elementos como a coerção e dependência pessoal; 4) seja pelo acatar voluntário ou involuntário, na relação social estão contidas as formas e práticas de violência do capital; 5) a integradora exige produtividade dos estabelecimentos, mas enquanto adequação para o suprimento de suas linhas de produção, sendo negada a ação e o ato de reivindicar coletivamente esses requisitos. Conforme as entrevistas que realizamos, de fato foi diferente em outros períodos e com diferentes grupos econômicos, entretanto, o comportamento da integradora persegue lucros e a integração é um dos piores mecanismos de exploração do trabalho.

Nesse sentido, instalar granja é uma estratégia de sobrevivência da produção familiar na agricultura? Para os estabelecidos na região se tornou uma opção de trabalho e renda por não haver outra atividade mais adequada. Também, a avicultura integrada ocupa espaço importante na economia agrícola dos municípios, por isso, justifica o suporte dado pelas prefeituras e instituições públicas para a instalação de granjas em seu território. Do lado agrícola, lidar com linhas de crédito, meios de produção e mecanismos de mercado objetivamente é participar do processo e resistir à proletarianização e exclusão dessa transformação. Em outras palavras, importa aos agricultores garantias de comercialização da produção (valores monetários por períodos do ano), mesmo alienando parte do estabelecimento, sua força de trabalho e dos seus familiares. Homens e mulheres nasceram e entraram em relações de produção determinadas, porém têm direito de procurar saídas onde trabalhar até esgotar as forças para o frigorífico não é desejável, pois esse é o horizonte das granjas.

Observamos nas entrevistas trajetórias de trabalho e expectativas particulares que materializaram granjas nas propriedades. Para a agricultura familiar, a avicultura significou permanecer e gerar renda no estabelecimento, considerando a força de trabalho disponível e a expectativa de remunerar trabalho e investimento. Mas também há uma mudança social e cultural na composição das familiares rurais, o que tem efeito na mão-de-obra das famílias agrícolas. Por isso, o trabalho realizado sob mesmo domicílio rural tem aspectos específicos pela divisão do trabalho por gênero, trabalho por vínculo de parentesco e composição das famílias rurais (crianças e idosos). Nesse sentido, a mágica do capital é aprisionar terra subsumindo o trabalho da família rural – externalizando gastos com trabalho. Ainda, alimenta-se uma relação entre capital e trabalho, lugar que no final do processo sobra o esgotamento das energias físicas e mentais, quando não da destruição da

própria saúde no cumprimento do trabalho: condição de trabalhar até morrer para cumprir a taxa de conversão de ração em proteína.

Lembramos de Marx: a ironia da epígrafe do autor no início desta dissertação está em conformidade com a proposta desta pesquisa. Parece que o capital e o integrado são sócios, um fornece meios de produção e vende o produto pelo valor de mercado, outro disponibiliza o estabelecimento, a estrutura e o trabalho. Assim, supostamente o integrado aparece como autoempregador de si mesmo, ou seja, conserva a autodeterminação no processo de produção. De fato, isso é a deformação da realidade, porém a noção de terceirização (trabalhar sem patrão – ser livre) cooptou expressiva quantidade de agricultores e não agricultores interessados nas promessas dos frigoríficos da região em destaque. Desse modo, a cooptação eficiente é resultado da expectativa de receber uma remuneração garantida durante o período de trabalho e pelo investimento que fosse fazer na construção de granjas. Por isso, o suporte institucional dado pelas prefeituras e instituição pública de extensão rural catarinense reforçaram a expectativa de instalar granjas, e também pela capacidade financeira dos estabelecimentos agrícolas.

Perguntamos nas entrevistas quem trabalha na granja e qual o tempo necessário de trabalho. Em alguns casos há diversificação das atividades agrícolas, ficando o trabalho na granja sob responsabilidade da mulher, que pode contratar trabalho de terceiro. Homem e mulher trabalham juntos. Considerando a necessidade de trabalho em períodos específicos se recorre a membros da família ou domicílio, mesmo trocando dias com vizinhos, ou contratando serviço, etc.. Nas entrevistas abordamos aviários no qual o exercício do trabalho acontece por intermédio de trabalho alheio, porém restrito para generalizações. Em outros termos, tivemos a impressão de entrevistar “agricultores” que direcionaram anos e recursos à granja, com expectativa de viabilizar o funcionamento do terreno ou propriedade fundiária. Nesses casos, o trabalho com os frangos da empresa tem que ser exercido 24 horas por dia, 7 dias por semana, porque a dinâmica dos avicultores é o processo de criação de animais.

E o frigorífico se apropriou dessa configuração socioeconômica e obteve respostas nos termos da adequação dos processos e da produtividade. Para os estabelecimentos avícolas esse processo foi seguido pela possibilidade de mudar de frigorífico, buscar melhores condições de trabalho, ou mesmo continuar alojando animais, apesar das exigências e redução da renda. No primeiro momento, a presença de três grupos econômicos facilitava para o estabelecimento integrado deslocar a relação social a que estava submetido. Assim, a chegada da JBS

representa uma ruptura substancial na regularidade das práticas sociais entre integrados e integradoras no Sul Catarinense. Práticas subordinadas de trabalho, que são compreendidas na nomeação da relação, como parceria, mas válidas diante da dependência da integradora na necessidade de contrariar a determinação. E, sabe-se do despotismo dos frigoríficos na região, da dificuldade em permanecer trabalhando e das exigências que deslocam e precarizam ainda mais o trabalho.

Nesse sentido, temos de voltar no problema: os estabelecimentos avícolas são reféns da integradora ou dos bancos? Sabe-se da corrente: se a área está produzindo (Valor de Produção Bruto) há garantias e o banco financia. Desse modo aconteceu a articulação frigorífico e banco, no qual a integradora dava garantias de manter a granja por tempo de vigência do financiamento. Há bons relatos sobre os percalços da construção das granjas antes da chegada da JBS, porém interessa a relação valor financiado e receita obtida com o serviço prestado. Assim, a integradora suspendeu qualquer compromisso de assegurar à granja integrada melhores valores, rebaixou os contratos vigentes e paga conforme seus índices de remuneração. O problema principal é do avicultor assumir todos os riscos com a operação e instalação das granjas, sendo que a integradora não assume responsabilidade diante de sua construção. Insistimos nessa questão, o problema acompanha agricultores que pegaram empréstimos no PRONAF e dos mutuários do PRONAMP, além de outras linhas de crédito. Logo, a integradora remunera da forma que quiser, implicando nas dívidas da construção da granja e precarizando mais o trabalho. Ainda assim, a integradora alega que os investimentos foram desviados para outras finalidades, e não utilizados na ampliação e modernização da produção agropecuária das suas linhas de produção.

Por que os avicultores do Sul Catarinense encontraram dificuldades em se organizar? É um pouco o resultado da construção do movimento sindical local, do poder da integradora, pela articulação dos representantes de cargos eletivos com os frigoríficos da região. A AVISUL é de fato um movimento organizado de contestação e luta social por melhores condições de trabalho, pela sobrevivência da produção familiar na agricultura e contra a subordinação às agroindústrias. Desse modo, as ações da associação definem sua natureza, como rever e acompanhar os desligamentos, melhoria na remuneração, analisar os quadros de imposição tecnológica, acompanhar os índices técnicos, certificar-se de haver transparência de informações no processo produtivo. Isso caracteriza a requisição particular dos

avicultores, como prestadores de serviço para a integradora, além de denunciar a ação e o poder da JBS. Portanto, no transcurso da luta da AVISUL foram relatados os baixos valores recebidos com a atividade, a cooptação dos estabelecimentos rurais por ilusão de remuneração, a imposição dos contratos, a exclusão de avicultores, a dependência e subordinação do integrado frente à integradora.

Uma das reivindicações da AVISUL merece maior explicação: a sustentabilidade da produção integrada. Isso não quer dizer manutenção da relação de trabalho regida por contratos até em funcionamento. Pelo contrário, se reivindica garantias de valores para pagar custos de produção e financiamento das granjas, ou seja, chega de trabalhar no vermelho. Além disso, a integradora deve ser responsabilizada pelas adequações e melhorias, ficando de avalista junto às instituições financeiras. Por isso, pleiteia-se remuneração justa e compatível com o empreendimento e o acesso a todas as informações produtivas e sanitárias que envolvem a produção agrícola. Nesse requisito a AVISUL luta pela aplicação da Lei 13.288/2016, pela construção de espaços para debater os problemas do vínculo como previstos em Lei, pela disponibilidade de informações aos interessados em construir granjas, pelo compartilhamento de riscos entre as duas partes no que diz respeito à atividade econômica. A reivindicação mais interessante é acompanhar a quebra de contrato, tendo como observância o tempo necessário à readequação do estabelecimento avícola e dos membros da família no mercado de trabalho. Diante de um histórico tênue da integração agroindustrial, essas reivindicações são bem radicais, implicando na reescrita dessas relações rurais entre capital e trabalho.

Nesse sentido, a principal reivindicação da associação na chegada da JBS é garantir valores correspondentes à atividade, pois a integradora previa redução dos valores destinados para os integrados e planejava cortar garantias e direitos dos trabalhadores do frigorífico. Da necessidade de resistir à truculência do capital, os trabalhadores do frigorífico conseguiram mobilizar forças; a associação ainda está diante da estratégia da integradora de esvaziar suas pautas e retirar a legitimidade do movimento organizado. Desse modo, os protestos de 08 de novembro de 2013 e 24 de março de 2014 do SINTIACR e da AVISUL foram a expressão da necessidade de organizar coletivamente os trabalhadores de um setor conhecido por gerar empregos precários. Esta aproximação mais que necessária é urgente.

No decorrer da luta social, a estratégia da AVISUL, por meio dos protestos, foi reivindicar itens tênues da relação de trabalho, ou seja, pela resistência aos ditames do capital rever suas práticas e poder

econômico. Na presença da poderosa integradora, a AVISUL teve dificuldades de iniciar as conversações e abrir espaço às reivindicações retiradas de problemas vividos contidamente pelos fornecedores de matéria-prima. O rol de reivindicações foi encaminhado em junho de 2013 às três unidades, mas apenas a busca do Ministério Público do Trabalho de Criciúma permitiu uma primeira aproximação. No decorrer dos debates, a construção de consenso dependeu da permanência da empresa no diálogo, e ela ignorou completamente a associação. Mesmo depois da paralisação de 25 e 26 de abril de 2014, onde a polícia foi acionada, a JBS achou meios de burlar a legitimidade da associação, ou seja, convocou os prefeitos para intermediar o debate e restringiu ainda mais as reivindicações. Eram 36 itens, que foram transformadas em 19, encaminhados à JBS, e que se tornaram apenas 8 itens prioritários, sendo retalhada pela JBS: restando observância quanto a intervalo de lotes, capacidade instalada e idade de abate.

Objetivamente, a crise da avicultura é também a dependência em relação a uma única integradora. Para a integradora, a crise é deficiência dos estabelecimentos submetidos a seu poder. Entretanto, os avicultores alertaram para a compressão da renda e da necessidade de investimento. Demoramos nestas páginas para demonstrar a distorção implícita no argumento da integradora, procurando meios de apresentar os mecanismos de coerção responsáveis por aprisionar as propriedades no movimento do capital. Assim, exercendo mandos e desmandos, seja atuando na esfera política, a JBS cerceou as direções do movimento organizado, punindo os membros da associação e praticando violência aberta contra os avicultores à frente da organização coletiva. O significado da violência é não poder abrir o bico para protestar, mas também ter bloqueado qualquer canal de negociação coletiva, sendo tratado apenas de maneira individual, como a integradora ainda faz.

Nas duas reuniões com a JBS e nas mediadas pelas associações de municípios, a sucessão de denúncias posteriores dos descasos deixa explícita a estratégia da integradora de deixar a relação de trabalho, lucrativa para a mesma, como melhor lhe interessar. É quase senso comum afirmar do problema da crise que agravou a situação, e por isso, da necessidade de refinanciamento das dívidas dos avicultores. Na verdade, a relação social e de trabalho precisa ser debatida socialmente pelo fato de que quem paga a pujança do setor são os trabalhadores do complexo agroindustrial de carnes. Desse modo, a forma de remunerar por produtividade é o mecanismo nefasto capitalista de piorar o exercício do trabalho: e sem atingir os índices técnicos definidos despoticamente, os avicultores estão diante da constante ameaça de não

mais alojar animais, assim comprometendo as despesas da casa, compromissos financeiros, etc..

Torna-se repetitivo falar dos problemas enfrentados a partir de 2013, que obrigaram os avicultores a buscar juntar forças no movimento organizado. Porém, não é cansativo reforçar da vigência de contratos no qual os avicultores foram forçados a assinar, sob alegação de serem contratos de adesão, que ficaram aquém do trâmite da Lei 13.288/2016. Além disso, o contrato é abusivo, e suas cláusulas oneram excessivamente os avicultores. As mudanças feitas pela JBS nas tabelas de remuneração e pagamento pioraram a condição dos integrados, pois se tornaram mais punitivas e com distante possibilidade de contestar as alterações. Por isso, o capital no país vive fugindo da legislação; além de exercer dominação pelo mercado, cerca outras esferas de luta social, como a jurídica e a política. Na questão jurídica, correm vários processos contra a JBS, mas a parte mais forte da corda é a integradora. Assim, a integradora controla massas de capitais muito maiores que a unidade produtiva, controla a questão política, sindical, e também a lógica, o trabalho e a dinâmica dos estabelecimentos.

E o que fazer? Sair e enfrentar é uma posição, mas que se torna distante na medida em que lutar por espaço significa exercer pressão econômica, e mobilizar é o problema. Protestar diante dos sucessivos desligamentos (2016 e 2017) se tornou complicado, e a exposição à luta de reivindicação teve o efeito de reduzir os avicultores dispostos a iniciar novos protestos. Assim, participar do movimento organizado é também receber antecipadamente a cartinha em que o avicultor assina o termo de seu desligamento: e essa carta é também encaminhada por correio, desse modo o integrado é obrigado a assinar de qualquer forma. Desse modo, a AVISUL realocou sua maneira de encarar os problemas, observando outros caminhos.

E há mais práticas despóticas para denunciar, porém estamos sem espaço.

E qual o resultado da mobilização dos avicultores no Sul Catarinense? Diante da situação desfavorável com a integradora, foi ganhar legitimidade social e abrir espaço para a participação democrática. No entanto, a sustentação da luta é tarefa do contingente de proprietários fundiários (não empresarial) por intermédio da transformação de questões específicas dos produtores integrados no interesse comum. Esse interesse mútuo significa articulação com trabalhadores dos frigoríficos, cargos eletivos municipais, instituições públicas, sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos rurais. E como não há receita pronta para a transformação social, trata-se de afirmar que

é um processo socioeconômico e sociocultural no qual homens e mulheres participam como sujeitos de sua história.

Nesse sentido, o tom pessimista do texto resultou da necessidade de denunciar os problemas estruturais da atividade econômica, piorados na atuação da JBS. Por outro lado, igual referência não pode caracterizar o processo de resistência impulsionado pela consolidação da AVISUL. De fato, a falta de conquistas abrangentes é independente do esforço bem sucedido de construir solidariedade real e potencial entre os avicultores integrados. Além disso, o movimento organizado carrega um patrimônio interessante de cultura política, que brota pela experiência na democracia formal, articulação dos partidos políticos locais, tanto a esquerda do espectro político como a Igreja Católica têm importância na região. Conforme E. P. Thompson (1981), desconsiderar essas experiências é reduzir a objetividade ao nível do supérfluo, porém isso é matéria-prima para trabalho futuro.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRÖDER, Monica. **A agricultura familiar entre o setor e o território**. São Paulo, 2005. Relatório Final de Pesquisa - Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial, RIMISP/IDRC. Disponível em: <<http://www.rimisp.cl/seccion.php?seccion=308,dez/2005>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

ALTMANN, Rubens. **A agricultura familiar e os contratos**: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis: Ed. Palotti, 1997.

ALVES, Maurício. **Entre o canto do galo e o apito das fábricas**: a pluriatividade na agricultura familiar de São Ludgero/SC. 2008. 381 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 7-25.

ARCHETTI, Eduardo P. Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na revolução Russa. In: CARVALHO, Horacio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 15-38.

AURAS, Marli. **Poder oligárquico catarinense**: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à opção pelos pequenos. 1991. 415 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

BARRINHA, Roselaine Navarro. Relações de trabalho não especificamente capitalista na agricultura contemporânea, um estudo de caso. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 14, n. 20, p. 59-85, jul./dez. 2012.

BARRINHA, Roselaine Navarro. **Trabalho integrado e reprodução ampliada do capital: um estudo de caso no sudoeste do paraná**. 2011. 414 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

B DARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Jana ina (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 219-229.

BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados**. 1985. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

BOITO JÚNIOR, Armando. “A nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO JÚNIOR, Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, p. 69-106.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2013. 381 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BOSI, Ant nio (Org.). **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná** (1970-2010). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

BRASIL. **Lei n  13.288, de 16 de maio de 2016**. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13288.htm>. Acesso em: 29 mai. 2016.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 2. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p. 33-52.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVEZ, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXII, n. 2, p. 105-121, abr./maio/jun. 2013.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústrias no oeste catarinense**. 1987. 370 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion. O grupo e os estudos culturais britânicos: E. P. Thompson em contexto. In: MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz. **E. P. Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012, p. 101-126.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

CARVALHO, Christianne Belinzoni de. **Relação socioeconômica dos fumicultores – fumageiras da região de Sombrio, SC e uma proposta de transição agroecológica**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 215-218.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horacio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 99-137.

CONDE, Soraya Franzoni. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense**. 2012. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DALLA COSTA, Armando João. **A Sadia e a produção integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial**. 1993. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

DALLA COSTA, Armando João. **Agroindústria brasileira contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura**. 1997. 352 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Université de la Sorbonne Nouvelle Paris III, Paris, 1997.

DALLA COSTA, Armando João. Contratos, novas tecnologias e produtividade do trabalho entre os avicultores do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 313-340, jul./dez. 2008.

DE CARVALHO, Tarcísio. Ligas Camponesas. In: MOTTA, Marcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 122-123.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005, p. 51-90. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/rosto_introducao.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SANTOS, Leonardo dos. Estatuto do trabalhador rural. In: MOTTA, Marcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 200-202.

ESPINDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne do Sul do Brasil**. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Ed. Grifos, 1999.

ESTEVAM, Dimas de Olivera; BIZ, Jádna Bilésimo; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. A trajetória de modernização da cultura do arroz no município de Turvo – Santa Catarina, Brasil. **Agroalimentaria**, Venezuela, v. 22, n. 43, p. 135-150, jul./dez. 2016.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [on-line], v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a02v2162.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

FERREIRA, Angela D. Damasceno. Agricultores e Agroindústrias: Estratégias, Adaptações e Conflitos. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2-3, p. 83-113, maio/dez. 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 169-186.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, jul./dez. 2002.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 187-222.

GARCIA DE ARAUJO, Claudio Marcelo. **A exploração da força de trabalho infantil na fumicultura no município de Angelina**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GOODMANN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 31-56, 1985.

GOULARTI FILHO, Alcides. Apresentação. In: **Ensaio sobre a economia sul-catarinense II**. Criciúma, SC: UNESC, 2005.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José Graziano. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio; NAVARRO, Zader (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010, p. 157-183.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. Complejos agroindustriales y otros complejos. **Agricultura e Sociedad**, [S.l.], n. 72, p. 205-240, jul./set. 1994. Disponível em: <http://www.mapama.gob.es/ministerio/pags/Biblioteca/Revistas/pdf_ays%2Fa072_06.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

HARTWING, Marisa. **As relações de trabalho no sistema integrado de produção da indústria do fumo**. 2016. 164 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

HELLER DA SILVA, Osvaldo. A gênese do sindicalismo rural no Paraná: reflexões sobre as carreiras de dirigentes. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v2. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p. 93-116.

HELLER DA SILVA, Osvaldo. **A organização sindical dos produtores rurais integrados à agroindústria: representações dos avicultores e suinocultores do Paraná**. Encontro GT ANPOCS, Caxambu, MG, 1998. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt18-16/5188-ohsilva-a-organizacao/file>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **RBCS**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo Agropecuário: Santa Catarina (1975). Volume 1. Tomo 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo Agropecuário: Santa Catarina (1980). Volume 2. Tomo 3. Número 21. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo Agropecuário: Santa Catarina (1985). Número 23. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo Demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Número 23 (Santa Catarina). Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo Demográfico: dados gerais – migração- instrução- fecundidade – mortalidade Santa Catarina. Volume 1. Tomo 4. Número 21. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo Demográfico: Santa Catarina (1970). Volume 1. Tomo XX. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Sidra. **Banco de Tabelas Estatísticas**. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: 10 out. 2017.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIEDKE, Elida R. **Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul**. 1977. 130 f. Dissertação (Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília) – Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

LIMA DA SILVEIRA, Rogério Leandro. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo - RS**. 2007. 135 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LINS, Hoyêdo Nunes; COELHO DOS SANTOS, Lincon. O Extremo Sul Catarinense em debate: ensaio sobre a socioeconomia regional. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FABRIS, Thiago Rocha (Org.). **Ensaio sobre a economia sul-catarinense III**. Criciúma, SC: EdiUnesc, 2017.

MAMIGONIAN, Armen. Apresentação. In: ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Ed. Grifos, 1999, p. 09-10.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN, 1986, p. 104-106.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O capital, resultados do processo de produção imediata**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscrito econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, Sonia. União Democrática Ruralista (UDR). In: MOTTA, Marcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 478-486.

MIELE, Marcelo; MIRANDA, Cláudio Rocha. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. In: NAVARRO, Zander; CAMPOS, Silvia Kanadani (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013, p. 201-231.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET): Bases Estatísticas RAIS/CAGED**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC: Argos, 2005.

MIOR, Luiz Carlos. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MOREIRA, José Roberto. A pequena produção e a composição orgânica do capital. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 41-55, jul./set. 1981.

MOREIRA, Vagner José. Agronegócio, Trabalhadores rurais, sindicalismo: avicultura no Oeste do Paraná, 1970-2013. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 55, p. 243-270, jul./dez. 2016.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.

MOTTA, Marcia. Ligas Camponesas. In: MOTTA, Marcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 280-283.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Ed. Puc-Sp; Ed. Hucitec, 1989.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211-270.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2-3, p. 83-113, maio/dez. 1995.

NEVES, Delma Pessanha. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: EDUFF, 1997.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; DE JESUS, Edivane. A pequena produção avícola familiar e o sistema de integração no oeste catarinense: uma prisão de portas abertas. **Caderno CRH**, v. 26, p. 123-138, 2013.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidade e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO JUNIOR, Armando et al. (Org.). **O sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 171-196.

PAIVA, Nunziata Stefania Valenza. **Contratos agroindustriais de integração econômica vertical**. Curitiba: Juruá, 2010.

PAIVA, Nunziata Stefania Valenza. O problema da qualificação jurídica dos contratos de integração vertical agroindustrial no direito brasileiro. **R. Fac. Dir.**, UFG, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 184-198, jul./dez. 2009.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **A integração no Sul do Estado de Santa Catarina**. 1987. 312 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 1990.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson. Apresentação. In: PAULILO, Maria Ignez Paulilo; SCHMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003, p. 7-11.

PAULILO, Maria Ignez. O “ser” e o “deveria ser” no conceito da pequena produção. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016, p. 117-141.

PAULILO, Maria Ignez; BONI, Valdete. Movimento de mulheres agricultoras e ecologia. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogos**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016, p. 355-383.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; DA MATA, Sérgio. Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia Florentino et al. (Org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 9-30.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense**. 2008. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PERTILE, Noeli. Integrados e não-integrados: a agricultura familiar e a produção do espaço no Oeste catarinense. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 29, n. 2, p. 241-252, 2004.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **A estrutura espacial da microrregião colonial do Rio do Peixe**. 1984. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências de Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

PIZZOLATTI, Roland Luiz. **Os pequenos produtores do Oeste Catarinense: integrados ou entregados?** 1996. 343 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

RAMOS, Carolina; DE CARVALHO, Tarcisio. Confederação Nacional da Agricultura (CNA). In: MOTTA, Marcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 120-121.

RÈMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. v. 2. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p. 321-338.

RONÇANI, Liara Darabas; GOULARTI FILHO, Alcides. A trajetória recente da economia catarinense (2000-2010): na contramão do crescimento? **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 37, n. 1, p. 53-64, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/26459/pdf_43>. Acesso em: 16 dez. 2017.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre igualdade e a diferença**: mulheres camponesas em lutas de gênero. 2010. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SANTA CATARINA. **Lei nº 10.475, de 18 de agosto de 1997**. Institui o programa de desenvolvimento agroindustrial catarinense - PRODEC agroindustrial e estabelece outras providências. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/1997/lei_97_10475.htm>. Acesso em: 29 set. 2017.

SAUER, Sérgio; TUBINO, Nilton Luis Godoy. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. **NERA**, Presidente Prudente, n. 11, p. 131-148, jul./dez. 2007.

SCHMIDT, Vanice Dolores Bazzo. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003, p. 265-286.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori; CORADINI, Odaci Luis. **Camponeses e Agroindústria**: Transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1984.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Ed. UFP, 2001, p. 107-148.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, Salário e Família**: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês. 1998. 399 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

TEDESCO, João Carlos. A relatividade conceitual e os paradigmas da pequena produção familiar no pensamento sócio-econômico. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, n. 4, ano 02, p. 91-117, nov. 1994.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre las crises de la sociedad preindustrial. Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

VOGT, Olgário. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993).** 1994. 256 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: DE CARVALHO, Horacio Martins (Org.). **Chayanov e o campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 141-178.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário:** os estudos rurais no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr. 1985. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9248/5282>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

WILKINSON, John. **Agroindústria:** Articulação com os Mercados e Capacidade de Integração Sócio-Econômica da Produção Familiar. Comissão Econômica para América Latina e Caribe: 1994.

WILKINSON, John. **O Estado, a agricultura e a pequena produção.** São Paulo: Hucitec; Salvador: CEPA/BA, 1986.

WOORTMANN, Klaas. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: DE CARVALHO, Horacio Martins (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 229-272.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder:** o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma: EdiUNESC; Porto Alegre, EdiPUCRS, 2012.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. História econômica de Forquilha (1985-2011): de núcleo colonial a município. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 351-363, jul./dez. 2015.

Jornais, atas, informações, internet, outros documentos

AGROVÊNETO entra em produção abatendo 7.500 frangos por dia. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 13 mar. 1997b. Economia, p. 10.

AGROVÊNETO inaugura parque industrial em Nova Veneza. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 30 maio. 1997c. Regional, p. 6-11.

AGROVÊNETO marca nova etapa na história de Nova Veneza. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 29 ago. 1997a. Regional, p. 15.

AMORIN, André. Avicultores do Paraná em pé de guerra. **A Revista do Sistema**, Curitiba, n. 1268, jul./ago., p. 4-7, 2014. Boletim Informativo. Disponível em: <<http://www.sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2014/08/BI1271.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Comissão de Agricultura e Política Rural. **Debater os problemas da avicultura de Santa Catarina**. Florianópolis: 3ª Sessão Legislativa da 17ª legislatura, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **12º Ata da viagem da associação dos avicultores catarinenses para Brasília**. AVISUL: Lauro Muller, 2013q.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **13º Reunião da associação dos avicultores do Sul de Santa Catarina (Catarinense).** AVISUL: Meleiro, 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **14º Reunião da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Orleans, 2014b.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **15º Reunião da associação do Sul Catarinense.** AVISUL: Lauro Muller, 2014c.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 10º Reunião da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Cocal do Sul, 2013o.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 11º Reunião da associação dos avicultores do Sul de Santa Catarina (Catarinense).** AVISUL: Nova Veneza, 2013p.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 1º Reunião da diretoria executiva da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Treviso, 2013g.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 2º Reunião da diretoria executiva da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Lauro Muller, 2013f.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 3º Reunião da diretoria executiva da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Urussanga, 2013e.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 4º Reunião da diretoria executiva da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Meleiro, 2013h.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 5º Reunião da diretoria executiva da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Lauro Muller, 2013i.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 6º Reunião da diretoria executiva da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Treviso, 2013j.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 7º Reunião da diretoria executiva da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Cocal do Sul, 2013l.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata 8º Reunião da diretoria executiva da associação dos avicultores do Sul Catarinense.** AVISUL: Nova Veneza, 2013m.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata assembleia geral da constituição da associação dos avicultores do sul catarinense.** AVISUL: Urussanga, 2013d.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **ATA de Assembleia geral extraordinária – 23/11/2013.** AVISUL: Lauro Muller, 2013r.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata de assembleia geral extraordinária.** AVISUL: Cocal do sul, 2014d.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata de assembleia geral extraordinária.** AVISUL: Nova Veneza, 2014f.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata de assembleia geral extraordinária.** AVISUL: Nova Veneza, 2014g.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata de assembleia geral ordinária.** AVISUL: Nova Veneza, 2015a.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata de assembleia geral extraordinária.** AVISUL: Nova Veneza, 2015b.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata de assembleia geral extraordinária.** AVISUL: Nova Veneza, 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ata de assembleia geral extraordinária – 23/11/2013.** AVISUL: Urussanga, 2013n.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE.
Avicultores desligados no ano de 2016 na região de abrangência da AVISUL. AVISUL: Lauro Muller, 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE.
Cartazes audiência. [Lauro Muller], 2013b.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE.
Cronologia principais atividades 2013 e 2014. AVISUL: Lauro Muller, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE.
Nota de Repúdio à JBS AVES/JBS FOODS. AVISUL: Lauro Muller, 2014h.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE.
Ofício 011/2014. AVISUL: Cocal do sul, 2014e.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE.
Pauta de reivindicações elencadas em assembléia geral. AVISUL: Urussanga, 2013c.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Por que estamos protestando???**. [2014].

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE.
Temas abordados/proposta levada à assembleia geral e contraproposta da assembleia geral. AVISUL: Lauro Muller, 2013n.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA.
Movimento Econômico. **Avicultura na economia regional.** 2013.

ATA de reunião entre a associação dos avicultores do sul catarinense com a empresa JBS Aves com mediação da AMREC e AMESC. 2014.

ATA REUNIÃO ASSOCIAÇÃO SUL CATARINENSE. 2013.

ATA. [1º Reunião, representantes AVISUL e JBS]. 2013.

AVICULTORES e sindicato mobilizados em Forquilha. 2013.
Disponível em:

<<http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2013/avicultores-e-sindicato-mobilizados-em-forquilha/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

AVICULTORES e trabalhadores da JBS protestam por melhorias na relação de trabalho. 2014. Disponível em: <<http://www.clicatribuna.com/noticia/economia/avicultores-e-trabalhadores-da-jbs-protestam-por-melhorias-na-relacao-de-trabalho-12426>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

AVICULTORES INTEGRADOS NO SUL DE SANTA CATARINA POR MUNICÍPIO. [S. l.]: AVISUL, 2013.

AVICULTORES rasgam travesseiros e jogam penas na frente da JBS. 2014. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/economia/2014/avicultores-rasgam-travesseiros-e-jogam-penas-na-frente-da-jbs/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BARBOSA, Daniela. **JBS teria chegado a acordo com fundos sobre dívida da Doux**. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/jbs-teria-chegado-a-acordo-com-fundos-sobre-divida-da-doux/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – SC. **40 centavos por ave**: esse é o preço que a JBS paga aos produtores. 2014. Disponível em: <<http://www.cut-sc.org.br/destaque-central/863/40-centavos-por-ave-esse-e-o-preco-que-a-jbs-paga-aos-produtores>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Ato em São Paulo Denunciará abusos da JBS-Friboi**. 2015. Disponível em: <<https://cut.org.br/noticias/ato-em-sao-paulo-dia-13-denuncia-abusos-da-jbs-friboi-30ba/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Vitória dos trabalhadores contra a Seara/Cargill em Forquilha-SC**. 2007. Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/vitoria-dos-trabalhadores-contra-a-seara-cargill-em-forquilha-sc-90bc/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA.
Números da Agropecuária Catarinense dezembro/2015.
Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2015.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA.
Síntese anual da agricultura de Santa Catarina (2014-2015).
Florianópolis: Epagri/CEPA, 2015. Disponível em
<http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_2015.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2017.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL.
Comissão Nacional de Aves e Suínos. Produtores integrados devem
ficar atentos aos contratos de integração apresentados após o dia 16 de
maio de 2016. **Comunicado Técnico**, Brasília, n. 3, ago. 2017.

DA ROSA, Jane. Ceval busca solução para o mau cheiro no frigorífico
de Forquilha. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 20 mar. 1997. Geral, p.
9.

DIEGUEZ, Consuelo. **É tudo deles**: como o BNDES ajudou a bombar a
JBS, que detém monopólio da carne no país e caiu na malha da Justiça.
2017. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/e-tudo-deles/>>.
Acesso em: 15 ago. 2017.

DIEGUEZ, Consuelo. O estouro da boiada: como o BNDES ajudou a
transformar a Friboi na maior empresa de carnes do mundo. **Revista
Piauí**, São Paulo, n. 101, 8 fev. 2015.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO
SUL CATARINENSE. Urussanga: AVISUL, 2013.

ESTUDO comprova viabilidade do sistema de integração. **Informativo
Faesc & Senar**, Florianópolis, n. 229, out. 2010. Disponível em:
<http://www.senar.com.br/portal/faesc/imagens/boletins/1243_2010_-_Jornal_Faesc_&_Senar_Outubro_2010.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE
SANTA CATARINA. **Apresentação**. 2017. Disponível em:
<<http://www.senar.com.br/portal/faesc/conteudo.php?sec=69>>. Acesso
em: 27 dez. 2017.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **QUEM SOMOS**. 2017.

Disponível em: <<http://www.fetaesc.org.br/wp/quem-somos/>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

FIESC e Ministério da Agricultura debatem crise na agroindústria. 2012. Disponível em:

<<http://uiipi.com.br/destaques/destaque-2/2012/09/12/fiesc-e-ministerio-da-agricultura-debatem-crise-na-agroindustria/>>. Acesso em: 14 set. 2016.

FUMAGERIAS retêm dinheiro de agricultores de Orleans. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 05 mar. 1997.

GAZZONI, Marina. **JBS compra a Agrovêneto e avança em aves**. 2012. Disponível em:

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,jbs-compra-a-agroveneto-e-avanca-em-aves-imp-,956190>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

GOVERNADOR assina protocolo para expansão da JBS Foods em Santa Catarina. 2014. Disponível em:

<<http://www.sc.gov.br/index.php/mais-sobre-desenvolvimento-economico/7668-colombo-assina-protocolo-para-expansao-da-jbs-no-estado-com-investimentos-de-r-60-milhoes>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE INTEGRAÇÃO PARA FRANGOS DE CORTE. [S. l.]: JBS/AVES e Foods: [2014].

JBS ALUGA por cinco anos fábrica da Tramonto em Morro Grande (SC). 2013. Disponível em:

<<http://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/jbs-aluga-por-cinco-anos-fabrica-tramonto-morro-grande-32467>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MARFRIG compra Seara por US\$ 900 milhões. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/marfrig-compra-seara-por-us-900-milhoes-3206767>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Procuradoria do Trabalho no Município de Criciúma. **Termo de audiência**. 2013.

OGEDA, Alessandra. **Jbs divulga na Exposuper investimento de R\$ 500 milhões em Santa Catarina**. 2015. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/jbs-divulga-na-exposuper-investimento-de-r-500-milhoes-em-santa-catarina>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

PADUAN, Roberta. O poder do Bunge. **Revista Exame**, São Paulo, 18 fev. 2001. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/o-poder-do-bunge-m0050281/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

QUADROS, Joice. Produtores de fumo ameaçam não entregar a safra de 92. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 07 jan. 1992. Economia, p. 5.

REPÓRTER BRASIL. **A indústria do frango no Brasil**. São Paulo: Monitor #2, 2016.

REUNIÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Primeira reunião com o fim de criação de uma associação de avicultores**. Lauro Muller, 2013.

SALOMÃO, Alexa; GAZZONI, Marina. **Compra da Seara, do Marfrig, pelo JBS envolve cerca de R\$ 5,5 bilhões**. 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,jbs-compra-a-agroveneto-e-avanca-em-aves-imp-,956190>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

SINDICATO começa negociações com os diretores da Ceval. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 10 out. 1996. Geral, p. 10.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE CRICIÚMA E REGIÃO. **Corte nos atestados médicos: trabalhadores da Agrovêneta JBS paralisa atividades hoje**. 2013. Disponível em: <<http://www.sintiacr.com.br/noticias/ver/corte-nos-atestados-medicos--trabalhadores-da-agroveneto-jbs-paralisam-atividades-hoje-484>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE CRICIÚMA E REGIÃO. **Avicultores paralisa atividades em prol de melhores remunerações**. 2014a. Disponível em: <<http://www.rel-uita.org/index.php/pt/setores/frigorificos/item/4675-av>>.

icutores→paralisam→atividades-
em→prol→de→melhores→remuneracoes→>. Acesso em: 25 maio. 2017.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE CRICIÚMA E REGIÃO. **Avicultores criam Associação Brasileira dos Avicultores Integrados**. 2014b. Disponível em: <<http://www.sintiacr.com.br/noticias/ver/--avicultores-criam-associacao-brasileira-dos-avicultores-integrados--568>>. Acesso em: 25 maio. 2017.

SISTEMA de integração avícola é essencial para a economia de SC. **Informativo Faesc & Senar**, Florianópolis, n. 225, maio. 2010. Disponível em <http://www.senar.com.br/portal/faesc/imagens/boletins/1058_Jornal_Faesc_Maio_2010.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SOUZA CRUZ pressiona produtores. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 10 fev. 1992. Economia, p. 5.

TRABALHADORES de derivados de carne aceitam proposta patronal. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 11 nov. 1996. Geral, p. 10.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Parque Científico e Tecnológico. **Digitação, tabulação e análise de dados dos associados da AVISULSC – Associação dos Avicultores do Sul Catarinense**. Criciúma: Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada, 2013.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Parque Científico e Tecnológico. **Relatório de pesquisa para viabilidade econômica para implantação de uma granja avicultora – sistema climatizado**. Criciúma: Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada, 2014a.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Parque Científico e Tecnológico. **Relatório de pesquisa para viabilidade econômica para implantação de uma granja avicultora – sistema convencional**. Criciúma: Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada, 2014b.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Parque Científico e Tecnológico. **Relatório de pesquisa para viabilidade econômica para implantação de uma granja avicultora – sistema dark house.** Criciúma: Instituto Pesquisa Socioeconômica Aplicada, 2014c.

ANEXOS

ANEXO A – POPULAÇÃO AMUREL (1970-2010)

(continua)

Município	Domicílio	Anos				
		1970	1980	1991	2000	2010
Armazém	Total	7117	5989	6096	6873	7753
	Urbana	997	1109	1940	2625	4884
	Rural	6120	4880	4156	4248	2869
Braço do Norte	Total	10540	11967	16540	24802	29018
	Urbana	3846	7022	11227	17879	23383
	Rural	6694	4945	5313	6923	5635
Capivari de Baixo	Total	18561	21674
	Urbana	17436	19816
	Rural	1125	1858
Grão Pará	Total	7025	6097	5387	5817	6223
	Urbana	1541	2305	2008	2674	3019
	Rural	5484	3792	3379	3143	3204
Gravatá	Total	8438	8084	8272	10799	10635
	Urbana	1018	1982	2256	3864	4443
	Rural	7420	6102	6016	6935	6192
Imaruí	Total	21041	18973	15431	13404	11672
	Urbana	2981	3659	4221	3909	4005
	Rural	18060	15314	11210	9495	7667
Imbituba	Total	20498	25155	30942	35700	40170
	Urbana	12217	16574	25790	34527	40170
	Rural	8281	8581	5152	1173	-
Jaguaruna	Total	14397	14699	18427	14613	17290
	Urbana	3155	7423	10114	10238	13198
	Rural	11242	7276	8313	4375	4092
Laguna	Total	35042	39531	44862	47568	51562
	Urbana	17462	28325	34174	37284	40655
	Rural	17580	11206	10688	10284	10907
Pedras G.	Total	5912	5249	5062	4921	4107

conclusão

Município	Domicílio	Anos				
		1970	1980	1991	2000	2010
Pedras G.	Urbana	699	711	745	865	1261
	Rural	5213	4538	4317	4056	2846
Rio Fortuna	Total	4440	4010	4174	4320	4446
	Urbana	487	669	1000	1213	1523
	Rural	3953	3341	3174	3107	2923
Sangão	Total	8128	10400
	Urbana	3624	4856
	Rural	4504	5544
Santa Rosa de Lima	Total	1772	1723	1896	2007	2065
	Urbana	44	120	332	423	518
	Rural	1728	1603	1564	1584	1547
São Ludgero	Total	4597	4564	6007	8587	10993
	Urbana	909	1644	2970	5995	9863
	Rural	3688	2920	3037	2592	1130
São Martinho	Total	3470	3036	3378	3274	3209
	Urbana	338	441	723	888	1231
	Rural	3132	2595	2655	2386	1978
Treze de Maio	Total	6326	6565	6201	6716	6876
	Urbana	499	804	1199	1764	3401
	Rural	5827	5761	5002	4952	3475
Tubarão	Total	66876	75242	95062	88470	97235
	Urbana	51134	64536	83264	69925	88094
	Rural	15742	10706	11798	18545	9141

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1970, 1982, 1991, 2017)

Nota: Pedras G. (Pedras Grandes).

ANEXO B – POPULAÇÃO AMREC (1970-2010)

(continua)

Munic.	Domic.	Anos				
		1970	1980	1991	2000	2010
Cocal do Sul	Total	13726	15159
	Urbana	11407	12696
	Rural	2319	2463
Criciúma	Total	81452	110597	146320	170420	192308
	Urbana	55399	96368	132313	153049	189630
	Rural	26053	14229	14007	17371	2678
Forqu.	Total	14059	18348	22548
	Urbana	4416	14556	18426
	Rural	9643	3792	4122
Içara	Total	17098	24493	38095	48634	58833
	Urbana	3357	12015	27367	39570	53913
	Rural	13741	12478	10728	9064	4920
Lauro Muller	Total	15574	13220	13936	13604	14367
	Urbana	5898	8739	9818	9923	11106
	Rural	9676	4481	4118	3681	3261
Morro da Fumaça	Total	4758	9071	12373	14551	16126
	Urbana	2167	4899	8752	11154	13863
	Rural	2591	4172	3621	3397	2263
Nova Veneza	Total	8135	9160	10376	11511	13309
	Urbana	1497	3604	4578	7199	8927
	Rural	6638	5556	5798	4312	4382
Orleans	Total	15773	16382	20041	20031	21393
	Urbana	4442	6153	8915	12813	16084
	Rural	11331	10229	11126	7218	5309
Sider.	Total	13341	12394	13388	12082	12998
	Urbana	4544	6540	8814	9103	10051
	Rural	8797	5854	4574	2979	2947
Treviso	Total	3144	3527

conclusão

Munic.	Domic.	Anos				
		1970	1980	1991	2000	2010
Treviso	Urbana	1561	1833
	Rural	1583	1694
Urus.	Total	15651	21419	29882	18727	20223
	Urbana	4658	9794	19203	10650	11405
	Rural	10993	11625	10679	8077	8818

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1970, 1982, 1991, 2017).

Nota: Munic. (Município), Domic. (Domicílio), Forqu. (Forquilha), Sider. (Siderópolis), Urus. (Urussanga).

ANEXO C – POPULAÇÃO AMESC (1970-2010)

(continua)

Município	Domic.	Anos				
		1970	1980	1991	2000	2010
Araranguá	Total	26211	33679	48415	54706	63310
	Urbana	12511	25290	39490	45052	50526
	Rural	13700	8389	8925	9654	10784
Balneário Arroio do Silva	Total	6043	9586
	Urbana	5876	9391
	Rural	167	195
Balneário Gaivota	Total	5450	8234
	Urbana	2977	6363
	Rural	2473	1871
Ermo	Total	2057	2050
	Urbana	593	619
	Rural	1464	1431
Jacinto Machado	Total	13689	12334	11514	10923	10609
	Urbana	1572	2356	3602	4538	5133
	Rural	12117	9978	7912	6385	5476
Maracajá	Total	4079	4165	4642	5541	6404
	Urbana	1028	1469	2497	3521	4256
	Rural	3051	2696	2145	2020	2148
Meleiro	Total	11306	10697	9755	7080	7000
	Urbana	1464	1798	3047	3207	3649
	Rural	9842	8899	6708	3873	3351
Morro Grande	Total	2917	2890
	Urbana	737	756
	Rural	2180	2134
Passo de Torres	Total	4400	6627
	Urbana	3522	5873
	Rural	878	754
Praia G.	Total	8140	7608	7579	7286	7267

conclusão

Município	Domic.	Anos				
		1970	1980	1991	2000	2010
Praia Grande	Urbana	1466	1876	3321	3937	4297
	Rural	6674	5732	4258	3349	2970
Santa Rosa do Sul	Total	7227	7810	8054
	Urbana	1667	3042	3746
	Rural	5560	4768	4308
São João do Sul	Total	8577	7408	8985	6784	7002
	Urbana	1047	1784	2766	1143	1572
	Rural	7530	5624	6219	5641	5430
Sombrio	Total	18049	17293	22253	22962	26613
	Urbana	3745	7039	15065	15925	19638
	Rural	14304	10254	7188	7037	6975
Timbé do Sul	Total	6300	5878	5705	5323	5308
	Urbana	624	1072	1320	1683	1845
	Rural	5676	4806	4385	3640	3463
Turvo	Total	11159	12205	12494	10887	11854
	Urbana	2425	3101	4695	5637	7915
	Rural	8734	9104	7799	5250	3939

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1970, 1982, 1991, 2017).

Nota: Domic. (Domicílio).

